



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)  
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)  
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe  
(TerritoriAL)

**ADELSON ROCHA LIMA**

**TERRITORIALIZAÇÃO DA MONOCULTURA DE EUCALIPTO E OS IMPACTOS  
SOBRE A ESTRUTURA AGRÁRIA NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO**

SÃO PAULO  
2016

**ADELSON ROCHA LIMA**

**TERRITORIALIZAÇÃO DA MONOCULTURA DE EUCALIPTO E OS IMPACTOS  
SOBRE A ESTRUTURA AGRÁRIA NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Institucionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) com exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Tecnologia e capitalismo”.

Orientador: Dr. Eduardo Paulon Girardi.

SÃO PAULO

2016

**ADELSON ROCHA LIMA**

**TERRITORIALIZAÇÃO DA MONOCULTURA DE EUCALIPTO E OS IMPACTOS  
SOBRE A ESTRUTURA AGRÁRIA NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Institucionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) com exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Tecnologia e capitalismo”.

Orientador: Dr. Eduardo Paulon Girardi.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Simone Raquel Batista Ferreira (Universidade Federal do Espírito Santo)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Janaina Francisca de Souza Campos Vinha (Universidade Federal do Triângulo Mineiro)

São Paulo, 29 de março de 2016.

Lima, Adelson Rocha.

L732 Territorialização da monocultura de eucalipto e os impactos sobre a estrutura agrária no norte do Espírito Santo / Adelson Rocha Lima. – São Paulo, 2016.

194 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Eduardo Paulon Girardi.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.

Bibliografia

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Comunidades agrícolas – Espírito Santo (Estado). 4. Eucalipto – Plantio. 5. Posse da terra – Brasil. 6. Brasil – Reforma agrária. I. Título.

CDD 301.35098152

Dedico este trabalho a todos os camponeses,  
os quais lutam e (re)existem permanentemente.  
Condições estas que possibilitaram fazer parte  
da história da humanidade, produzindo e  
reproduzindo, ensinando e aprendendo  
cotidianamente.

## AGRADECIMENTOS

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em primeiro lugar, pela capacidade de proporcionar aos seus militantes formação política e técnica, através do estudo, da pesquisa, das reflexões, mas também do trabalho e da luta. Foi esse movimento, do qual faço parte, que me proporcionou realizar diversos cursos, como foi o caso do Magistério (Ensino Médio profissionalizante), Graduação e Mestrado em Geografia. Fora desse movimento, possivelmente não teria tido essas diversas oportunidades mencionadas.

Agradeço, também, à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), que há mais de dez anos, vem materializando um programa de formação, plantando sementes da liberdade. Foi através e nas dependências dessa escola que permaneci por diversos momentos na condição de estudante, enquanto outros realizavam ações que fazem parte do cotidiano do MST. Essa escola, concebida pelo MST, mas pertencente ao conjunto da classe trabalhadora da América Latina, Caribe e demais continentes é referência na formação de dirigentes e quadros de intelectuais orgânicos, que utilizam a formação política e técnica enquanto instrumento de luta, rumo ao socialismo.

O projeto de Residência Agrária do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronea), uma política pública, fruto de parceria entre Unesp/ENFF/IPPRI/Via Campesina, teve grande relevância para a concretização deste curso, pois além de viabilizar grande parte do financiamento, estimulou também a pesquisa de campo e a monitorou em diversas atividades. A Unesp, o IPPRI, assim como o Pronea, enquanto instituições e programas públicos, através de parceria com movimentos sociais, viabilizaram a criação de cursos como este, concretizando essa experiência, os anseios e direitos dos trabalhadores, proporcionando a formação acadêmica de diversos sujeitos sociais.

Agradeço aos familiares, com especial atenção à companheira Cida e nossos filhos Alex, Alécia e Arthur, os quais não apenas apoiaram, mas tiveram que se desfazer de diversas oportunidades pessoais, se sacrificando para que eu pudesse estudar e me dedicar à militância no MST nesses mais de 20 anos de caminhada. Sem essa compreensão e apoio, provavelmente, não teria condições de trilhar por esses caminhos da luta política e da formação. Na batalha das ideias, as condições materiais foram imprescindíveis. Mas também rogo meus agradecimentos aos meus pais camponeses que, através do exemplo de luta e trabalho, contribuíram para que seus filhos construíssem e seguissem por caminhos que rumam a destinos longos, sem se distanciarem uns dos outros, carregando ensinamentos aprendidos a partir do trabalho, dos estudos e da vivência coletiva.

Aos companheiros da Graduação “Turma Milton Santos” e de Mestrado “Turma Carlos Mariátegui” com os quais convivi, aprendi e compartilhei momentos e dias de trabalho, de alegria. Amizade e comprometimento foram alimentos que abasteceram nossa caminhada. Aos companheiros de trabalho, tanto no assentamento Valdício Barbosa, onde moro e convivo, mas também aqueles atuantes nos demais assentamentos e campos de atividade, em seus mais diversos momentos e espaços, das mais variadas formas, que contribuíram para que eu pudesse estudar, enquanto outros ‘tocavam os afazeres’ do cotidiano, garantindo a execução das diversas tarefas e ações.

Ao professor Eduardo Paulon Girardi, pelo tempo dedicado à orientação desde o trabalho de Graduação e, agora, na Dissertação de Mestrado, contribuindo nas reflexões, cobranças, incentivo e apoio, meus sinceros agradecimentos. Estendo também agradecimentos aos responsáveis pela banca, por terem dedicado tempo e atenção, fazendo a leitura e contribuindo para reflexões e apontamentos, os quais foram essenciais para a efetivação deste trabalho.

Apesar das raízes das árvores de plantações poderem estar dentro do território nacional, é pouco provável que o estejam as raízes de tais empresas. (MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS; 1999, p.13).

## RESUMO

Este trabalho busca analisar a territorialização da monocultura de eucalipto e os impactos sobre a estrutura agrária no Norte do Espírito Santo. A partir da década de 1960, foi iniciado plantio de eucalipto em larga escala no Norte do Estado (ao norte do Rio Doce), principalmente em alguns municípios litorâneos, para abastecer a fábrica de papel e celulose instalada no município de Aracruz na década de 1970. Instalado inicialmente sobre as áreas de uso comunal de indígenas e quilombolas, nos municípios de Aracruz, São Mateus e Conceição da Barra, esse monocultivo foi sendo expandido para o conjunto dos municípios, dando uma nova configuração à estrutura agrária capixaba. Fibria, antiga Aracruz Celulose, e Suzano Papel e Celulose, duas empresas de grande influência no Espírito Santo e as maiores responsáveis pelos impactos na estrutura agrária capixaba, têm se utilizado da justificativa de demanda internacional de papel e celulose, mas também do Estado, enquanto financiador e legislador favorável a este projeto. Desterritorializando camponeses, provocando diversos conflitos e violência nesse período, em função dos impactos causados, como é o caso da concentração da terra e da produção, da formação do deserto verde, do bloqueio à reforma agrária, da questão ambiental, impactando o campo e a cidade. A análise documental, entre outras produções bibliográficas, foi a principal fonte de investigação, complementada a partir de pesquisa de campo, ouvindo lideranças de movimentos e do Poder Público. Partindo dos conceitos estruturais, como território, mundialização do capital e de desenvolvimento, fazendo uma caracterização agrária do Espírito Santo, o trabalho faz uma abordagem sobre a geopolítica do setor celulósico e papeleiro, seus impactos e conflitos. Este trabalho não deu conta de abordar todos os impactos dos monocultivos de eucalipto, e nem era essa a intenção. Necessita, portanto, continuidade de aprofundamento sobre esses e outros aspectos. A luta é contínua, assim como os conflitos, pois esses são inerentes aos divergentes projetos dos camponeses e do agronegócio, alicerçados, respectivamente, no Paradigma da Questão Agrária e no Paradigma do Capitalismo Agrário.

**Palavras-chave:** Estrutura Agrária. Monocultura de Eucalipto. Espírito Santo. Reforma Agrária. Mundialização do Capital. Território.

## RESUMEN

Esta investigación busca analizar la territorialización del monocultivo de eucalipto y el impacto en la estructura agraria en el Norte del estado de Espírito Santo. Desde la década de 1960, se inició el plantío de eucaliptos a gran escala en el Norte del estado (al norte del Río Doce), especialmente en algunos municipios costeros, para abastecer a la fábrica de papel y celulosa instalada en el municipio de Aracruz, en la década de 1970. Instalado inicialmente en las áreas de uso común de los indígenas y quilombolas, en los municipios de Aracruz, São Mateus y Conceição da Barra, este monocultivo se está ampliando a todos los municipios, dando una nueva configuración en la estructura agraria capixaba. Fibria, ex Aracruz Celulose, e Suzano Papel y Celulosa, dos empresas influyentes en el Espírito Santo y los principales responsables de los impactos sobre la estructura agraria capixaba, utilizan la justificación de la procura internacional de papel y celulosa, sino también del Estado, mientras financiador y legislador favorable al proyecto. Desterritorializando agricultores, causando muchos conflictos y la violencia en este período, debido a los impactos, tales como la concentración de la tierra y de la producción, la formación del Desierto Verde, el bloqueo de la ley de reforma agraria, los problemas ambientales que afectan a las zonas rurales y urbanas. Análisis de documentos, entre otras producciones bibliográficas, fueron las principales fuentes de la investigación, complementada de averiguación de campo, escuchando a los líderes de los movimientos y el gobierno. Sobre la base de los conceptos estructurales, como territorio, globalización del capital y el desarrollo, haciendo una caracterización agraria del Espírito Santo, este trabajo es una aproximación a la geopolítica de la celulosa y la industria del papel, sus impactos y conflictos. Esta investigación no se realiza para hacer frente a todos los impactos de los monocultivos de eucalipto, porque no es esa su intención. Por lo tanto, es necesario la continuidad y profundización de estos y otros aspectos. La lucha continúa, así como los conflictos, ya que éstos son inherentes a los diferentes proyectos de los agricultores y de la agroindustria, firmados, respectivamente, en el Paradigma de la Cuestión Agraria y en el Paradigma del Capitalismo Agrario.

**Palabras-clave:** Estructura Agraria. Monocultivo de Eucalipto. Espírito Santo. Ley de Reforma Agraria. Globalización del Capital. Territorio.

## ABSTRACT

This search intent to analyze the territorialization of eucalyptus monoculture and the impact on the agrarian structure in the north of the state of Espírito Santo. From the 1960s, started eucalyptus plantation on a large scale in the north of the state (north of the Rio Doce), especially in some coastal municipalities, to supply the paper mill and paper installed in the municipality of Aracruz in the 1970s. Installed initially on the areas of communal use of indigenous and quilombolas, in the municipalities of Aracruz, São Mateus and Conceição da Barra, this monoculture was being expanded to all the municipalities, giving a new configuration in capixaba agrarian structure. Fibria, former Aracruz Celulose, and Suzano Papel e Celulose, two influential companies in the Espírito Santo and the most responsible for impacts on capixaba agrarian structure, have used the justification of international pulp and paper demand, but also the state, while favorable financier and legislature to this project. Deterritorializing farmers, causing many conflicts and violence in this period, due to the impacts, such as the concentration of land and production, the formation of the Green Desert, the blockade of the land reform, environmental issues, impacting rural and urban areas. Document analysis, among other bibliographic, productions were the main sources of research, supplemented from field research, listening to leaders of movements and the government. Based on the structural concepts such as territory, capital of globalization and development, making an agrarian characterization of the Espírito Santo, this study taken approach to the geopolitics of cellulose and paper industry, its impacts and conflicts. This research are not able all impacts of eucalyptus monocultures, because this is not the intention. It is therefore necessary deepening the continuity of these and other aspects. The fight is continuing, as well as conflicts, as these are inherent in different projects of farmers and agribusiness, grounded, respectively, in Paradigm of Agrarian Issues and Paradigms of Agrarian Capitalism.

**Keywords:** Agrarian Structure. Monoculture Eucalyptus. Espírito Santo. Land reform. Globalization of capital. Territory.

## LISTA DE SIGLAS

CEDAGRO	Centro de Desenvolvimento do Agronegócio
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FAO	Organização Mundial das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IBÁ	Indústria Brasileira de Árvores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ou Movimento Sem Terra ou Movimento Sem Terra
PCA	Paradigma do capitalismo Agrário
PQA	Paradigma da Questão Agrária
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RMGV	Região Metropolitana da Grande Vitória
UFIR	Unidade Fiscal de Referência
VRTEs	Valores de Referência do Tesouro Estadual
WRM	Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
WWF	Fundo Mundial para a Vida Selvagem e Natureza

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A Capitania do Espírito Santo .....	52
Figura 2 – Área de litígio entre Minas Gerais e Espírito Santo .....	57
Gráfico 1 – ES: População do estado por período (1780-2014).....	48
Gráfico 2 – ES: Evolução % da população rural e urbana 1950/2010 .....	49
Gráfico 3 – ES: Área média por estabelecimento por grupo de área total (2006).....	677
Gráfico 4 – ES: Concentração da terra por grupo de área total (2006) .....	67
Gráfico 5 – ES: Comparativo da agricultura camponesa e agronegócio .....	73
Gráfico 6 – ES: Exportação de café e açúcar .....	74
Gráfico 7 – ES: Exportação de café (1892-1951 – sacas de 60 Kg) .....	76
Gráfico 8 – Consumo aparente <i>per capita</i> de papel em 2006 .....	96
Gráfico 9 – Comparação da produtividade de eucalipto e pinus em países selecionados (2014) .....	100
Gráfico 10 – Investimentos realizados pelas empresas associadas individuais da ABRAF, em valores nominais, por área (anos de 2010, 2011 e 2012).....	107
Gráfico 11 – Distribuição desigual da Pegada Ecológica .....	110
Gráfico 12 – ES: Evolução dos municípios com produção de madeira em tora para produção de papel e celulose (1990 – 2014) .....	139
Gráfico 13 – ES: Participação dos monocultivos de árvores, lavoura permanente e temporária no ano de 2014.....	149
Gráfico 14 – ES: Evolução do valor (%) dos produtos selecionados da lavoura e monocultivo de árvores (1990-2014).....	155
Gráfico 15 – ES: Relação dos municípios com maior % de área dos estabelecimentos agropecuários com monocultura de eucalipto e % de postos de trabalho nessa atividade em relação ao total no campo – 2006.....	156
Gráfico 16 – Brasil: Cotação média de venda da terra por Ufs –R\$/ha (nov/dez 2009) .....	164
Gráfico 17 – ES: N. de famílias assentadas por período .....	170
Gráfico 18 – ES: N. de área conquistada por período .....	170
Mapa 1 – Concentração da terra.....	68
Mapa 2 – ES: Uso da terra com lavouras, pastagens e matas e florestas (2006).....	70
Mapa 3 – Distribuição mundial de terra e água.....	94
Mapa 4 – ES: Imóveis rurais por grupo de área (2013) .....	146
Mapa 5 – ES: Monocultura de árvores (ha) – 2014 .....	148
Mapa 6 – ES: Áreas (ha) de assentamento por município 1984-2015 .....	173
Mapa 7 – ES: Famílias assentadas por município 1984-2015.....	174
Prancha 1 – ES: Avanço da colonização sobre os territórios indígenas (1850-1900).....	45
Prancha 2 – ES: Macrorregiões e Microrregiões.....	50
Prancha 3 – Redução da área com culturas alimentícias no Espírito Santo: mandioca, milho, arroz e feijão, no período de 1990 à 2014.....	136
Prancha 4 – Ampliação da área e produção do agronegócio no Espírito Santo: cana-de-açúcar e madeira em tora para produção de papel e celulose no período de 1990 à 2014 .....	137
Prancha 5 – ES: Área colhida de lavouras temporária e permanente por município em 2014 (ha) ....	152

Prancha 6 – ES: Área colhida de lavouras permanentes por município em 2014 (ha).....	153
Prancha 7 – ES: Área colhida de lavouras temporárias por município em 2014 (ha).....	154
Quadro 1 – Auxílio econômico oficial norte-americano segundo regiões (percentual).....	38
Quadro 2 – ES – Evolução da população ocupada 1991-2006 (em %).....	40
Quadro 3 – População dos censos demográficos de 1940, 1950, 1960.....	59
Quadro 4 – ES: Estabelecimentos agropecuários por grupo de área.....	65
Quadro 5 – Estabelecimentos agropecuários por grupo de área.....	65
Quadro 6 – ES: evolução da área média dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área (1920-2006) .....	66
Quadro 7 – Participação do café nas exportações brasileira – 1921 – 1950 .....	75
Quadro 8 – Brasil – Participação de cada estado no plantio de café (1951) .....	75
Quadro 9 – ES: Participação relativa das regiões na produção e estoque de café 1940 – 1960.....	78
Quadro 10 – Resultado da execução do programa de erradicação dos cafezais, em números reais .....	80
Quadro 11 – Participação relativa por estado no programa de erradicação dos cafezais, em n. relativos .....	80
Quadro 12 – ES e Brasil: Distribuição setorial da População Economicamente Ativa – PEA (1970 – 1977) .....	888
Quadro 13 – ES: Grandes projetos e respectivos investimentos e geração de emprego .....	89
Quadro 14 – ES: PEA, segundo Grupo de Rendimento Mensal (1977) .....	90
Quadro 15 – Brasil: Balança comercial – 1954-62 em milhões de dólares.....	91
Quadro 16 – Produção de papel .....	96
Quadro 17 – Produção de papéis tísse por continente (2006) .....	97
Quadro 18 – Consumo de madeira in natura (m <sup>3</sup> ) no Brasil 2013 .....	106
Quadro 19 – Área ocupada por eucalipto, pinus e outras espécies no Brasil e Ufs (ha) 2014.....	108
Quadro 20 – ES: Projeção da evolução das áreas (ha) com pastagem e monocultivos de árvores no período de 2007 a 2025 .....	140
Quadro 21 – ES: Estrutura fundiária do Espírito Santo, a partir dos imóveis rurais 1992 e 2013 .....	145
Quadro 22 – Características do deserto verde.....	160

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO E METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL .</b>	<b>22</b>
2.1	Território.....	22
2.2	A mundialização do capital .....	25
2.3	Desenvolvimento .....	33
<b>3</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO AGRÁRIA DO ESPÍRITO SANTO .....</b>	<b>42</b>
3.1	Colonização do Espírito Santo .....	43
3.1.1	O norte do Espírito Santo .....	50
3.2	Estrutura fundiária capixaba e o Norte do estado.....	62
3.3	Ideologia da crise do café e a cultura cafeeira hoje .....	74
3.4	Contexto da implantação dos Grandes Projetos Industriais no Espírito Santo .....	81
3.5	O Estado e os Grandes Projetos Industriais no Espírito Santo .....	85
<b>4</b>	<b>A GEOPOLÍTICA DO SETOR CELULÓSICO E PAPELEIRO .....</b>	<b>93</b>
4.1	O Brasil no contexto da produção e expansão do setor celulósico e papelero .....	101
<b>5</b>	<b>A TERRITORIALIZAÇÃO DA MONOCULTURA DE EUCALIPTO NO ESPÍRITO SANTO E SEUS IMPACTOS NA ESTRUTURA AGRÁRIA .....</b>	<b>113</b>
5.1	O capital “prepara o terreno” para a expansão da monocultura de eucalipto.....	113
5.1.1	A privatização dos lucros e a socialização dos prejuízos – o caso da Fibria e da Suzano Papel e Celulose .....	117
5.2	Territórios das empresas de eucaliptos no Espírito Santo .....	126
5.2.1	A expansão da monocultura de eucalipto no Espírito Santo.....	129
5.3	O norte do Espírito Santo sob os impactos da monocultura de eucalipto .....	141
5.3.1	A concentração da terra e da produção .....	143
5.3.2	O deserto verde e a reforma agrária bloqueada .....	157
5.3.3	Monocultura de eucalipto e questão ambiental .....	177
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>182</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>186</b>
	<b>APÊNDICE A – TÓPICOS PARA ENTREVISTAS.....</b>	<b>1944</b>

## 1 INTRODUÇÃO E METODOLOGIA DA PESQUISA

A realização deste trabalho e a escolha do tema “Territorialização da monocultura de eucalipto e os impactos sobre a estrutura agrária no Norte do Espírito Santo” surgem de duas questões complementares em relação à relevância do tema no atual contexto da questão agrária. Primeiro, pela forma como tem ocorrido a apropriação, a posse e o uso da terra no processo de produção de papel e celulose a partir do agronegócio, assim como a sua dinâmica territorial. Segundo, pelo fato dessa produção ser uma das mais influentes no contexto do Espírito Santo e uma das formas de desenvolvimento econômico adotado pelos agentes do capital e do Estado. O Norte do estado foi definido enquanto recorte territorial em função dos conflitos entre camponeses e agronegócio serem mais latentes e por concentrar as maiores áreas com o monocultivo de eucalipto, além de ser mais evidente a concentração da terra. A maioria dos movimentos e organizações camponesas tem na região Norte do estado sua gênese e principais conflitos agrários.

Estabelecemos como objetivos, analisar os impactos da monocultura de eucalipto na estrutura agrária capixaba, com enfoque nessa região, levando em consideração as áreas já ocupadas e as em expansão. Para isso, definimos como objetivos específicos: a) analisar como o processo de territorialização da monocultura de eucalipto está relacionado ao processo mais amplo da mundialização do capital e sua geopolítica; b) investigar o papel do Estado na promoção de políticas e facilitações ao processo de expansão dos monocultivos, da indústria de papel e celulose no Espírito Santo; c) analisar os impactos causados pela monocultura de eucalipto na estrutura agrária ao Norte do Espírito Santo, a partir da década de 1960 e os conflitos por eles gerado.

O trabalho foi realizado prioritariamente a partir de gabinete, em pesquisa bibliográfica e análise de dados estatísticos, mas também foram realizados trabalhos de campo exploratórios, com entrevistas, considerando-as como fundamentais para as análises em questão. Foram realizadas entrevistas com lideranças do Poder Público e de movimentos e organizações que possuem trabalho relacionado ao tema.

Os sujeitos entrevistados, lideranças quilombolas, pescadores, do Movimento Sem Terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), do Poder Público, atuantes na área de recorte da pesquisa – Norte do Espírito Santo –, foram escolhidos a partir de parâmetros definidos pelo pesquisador, considerando o grau de atuação que estes possuem em cada uma das organizações e entidades onde atuam. Optamos em omitir o nome dos entrevistados,

preservando a identidade de cada um. Uma parte dos sujeitos da pesquisa reside nos municípios que iniciaram os primeiros plantios de eucalipto para a produção de papel e celulose, como é o caso de São Mateus e Conceição da Barra. Outros residem em municípios em que os monocultivos de árvores estão se expandindo, como é caso do município de Pinheiros e Montanha. Outro elemento, considerado importante na definição dos entrevistados, foi em relação à abrangência de atuação de cada um desses sujeitos, que extrapola os municípios de residência e o Norte do estado, enquanto recorte territorial. Estes, atuam em âmbito estadual e nacional, assim como o movimento de que fazem parte. No caso do prefeito entrevistado, antes de assumir o cargo no Poder Executivo, teve atuação enquanto técnico extensionista no Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural (Incaper). Além de prefeito em seu segundo mandato, ele é também presidente do consórcio de 11 municípios no Norte do estado, onde está sendo implantado monocultivo de eucalipto para abastecimento de uma fábrica de MDF que, a partir de estudo e articulação política, será instalada no oeste do município de Pinheiros, nas proximidades da BR101. Os prefeitos desses 11 municípios, liderados pelo prefeito entrevistado, juntamente com o grupo gestor da empresa estabeleceram que “ajudariam e viabilizariam que a fábrica se implantasse aqui, mas que o plantio de eucalipto deveria ser distribuído em, no mínimo, 20 municípios, além dos nossos 11” (entrevista concedida ao autor, em 15/10/2015).

Foi utilizado um roteiro com tópicos, permitindo que os entrevistados pudessem discorrer sobre cada uma das questões, não se restringindo à condição de pergunta e resposta. Essas questões buscavam instigar sobre a percepção do sujeito da pesquisa em relação à expansão da monocultura de eucalipto, aos impactos sobre a estrutura fundiária, às políticas agrícolas, à produção alimentícia, à questão hídrica e econômica, e, também, sobre os conflitos, o bloqueio à reforma agrária, tendo uma última questão aberta que permitiu ao entrevistado expor sua opinião e reflexões a respeito de algum outro tema, não abordado nos itens anteriores.

Um dos objetivos principais das entrevistas foi obter dos entrevistados sua percepção sobre os impactos da monocultura de eucalipto, tendo o Norte do estado como recorte territorial e área de maiores impactos, já perceptíveis na pesquisa bibliográfica, mas que nas entrevistas realizadas, dariam maior sustentação à afirmação, como se constata no corpo desta dissertação, estruturada em quatro capítulos, além da introdução e considerações finais.

O capítulo inicial faz uma abordagem sobre a metodologia utilizada, tanto no trabalho de escritório quanto na realização do trabalho de campo. Além de abordar, também, o que consta em cada um dos capítulos do trabalho.

Território, mundialização do capital e desenvolvimento, temas tratados no segundo capítulo, são conceitos centrais, definidos inicialmente para garantir ao leitor o que entendemos a respeito de cada um deles. São conceitos estruturantes e que perpassam todo o trabalho.

O território, que nasce como sinônimo de solo e ambiente, variando também como Estado-Nação, foi assumindo dimensões sociais e políticas, a partir dos pilares do materialismo histórico e dialético, tendo como referencial, os autores Ratzel, Harvey, Dematteis, Lefebvre e Raffestin. De acordo com Saquet (2013), Ratzel buscou teorizar a respeito do território naquilo que viria a ser denominado de “ciência geográfica”. Para ele, quando uma sociedade se apropriava de um espaço para garantir a satisfação das próprias necessidades – em que se destacam a alimentação e a moradia – ela o transformava em seu domínio e, portanto, seu território. A sociedade passava a estabelecer uma relação de pertencimento com o território. Quando essa sociedade passava a se organizar para defender seu território, ela se transformava em Estado. Então, aqui já temos uma dimensão social e política – embora não materialista e dialética.

A materialidade das lutas sociais, a partir da segunda metade do século XX, contribuiu para os contornos sociais e políticos do conceito de território. Nesse período, com o capitalismo hegemonicamente mundializado, o conceito de território toma essa nova dimensão, ora afirmando, ora questionando determinados poderes, pois, segundo Raffestin (1993), o território é produzido a partir de relações de poder por sujeitos e espaços determinados. Possui, ainda, relação tridimensional: sociedade, espaço e tempo. É constituído, também, pela dimensão material e imaterial ou (i)material, como afirma Saquet (2013).

No exercício do poder, ao territorializar cada sujeito, individual ou coletivo, desterritorializa outros sujeitos, que por sua vez constroem novos territórios. Essa dinâmica foi sintetizada na sigla TDR – Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização. Esse processo fica evidente quando tratamos como ocorreu a territorialização dos europeus nas Américas, assim como a territorialização dos monocultivos de eucalipto no Espírito Santo, a partir da década de 1960, que desterritorializou as populações dessas regiões.

O debate sobre a mundialização do capital, também abordado no segundo capítulo, traz uma discussão sobre a origem do capitalismo, que se torna hegemonicamente mundializado com a colonização das Américas. Segundo Marx, em “O capital”, conforme constata Oliveira (2007), o capitalismo nasce da separação dos trabalhadores dos seus meios de produção. Para Quijano (2005), o capitalismo nasce no século XI-XII, mas é no século XIV que se torna colonial/moderno e chamado de eurocentrado, em função da formação dos Estados Modernos ibéricos, colonizando/dominando material, cognitiva e simbolicamente, sendo, portanto, a

colonialidade do poder e do saber. Ellen M. Wood (2000) corrobora com o debate sobre a origem do capitalismo e considera que este inovou a forma de expropriação dos trabalhadores e seus meios de produção e a produtividade da terra e do trabalhador, a partir dos melhoramentos (*improvement*), o que foi central nessa trajetória. A elevação da produtividade foi, segundo Wood (2000), o mecanismo utilizado para garantir liberar força de trabalho do campo para a indústria. No caso do Espírito Santo, a produtividade do eucalipto tem sido uma das justificativas de expansão desse monocultivo e da expropriação de camponeses, gerando impactos e também conflitos.

Segundo Harvey (2011), a ética do capitalismo é sustentada na colonização, na expropriação, na exploração, na mercantilização, no desperdício, nos descartáveis (pessoas e bens da natureza), entre outros. Para Chesnais (1996), a mundialização do capital ocorreu a partir da expansão e domínio de empresas multinacionais. Segundo o autor, a criação de empresas e instituições internacionais, como Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird), Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), como acordos internacionais, contribuíram para tornar o capitalismo mundializado. A mundialização do capital é uma construção de um mundo sem fronteiras à circulação de capitais sob a hegemonia de grupos econômicos globalizados. Amplia a circulação de capitais e mercadorias enquanto restringe a circulação de trabalhadores, tornando o mundo um mercado comum, a serviço do capital. Quijano (2005) chamou de sistema-mundo o padrão de poder que passou a governar o mundo após a colonização das Américas, a partir de 1492, sendo este o início do processo de globalização.

Com o capital mundializado, buscou-se transformar tudo e todos em mercadoria, como é o caso das pesquisas, da educação, do conhecimento, dos alimentos, da terra, da água, dos minérios, da biodiversidade, subordinando a força de trabalho à sua lógica. Mas enquanto é apresentado, ilusoriamente, como um mundo homogêneo e de progresso, a partir dos pilares do capitalismo, as organizações também constroem articulações internacionais, nas mais diferentes formas. Nesse processo, ações e fenômenos locais não podem ser compreendidos fora do contexto mundial. Por sua vez, fenômenos e ações mundiais são implementadas e sustentadas a partir de sua aplicabilidade local, seja ele, continente, país, estado, município, ou outro recorte menor. Segundo Porto-Gonçalves (2015, p. 26) “o estatuto colonial da modernidade distribui desigualmente os proveitos e rejeitos do seu progresso”. Ainda, segundo Porto-Gonçalves (2015), a monocultura, enquanto exemplo dessa modernidade colonial implantada no Brasil há 500 anos e que permanece ainda hoje, não é feita para satisfazer as necessidades de quem

produz, separando, portanto, o lugar de produção e os lugares de comercialização, distribuição e consumo.

Desenvolvimento, outro conceito central neste trabalho, abordado no segundo capítulo, é compreendido e utilizado, em diversos momentos e situações como sinônimo de crescimento econômico, mas também de reparar as desigualdades entre nações. É, no imaginário desejável, algo a ser buscado (mas não atingido) como anseio de todos. É um conceito construído em um mundo bipolar, eurocêntrico, a partir de parâmetros liberais de sociedade e do colonialismo, enquanto processo implementado na América, a partir da Europa. Para Dussel (2005, p. 29), o desenvolvimento é uma construção teórica e prática, que o autor chamou de “práxis irracional de violência”, sustentada na reestruturação e expansão capitalista.

Segundo Montenegro Gómez (2002), o desenvolvimento, enquanto conceito e aplicação prática, foi construído mundialmente a partir da década de 1950, pós Segunda Guerra Mundial, sob a hegemonia política, militar e ideológica dos Estados Unidos da América (EUA). Formulado com base em parâmetros eurocêntricos, estabelecidos pelos países centrais (EUA e Europa) tendo como referencial a urbanização e industrialização, buscou tornar-se anseio dos países tidos como subdesenvolvidos. Desenvolvimento enquanto conceito é construído como meta desejada por todos (países, grupos econômicos e pessoas), mas alcançada por alguns, em uma sociedade classista.

No terceiro capítulo, foi realizada uma caracterização agrária do Espírito Santo, abordando o processo de colonização; a estrutura fundiária capixaba, com as especificidades do Norte do estado; a ideologia da “Crise do Café” e a cafeicultura na atualidade; os grandes projetos industriais e o papel do Estado. Houve um enfoque mais descritivo, buscando explicitar os objetivos e condições que produziram uma estrutura fundiária concentrada, assim como a concentração da produção, da renda, da população, que têm gerado diversos impactos e conflitos, vivenciados e enfrentados pela sociedade durante vários períodos e ainda vigentes na atualidade.

A geopolítica do setor celulósico e papelero, abordada no quarto capítulo, parte da origem e contexto da criação do papel, que tinha sua materialidade na produção artesanal e agrícola diversificada. Mas, com o surgimento e a ampliação da imprensa, e o desenvolvimento de maquinaria, intensifica-se a produção de papel, elevando-a para a escala industrial. Sai também de uma produção sazonal para uma produção contínua, porém, concentrada; do cultivo agrícola diversificado para monocultivos uniformes, tendo a madeira como fonte principal da produção de papel e celulose. Até a primeira metade do século XX, as fontes de matéria-prima

concentravam-se no hemisfério norte, sendo transferidas para o hemisfério sul a partir da segunda metade do mesmo século, em função da Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

A partir da década de 1960, foram intensificados os monocultivos de árvores e a indústria papelreira (década de 1970) no hemisfério sul, mantendo o consumo majoritário de papel nos países centrais, o qual foi quintuplicado até os dias atuais. Uma sociedade (in)sustentada nos pilares do consumismo e descartáveis faz com que 72% de todo papel produzido no mundo, seja consumido por 16,2% da população, que vive na Europa, EUA e Japão, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). Grande parte do papel produzido tem uso descartável e num ritmo crescente, superior aos demais usos. Os EUA e a Europa, com apenas 14,5% da população mundial são (ir)responsáveis por consumir 52,38% de todo o papel descartável produzido no mundo.

A alta produtividade por área, a legislação ambiental, trabalhista e os incentivos fiscais favoráveis às empresas torna o Brasil e o Norte do Espírito Santo, em específico, são propícios aos monocultivos de eucalipto e pinus. Enquanto a produção de papel descartável segue em ritmo crescente, a de escrever e imprimir tem ritmo decrescente de crescimento.

O quinto capítulo faz uma abordagem dos impactos na estrutura agrária no Norte do Espírito Santo a partir da territorialização da monocultura de eucalipto, sendo este o problema da pesquisa. Inicia uma discussão a respeito das diversas convenções e protocolos internacionais, no contexto das mudanças climáticas, mas também no mercado de carbono, enquanto Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Esse e outros instrumentos foram (e continuam sendo) utilizados pelas grandes empresas no processo de expansão da monocultura de eucalipto.

É abordado também, neste capítulo, o conceito de florestas, utilizado pela Organização Mundial das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelas empresas, o qual, segundo o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM, 2011), é mais uma justificativa para a implantação dos plantios de eucalipto em larga escala.

Também abordamos e questionamos a concepção de “vocação” para a implantação dos plantios de eucalipto, utilizada pelas empresas para sua territorialização no Norte do estado. Discutimos a expansão da monocultura de eucalipto (em área e número de municípios) e sua relação com a redução das áreas de produção alimentícia, os seus impactos, bem como as estratégias empresarias que sustentam e garantem a continuidade desse processo.

Nessa parte do trabalho, em que aprofundamos a discussão sobre os impactos da monocultura de eucalipto, trouxemos o resultado do trabalho de campo, com base nas

entrevistas realizadas, buscando constatar o que já havíamos verificado na pesquisa bibliográfica. Cada um dos entrevistados, conforme se comprova no decorrer deste trabalho, vivencia e luta contra a expansão da monocultura de eucalipto. Os conflitos e impactos são parte do cotidiano das organizações (MST, MPA, Quilombola, Pescadores e Poder Público) de que cada um faz parte, como é o caso da concentração da terra e da produção, o bloqueio à reforma agrária e a formação dos desertos verdes, e a relação dos monocultivos com a questão ambiental.

Por fim, nas Considerações Finais, destacamos que este trabalho não deu conta das várias dimensões dos impactos da monocultura de eucalipto no recorte territorial estabelecido. Mesmo reconhecendo que não foi essa a intenção, conforme apresentado nos objetivos, as reflexões e resultado deste estudo permitiram trazer elementos e informações que contribuem nessa perspectiva.

## **2 TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL**

Território, mundialização do capital e desenvolvimento fazem parte dos diversos aspectos abordados neste trabalho. Conceituá-los inicialmente é uma necessidade para que sejam claras nossas concepções e posicionamentos.

### **2.1 Território**

Ratzel foi quem pensou o conceito de território sob o olhar da Geografia, associando-o ao espaço apropriado por uma sociedade para satisfazer suas necessidades de alimentação e moradia. Quanto mais suas necessidades estivessem resolvidas em determinado espaço, mais essa sociedade estaria vinculada a ele e, com isso, construiria um sentimento de pertencimento em relação ao território. Segundo Ratzel, quando uma sociedade se organiza para defender seu território, se transforma em Estado. Muito embora tais reflexões estivessem feitas sob a orientação positivista, elas trouxeram a questão da apropriação do espaço e do poder sobre ele. Mesmo que essas reflexões apresentem limitações no sentido de circunscrever o poder sobre o território somente ao Estado, elas foram fundamentais para a abertura posterior das reflexões acerca da espacialidade das relações de poder e dos conflitos territoriais (SAQUET, 2013). No período de 1870-1960, com o positivismo e neopositivismo predominante na Geografia, eram priorizados os conceitos de paisagem e região (descritiva e classificatória, não problematizando o espaço), com menor ênfase no conceito de território. A partir da segunda metade do século XX, com o advento marxista, David Harvey, Dematteis, Lefebvre e Raffestin contribuem decisivamente na introdução de uma Geografia fundamentada nos pilares do materialismo histórico dialético, com abordagem analítica e crítica. As lutas sociais, em diversas partes do mundo, influenciaram e deram sustentação a essa renovação no pensamento. Na Geografia, a partir dos anos de 1990, ganham força e centralidade os estudos territoriais, tanto no Brasil quanto em diversos outros países (SAQUET, 2013).

A partir da Segunda Guerra Mundial e, mais precisamente, após os anos de 1970, a economia torna-se hegemônica em escala mundial, em função dos diversos órgãos e instrumentos, hegemonzados pelos EUA, como FMI, BIRD, Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outros. Conforme afirma Santos em “A Natureza do Espaço”, “restringe-se o espaço reservado ao processo direto da produção, enquanto se alarga o espaço

das outras instâncias da produção, circulação, distribuição e consumo” (SANTOS, 2006, p. 161). A intensificação da técnica, da ciência e da informação é imprescindível para a sua efetivação. É o atual período que Santos (2006, p. 160) chama de meio técnico-científico-informacional, pois “a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato”. Os conceitos, nessa perspectiva, são construídos (e utilizados) para afirmar e/ou questionar determinados poderes. É nesse sentido que “mudam o significado de território conforme se altera a compreensão das relações de poder” (SAQUET, 2013, p. 33). O significado de território vai se ampliando, à medida que se amplia a compreensão das relações de poder no espaço, para além do poder ao Estado.

O território, seja por uma abordagem econômica, política, cultural seja pelo viés ambiental, é considerado uma relação de poder. Segundo Raffestin (1993), ele é resultado de uma ação sobre determinado espaço. Ou seja, toda relação de poder desempenhada por um sujeito em um espaço determinado, produz território. Considerando que as relações de poder em cada espaço geográfico se dão de forma diferenciada, em função dos objetivos diferenciados de cada sujeito no uso do espaço, assim também são construídos diferentes territórios.

Para uma análise geográfica, é fundamental a compreensão do espaço e do território, sendo estes indissociáveis. Fazer uma análise territorial é analisar o espaço a partir das relações de poder enquanto componente indispensável. O território é, portanto, uma relação de poder, resultado das relações sociais em um determinado espaço.

Para Santos (2006, p. 39), espaço é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Para o autor, os objetos são criados em consequência da ação humana, tornando-se instrumentos úteis ao ser humano, construídos nos diversos períodos históricos. Já as ações, que são próprias do ser humano, incluem empresas e instituições. Somente o ser humano é capaz de ações, pois é quem tem a capacidade de traçar objetivos. É nessa interação entre objetos e ações sobre o espaço, que se constitui o território. É somente a partir das ações que os objetos passam a ter sentido, e que os atores produzem cotidianamente seus territórios. Raffestin (1993) afirma que

[...] do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontra-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional, por intermédio de novos recortes, de novas implementações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitados. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores

sintagmáticos que produzem ‘territórios’. (RAFFESTIN, 1993, p. 152, destaques do autor).

O território é produzido cotidianamente a partir de relações entre os sujeitos no espaço e no tempo, formando suas territorialidades. É, portanto, uma relação tridimensional: sociedade – espaço – tempo, formando as territorialidades (RAFFESTIN, 1993). O território é também constituído por uma dimensão material e imaterial, em que a matéria e a ideia estão em unidade e movimento permanente, no tempo e no espaço, comandadas por certos objetivos.

A dimensão material – inclusive a extensão – está relacionada aos objetos geográficos, influenciados, dominados e apropriados pelos sujeitos territoriais. Já a dimensão imaterial, diz respeito à estratégia, às questões sociais, políticas e culturais, que também podem ser influenciadas, dominadas e apropriadas pelos sujeitos territoriais (GIRARDI, 2008; SAQUET, 2013). Os territórios são constituídos com base em aspectos objetivos (materiais) e subjetivos (imateriais). Para Fernandes (2008, s/p), “o território imaterial pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material”. Os territórios imateriais são, portanto, formados por ideias e pensamentos, que a partir das intencionalidades, dão sustentação aos territórios materiais. Há uma relação entre o pensamento e o mundo real, em movimento constante, construindo uma unidade entre matéria e ideia, entre o território material e o imaterial, ou (i)material, conforme Saquet (2013).

No exercício do poder, no processo de criação de territórios, os sujeitos envolvidos produzem o que podemos chamar de processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR). Na relação de poder, quando há divergência de objetivos, posicionamentos políticos diferentes, visões (e ações) sociais de mundo opostas, os sujeitos territorializam desterritorializando outros sujeitos, os quais, por sua vez, constroem novos territórios, ou seja, reterritorializam. Do encontro dessas visões antagônicas no uso do espaço, nasce o conflito territorial.

O desenvolvimento capitalista, a contar dos anos de 1960, com a hegemonia do capital em escala mundial, mais dinâmico e com maior mobilidade, destrói antigos territórios, construindo novos. Saquet (2013, p. 126) afirma que, “a desterritorialização significa a destruição de antigos territórios e/ou des-integração de novos espaços, em redes; a (re)territorialização, por sua vez, corresponde à constituição de novos territórios”. Como poderemos constatar no decorrer deste trabalho, a relação de poder está intrinsecamente relacionada à nossa concepção de território.

Afirma Quijano (2005, p. 119) que “[...] toda sociedade é uma estrutura de poder. É o poder aquilo que articula formas de existência social dispersas e diversas numa totalidade única,

uma sociedade”. É nesse sentido que toda sociedade constrói seu território, seja ele na escala micro ou macro.

A abordagem territorial, proposta neste trabalho é fundamental para compreendermos a territorialização da monocultura de eucalipto, com enfoque no norte do Espírito Santos, a partir da divisão territorial do trabalho e da mundialização do capital.

Considerando que o território é formado a partir do espaço, sendo estes indissociáveis, e a relação de poder intrínseca a esse processo, as empresas produtoras de papel e celulose implantam não apenas eucalipto, mas poder sobre determinados espaços, construindo territórios. Apropriando-se da terra, seja com a compra, seja com o arrendamento ou fomento florestal, as empresas produtoras de papel e celulose se apropriam também de outros bens da natureza e utilizam o Estado para manter, avançar e legitimar seu processo de expansão, sob a forma de legislações favoráveis e financiamentos, dentre outras. Nesse sentido, as empresas subordinam os camponeses à sua lógica, pois instalam os plantios nas áreas com maiores vantagens comparativas, na forma de infraestrutura, solo, hidrografia, relevo, dentre outros aspectos. É essa concepção de território que buscamos utilizar neste trabalho.

## **2.2 A mundialização do capital**

Ao fazer uma abordagem sobre a mundialização do capital, partimos de uma conceituação do que é o capitalismo e a sua origem, e também seus diversos impactos, suas crises, mas também sobre a necessidade de sua superação.

O capitalismo nasce da separação dos trabalhadores dos seus meios de produção. Essa medida foi fundamental para garantir que os trabalhadores dispusessem apenas de sua força de trabalho para colocá-la à venda a quem pudesse e quisesse comprá-la – os detentores dos meios de produção, sendo estes, os capitalistas. Já os que dispunham apenas da força de trabalho foram considerados proletários.

Para Oliveira, fundamentado em “O capital” de K. Marx,

As relações capitalistas de produção são baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda propriedade, exceto de sua própria força de trabalho. (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

A comercialização da força de trabalho, organizada pelo capital, surge por volta do século XI-XII, no mundo islâmico (península ibérica e/ou itálica), séculos antes do surgimento da América. Mas, como afirma Quijano (2005, p. 115).

[...] o capitalismo como sistema de relações de produção, isto é, a heterogênea engrenagem de todas as formas de controle do trabalho e de seus produtos sob o domínio do capital, no que dali em diante consistiu a economia mundial e seu mercado, constituiu-se na história apenas com a emergência da América.

O capitalismo como modo de produção nasce e se torna mundializado com a colonização das Américas, desde a Europa. Foi, portanto, um capitalismo que Quijano (2005) chama de colonial/moderno e eurocentrado. Nasce da expropriação territorial e repressão das populações colonizadas, forçando-as a aprender e reproduzir parte da cultura do colonizador, seja ela no campo da tecnologia, enquanto ação objetiva, seja também subjetiva, como é o caso da religião.

O pensamento dominante tem afirmado que o capitalismo nasceu na cidade, em função do nascimento da burguesia. Ellen. M. Wood (2000), em seu artigo “As origens agrárias do capitalismo”, faz uma profunda reflexão sobre a gênese do capitalismo na Inglaterra, contrariando diversos autores e, fundamentada na obra “O capital”, afirma que o capitalismo nasceu no campo e não na cidade. Para ela, o capitalismo nasceu rompendo com antigos padrões de expropriação que se baseavam em meios extraeconômicos como a coerção direta praticada, por senhores rurais ou pelo Estado, através dos poderes militar, judicial e político. O capitalismo inovou a forma de exploração e expropriação dos trabalhadores com a expropriação dos seus meios de produção, que foi e é viabilizada através de diversos mecanismos, como o melhoramento (*improvement*), que tornou a terra mais produtiva e lucrativa. Porém, o cercamento, tornando a terra cada vez mais concentrada, expropriando camponeses de suas terras, reduzindo o número de trabalhadores no campo, tornando-os “livres” para vender sua única mercadoria, sua força de trabalho, esteve entre as principais ações. A ampliação da produção e a redução do tempo de trabalho fizeram com que grande parte dos trabalhadores não mais precisasse residir e atuar no campo, migrando para cidade (e sua periferia), onde se encontrava a maioria das indústrias (WOOD, 2000). O processo de expropriação e exploração está na origem do capitalismo, assim como a origem do esvaziamento do campo e o inchaço urbano.

Ações e técnicas milenares, como o melhoramento das técnicas de produção, através de cultivo conversível ou em degrau, rotação de cultura, drenagem de pântanos, estiveram entre essas ações de *improvement*, de uso mais intenso, com proveitos e rejeitos distribuídos territorialmente de forma desigual. Foram utilizadas amplas pressões para a eliminação de antigas práticas e costumes considerados “empecilhos” ao processo de tornar a terra mais produtiva. Com o capitalismo, foi inovado o conceito de propriedade da terra, tornando-a não apenas privada, mas excludente, eliminando costumes reguladores a partir das aldeias e outros

direitos costumeiros presentes nelas, pois era considerado desperdício as terras que não se tornavam produtivas e lucrativas, justificando sua apropriação por outros, que teriam o direito e o dever de melhorá-las, através da especialização, da inovação e/ou da acumulação, expropriando camponeses e se apropriando de suas terras. As terras indígenas nas Américas estiveram entres estas, como aconteceu desde o século XVI. Melhoramento tem, portanto, um sentido amplo, relacionado tanto ao processo de elevação da produtividade, quanto à concepção de propriedade exclusiva e excludente. É, portanto, um conceito de elevada carga ideológica e de ação prática e vinculado ao capitalismo.

Sintetiza Wood (2010, p. 27) que “a ética dos ‘melhoramentos’ no seu sentido original, no qual produção e lucro são indissociáveis, é também a ética da exploração, da pobreza, e do desamparo”. Esse processo, que tem sua gênese na Inglaterra, se expande para diversos países e continentes. Essa força é profundamente contraditória, pois é alcançada com a intensa expropriação e exploração, seja entre classes num mesmo país, seja entre países, no processo de expansão colonial e imperialismo, na expectativa de novos mercados e recursos. Assim nasce o capitalismo, a partir da ampliação da capacidade produtiva, mas também da ampliação da exploração, seja das pessoas, seja dos bens da natureza.

Como tem afirmado Harvey (2011, p. 193), “um capitalismo ético, sem exploração e socialmente justo que beneficie a todos é impossível. Contradiz a própria natureza do capital”. O capitalismo possui uma ética sustentada nos pilares da colonização, expropriação, exploração, mercantilização, desperdício e descartáveis, da separação dos trabalhadores dos seus meios de produção, dentre outros. A contradição está na origem do capitalismo. Uma combinação entre terra mais produtiva e população expropriada. Uma ética em que a qualidade de vida de certo grupo de pessoas (principalmente os trabalhadores) não acompanha a capacidade produtiva da terra.

O capitalismo nasce, como tem afirmado Harvey (2011, p. 201), “banhado em sangue e fogo”. Nasce em uma região específica e toma a dimensão mundial, como também têm sido os seus impactos. Seus tentáculos espalhados pelo resto do mundo expandem sua ética de expropriação e de dominação, utilizando da diversidade geográfica existente em escala local, regional e mundial. Para o capital, “a diversidade geográfica é uma condição necessária, e não uma barreira, para a reprodução do capital. Se a diversidade geográfica não existe, então, tem de ser criada” (HARVEY, 2011, p. 133).

Para a perpetuação do capitalismo, foi necessário que este se expandisse nas diversas partes do mundo - tornando-se mundializado. A mundialização do capital é o título do livro de François Chesnais, publicado pela primeira vez em 1994, na França e em 1996 no Brasil.

Como constata Chesnay (1996), a mundialização do capital ocorreu desde a expansão e domínio das empresas multinacionais, envolvendo de forma simultânea e inter-relacionada, três processos: a movimentação internacional de capitais, a produção capitalista em nível internacional e a existência de ações governamentais a nível internacional. A partir da Segunda Guerra Mundial, houve uma regulação, em âmbito internacional, que possibilitou, com as fusões de empresas, a reconstrução dos países afetados pela guerra, sob a hegemonia militar e econômica dos EUA. Foram criadas instituições mundiais – como o FMI, o Bird, o BM, e assinados acordos internacionais para dar sustentação a essa investida (CHESNAIS, 1996; OLIVEIRA, 2012; STEDILE, 2013).

A mundialização do capital busca eliminar obstáculos à geração de lucros em todos os lugares, em esfera planetária, apresentando um mundo sem fronteiras à circulação de capitais, a partir de grupos econômicos hegemônicos mundialmente. Coronil (2005, p. 59) corrobora, afirmando que “os discursos dominantes da globalização oferecem a ilusão de um mundo homogêneo que avança constantemente em direção ao progresso. Mas a globalização está intensificando as divisões da humanidade e acelerando a destruição da natureza”. A globalização nasce e carrega as marcas do neoliberalismo que unifica, dividindo o mundo sob novas formas de dominação e buscando construir um mundo unido contraditoriamente entre colonizado e colonizadores; entre moderno e atrasado; desenvolvido e subdesenvolvido; pobres e ricos; entre donos da força de trabalho e donos dos meios de produção.

Para Santos (2003, p. 23), “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”. Ele afirma que vivemos uma “dupla tirania, a do dinheiro e a da informação, intimamente relacionadas. Ambas, juntas, fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época” (SANTOS, 2003, p. 37).

Com o livro intitulado “Por uma outra globalização – do pensamento único à conscientização universal” (2003), Santos também questiona a “globalização”. Para ele, o avanço da técnica, da ciência e da informação, no período conceituado como meio técnico-científico-informacional, possibilitou o alargamento do domínio do capital, construindo e ampliando a geopolítica do conhecimento. A globalização, tão difundida, aprofundou ainda mais os problemas vividos pela humanidade, ampliando a utilização da técnica e, como resultado, a ampliação da mais-valia.

A globalização, para Santos (2003, p. 65) “mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si”. É uma economia de geração de riqueza para alguns e de pobreza para a grande maioria da população. Essa forma de dominação, que constrói

e concentra riquezas na esfera internacional, também, produz as suas contradições e suas fraquezas.

A globalização tem o sentido da liberalização e desregulamentação, da destruição de barreiras para a geração do lucro – um mercado globalizado. Um mercado sem fronteiras e sem nacionalidade. Globalização é a palavra de ordem do mercado; porém “enquanto produz uma ordem em causa própria, cria, paralelamente, desordem para tudo o mais” (SANTOS, 2003, p. 86). É nessa ordem e desordem que o capitalismo vai implementando seu projeto de sociedade, ao mesmo tempo que externaliza suas contradições e fraquezas.

Questionando sobre o poderio colocado sobre soluções técnicas, criado a partir da revolução industrial, partindo do ideário filosófico iluminista, Porto-Gonçalves (2015) afirma que

[...] há uma crença acrítica de que existe, sempre, uma solução técnica para tudo, com isso ignora-se que o sistema técnico inventado por qualquer sociedade traz embutido nele mesmo a sociedade que o criou, com as suas contradições próprias trazidas nesse campo específico. (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 15).

O capitalismo tem passado por diversas fases desde o seu surgimento até os dias atuais. Stedile (2013) afirma que

O desenvolvimento do modo de produção capitalista passou por várias fases. Iniciou no século XV como capitalismo mercantil, depois evoluiu para o capitalismo industrial nos séculos XVIII e XIX. No século XX, desenvolveu-se como capitalismo monopolista e imperialista. Nas últimas duas décadas, estamos vivenciando uma nova fase do capitalismo, agora dominado pelo capital financeiro globalizado. Essa fase significa que acumulação do capital, das riquezas, se concentra basicamente na esfera do capital financeiro. Mas este precisa controlar a produção das mercadorias (na indústria, nos minérios e agricultura) e o comércio em nível mundial para poder apoderar-se da mais-valia produzida pelos trabalhadores agrícolas em geral. (STEDILE, 2013, p. 20-21).

No capitalismo mercantil, o monopólio se dava sobre os preços das mercadorias. Vender com um preço muito acima do preço de aquisição possibilitava extrair uma ampla margem de lucro. No capitalismo industrial, o monopólio se dava pelo trabalho, com a elevação da produtividade e a agregação de valor ao produto final, ao mesmo tempo que tornava a agricultura dependente da indústria. Enquanto produzia a partir da demanda da indústria, a agricultura era consumidora de insumos industriais, de máquinas e equipamentos. Uma agricultura muito mais monetarizada, em relação ao período anterior. No capitalismo monopolista e imperialista, como o próprio nome já diz, a apropriação da mais-valia era adquirida pelo monopólio das grandes empresas sediadas em países imperialistas, mas que com a sua mundialização, se ramificavam em diversas partes do mundo. Na fase do capitalismo dominado pelo capital financeiro, as instituições financeiras são, não apenas bancárias, mas também seguradoras, financiadoras, bolsas de valores, cartão de crédito, fundos de

investimentos, entre outras. Integra-se a isso, a tecnologia da informação, imprescindível para o seu funcionamento (STEDILE, 2013).

Uma sintonia entre as telecomunicações – que têm como base a tecnologia digital a política neoliberal e o capital mundializado – constrói as condições essenciais para o funcionamento do capitalismo financeiro. A telecomunicação possibilita o encurtamento de distância para a circulação de mercadoria. Com a comunicação digital, permite que as bolsas de valores em diversas partes do mundo funcionem por tempo ininterrupto. Para Santos (2006, p. 134), “o campo de ação da mais-valia universal é esse chamado mercado global”.

Atuando em diversos setores, o capitalismo busca se apropriar e explorar, com maior intensidade, os bens da natureza, transformando-os em mercadorias a serem comercializadas nas bolsas de valores. A força de trabalho é também explorada em lugares onde há flexibilidade trabalhista, redução do preço e abundância de trabalhadores. Nesse sentido, o capital passou a comprar ações de médias e grandes empresas atuantes em diversos setores, dolarizando a economia mundial, com organizações em escala mundial, como OMC, BM, FMI, que normatizam o comércio exterior. Com pressão sobre os governos nacionais, obriga-os a liberarem crédito subsidiado para acelerar o processo de concentração e centralização da economia (STEDILE, 2013).

Ao investir em capitais fixos, como terra, minérios, energia (hidrelétricas, usinas de etanol etc.); na biodiversidade dos territórios; e nos setores produtivos – como na produção agrícola – o capital avança no campo, reestruturando a posse e o uso da terra. A pesquisa se soma a esse processo, fazendo com que os recursos públicos sejam investidos em benefícios privados, funcionando como mercadorias. Além da privatização de empresas públicas e do investimento público em infraestrutura (rodovia, ferrovia, hidrovias, portos e aeroportos) para a instalação e o funcionamento dos grandes empreendimentos privados, as universidades e os centros de pesquisa têm atuado sob a agenda e demanda das grandes empresas multinacionais.

Nessa lógica da divisão internacional da produção e do trabalho é que se dá esse processo contraditório, em que acontece a privatização de recursos e empresas públicas, a publicação de pesquisas com investimentos públicos com base em interesses privados, assim como a privatização dos lucros e a socialização dos prejuízos.

Em função da crise econômica de 2008,

Os grandes grupos econômicos do hemisfério Norte, diante da crise, das baixas taxas de juros por lá praticadas (ao redor de 0,2% ao ano), da instabilidade do dólar e de suas moedas, correram para a periferia buscando proteger seus capitais voláteis através da aplicação em ativos fixos como terra, minérios, matérias-primas agrícolas, água, territórios com elevada biodiversidade, investimentos em setores produtivos e

na produção agrícola e também no controle de fontes de energias renováveis, como hidrelétricas ou usinas de etanol. (STEDILE, 2013, p.23).

O agronegócio tem cumprido uma função de extrema importância nesse modelo, pois busca gerar saldos comerciais a partir da exportação de *commodities*, como é o caso da produção de soja, eucalipto, algodão, como a extração de minérios, dentre outros. Esse processo tem acirrado a disputa pela terra, seja com as comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) seja com as camponesas. Esse modelo tem bloqueado a terra improdutiva para fins da reforma agrária.

Sem estar diretamente vinculadas ao processo de produção, diversas empresas monopolizam a industrialização da produção agropecuária e/ou a comercialização, subordinando os camponeses, em função do controle do comércio de insumos (antes da porteira), da industrialização, distribuição e comercialização (porteira para fora). A produção de alimentos, que deveria ser uma estratégia nacional a serviço da população, passou a ser uma mercadoria, como outra qualquer, produzida onde há menor custo, a ser adquirida no mercado mundial, alimentando a acumulação capitalista. Mesmo assim, a agricultura camponesa/familiar produz a maior parte dos alimentos para o consumo interno no Brasil (OLIVEIRA, 2012; STEDILE, 2013). Portanto, a exploração capitalista não tem fronteiras. A partir da heterogeneidade geográfica, o capital explora bens naturais (terra, água, minérios, biodiversidade) e a força de trabalho.

É nesse campo de batalha que se dá a relação capital-trabalho, sendo que o segundo é subordinado ao primeiro. Nesse processo contraditório, afirma Harvey que “o trabalhador produz o capital sob a forma de mercadorias e desse modo reproduz o capitalismo [...]. Por mais que os capitalistas organizem o processo de trabalho, o trabalhador é o agente criador” (2011, p. 88).

Enquanto existir capitalismo haverá essa batalha, a qual é intermediada por crises cíclicas, intrínsecas a esse modelo. A cada crise, o capitalismo busca ajustar sua forma de acumulação para manter um crescimento anual de 3% em média. Para Harvey (2011, p. 100) “as crises são, em suma, tão necessárias para a evolução do capitalismo como o dinheiro, o poder do trabalho e o próprio capital”. É através das crises que o capitalismo restaura, temporariamente, seu equilíbrio para o processo de acumulação continuada.

Com o capitalismo hegemônico e mundializado, uma crise nos países centrais afeta diversos outros países, em maior ou menor grau. Internamente a esses países, os Estados que possuem uma economia dependente do mercado externo, sofrem muito mais. Na crise do ano

de 2008, o Espírito Santo, que participa com “4,4% do valor total das importações nacionais e com 6% do valor total das exportações” (ESPÍRITO SANTO, 2013, p. 28), foi muito afetado.

A crise da economia norte-americana de 2008, que se espalhou para praticamente todas as economias do mundo, afetou fortemente o PIB do Espírito Santo no ano de 2009. Depois de três anos consecutivos crescendo a taxas anuais próximas dos 8%, ocorreu uma queda de 6,7% em 2009, enquanto a economia nacional teve sua trajetória reduzida em 0,3% (ESPÍRITO SANTO, 2013, p. 36).

Outro fator que acirra, ainda mais, a vulnerabilidade capixaba é o preço dos produtos de exportação em relação à importação. Fazendo um comparativo entre o preço médio das exportações e importações, o Espírito Santo (2013, p. 38) destaca que, no ano de 2012, o preço médio da tonelada exportada pelos portos capixaba era de 228,8 dólares, sendo que no mesmo período, a tonelada de importação foi de 1.311,7 dólares.

Se o capitalismo tem sua origem no campo, separando (e excluindo) os trabalhadores dos meios de produção, separando produção agrícola e indústria, campo e cidade; nesta nova fase, o capitalismo mundializado contraditoriamente unifica o que ele mesmo separou.

Na maioria dos países<sup>1</sup> a população está concentrada nas cidades. É também nesses lugares que está concentrada a maior parte dos órgãos responsáveis pelo ‘desenvolvimento’ econômico e pela tomada de decisões políticas. Concentra-se nas cidades, também, os diversos problemas enfrentados pela população, como é o caso dos homicídios, das vítimas do trânsito, entre outros. A cidade tem sido um campo de luta, seja dos trabalhadores do campo seja da cidade, sendo, portanto, onde ocorre a luta por políticas públicas de preço, crédito agropecuário, comercialização, educação, entre outros direitos e necessidades fundamentais em benefício dos trabalhadores. O meio rural tornou-se um campo de luta entre os camponeses e o latifúndio/agronegócio, que disputam a terra e a água, em função da monetarização da natureza. Os diversos problemas enfrentados pelos trabalhadores da cidade têm sua causa no campo, como é o caso do inchaço urbano, produzido em função do esvaziamento do campo; da crise hídrica, através das estiagens ou das enchentes (em função do desflorestamento, da destruição das nascentes, entre outros fatores); e da soberania alimentar, entre diversos outros problemas. Trabalhadores do campo e da cidade são vítimas dos mesmos problemas, originários no processo de acumulação capitalista.

O desemprego e a pobreza, além de outros problemas da violenta lógica estrutural do capitalismo, não podem ser colocados como falhas individuais ou coletivas, pois são as próprias

---

<sup>1</sup> Conforme dados do IBGE, no ano de 2009, dos 192 países, 111 (57% do total) possuíam a população urbana maior que a rural. Deste, 6 países estão na Oceania, 10 na Ásia, 13 no Oriente Médio, 17 na África, 24 na América (Norte, Central e sul) e 41 na Europa. A população desses países representava em 2010, apenas 37,3% da população total da época.

contradições desse modelo que criam as condições para a sua superação. Compete aos trabalhadores, de forma organizada, ir construindo as condições de não apenas resistir a esse processo, mas construir suas experiências de luta, de sistemas de cooperação, da produção de alimentos saudáveis, da relação entre os trabalhadores do campo e da cidade. É nesse processo que se dá a articulação entre os camponeses de diversos países, com a criação da Via Campesina Internacional<sup>2</sup>, que articula e luta por soberania alimentar. Mas há diversos outros espaços de luta em que os camponeses e os trabalhadores urbanos, a juventude do campo e da cidade promovem atividades de enfrentamento ao grande capital.

Enquanto “os discursos da globalização oferecem a ilusão de um mundo homogêneo que avança constantemente em direção ao progresso” (CORONIL, 2005, p. 59), as organizações dos trabalhadores, explicitam a necessidade de globalizar a luta e globalizar a esperança. Assim como são heterogêneas as formas de expropriação e exploração, também são as formas de resistência e luta para sua superação. Mundializa-se o capital, assim como mundializam-se as formas de luta. Porque na lógica capitalista de desenvolvimento, os fenômenos e ações locais não podem ser compreendidos fora do contexto mundial, assim como também os fenômenos mundiais são sustentados pelas ações locais. Nesse processo de desenvolvimento há uma articulação entre o específico e o geral, entre o local e o global. Enquanto o local carrega todas as dimensões do global, é também o local que contém as potencialidades de resistência ao global (SANTOS, 2003).

### **2.3 Desenvolvimento**

O conceito de desenvolvimento é recorrente na atualidade e utilizado para as mais diversas situações e proposições. Em seu uso mais comum, está atrelado ao processo de crescimento econômico e melhoria das condições de vida de certo grupo social. Está presente em debates, discussões, assim como em projetos, que podem ser convergentes ou divergentes entre si.

O desenvolvimento, enquanto discurso e prática, coloca no imaginário desejável metas a serem alcançadas; portanto, buscadas por todos (embora não atingidas por todos). Afirma Montenegro Gómez (2006, p. 35):

---

<sup>2</sup> É um movimento internacional autônomo, pluralista e que articula organizações camponesas, indígenas, regionais e nacionais. Tem por objetivo a articulação e fortalecimento de suas organizações; incidir no centro do poder e decisões dos governos e dos organismos multilaterais para reorientação política, econômica e agrícola que afetam camponeses; fortalecer a participação das mulheres, jovens e toda a base; formular propostas com relação a temas pertinentes aos trabalhadores; e construir políticas de alianças com outros setores da sociedade.

Alguém se colocaria contrário em ter mais saúde, educação, possibilidades de lazer? Alguém teria objeções a um aumento de sua qualidade de vida, de sua capacidade de consumo? Alguém seria, enfim, contrário a viver num lugar que oferecesse mais oportunidades econômicas, sociais e culturais? O desenvolvimento promete tudo isso, portanto, quem se colocaria contra o desenvolvimento? O natural é acreditar na esperança que o desenvolvimento traz, encantar-se com sua promessa tipicamente capitalista de oferecer o melhor dos mundos possíveis e desejar todas as benesses que parece proporcionar.

Entretanto, já no processo de colonização das Américas, inauguravam-se dois processos articulados que Lander (2005, p. 10) chamou de “modernidade e a organização colonial do mundo”. Referenciando em Mignolo (1995) e Quijano (1995), o autor afirma que ocorria não apenas a colonização do mundo, mas também dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário. Com a colonização constrói-se uma sociedade liberal eurocêntrica, que considera as outras formas de sociedade e de conhecimento não apenas como diferentes, mas carentes, arcaicas, primitivas, inferiores, tradicionais e pré-modernas. Por isso, “não é possível conceber a modernidade sem a colonialidade [...] a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivada” (MIGNOLO, 2005, p. 34; 36). A modernidade é, portanto, uma “justificativa de uma práxis irracional de violência” (DUSSEL, 2005, p. 29). O desenvolvimento é parte do processo de reestruturação capitalista, na busca do controle da força de trabalho e da natureza, a partir da colonização e da constituição dos Estados Modernos, fundamental para o projeto de colonização, na perspectiva de consolidação de uma sociedade burguesa, a partir das estruturas econômicas capitalistas. Com a Revolução Francesa e seus ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, selam a identidade do povo vinculado ao seu território, contribuindo para que os Estados Modernos se tornassem Estados Nacionais. Para Sampaio Jr. (2012, p. 673-674):

[...] acumulação de capital, avanço das forças produtivas e integração nacional constituem aspectos indissolúveis de um mesmo problema: criar as bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional capaz de controlar o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista.

É perceptível que esse conceito de desenvolvimento está ancorado nos pilares do capitalismo dependente, o qual, muitas vezes, tem o mesmo sentido de crescimento econômico e modernização.

A partir da década de 1950, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA), o tema desenvolvimento passa a fazer parte, com maior veemência e em várias partes do mundo, de diversos projetos no processo de expansão capitalista,

Os Estados Unidos assumiram a tarefa de promover o progresso industrial em outros países, melhorando o padrão de vida de suas populações, na tentativa de promover o

desenvolvimento como uma forma de assegurar a paz. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos conseguiam assegurar-se, com esta estratégia, a iniciativa econômica e política na nova ordem internacional que ia se formando. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2002, p. 2).

Promover o desenvolvimento era anunciado, naquele período, para construir as condições políticas, sociais e econômicas e assim elevar as condições de vida da população de países “subdesenvolvidos” para a condição de “desenvolvidos”.

No Brasil, nesse período, foram construídas políticas e criados órgãos que visavam garantir o desenvolvimento, como foi o caso do Plano de Metas – 1956-1961, no governo Juscelino Kubitschek (JK), fundamentado em cinco áreas prioritárias (energia, transportes, indústrias básicas, alimentação e educação) e trinta metas subsetoriais. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico<sup>3</sup> (BNDES; BNDE desde sua criação até o ano de 1982), também fez parte desse processo. Esse banco nasceu para promover o desenvolvimento industrial do país, a partir dos estudos e da orientação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU). Essa iniciativa fez parte da política norte-americana de apoio às nações “amigas”, no Pós-Guerra (JUVENAL, 2002; BINKOWSKI, 2014).

Os EUA foram, nessa perspectiva, o indutor do desenvolvimento. Desenvolver o resto do mundo sob a sua hegemonia. O desenvolvimento foi (e é), na verdade, um poderoso instrumento de dominação e controle social, inaugurado no discurso de posse do presidente dos EUA, Harry S. Truman, em 20 de janeiro de 1949. Vale ressaltar que no período da Guerra Fria, os dois Blocos de Poder – capitalista e socialista – liderados pelos EUA e pela antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) buscaram estender e solidificar suas relações políticas e econômicas com outros países, tendo o desenvolvimento como um dos horizontes estratégicos, ou mesmo ‘levar’ o desenvolvimento.

Com esse discurso e com as políticas expansionistas sobre os países tidos como “subdesenvolvidos”, a estratégia do desenvolvimento, assim como seus instrumentos balizadores, têm sofrido diversas modificações, como foi o caso: dos indicadores de desenvolvimento – que variaram do Produto Interno Bruto – PIB *per capita*, para Índice de Desenvolvimento Humano – IDH; da escala do desenvolvimento – da nacional para a regional, até o desenvolvimento local; e dos aspectos econômicos do desenvolvimento – com considerações acerca da pobreza e do ambiente, presentes nas proposições do desenvolvimento sustentável (MONTENEGRO GÓMEZ, 2002).

---

<sup>3</sup> O BNDE foi criado em 1952, incorporando, em 1982, o “S” de Social em sua sigla.

Ao questionar a reivindicação de líderes nacionalistas, Porto-Gonçalves (2015) trata muito bem a questão de desigualdade e de subdesenvolvimento. Para o autor “ao questionar a des-igualdade, o que se aponta no horizonte é que se quer ser igual e, assim, permanecemos nos marcos do pensamento eurocêntrico. Todos querem ser desenvolvidos como a Europa, EUA” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 51). Continua o autor: “a superação da desigualdade se transforma, na verdade, numa busca para que todos sejam iguais... ao padrão cultural europeu norte-ocidental e estadunidense” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 64). Para o autor desenvolver ou “des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu espaço, com seu território” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 81).

Diversas técnicas foram utilizadas para, nas palavras de Porto-Gonçalves (2015, p. 81-82), garantir o

[...] des-envolvimento: os *enclosers*, o cercamento dos campos, ou melhor, a privatização das terras de uso comum, tão bem descritas por Thomas Morus em sua *Utopia*; os massacres que expulsavam camponeses e indígenas de suas terras; a guerra biológica (vírus lançados sobre comunidades indígenas); as migrações forçadas de africanos para todo o mundo; e, hoje, bem pode ser a criação de uma unidade de conservação ambiental com a expulsão de populações que habitam essas áreas tradicionalmente (grifos do autor).

Desenvolvido e subdesenvolvido foram, nessa condição, dois lados de um mesmo projeto, que esteve (e continua) ancorado em aspectos subjetivos e quantitativos. O desenvolvimento capitalista busca transformar todas as coisas em mercadoria. Desenvolver é, nessa perspectiva, uma relação comercial e de domínio. A riqueza apropriada por alguns e objeto de anseio para muitos é, na atualidade, uma riqueza capitalista, que para Marx é o “domínio de seres humanos sobre seres humanos, ou seja, constitui uma relação social de domínio” (CARCANHOLO, 2011, p. 74).

Em sua forma aparente no atual modo de produção, o desenvolvimento busca contemplar três aspectos básicos da classe trabalhadora: a) social – no que diz respeito à educação, saúde, moradia, alimentação, respeito à cultura e às tradições; b) econômico – emprego, distribuição de riquezas; e c) político – legitimidade e benefícios sociais para a maioria da população. É esse o desenvolvimento em que nos fazem crer. É como se contemplasse o conjunto da sociedade, como se não estivesse dividida em classes (MONTENEGRO GÓMEZ, 2002). Entretanto, não é suficiente que as políticas de desenvolvimento sejam implementadas; é necessário que elas sejam assumidas como uma necessidade de todos.

Porém, na essência da ótica capitalista, o desenvolvimento é um instrumento de controle de uma classe sobre outra. O “capital não pode ser controlado: ele é o próprio

controlador e regulador do processo de metabolismo social” (MÉSZÁROS, 1997, p. 145 apud MONTENEGRO GÓMEZ, 2002, p. 7).

O desenvolvimento, no modo de produção capitalista, hegemônico na sociedade atual, tem funcionado como mercadoria – pensado para vender – como afirma Richard Peet (2007, p. 29). Especialistas treinados em universidades produzem teorias, as quais “tornam-se base de discursos de centenas de especialistas, que estruturam milhares de políticas, que por sua vez, influenciam a vida de bilhões de pessoas”. Esse discurso é sustentado pela hegemonia, seja através da coerção e/ou do consenso, seja através da repressão física, a partir do aparato repressivo do Estado, ou do controle ideológico e consentimento. Hegemonia, para Gramsci apud Peet (2007, p. 25), quer dizer “produção cultural de sistemas inteiros de valores, atitudes, crenças e moralidade que dão suporte para a ordem social existente e o modo de vida prescrito”. Se na aparência o desenvolvimento é formulado e implementado a serviço de toda a sociedade, na essência, é exercido a serviço de um grupo de interesse, minoritário, mas hegemônico e que subordina a maioria, em uma sociedade classista.

Portanto, o desenvolvimento não pode ser concebido enquanto solução dos problemas vividos pelo conjunto da sociedade, mas, ao contrário, é a fonte geradora dos problemas que a classe trabalhadora tem enfrentado (PEET, 2007). O desenvolvimento é, nessa perspectiva, a manutenção da desigualdade social, mesmo que para isso seja necessário distribuir parte da renda, a partir do crescimento econômico, mas sem alterar substancialmente a acumulação capitalista.

Se, no início do período Pós Segunda Guerra, o Plano Marshall visava a reconstrução da Europa, em meados da década de 1950, a prioridade era a consolidação do sistema de segurança da Ásia e Oriente Médio, em função das chamadas “ameaças soviéticas”. Isso fez com que essas duas grandes regiões se tornassem prioridade no recebimento de financiamento norte-americano. A América Latina passou a ser objeto de investida prioritária somente a partir da Revolução Cubana, que foi o embrião da chamada “Aliança para o Progresso”, nos anos de 1960. O quadro que segue evidencia a evolução dos financiamentos norte-americanos, a partir do Plano Marshall.

**Quadro 1** – Auxílio econômico oficial norte-americano segundo regiões (percentual)

<b>Regiões/períodos</b>	<b>1946/48</b>	<b>1949/52</b>	<b>1953/61</b>	<b>1962/71</b>
Oriente próximo e Ásia do Sul	6,1	8,9	22,8	26,3
Ásia Oriental	8,7	10	21,1	17,3
América Latina	1,7	2,5	8,5	17,4
África	0,1	0,2	2,6	5,8
Oceania*	0,1	0,1	0,1	0,1
Japão	6,3	5,3	2,3	1,9
Europa	77	73	38,6	11,9

\* Arredondamento, pois foi abaixo de 0,1.

**Fonte:** Criação nossa, com base em Pinho Neto (1996).

No período de 1946/1948 e 1949/1952 o auxílio financeiro norte-americano foi destinado prioritariamente à Europa e variou de 77% a 73% do montante financiado; no período subsequente sofreu redução e foi ampliando para outras regiões. No período de 1949/1952, o Oriente próximo e a Ásia do Sul receberam 8,9% do montante; no período de 1953/1961, esse percentual foi elevado a 22,8%; e no período de 1962/1971, foi elevado para 26,3%. Na América Latina, a evolução ocorreu da seguinte forma: 1,7% no período de 1946/1948; 2,5% no período de 1949/1952; 8,5% no período de 1953/1961; 17,4% no período de 1962/1971. O percentual de financiamento norte-americano variou conforme avançava o medo da ameaça soviética à onda de revoluções na América Latina, iniciada pela Revolução Cubana, em 1959.

No Espírito Santo, a partir da segunda metade do século XX, foram elaborados e implementados planos de desenvolvimento<sup>4</sup>, os quais reestruturaram substancialmente a economia e a estrutura agrária capixaba. No início do século XXI, o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 – (ESPÍRITO SANTO, 2006), o Plano de Desenvolvimento 2030 (2013) e o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba – Novo Pedeag (2008), representam a atual proposição de planos para o considerado desenvolvimento do Estado, e são documentos balizadores dos projetos de cada governo para o Estado. Esses dois primeiros planos fazem uma avaliação e traçam uma perspectiva a partir de cenários exploratórios, no seu sentido amplo e o Novo Pedeag (2008), na perspectiva da agropecuária. A partir destes cenários

<sup>4</sup> Raquel Daré (2010), para analisar a “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo, faz uma análise de diversos planos de desenvolvimento, como os que seguem: Alguns aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo – 1930/1970, Vitória, 1984, Asplan; Estudos para o desenvolvimento econômico do estado do Espírito Santo: Plano de diversificação e desenvolvimento agrícola do Espírito Santo. [S.I.: s.n.], 1968. 2 v.; Diagnóstico para Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo. [s.n.], 1966, Ecotec. Estudos para o desenvolvimento econômico do estado do Espírito Santo: Potencial florestal e silvicultura no estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro, 1967; Estudos para o desenvolvimento econômico do estado do Espírito Santo: A pecuária bovina no Espírito Santo. Rio de Janeiro, 1969.

é que se propõem intervenções a curto, médio e longo prazo, na perspectiva do desenvolvimento, ancorado no mercado exterior, a partir da exportação de *commodities*.

Nesses planos, forças e fraquezas estruturais são apresentadas entre os diversos potenciais projetos para um “aproveitamento da população migrante sem qualificação para mão de obra na agricultura” (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 28). Em relação à reforma agrária, é apresentado enquanto força e potencialidade um “Programa de *pequena reforma agrária*, com a inclusão de trabalhadores sem-terra em espaços não aproveitados em regiões com agricultura já dinamizadas” (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 36, grifo do autor). Esta reforma agrária não é vista como prioridade e os assentamentos são previstos nos interstícios do agronegócio. A concorrência é outro elemento apresentado enquanto estratégias para “fomentar a competitividade das pequenas e médias empresas” (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 28) e também como “estímulo à fusão/aquisição de empresas nos APLs<sup>5</sup>” (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 38). Constata-se o estímulo ao desenvolvimento do capital, à subordinação dos trabalhadores e à concorrência capitalista, excluindo os considerados ‘menos eficientes’, a partir da competição.

No ES 2030 (ESPÍRITO SANTO, 2013, s/p.) – mecanismo de atualização do plano anterior, nas palavras do governador estadual da época – é afirmado que o desenvolvimento tem o mesmo sentido de crescimento: “o Governo e as diferentes entidades, lideranças e organizações da sociedade se uniram, mais uma vez, no desafio de formular um pensamento novo e definir metas mais ambiciosas para o crescimento estadual”. Ao fazer menção aos ciclos de desenvolvimento econômico do Espírito Santo na década de 1960, o documento afirma que “esse novo ciclo significou uma verdadeira mudança estrutural: passamos de uma sociedade rural e agrícola para uma sociedade urbana e industrial” (ESPÍRITO SANTO, 2013, p. 24). Um efeito dessa intervenção, segundo essa mesma fonte, foi a alteração na população da região da Grande Vitória, que envolve sete municípios<sup>6</sup>: de 15,2% da população total do estado na década de 1960, passou para 46,4% na década de 2000. Essa região metropolitana, com apenas 5% da área do estado, chegou ao ano de 2010 com 48% da população (sendo 98,3% residente em área urbana), 63,2% do PIB estadual e 61,5% dos empregos formais.

O Espírito Santo possui uma economia “que funciona predominantemente como plataforma de oferta, dada a sua dimensão interna, e que tem a sua dinâmica determinada mais fora do que dentro dos seus domínios” (ESPÍRITO SANTO, 2013, p. 118). Todos esses planos

---

<sup>5</sup> Arranjos Produtivos Locais.

<sup>6</sup> A Grande Vitória é composta pelos municípios de Vitória (capital do estado), Vila Velha, Cariacica, Viana, Serra, Fundão e Guarapari.

de desenvolvimento elaborados e implementados no estado tiveram o mercado externo como horizonte.

Nesses planos de desenvolvimento, transformar tudo em mercadoria é um anseio, como é o caso do meio ambiente. Ao tratar da economia ambientalmente sustentável, o Estado (ESPÍRITO SANTO, 2013, p. 207) concebe “recuperação do capital ambiental, sendo também oportunidades de negócios rentáveis e de investimentos promissores e atraentes”. Entre as diversas alternativas, na perspectiva desenvolvimentista, diversas propostas são apresentadas para “ampliar, melhorar, divulgar e acompanhar programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); [...] reformar e agilizar o licenciamento ambiental” (2013, p. 209). Essa é uma forma de mitigar os impactos da depredação ambiental, mantendo o seu percurso. Fazendo uma crítica ao projeto desenvolvimentista em curso, Porto-Gonçalves (2015, p. 63) afirma que “o desenvolvimento naturalmente está associado à degradação ambiental – *é o preço que se paga pelo progresso, aceita-se*” (grifo do autor). Para isso foi criado conceitos como ecodesenvolvimento e, posteriormente, desenvolvimento sustentável, mantendo o ideal de “domínio” da natureza. Mas, frisa o autor “para dominar a natureza, como mandam os fundamentos da sociedade moderno-colonial, é preciso que se domine os homens (e mulheres), sem o que a natureza não pode ser dominada” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 81).

O Novo Pedagog, que traçou metas para a agropecuária capixaba para o período de 2007-2025, considera que 80% dos municípios capixabas são dependentes das atividades agrícolas e que essa atividade é responsável pela interiorização do desenvolvimento (ESPÍRITO SANTO, 2008, p. 23). Porém, houve um decréscimo da participação da população ocupada na atividade agropecuária, conforme evidencia o quadro a seguir:

**Quadro 2** – ES - Evolução da população ocupada 1991-2006 (em %)

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Agricultura</b>	<b>Indústria</b>	<b>Construção</b>	<b>Comércio</b>
<b>1991</b>	100,0	27,0	12,6	8,0	52,4
<b>2000</b>	100,0	24,3	12,0	7,1	57,6
<b>2006</b>	100,0	20,1	13,2	7,5	59,2

**Fonte:** Criação nossa, com base em Espírito Santo (2008, p. 24).

Enquanto houve uma redução de 27,0% para 20,0% da população ocupada na agricultura no período considerado (1991-2000-2006) e também de 8,0% para 7,5% na construção, verifica-se uma ampliação 52,4% para 59,2% da população ocupada no comércio, e um pequeno crescimento de 12,6% para 13,2% na indústria.

É necessário considerar que diversos fatores influenciam na efetivação ou não dos planejamentos. Mas é o Estado que organiza sua investida para alcançar tais proposições. No sentido contrário, os camponeses, através de suas organizações e aliados, têm articulado ações de resistência e enfrentamento, exigindo desse mesmo Estado, políticas públicas que favoreçam a classe trabalhadora, no sentido de viabilizar um crescimento econômico em sintonia com a distribuição de renda e a superação dos impactos ambientais, políticos, sociais e econômicos.

A superação desse tipo de desenvolvimento, em que os trabalhadores são subordinados ao capital e o mercado é considerado o espaço de encontro e solução dos diversos impactos, só é possível através da luta continuada, da articulação das diversas categorias de trabalhadores, do campo ou da cidade, impactados por essa lógica de desenvolvimento historicamente elaborado e implementado.

O desenvolvimento, no modo capitalista de produção, é realizado a partir do conflito de interesses, a partir da luta, mas que o discurso o desenvolvimentista busca eliminar. É necessária a construção de uma conceituação do desenvolvimento – assim como uma nova prática – a partir de outros pilares, que não estejam assentados na subordinação do trabalho ao capital, mas, ao contrário, no qual os trabalhadores sejam os protagonistas e beneficiários desse processo.

A caracterização agrária do Espírito Santo, tema abordado no capítulo seguinte, assim como os capítulos subsequentes estão assentados nos pilares do desenvolvimento, assim como da mundialização do capital e do conceito de território.

### 3 CARACTERIZAÇÃO AGRÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

A concentração da terra foi um problema para diversas sociedades em função de dificultar e/ou impedir o desenvolvimento das forças produtivas e de sua relação com o poder político. Por isso, diversos autores tratam a questão agrária como problema. Outros, porém, concebem a questão agrária como estudo, pesquisa e análise a partir da posse, uso e propriedade da terra (STEDILE, 2013).

Ao tratar a questão agrária como problema, diversos estudos e pesquisas baseados na ciência geográfica, fazem uma abordagem territorial a partir do Paradigma<sup>7</sup> do Capitalismo Agrário (PCA) ou do Paradigma da Questão Agrária (PQA).

Para o PQA, os problemas agrários são partes intrínsecas da estrutura do capitalismo e sua solução está relacionada à superação do capitalismo, através da luta de classe. Para o PCA, os problemas são conjunturais, e se resolvem com políticas que buscam integrar o campesinato e o agricultor familiar ao agronegócio. O mercado é o lugar de encontro e solução dos problemas agrários e a luta de classe não é considerada nas análises e proposições. No PCA, a existência de problemas diz respeito a cada um dos sujeitos e/ou grupos que não se adequou, ou não teve habilidades para acompanhar o processo, sendo, portanto, menos eficiente. Enquanto para o PCA o problema está no campesinato, para o PQA o problema está no capitalismo. Esses dois paradigmas se enfrentam tanto no campo teórico, na luta pela elaboração e implementação de políticas públicas, como na luta pela posse, uso e propriedade da terra, na luta entre camponeses, latifundiários e agronegócio (FERNANDES, 2014).

Para Stedile (2012), a questão agrária está relacionada à interpretação e análise dos problemas das sociedades em geral relacionadas à posse, uso e propriedade da terra. Não se trata apenas dos problemas gerados pela concentração da propriedade da terra, que em diversos países e épocas impediam e/ou dificultavam o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura. Para esse autor, a posse da terra diz respeito às pessoas e categorias sociais que moram em um determinado território, sendo, portanto, uma situação política.

A propriedade da terra se refere à situação jurídica que a reconhece como uma mercadoria e garante o direito de compra e venda; uma propriedade privada de pessoa física ou empresa, que foi estabelecida com a Lei de Terras de 1850. Até esse período, a propriedade da terra não existia, não sendo, portanto, um problema. Existia apenas a posse e o uso da terra, que era monopolizada por uma minoria que subordinava e explorava através das relações de

---

<sup>7</sup> Termo de origem grega que significa modelo, padrão ou uma visão de mundo. Uma referência a ser seguida a partir de ideologias e desejos, que se materializam de diversas formas, como é o caso de políticas públicas a benefício de um grupo de interesses, por meio de relações de poder.

produção. A posse da terra está relacionada a quem está em cima dela, quem a ocupa. E o uso da terra está relacionado à utilidade, o que se faz dela.

É a partir desses parâmetros que faremos a abordagem da caracterização agrária do Espírito Santo, fornecendo elementos para uma análise de sua estrutura agrária, com as especificidades no Norte do estado e sua relação com a territorialização da monocultura do eucalipto, tema principal deste trabalho.

Iniciaremos essa caracterização abordando o processo de colonização<sup>8</sup> e suas especificidades. O recorte territorial da área de abrangência da dissertação terá um destaque, em função da área de litígio entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais, assim como a área limítrofe entre o Espírito Santo e a Bahia. Outros temas fazem parte desse capítulo, como a estrutura fundiária, a ideologia da “crise do café” e a cultura cafeeira hoje e os Grandes Projetos Industriais fazem parte desse capítulo.

### **3.1 Colonização do Espírito Santo**

Onde, hoje, é o Estado do Espírito Santo, foi, no passado (século XVI), a Capitania do Espírito Santo, doada a Vasco Fernandes Coutinho (1535-1561) que ficou com a incumbência de administrá-la. A Carta Régia de 12 de março de 1543 estabelecia as fronteiras norte e sul, enquanto a oeste, a linha imaginária estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas era o limite. Com a descoberta de ouro pelos bandeirantes paulistas no interior do estado, no início da colonização e a tentativa de monopolizar sua exploração, foi criado o estado de Minas Gerais, com parte dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, enquanto a parte leste, fronteira com Espírito Santo, continuou indefinida.

Em função de diversos fatores, Coutinho encontrou imensas dificuldades, dentre elas, o pouco apoio da Coroa, os poucos recursos disponíveis para explorar a área, a resistência indígena em relação à sua exploração pelo trabalho e na defesa de seus territórios, que por vezes tinham destruídas suas construções e plantações. Essa situação fez com que, em alguns períodos, a Capitania fosse vinculada ao Governo Geral, administrada por Capitão-Mor, ou subordinada à capitania e/ou governos da Bahia. A formação litorânea e de pouca extensão foi

---

<sup>8</sup> Colonização é tratada, neste texto, como a expropriação do território indígena, com a exploração, aculturação e o extermínio desses povos nativos.

resultante de fatores naturais, mas também políticos, e por alguns períodos as três fronteiras do Espírito Santo ficaram indefinidas, como afirma Oliveira,

Entre 1700 e 1800 o Espírito Santo perdeu a porção de território compreendida entre os rios Mucuri e Doce. O talvegue deste último passou a marcar a linha divisória entre a capitania e a da Bahia. Ao sul, estabeleceu-se a raia em S. Catarina das Mós, distância de meia légua da barra do atual Itabapoana. A leste não havia lindes fixadas. A mata, a índiada e, mais que tudo, as ordens del-rei sujeitavam os capixabas na estreita e indeterminada faixa litorânea. (OLIVEIRA, 2008, p. 248).

Nos fins do século XVIII, a Capitania do Espírito Santo pertencia à Coroa, e seu Capitão-Mor Governador estava subordinado ao governo da Bahia. Nem mesmo a capital (Vitória) era considerada cidade e havia apenas seis vilas na província, sendo: Vitória, Espírito Santo – atual Vila Velha, Guarapari, Benevente, Nova Almeida e São Mateus. Esta última estava administrativamente vinculada à Capitania de Porto Seguro. Havia, nesse período (final de 1700), apenas dois professores residentes na vila de Vitória, um de Gramática Latina, e outro que ensinava a ler e escrever.

As matas e os indígenas foram desde muito tempo uma resistência à penetração para além do litoral do estado. Relata Oliveira (2008) que, 65 anos após o início da colonização nas terras do Espírito Santo, em nenhuma outra Capitania

[...] as condições haviam sido mais adversas à implantação do homem europeu. Aqui, a floresta espessa – verdadeira fortaleza oposta às tentativas de penetração – era, mais que qualquer outro acidente de qualquer outra parte do Brasil, uma barreira a contrariar e esmagar os planos de conquista, não só pela sua pujança inigualável, mas, e principalmente, pelo inumerável gentio que o habitava. Décênios, séculos decorriam até que o homem branco pudesse palmilhar – sem o temor mortal dos primeiros tempos – o território que ficava além das praias marítimas. (OLIVEIRA, 2008, p. 126).

Essa situação, que no início era um problema, tornou-se um benefício ao Governo Geral no período da intensa atividade econômica de exploração do ouro na região de Ouro Preto (MG), no século XVII. Com o Pacto Colonial, as montanhas no interior do estado, cobertas pela Mata Atlântica, foram concebidas como barreira protetora, impedindo a travessia de exploradores estrangeiros à região mineira de onde se extraía pedras preciosas, as quais eram exportadas pelo porto do Rio de Janeiro.

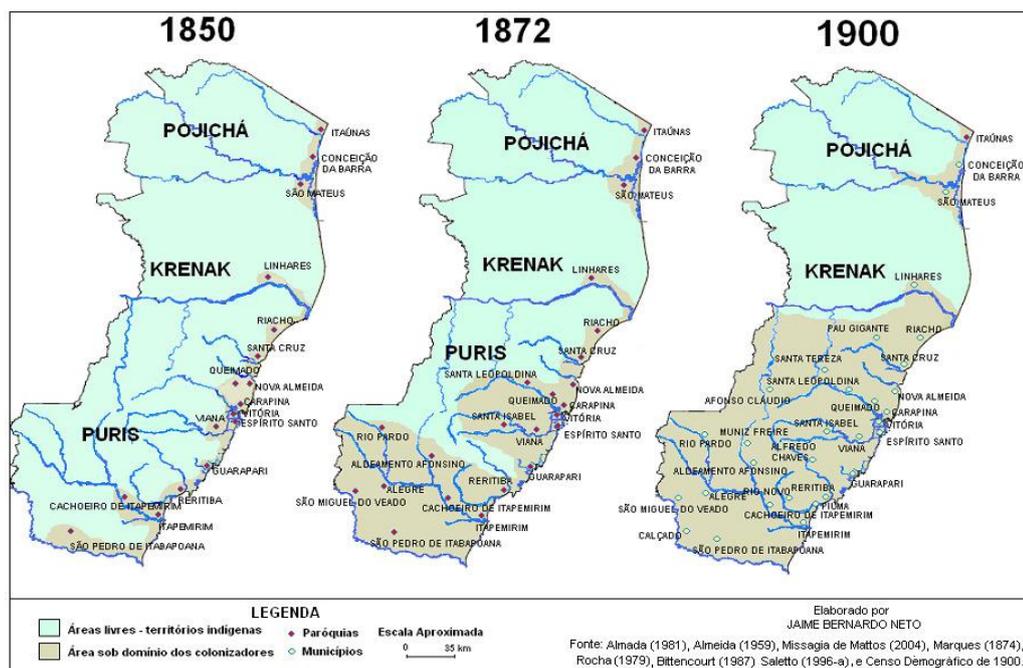
Mas, por diversos períodos, houve tentativas de adentrar pelas minas a partir das terras do Espírito Santo, as quais foram duramente combatidas pelo Governador Geral que punia aqueles que ousassem tal desobediência “ameaçando de severos castigos aos transgressores da ordem del-rei. [...] quanto mais caminhos houver, mais descaminhos haverá” (OLIVEIRA, 2008, p. 193). Continua ainda o autor, afirmando que a bravura dos indígenas também se somou para dificultar a travessia para as terras das pedras preciosas.

A existência de numerosas tribos de Botocudos na região atravessada pela estrada Espírito Santo-Minas era a causa principal do seu abandono. Em verdade, os temíveis silvícolas não eram simples tema literário. Enchiam de pavor mesmo os habitantes das vilas e até os da capital, pois visitavam frequentemente as lavouras situadas nas proximidades daquelas povoações, depredando e matando [...] prejudicando toda tentativa de penetração. (OLIVEIRA, 2008, p. 340).

Nesse sentido, a tese da falta de infraestrutura que interligasse o Centro-Sul do estado ao Norte, como uma ponte sobre o Rio Doce, não justifica a “tardia” colonização (na ideologia dos colonizadores) do interior do Norte capixaba. Para a frente de expansão ao Norte do estado, atravessar o Rio Doce (que nos pontos mais largos, não chega a um quilômetro) não era a tarefa mais difícil, como era se instalar ao lado norte e avançar sobre os territórios indígenas e suas matas preservadas. Algumas obras de infraestrutura, como pontes, rodovias, portos e ferrovias já haviam sido construídas em outras partes do estado, inclusive a Ferrovia Vitória-Minas, que passa por Colatina, na bacia do Rio Doce. A falta de ponte sobre o Rio Doce não era o principal problema para aqueles que habitavam as fronteiras agrícolas, que em sua maioria estava à margem da sociedade, fossem eles afrodescendentes oriundos da escravidão ou imigrantes que buscavam a conquista de terras e não mais a subordinação a terceiros. Mas a bravura dos indígenas Krenak e Pojichá na defesa de seu território se tornava o principal problema a essa travessia (BERNARDO NETO, 2012).

A prancha que segue, ilustra o avanço da colonização no Espírito Santo, sobre os territórios indígenas.

**Prancha 1 – ES: Avanço da colonização sobre os territórios indígenas (1850-1900)**



**Fonte:** Bernardo Neto (2012, p. 132).

É possível constatar que, até o ano de 1850, a colonização no Espírito Santo se restringia ao litoral do estado; e até o ano de 1900, avançou ao interior, ao sul do Rio Doce. Até esse período, no Norte do estado a colonização margeava o litoral, se restringindo aos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, se estendendo pelo interior do estado até a proximidade do atual município de Nova Venécia, pelo Rio São Mateus, e pela margem esquerda do Rio Doce, onde atualmente se encontra a cidade de Linhares (BERNARDO NETO, 2012).

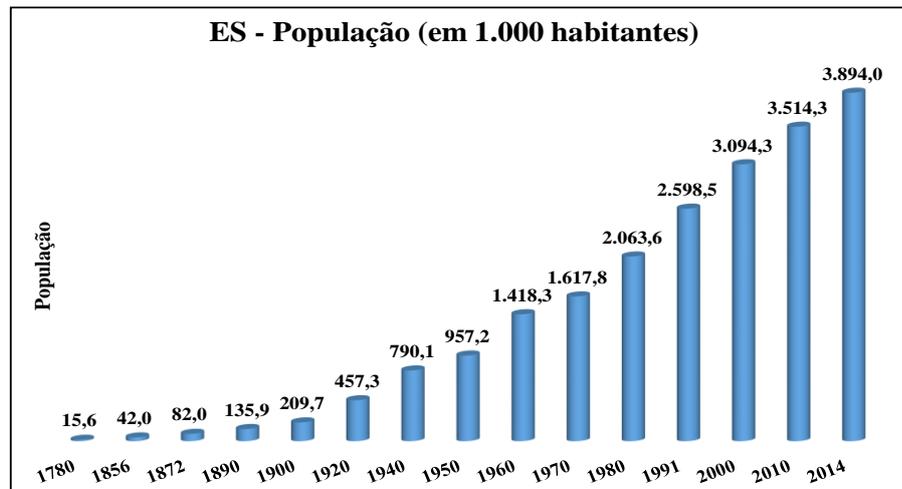
Porém, é necessário considerar que a Colonização avançou sobre os territórios indígenas – Puri, ao sul, Krenak e Pojichá, ao norte do Rio Doce – e não em um “vazio demográfico”, como evidencia DARE (2010). Avançar sobre territórios comunais foi uma velha prática do processo de colonização europeia, que ideologicamente considerava desocupada toda a extensão territorial da América Latina, invisibilizando a população residente (e resistente), como os astecas, maias, incas, chimus, aimarás, chibchas, entre outros, homogeneizando todos como “índios” (LANDER, 2005; QUIJANO, 2005). A população indígena, assim como outros povos, foi invisibilizada para justificar a territorialização inter e intraestadual, a partir de 1900, como tem ocorrido no período mais recente, no processo de implantação e expansão dos monocultivos de eucalipto sobre as comunidades indígenas, quilombolas e camponesas.

Até o ano de 1814, o governo capixaba já havia doado 174 sesmarias, porém, até o ano de 1828, a maioria delas permaneceu sem ser cultivada, como foi o caso das 82 existentes nas margens do Rio Doce e da Lagoa Juparanã, onde apenas duas se encontravam cultivadas. Entre as terras cultivadas, a maioria da população dedicava-se ao cultivo para o autossustento, principalmente das lavouras de cana-de-açúcar, mandioca, algodão, milho, café, feijão e arroz. Machado e fogo eram as principais formas de preparo e cultivo dos terrenos. Entre as criações, a bovinocultura era a principal atividade, com 8 mil unidades, mas existia, em menor quantidade, o rebanho de equinos (1.600 unidades), além de muares, caprinos, ovinos, suínos e aves (galinhas, patos, perus, marrecos e pombos). Havia, nesse período, 143 casas comerciais em toda a província do Espírito Santo. Diversos produtos eram abastecidos através da importação, como foi o caso de farinha de trigo, carne seca, sal, queijo, manteiga, dentre outros (incluindo alimento, material higiênico, ferramentas, material de construção). Dentre os itens de exportação (ano de 1826-1927), estava a farinha de mandioca, principal produto, em grande parte produzida em São Mateus. Mas também exportava açúcar, fio de algodão, cachaça, arroz, milho, feijão, cal, poaia, café, entre outros. Era proibida a exportação de madeira de construção naval e o Pau-Brasil (OLIVEIRA, 2008).

Vale destacar que a produção da farinha de mandioca não ocupou um lugar central na economia colonial, mas sustentou essa estrutura, alimentando vilas, povoados e até mesmo fazendas que se especializavam em produções monocultoras. A farinha de mandioca também era o principal alimento nos navios negreiros que saíam do Porto de São Mateus para buscar a mercadoria escravo nas terras africanas; e serviu, ainda, como moeda de troca por gente escravizada nessas terras. Nesse sentido, a farinha de mandioca sustentou indiretamente o comércio negreiro e a economia colonial. Daí a importância da região de São Mateus para esse período.

Em relação à indústria, existiam, nesse início do século XIX, fábricas de açúcar e aguardente e olarias; e existiam também as profissões de carpinteiros, marceneiros, sapateiros, seleiros, pedreiros, alfaiates, ferreiros, carneiros, tecelões e latoeiros. Ferreiro curioso substituíam a falta de dentista, que não havia na época. Os meios de transporte eram, principalmente, canoas e lanchas, em função das residências estarem situadas próximas aos rios, que por sua vez constituíam as principais “estradas”. Carros de bois eram utilizados para o transporte terrestre de pouca distância, além de equinos e muares para pequenas cargas. O oceano era o caminho principal entre as vilas, como no caso de São Mateus e Guarapari, em função da inexistência e/ou da situação precária dos caminhos por terra. A maioria das casas era de pequeno porte e as ruas de algumas vilas eram iluminadas por lampiões. As igrejas e capelas para os cultos romanos existiam em abundância; todas as vilas e povoados possuíam uma matriz. Os negros, na condição de escravos, possuíam templos separados dos demais.

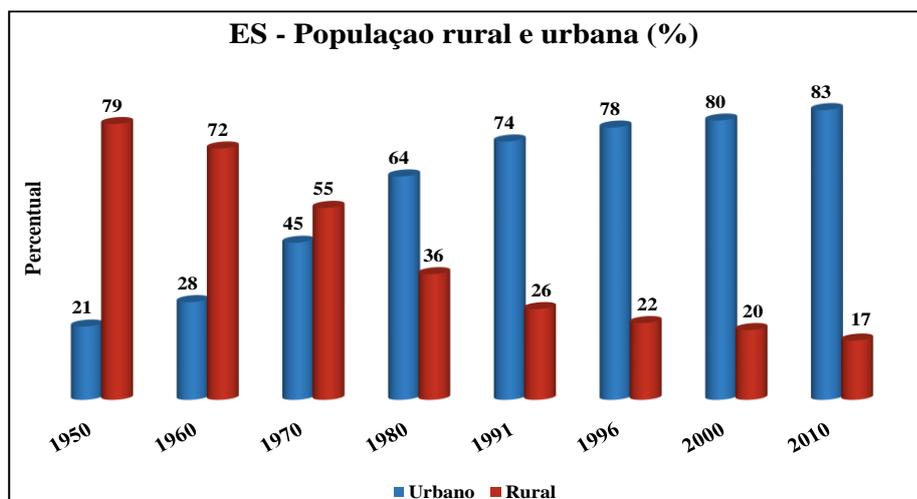
A população do estado foi constituída pelos diversos povos que já residiam na província e pelos que vieram, fossem eles colonizadores, escravizados ou imigrantes – indígenas, negros, portugueses colonizadores e dos imigrantes, que em sua maioria veio da Europa. A miscigenação formada pelo conjunto de povos instalados no estado compõe a população da atualidade.

**Gráfico 1** – ES: População do estado por período (1780-2014)

**Fonte:** Criação nossa, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (OLIVEIRA, 2010).

Até o ano de 1900, o Espírito Santo, com apenas 209,7 mil habitantes, era um dos estados menos populosos do Brasil, à frente apenas do Mato Grosso, que tinha 118,0 mil habitantes. Em 1950, ainda com menos de um milhão de habitantes, o Espírito Santo estava na 10ª colocação entre os estados menos populosos. No ano de 2014, com uma população de 3,894 milhões de habitantes ficou em 16º colocação entre os estados menos populosos, o que significou a ampliação absoluta e relativa em comparação aos demais estados da federação.

Uma população majoritariamente rural foi gradativamente aglomerada nos centros urbanos. Enquanto no Brasil a população urbana superou numericamente a população rural na década de 1960, no Espírito Santo, essa inversão ocorreu na década de 1970. O gráfico a seguir explicita essa mudança no Espírito Santo.

**Gráfico 2 – ES: Evolução % da população rural e urbana 1950/2010**

Fonte: Criação nossa, com base em Censo Demográfico (Contagem da população).

Em apenas 60 anos (1950-2010) a população rural capixaba caiu de 79% para 17%, e saiu também dos municípios interioranos para a capital. Em 2010, 56,59% da população urbana capixaba estava concentrada na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1950; 2010). Segundo o IBGE, a população capixaba que no ano de 2000 era de 3,194 milhões de habitantes, se elevou para 3,697 milhões em 2010. Conforme o próprio órgão, a projeção para o ano de 2020 é de 4,138 milhões, e para 2030, é de 4,481 milhões de habitantes.<sup>9</sup>

Até a década de 1950, a região da Serra dos Aimorés<sup>10</sup> continuava territorial e administrativamente indefinida entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Parte dessa área passou a pertencer ao Espírito Santo nesse período, incluindo sua população nos Censos Demográficos seguintes. No período de 1764-1823, segundo Russo (2009), parte do Norte do estado (norte do Rio Doce) pertenceu à jurisdição da Bahia, contabilizando a população nesse estado. Trataremos do Norte do Espírito Santo e sua área de litígio no tema que segue.

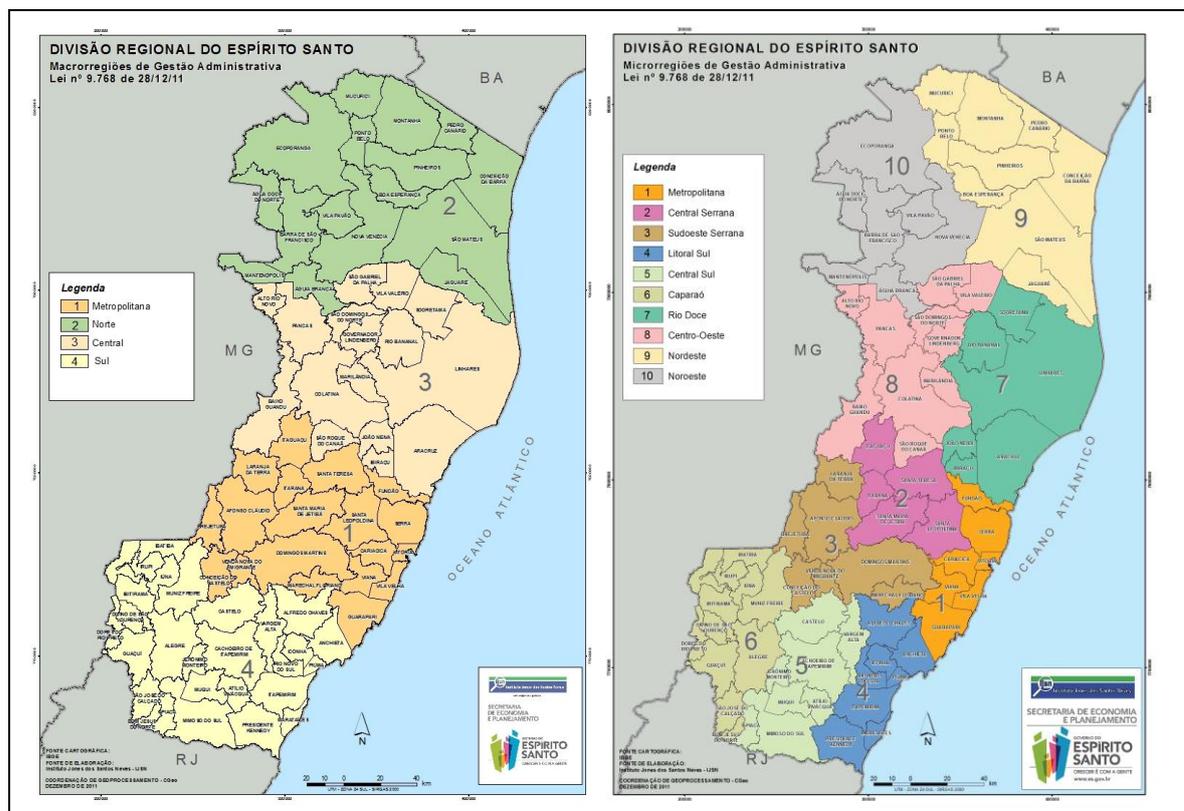
<sup>9</sup> Segundo o Dieese (2014) em escala nacional, a projeção da população rural brasileira para 2050 é que seja reduzida para apenas 8%, ampliando a concentração urbana. Com uma população estimada em 226,3 milhões de habitantes, prevê-se que a população rural se reduza para 18,1 milhões. Considerando que a população rural brasileira no ano de 2010 era de 30 milhões, significa que, segundo essa perspectiva, mais de 12 milhões de pessoas saiam do campo. A população ocupada (de 10 anos de idade e mais) no meio rural se reduziu de 17,9 milhões de trabalhadores para 15,2 milhões no período de 1995-2013. Portanto, em um período de apenas 18 anos, houve um esvaziamento do campo, com a saída de 2,7 milhões de trabalhadores.

<sup>10</sup> Conforme EHRENREICH (2014), o nome Aimorés (derivado do Tupi Goyai-mura), se refere aos indígenas dessa região e significa ‘inimigo que vagueia’, pois assim eram os nativos, seminômades, de extrema bravura na defesa de seu território, temidos e odiados pelos colonizadores. Os Aimorés pertencem ao Tronco Macro Jê e organizam tradicionalmente seu modo de vida prática da caça. Nesse sentido, não são sedentários como os povos agricultores.

### 3.1.1 O norte do Espírito Santo

As divisões administrativas do Espírito Santo sofreram modificações ao longo de sua história, sendo ajustadas conforme os planejamentos estratégicos do estado e/ou a seu serviço. Na atualidade existe uma regionalização definida pelo Estado, que divide esse território em macrorregiões e microrregiões, base para a gestão administrativa, conforme prancha a seguir.

**Prancha 2 – ES: Macrorregiões e Microrregiões**



**Fonte:** Secretaria de Economia e Planejamento do Estado do Espírito Santo, 2011.

Foram definidas quatro macrorregiões (Metropolitana, Norte, Central e Sul) e 10 microrregiões (Metropolitana, Sudoeste Serrana, Litoral Sul, Central Sul, Caparaó, Rio Doce, Centro Oeste, Nordeste e Noroeste). Como podemos perceber, o norte do Rio Doce está incluso na macrorregião Norte e Central, sendo que nesta última constam outros municípios que estão ao sul do Rio Doce. Cada uma dessas macrorregiões está subdividida em duas microrregiões. Como o recorte territorial estabelecido neste trabalho define como Norte do estado toda a porção ao norte do Rio Doce, é necessário recorrer ao início da colonização do estado para melhor entender essa definição.

O Norte do Espírito Santo possui algumas características singulares no contexto nacional e também em relação ao Centro-Sul do estado. Considerando que a relação entre a Colônias e a Metrópole ocorria de forma exploratória da primeira em benefício da segunda, o Norte do Espírito Santo foi favorecido, permitindo que até o início do século XX, a Floresta Tropical Atlântica fosse preservada, com a permanência das comunidades indígenas, considerada por Bentivoglio (2014) como a última resistência indígena no litoral brasileiro.

Com exceção dos poucos e descontínuos povoados, vilas e cidades de origem colonial que margeavam o litoral – como o caso de São Mateus e Conceição da Barra – a grande extensão capixaba ao norte do Rio Doce era ainda, até o início do ano de 1900, desconhecida aos colonizadores. No entanto, havia tentativas de encontrar pedras preciosas nessa região, como acontecia em Minas Gerais, e essa busca, sem grande sucesso aos colonizadores, esteve entre as diversas tentativas de adentrar a floresta e as margens dos principais rios da região

[...] ao norte do rio Doce descobriram-se ‘algumas esmeraldas de muita dureza e de cor muito clara’. Teria sido diligência do mestre de campo Brás Esteves Leme, a quem o vice-rei Vasco Fernandes, em 1728, concedeu o título de ‘Superintendente de todas as Minas que ele descobrir, ou por sua ordem descobrirem nos Distritos de Cabeceiras do Rio São Mateus?’ (OLIVEIRA, 2008, p. 205-206, destaques do autor).

Mesmo com algumas poucas conquistas de pedras preciosas, a atividade agropecuária tornou-se, no período subsequente, a principal atividade econômica nessa região. Enquanto ocorria a centrifugação (saída do centro do estado), a partir dos descendentes de imigrantes que se instalaram nas proximidades de Colatina, no Norte, os mineiros e baianos também buscavam se instalar e extrair, primeiramente, a madeira, e implantar, posteriormente, lavouras e pastagem.

Se, no início da Colonização, a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas é que definia o limite a oeste da Capitania do Espírito Santo, com a criação do estado de Minas Gerais (século XVI), a Serra dos Aimorés tornou-se esse novo limite, mas continuou em disputa por longo período.

O avanço dos bandeirantes paulistas e a exploração de ouro na porção central do Brasil, no século XVI, resultou na constituição do estado de Minas Gerais<sup>11</sup>, a partir dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Avançando para o leste, manteve indefinida a fronteira entre esta província e o estado do Espírito Santo. Este último foi transformado em uma barreira natural e política, que impedia a entrada de outros grupos europeus às terras de Minas Gerais pelo litoral

---

<sup>11</sup> O estado de Minas Gerais foi constituído a partir de dois atos sucessivos: o 1º (1709) criou a Capitania Geral de São Paulo e Minas do Ouro, separando-a do governo do Rio de Janeiro; o 2º (1720) dividiu em a Capitania Geral criada em 1709, dando origem às províncias de São Paulo e de Minas Gerais. Esses atos não definiram os limites das províncias a leste.

capixaba. As proibições de construção de caminhos para o interior do Espírito Santo, a partir do litoral, somaram-se à bravura dos indígenas na defesa de seu território e à frondosa Floresta Tropical: “uma barreira contra a penetração para a região das minas” (CAMPOS, 2013, p. 1.013). Com a diminuição da exploração do ouro, o governo mineiro incentivou a migração para o leste do estado, em direção ao litoral, formando povoados nas proximidades da Serra do Souza ou Serra dos Aimorés. Segundo esse mesmo autor no

[...] Auto de Demarcação de 1800 (ofício que se tornou a Carta Régia de 1816), conferia-se que os governantes mineiros e capixabas consideravam a divisa entre seus estados como a parte central, quase que desconhecida, da Serra dos Aimorés e os cortes dos rios que ali passam. Através destes cortes é que se delimitavam os estados (CAMPOS, 2013, p. 1014).

O Espírito Santo tornou-se uma barreira protetora, pois reconhecia o Governo Geral que os possíveis ataques às jazidas das Minas Gerais teriam o Espírito Santo como acesso. A proibição de se construir estradas fez com que a marcha para o oeste fosse impedida e, funcionando como área intransponível, restringiu ao litoral o território da Capitania do Espírito Santo, conforme a figura a seguir.

**Figura 1** – A Capitania do Espírito Santo



Fonte: Oliveira (2008, p. 187).

Como é possível constatar na imagem, a maior área do atual estado de Minas Gerais está entre a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas e o litoral capixaba, e conforme a Carta Régia de 1543, pertenceria à Capitania do Espírito Santo, caso o donatário Coutinho e seus

sucedores tivessem adentrado rumo a oeste até onde pudessem, tendo essa linha imaginária como limite. Mas a justificativa para o não avanço a oeste diz respeito aos poucos recursos e homens à disposição do donatário; e também à frondosa floresta, aos rios encachoeirados logo a partir da foz, às doenças que, por diversas vezes, foram motivo de muitas mortes da população, e à bravura dos nativos na defesa de seus territórios. Soma-se a estas questões a descoberta de ouro pelos bandeirantes e, posteriormente, a criação da província de Minas Gerais, proibindo da construção de infraestrutura na Capitania do Espírito Santo que possibilitasse a entrada para as terras das minas.

Até o início do século XX havia, ao norte do Rio Doce, os povoados de Conceição da Barra e São Mateus, na bacia do Rio São Mateus e Linhares, na margem esquerda do Rio Doce. Conceição da Barra foi fundada pelos colonizadores ainda no século XVI, com o objetivo de proteger a costa contra invasores estrangeiros. São Mateus, por sua vez, foi fundada no mesmo período e pelos mesmos colonizadores, abrigando um porto fluvial, entreposto para comércio de café, farinha de mandioca e negros escravizados (OLIVEIRA, 2008; RUSSO, 2009).

No período em que São Mateus esteve sob a jurisdição de Porto Seguro (1764-1823), ocorreu um crescimento das atividades produtivas e comerciais, ganhando a região grande impulso com a implantação de um contingente de escravos. Foram dados incentivos para que os colonos se estabelecessem nas terras localizadas entre a vila e o mar e houve a imigração de famílias baianas para a região. (RUSSO, 2009, p. 119).

A produção e comércio de farinha foi uma das principais atividades econômicas e fonte de renda do município de São Mateus, sendo uma das maiores na costa brasileira, no século XIX. Segundo Oliveira (2008) a farinha de mandioca era a principal produção agropecuária e gênero de exportação com 186 mil alqueires (ou 5.580.000 kg, segundo conversão de FERREIRA (2009)), no ano de 1826. Produzida principalmente em São Mateus, serviu de fonte de alimentação da população local e regional e abasteceu diversas províncias do Brasil, na época. Segundo Côgo (2007), ao estudar sobre a história agrária do Espírito Santo no século XIX, com enfoque na região de São Mateus, verifica-se que no período de 1850 a 1889 havia, em São Mateus, 152 fábricas de farinha de mandioca, utilizada para o abastecimento local, regional e nacional, a partir da exportação pelo porto fluvial da cidade. Junto à produção da farinha, estava a produção de café e o comércio de escravos, realizado no porto fluvial situado às margens do Rio Cricaré<sup>12</sup> ou São Mateus. São Mateus, conforme afirma Russo (2009), foi

<sup>12</sup> Cricaré na língua Tupi significa Kiri-Kerê – que quer dizer “dorminhoco, manso”, segundo Oliveira (2008). Em 1558 houve a Batalha do Cricaré, na confluência deste rio com o Mariricu. Foi um confronto entre os índios Botocudos e os colonizadores portugueses. Neste conflito, foram mortos centenas de índios e Fernão de Sá (filho de Mem de Sá, Governador Geral do Brasil, na época), que comandava cinco barcos com aproximadamente 200 tripulantes, para apoiar Vasco Fernandes Coutinho na contenção dos levantes indígenas que, na defesa de seus territórios, dificultavam a continuidade da colonização portuguesa. A partir da morte de Fernão de Sá, seu pai,

receptionista de negros escravizados, a partir do tráfico Transatlântico, após 1850, mesmo após a Lei Euzébio de Queirós (1850), que sob pressão da Inglaterra, proibia o tráfico negreiro da África para o Brasil, em função do interesse da Inglaterra em acabar com a escravidão. A Inglaterra se encontrava em plena Revolução Industrial e lhe interessava que os trabalhadores fossem “livres” para vender sua força de trabalho e para consumir os produtos que passavam a ser produzidos pela indústria. Ainda, segundo Russo (2009, p. 122), em “São Mateus registra-se a apreensão do último navio negreiro clandestino que circulou na costa brasileira (1856), após a Lei de 1850 proibindo o tráfico de escravos africanos para o Brasil”. A região também abrigou “fazendas reprodutoras de gente” para serem escravizadas, nesse período em que ficava mais difícil trazer pessoas escravizadas da África. É também em São Mateus e Conceição da Barra que até na atualidade há maior incidência de comunidades quilombolas do Espírito Santo, que são originárias dessas fazendas escravistas.

Linhares, fundada no início do século XIX, às margens do Rio Doce, a partir de incursões de desbravadores para o interior do estado, foi um dos povoados ao norte desse rio. Colatina, por sua vez, foi fundada a partir da migração no interior do Espírito Santo e tornou-se um grande aglomerado populacional no início do século XX. Com a construção da ponte sobre o Rio Doce, no final da década de 1920, Colatina tornou-se um dos polos de migração no processo de colonização de áreas ao norte do estado, atuando como ponto de apoio ao processo migratório do interior em direção ao Norte do Rio Doce, e tornou-se também o entreposto de Vitória-Minas, a partir da linha férrea instalada em 1906. Enquanto Colatina tornava-se sede municipal em 1907, Linhares foi reduzida à condição de distrito.

Nesse período, a colonização do estado foi se intensificando pelo interior. No começo da década de 1920, “foi criada pelo governo do Estado a *Companhia de Terras*, incumbida da venda de terras na região de Colatina, procurando, de tal modo, extrair destas o máximo de potencial de fixação das famílias que se deslocavam do sul” (BUFFON, 1992, p.153, grifo do autor). Nessa época foi intensificada também a devastação da floresta ao Norte do estado, em função da demanda de dormentes e lenha pela estrada de ferro, da demanda de construção civil no Rio de Janeiro e também da exportação para a Europa. Os bons preços do café e a expansão da lavoura, onde existia a mata, favoreceu a intensificação da migração interna, a partir dos núcleos familiares que haviam se instalado na região serrana do estado no início da colonização capixaba.

---

Mem de Sá, organizou um massacre aos indígenas, que foi considerado como o primeiro grande extermínio de povos nativos pelos colonizadores. Essa foi a primeira vitória de Mem de Sá no Brasil (OLIVEIRA, 2008).

No Norte do estado, a área limítrofe com Minas Gerais era considerada por vários autores e governadores como um “vazio demográfico”, como é o caso de Buffon (1992), Campos (2013), dentre outros. Considerada como uma “região desabitada” e “vazia”, com grande quantidade de terras devolutas, foi transformada em área de exploração em potencial, numa visão colonizadora e desenvolvimentista, invisibilizando as comunidades quilombolas, indígenas, posseiros e agricultores familiares que ali habitavam. Ocultando a violência e a barbárie, a colonização buscava justificar a migração, a expansão das atividades de pecuária extensiva, assim como a implementação de projetos de monocultivos de eucalipto, sob a ótica capitalista de produção. Moreira (2000), ao abordar o “vazio demográfico”, questiona

Como um passe de mágica, as exuberantes florestas habitadas pelos índios tornaram-se, com a chegada do colono europeu, florestas vazias de gente, graças ao poder imagético do conceito de ‘vazios demográficos’ [...]. É um grande equívoco definir o território do Espírito Santo do século XIX como um enorme ‘vazio demográfico’, totalmente disponível à ação colonizadora oficial e aos novos imigrantes. Ao contrário, no início do século XIX, a região possuía expressiva população indígena para os padrões da época (MOREIRA, 2000, p.138-139, grifo do autor).

O “vazio demográfico” ideologicamente divulgado pelos governantes e aceito por grande parte daqueles que almejavam terra ao Norte do Rio Doce para produção do seu autossustento, era uma, dentre as várias justificativas, para explorar a região e construir outros referenciais de desenvolvimento. Os Aimoré – denominados “Botocudos” pelo colonizador – era um povo seminômade, que tinha a base de sua subsistência nas atividades da caça, e por isso, se deslocava com certa frequência, tornando desabitadas temporariamente algumas áreas, consideradas pelos colonizadores como de “baixa densidade demográfica”, ou “vazios demográficos”. Para justificar os ataques e a eliminação dos “índios que mais resistiram à ocupação de suas terras no litoral brasileiro” (BENTIVOGLIO, 2014, p. 20) a colonização construiu uma imagem deles como violentos e canibais, dentre outras características pejorativas.

Era comum, antes dos colonizadores, chegar primeiro as doenças, provocando mortandade avassaladora aos nativos. No período Colonial, doenças como febres intermitentes, coqueluche, asma, epidemia de disenteria sanguínea, entre outras, como relata Oliveira (2008), ao abordar sobre a História do Estado do Espírito Santo, não afetavam unicamente os nativos, mas também os colonizadores. Paul Ehrenreich (2014), em relato de sua viagem ao Rio Doce do Espírito Santo e Minas Gerais em 1884, retrata as atrocidades cometidas pelos colonizadores aos nativos, com o intuito de afugentá-los. Diz que, em período anterior, segundo Eschwege e Saint-Hilaire, outros europeus que fizeram viagens ao Rio Doce, “foram jogadas nas mãos dos selvagens peças de vestuário de pessoas acometidas de varíola, visando alastrar essa peste no

seu meio (...) eu mesmo ouvi uma conversa numa localidade, se não seria recomendado distribuir cachaça envenenada para os bugres bravos!” (EHRENREICH, 2014, p. 46). Apropriação e expropriação, através da guerra biológica, foram utilizadas para desalojar os selvagens (os da selva) e desbravar (tirar a bravura), a serviço do colonizador, para construir novo território, o do capital, desterritorializando os nativos e sua forma comunal de posse e uso da terra. Se em alguns momentos, os Botocudos eram temidos, odiados e precisavam ser aldeados ou exterminados, pelos frequentes ataques na defesa de seu território contra a invasão colonizadora, em outros, os selvagens eram invisibilizados, minimizando os efeitos das investidas colonizadoras em regiões de interesse do Estado e do capital.

Se no início da Colonização brasileira, os indígenas eram uma população com potencial força de trabalho a ser explorada, com o trabalho escravo e posteriormente, com a Lei de Terra (1850), seus territórios tornaram-se alvo de cobiça e disputa. “Não é por acaso que o conceito de ‘vazios demográficos’ se tenha tornado especialmente corriqueiro no vocabulário político brasileiro entre os anos de 1940 e 1970” (MOREIRA, 2000, p. 143). A partir daí, não mais os índios, mas a terra tornava-se o maior interesse dos desbravadores.

Nesse sentido, os povos indígenas tornaram-se “obstáculos que infestavam as matas e sertões, impedindo o avanço da civilização” (GARCIA, 2015, p. 30), e foram sendo eliminados, juntamente com as florestas, seu habitat, que passaram a ser substituídas por atividades consideradas “econômicas”. Segundo Bernardo Neto (2012), foi construída uma imagem bestial dos Botocudos que habitavam todo o Norte do Espírito Santo para justificar os massacres e a política de aldeamento. Essa política de aldeamento utilizada pelo Estado e o capital no intuito de transformar os bravos Botocudos em “vassalos úteis” à ordem, ocorreu desde o início da colonização no Espírito Santo para domesticar os “índios bravos” e incluí-los na sociedade colonial.<sup>13</sup> Esse ideário contaminava até mesmo aqueles mais excluídos da sociedade na época, os quais se aventuravam em busca de um pedaço de terra ao Norte do Rio Doce, para construir vida uma digna e autônoma, em relação aos colonizadores.

Foi nesse contexto e ideologia que ocorreu o avanço da colonização sobre os territórios indígenas, quilombolas e posseiros ao Norte do Rio Doce, mantendo indefinido o limite entre os estados vizinhos (MG e BA). Segundo Campos (2013), com base em documentos oficiais, os desbravadores mineiros seguiam para o leste, no divisor de águas do Córrego do Macaco, (afluente do rio Mucuri), até a bacia do Rio Itaúnas. Chegaram também às bacias dos

---

<sup>13</sup> Vale lembrar que o atual Palácio do Governador (Palácio Anchieta) era um prédio jesuítico (OLIVEIRA, 2008).



sul do Rio Itapemirim, pertenceu ao Rio de Janeiro por um período. Mas toda a capitania pertenceu judicialmente ao Rio de Janeiro em 1718, em função de ter sido devolvida à Coroa. Na atualidade, é o Rio Itabapoana a fronteira natural entre os dois estados. Nos séculos XVII e XVIII, o limite entre o Espírito Santo e a Bahia estendia-se até o Rio Doce (▨ - área hachurada diagonal). Administrativamente, o Espírito Santo pertenceu à Capitania Geral da Bahia por um certo período. Mas na atualidade, a fronteira não é mais o Rio Doce, e nem mesmo o Rio Mucuri, como no início da colonização, mas o Riacho Doce, a alguns quilômetros ao sul do Rio Doce. A oeste do estado (▩ - área pontilhada), a indefinição entre Minas Gerais e Espírito Santo perdurou por longo período. Ao sul do Rio Doce, quando foi tentada a comunicação de Minas Gerais com o mar (em 1800), foram fixados limites no divisor de águas entre o Rio Guandu e o Manhuaçu, enquanto ao norte, a Serra dos Aimorés era o limite, definido pela Carta Régia de 13 de maio de 1808. Essa definição exata perdurou por vários anos e sofreu várias modificações. Somente em 15 de setembro de 1963 é que foram definidos os atuais limites entre Minas Gerais e o Espírito Santo (BERNARDO NETO 2012; OLIVEIRA, 2008; PONTES, 2007).

Segundo o IBGE – Anuário Estatístico do Brasil VII, apud Oliveira (2008), no ano de 1940, a superfície oficial do Espírito Santo era de 40.882 km<sup>2</sup> e a área da Serra dos Aimorés, em litígio entre Minas e Espírito Santo era de 10.137 km<sup>2</sup>. Nesse período, segundo o Censo Demográfico do Espírito Santo de 1940, dos 32 municípios capixabas, apenas 3 (Colatina<sup>14</sup>, Conceição da Barra e São Mateus) estavam no Norte do estado. O Norte do Espírito Santo era considerado de baixa densidade populacional, com poucas cidades e vilas, concentradas principalmente no litoral. Enquanto isso, a partir de Minas Gerais avançava o processo de colonização em direção ao litoral. A região de dupla jurisdição, onde ainda não se havia definido os limites entre os dois estados, tornava-se cada vez mais populosa.

---

<sup>14</sup> Nesse período, Linhares havia se tornado distrito de Colatina.

**Quadro 3** – População dos censos demográficos de 1940, 1950, 1960

Ufs e Serra dos Aimorés	População			Taxa média geométrica de crescimento (por cem habitantes)	
	1940	1950	1960	1940/50	1950/60
Brasil	41.236.315	51.944.397	70.985.486	2,38	3,12
Minas Gerais	6.736.416	7.717.792	9.817.181	1,39	2,38
Espírito Santo	750.107	861.562	1.188.665	1,39	3,25
Serra dos Aimorés	66.994	160.072	384.297	9,26	9,00

**Fonte:** Criação nossa, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico 1960 apud Pontes (2007).

Constata-se, pela tabela, que nos períodos em análise, havia pequena população no Espírito Santo em relação ao estado vizinho, e que a população da Serra dos Aimorés era grande no período, considerando sua área (10.137 km<sup>2</sup>), quando houve um crescimento geométrico muito acima do registrado nos dois estados (Espírito Santo e Minas Gerais) e no Brasil. Isso ocorreu em função da migração para aquela região, oriunda de Minas Gerais e do Espírito Santo, bem como da Bahia, de onde os migrantes também vinham à procura de terras consideradas “devolutas”.

Nesse período, essa região em litígio abrangia, pelo lado do Espírito Santo, todas as áreas dos atuais municípios de Alto Rio Novo, Mantenópolis, Barra de São Francisco, Água Doce do Norte, Ecoporanga, Mucurici e Ponto Belo, mas também parte dos atuais municípios de Vila Pavão, Nova Venécia, Pancas, Águia Branca, Montanha e Pinheiros. Pelo lado de Minas Gerais, os municípios de Mantena (denominado inicialmente pelos capixabas de Gabriel Emílio), Itabirinha de Mantena, São João de Mantelinha, Nova Belém, Ouro Verde de Minas e Ataleia (denominado anteriormente pelos capixabas de Joeirama).

É justamente nessa região limítrofe entre Minas Gerais e Espírito Santo que há registro dos povos indígenas.

[...] num contexto de abandono da guerra direta aos indígenas em detrimento da estratégia de criação dos aldeamentos enquanto forma de expandir os domínios coloniais sobre seus territórios, a resistência às políticas de aldeamento por parte dos Krenak, na porção norte do Vale do Rio Doce, retardando o avanço das fronteiras coloniais pelo lado capixaba, e, sobretudo, a mesma resistência a essas políticas por parte dos Pojichá, no Alto São Mateus, justificam ter sido essa localidade a última fronteira colonial tanto pelo lado de Minas Gerais como do Espírito Santo, resultando no litígio entre os dois estados, decorrente de sua colonização a partir das décadas de 1930 e 1940. (BERNARDO NETO, 2012, p. 161).

O processo de resistência indígena à guerra direta e ao não aldeamento permitiu, entre outros benefícios, que a extensão florestal nativa dessa região fosse preservada até as primeiras décadas do século XX. Mas destruir a floresta e extrair sua madeira foi, no primeiro momento,

uma das formas de apropriação dessas terras e de implementação de novas formas de exploração e expropriação – da terra e de seus habitantes.

Podemos considerar que esse processo de territorialização da última fronteira colonial no Espírito Santo não ocorreu de forma isolada, mas com certo grau de relação com o processo de urbanização que ocorria no Brasil nesse período, seja nos aspectos quantitativos, referentes ao número de habitantes nas cidades e vilas, seja na forma de produção, consumo e convívio que atingiu o campo.

O intenso processo de urbanização, na década de 1940/1950, chegou ao campo exigindo madeira para vários fins, como foi o caso da construção civil. Exigiu também a produção de alimento em quantidade cada vez maior, como foi o caso da carne bovina, que teve seu rebanho ampliado e, conseqüentemente, as áreas de pastagem. Fez com que os camponeses se inserissem na lógica de consumo capitalista, ampliando os valores de troca em relação aos valores de uso, pois esses camponeses tiveram que ampliar sua dependência do mercado, tanto para a venda de seus produtos agropecuários (de menor valor agregado) quanto para a aquisição de produtos industrializados (com maior valor agregado) para continuar produzindo. Isso fez com que fosse exigida da produção agropecuária sua ampliação para o mercado (doméstico e internacional).

Diferentemente do que ocorreu no Centro-Sul do estado, esse processo atingiu intensamente o campo ao Norte do estado, transformando os camponeses em proprietários e consumidores da indústria, sobretudo a partir da década de 1950. Embora esse processo tenha sido considerado tardio (a partir dos ideais colonialistas), foi intenso e abrupto, configurando uma nova paisagem, não mais de florestas frondosas, mas principalmente de pastagem. Mas essas ações não ocorreram em “vazios demográficos”, como afirma Garcia (2015, p. 57) “a frente madeireira, que significava avanço do capitalismo, marca sua presença nas áreas já povoadas do extremo-Noroeste e nas quais predominavam pequenas posses e pequenas propriedades, alcançava a região na meação da década de 1950”.

Grande parte da floresta de Mata Atlântica, abundante no Norte do estado, foi sendo extraída para atender ao comércio de madeira de lei no mercado europeu e brasileiro. Segundo Bernardo Neto (2012), o setor madeireiro foi, no final do século XIX e início do século XX, uma atividade de grande significado para a economia capixaba, atingindo a segunda colocação nas exportações, em função da demanda europeia, no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Essa não era uma atividade nova no Espírito Santo, pois era praticada, principalmente no litoral, nas proximidades dos rios com maior volume d'água, os quais eram utilizados para

o transporte<sup>15</sup>, tendo o mercado externo como principal destino. No Centro-Sul do estado, a extração da madeira já havia se iniciado durante a Colonização, porém não adentrando longo trecho para o interior, em função das áreas encachoeiradas, que restringiam a navegabilidade.

Segundo Bernardo Neto (2012), um conjunto de obras de infraestrutura, como estradas de acesso ao interior do Norte do estado, favoreceram para que as madeireiras devastassem, em poucas décadas, quase toda a floresta nativa do Norte do Espírito Santo, a partir do comércio prioritário de madeiras de lei. O transporte ferroviário, possibilitou escoar madeira, em áreas onde o transporte fluvial não permitia. Tanto a Ferrovia Vitória-Minas – inaugurada no início do século XX, atravessando grande parte do Vale do Rio Doce, e atualmente utilizada para o transporte de minério de ferro – como a Estrada de Ferro Bahia-Minas – construída no vale do Mucuri, principalmente para o escoamento de madeira ao litoral baiano, e que foi desativada na década de 1960, em função da redução das matas nessa região) –, foram utilizadas para o transporte de madeira desde o Rio Doce, passando pelos limites entre o Espírito Santo e Minas Gerais, até a fronteira com a Bahia. A ponte sobre o Rio Doce, em Colatina, construída em 1928, favoreceu, entre outras ações, o transporte de madeira do Norte do Rio Doce até a estação ferroviária Vitória-Minas. A construção, a ampliação e o melhoramento das rodovias fizeram acelerar a extração de madeira e chegar madeireiras onde a ferrovia e o transporte fluvial não alcançavam. Com isso, as madeireiras espalharam-se em todo no Norte capixaba. Somou-se a essa devastação da floresta a implantação dos monocultivos de eucalipto a partir de 1960, para a produção de papel e celulose, sendo a indústria instalada no município de Aracruz, na década de 1970. Esses monocultivos de eucalipto foram instalados não apenas em áreas já desmatadas, mas também era derrubada a floresta nativa para sua implantação (FERREIRA, 2009). E, em menos de 50 anos, todo o Norte do estado, que na década de 1940 era uma exuberante floresta de mata nativa, tornou-se um campo aberto. Para muitos proprietários da região, como para a empresa de monocultivos de eucalipto, as áreas de mata eram consideradas inproveitadas, e precisavam ser desmatadas para adquirir valor.

#### As ações conjuntas de madeireiros e latifundiários

[...] objetivavam, primeiramente, o desmatamento para a produção de matéria-prima da indústria madeireira, com vistas à construção civil e à exportação, combinando-o com a concentração da propriedade da terra, no sentido da introdução da pecuária extensiva, como modalidade, ainda que muito atrasada, de atividade econômica, (GARCIA, 2015, p. 63).

---

<sup>15</sup> No Rio Itaúnas e Rio Cricaré, balsas feitas com toras de madeira de lei eram uma das principais formas de fazer chegar essa madeira no litoral, tendo esses rios como principal meio de transporte.

Continua ainda este autor, ao mencionar as frentes madeireiras e pecuaristas que, para territorializarem, foram expropriando os posseiros que se instalaram na região fronteira entre Minas Gerais e Espírito Santo, na busca de terra para a produção de seu autossustento: “Os posseiros viam-se, agora, nas mesmas condições dos primeiros habitantes, os indígenas: passaram a ser considerados, também, como obstáculos ao progresso. Em razão disso, e em nome desse mesmo progresso, deveriam ser expulsos” (GARCIA, 2015, p. 64). Porto-Gonçalves (2015, p. 78) corrobora, afirmando que “para que se pudesse transformar a natureza em monoculturas subordinadas à lógica mercantil, muitos homens e mulheres foram vistos como obstáculos e expulsos de suas terras”. Para esse autor “*des-envolver* é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 81, grifo do autor).

A criação bovina, principalmente de corte e suas imensas áreas de pastagem, especialmente na região Norte do estado, fronteira com Minas Gerais, configurou-se na principal paisagem, com os latifúndios por extensão. A terra, que outrora era território indígena, toma novos contornos e utilidade.

Para os colonizadores, a floresta era um “vazio demográfico” e como os povos indígenas constituíam-se como “obstáculos” ao progresso. Por isso, ambos foram eliminados. Os colonos que se instalaram nessa região e os quilombolas que nela permaneceram, resistindo a toda forma de exploração, até hoje vêm sendo expropriados para dar lugar à pecuária extensiva – principalmente nos limites entre Minas Gerais e Espírito Santo – e aos monocultivos de eucalipto, cana e também frutíferas em grandes latifúndios que têm tomado extensas áreas no Norte do estado. A Floresta Tropical Atlântica, que era considerada “impenetrável” aos colonizadores, foi tomada pela monocultura de eucalipto, primeiramente no litoral e, no período mais recente, em todo o Norte do estado. A questão da monocultura de eucalipto, tema principal desse trabalho, será abordada, com maior aprofundamento, em capítulo posterior. O latifúndio, forma de apropriação e uso da terra hegemônica no Norte do estado, é o que abordaremos a seguir.

### **3.2 Estrutura fundiária capixaba e o Norte do estado**

Como já abordado no tema anterior, o Norte do Espírito Santo possui algumas especificidades em relação ao Centro-Sul. Não apenas pelo processo de colonização ter ocorrido posteriormente (que na visão colonialista europeia, é considerado tardiamente), mas

pela maneira de transformação da estrutura fundiária, tornando-a mais concentrada em relação ao restante do estado. No período que antecedeu ao século XX, a colonização do Norte do estado, restringia-se apenas à pequena parte do litoral – São Mateus e Conceição da Barra – e ocorria concomitante ao Centro-Sul. Mas a grande maioria do Norte permaneceu, até as primeiras décadas do século XX, como território dos indígenas – Krenak, entre o Rio Doce e Rio São Mateus, e os Pojichá, entre o Rio São Mateus e Rio Mucuri – ambos do tronco Botocudo, também chamado de Tapuias<sup>16</sup> ou Aimorés, que “ocupavam território que compreendia faixas da Mata Atlântica e da Zona da Mata na direção leste-sudeste, cujos limites prováveis seriam o vale do Salitre, na Bahia, e o Rio Doce, no Espírito Santo” (DADALTO, 2014, p. 15). O governador do estado<sup>17</sup>, na abertura do livro sobre os Índios Botocudo do Espírito Santo no século XIX, refere-se a eles como os verdadeiros donos do território, enquanto os europeus é que eram os invasores (EHRENREICH, 2014).

Para o processo de expansão colonial para o interior do Norte capixaba, os Botocudo eram considerados como “obstáculos” a serem removidos, assim como sitiante pobres, escravos africanos, missionários, dentre outros, que habitavam a região, no início do século XX. Apesar dos diversos massacres indígenas, seja pelo confronto direto com os colonizadores – como o ocorrido nas margens do Rio Mariricu, afluente do Cricaré, em 1558, no atual município de São Mateus, já relatado nesse trabalho –, seja, também, pelas doenças, que muitas vezes chegavam antes dos colonizadores, dizimando os nativos, estes, os povos já territorializados, continuavam persistentes até o início do século XX, como ameaça a quem ousasse adentrar a floresta ao Norte do Rio Doce.

Relata Ehrenreich (2014) que, apesar do comércio entre a costa leste do Brasil e Europa ser uma realidade na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, os mapas da época, naquele continente, “apontam uma mancha branca de terra incógnita perto do litoral, entre os Rio Doce e Mucuri” (EHRENREICH, 2014, p. 51). Essa terra era o que restava aos nativos Botocudo, pois os demais indígenas do litoral brasileiro já haviam sido aldeados e tornaram-se “civilizados” ou “mansos”, enquanto outros já haviam sido exterminados e suas terras apropriadas pelos colonizadores. Essa porção entre o Rio Doce e Mucuri, que se estendia até a proximidade da Serra dos Aimorés, outrora território dos Botocudo, é atualmente o Norte do Espírito Santo.

A forma como ocorreu a colonização do Espírito Santo na segunda metade do século XX, fundou as bases da estrutura fundiária capixaba, tendo o Norte do estado com a maior

---

<sup>16</sup> Classificação colonial: considerava “índios bravos” na domesticação.

<sup>17</sup> Renato Casagrande, governador do Espírito Santo (2011-2014), na época da publicação desse livro.

concentração fundiária estadual. Santos, em “A natureza do espaço”, chama de rugosidade “ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (SANTOS, 2006, p. 92). Para Santos, a divisão (territorial) do trabalho no passado deixa marcas, com base no tipo de capital utilizado em sintonia com as técnicas sociais. Afirma ainda que “a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas” (SANTOS, 2006, p. 92). E essa divisão do trabalho que perpassou esse período histórico do Espírito Santo – segunda metade do século XX – não apenas foi sendo substituída por outros, que não destruíram por completo os anteriores, mas que, ao se renovarem, se sobrepõem ao período anterior, de maneira que parte do passado convive com o presente.

O papel que o Espírito Santo cumpriu na divisão territorial do trabalho, seja em escala regional, nacional e/ou internacional, sofrendo grandes alterações nos últimos 50 anos, principalmente no Norte do estado, tem impregnado sua rugosidade que nem sempre é perceptível aos sentidos, mas ao conhecimento. Requer pesquisa e estudos para torná-la explícita. Além de desafiante, é uma necessidade conhecer essas características, pois o Espírito Santo está inserido enquanto parte fundamental do grande capital nacional e internacional, na dinâmica da mundialização do capital.

As marcas do passado estão presentes, registradas no caminho por onde trilharam os projetos considerados de desenvolvimento, mas também por onde trilharam os camponeses na busca de terra para a produção de seu autossustento. Estão presentes, ainda, na forma comunal de posse e uso da terra com que os quilombolas resistiram nesse período. A rugosidade está presente, também, na forma como as madeiras e latifúndios devastaram as florestas e se apropriaram da terra, gerando conflitos que têm sua origem em tempos remotos, mas que persistirão, enquanto existir o latifúndio.

Também é necessário considerar que há uma diversificação geográfica tanto no interior do estado, quanto em relação aos demais estados da federação. E o capital busca se apropriar dessa diversidade, tornando-a como potencial de acumulação. O latifúndio, o trabalho escravo, a extração de matéria-prima e a produção para o mercado externo (para a Metrópole) fazem parte dessa história de mais de cinco séculos.

A indefinição dos limites entre Norte do Espírito Santo e Minas Gerais, até a década de 1960 gerou, como constata Bernardo Neto (2012, p. 27), “uma verdadeira lacuna de informações censitárias anteriores ao censo de 1970”. Resolveu-se parcialmente essa questão,

realizando separadamente o censo nessa região, denominando-a como “Serra dos Aimorés”, conforme censos demográficos de 1940, 1950 e 1960, já mencionados anteriormente.

Apresentamos, a seguir, a relação dos números e área dos estabelecimentos agropecuários capixabas entre as décadas de 1920 e 1970. Não consta o censo de 1930, o qual não foi realizado.

**Quadro 4 – ES: Estabelecimentos agropecuários por grupo de área**

ES - Nº e Área dos estabelecimentos agropecuários - Censo Agropecuário (1920, 1940, 1950 e 1960)								
Ano	1920		1940		1950		1960	
Total (em ha)	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
	20.941	1.279.699	41.980	2.059.640	44.169	2.524.873	54.792	2.894.173
<b>Menos de 100</b>	18.721	665.588	38.317	1.203.810	38.789	1.326.063	49.114	1.580.593
<b>De 100 a menos de 1.000</b>	2.144	477.291	3.537	675.337	5.278	1.010.035	5.579	1.086.399
<b>1.000 a mais</b>	76	136.820	126	180.493	102	188.775	99	227.181

Fonte: Criação nossa, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censos agropecuários e Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

**Quadro 5 – Estabelecimentos agropecuários por grupo de área**

ES - Nº e Área dos estabelecimentos agropecuários - Censo Agropecuário (1970, 1980, 1985, 1995 e 2006)										
Ano	1970		1980		1985		1995		2006	
Total (em ha)	Nº	Área								
	70.711	3.759.358	59.340	3.798.221	69.138	3.895.421	73.208	3.488.724	83.763	2.839.854
<b>Menos de 100</b>	63.265	1.870.207	51.876	1.527.284	61.715	1.630.870	66.904	1.535.830	79.307	1.326.009
<b>De 100 a menos de 1.000</b>	7.281	1.554.914	7.204	1.642.691	7.160	1.621.073	6.102	1.413.808	4.299	1.004.420
<b>1.000 a mais</b>	165	334.237	260	628.246	263	643.478	202	539.086	157	509.425

Fonte: Criação nossa, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censos agropecuários – 1970, 1980, 1985, 1995 e 2006.

No período entre 1920 e 1960, o número de estabelecimentos capixabas elevou-se de 20.941 a 54.792 unidades. Uma evolução de 161,6% no período. A área total dos estabelecimentos cresceu, no mesmo período, de 1.279.699 para 2.894.173 ha. Uma evolução de 126,2%.<sup>18</sup>

Em 1920, havia no Espírito Santo, conforme recenseamento realizado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 31 municípios, dos quais três estavam no Norte do estado (Conceição da Barra, Linhares<sup>19</sup> e São Mateus). Dos 20.941 estabelecimentos, 15,8% (3.317) estavam nesses três municípios ao Norte. Já no censo demográfico e econômico de 1940 (realizado pelo IBGE e publicado em 1951), havia no Espírito Santo 41.980 estabelecimentos nos 32 municípios capixabas, dos quais, 16,2% (6.842) estavam no Norte do estado (Conceição da Barra, Colatina e São Mateus). Houve uma ampliação de 21.039 estabelecimentos nesse

<sup>18</sup> Essa elevação pode ter ocorrido devido à ampliação das propriedades recenseadas.

<sup>19</sup> No período de realização do censo de 1920, Colatina pertencia ao município de Linhares. Já no período de realização do censo de 1940, Linhares tornou-se distrito de Colatina.

período, com crescimento de 100%. Nesse período, das 231.369 pessoas atuantes na atividade agropecuária, apenas 10,25% (23.716) estavam nos estabelecimentos ao Norte do estado.

De 1920 até o censo agropecuário de 1985, os estabelecimentos agropecuários evoluíram em área, de 1.279.699 para 3.895.421 ha, sendo 2,2 milhões de hectares a mais incluídos nos estabelecimentos. A partir de 1985, houve redução da área dos estabelecimentos agropecuários. No censo agropecuário de 1995 registrou-se 3,488 milhões de hectares e no censo agropecuário de 2006, registrou-se 2,839 milhões de hectares.

O quadro, a seguir, constata a evolução da área média dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área, no período de 1920 a 2006.

**Quadro 6** – ES: evolução da área média dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área (1920-2006)

ES - Área média em ha por grupo de área dos estabelecimentos agropecuários (1920 - 2006)									
Ano	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1985	1995	2006
Menos de 100	35,6	31,4	34,2	32,2	29,6	29,4	26,4	23,0	16,7
De 100 a menos de 1.000	222,6	190,9	191,4	194,7	213,6	228,0	226,4	231,7	233,6
1.000 a mais	1.800,3	1.432,5	1.850,7	2.294,8	2.025,7	2.416,3	2.446,7	2.668,7	3.244,7

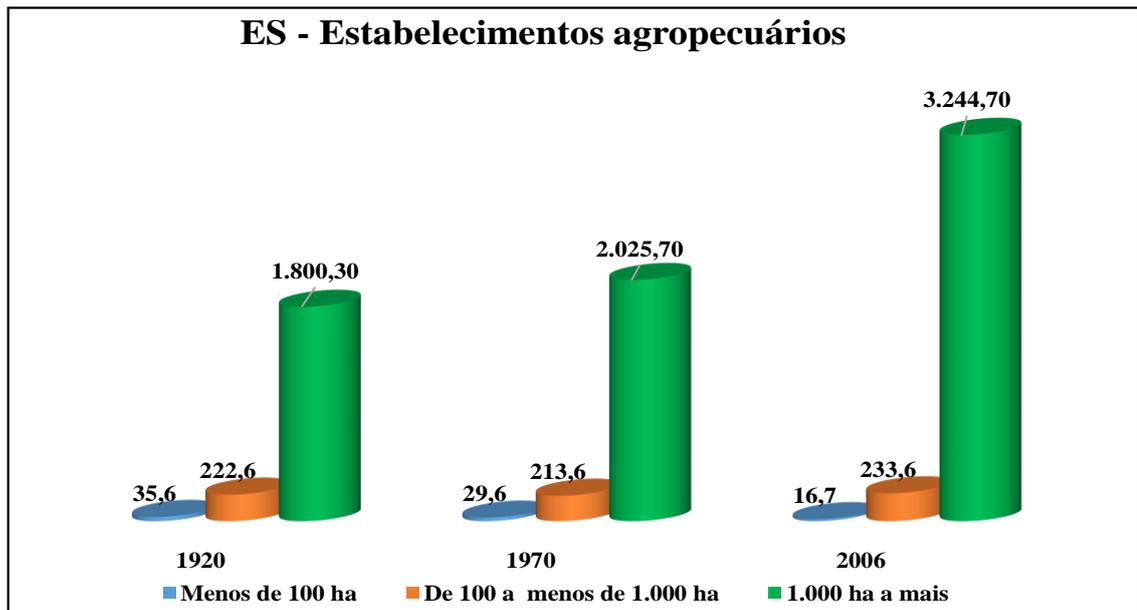
Fonte: Criação nossa, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censos agropecuários e Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Verifica-se que os estabelecimentos com menos de 100 ha reduziram sua área média no período, e que, a partir do ano de 1950, sofreram queda contínua da área média por grupo de área. Mas foi entre os censos de 1995 e 2006 que houve a queda mais abrupta, quando houve a redução de 23,0 para 16,7 ha na área média dos estabelecimentos nesse grupo de área.

O grupo de área de 100 a menos de 1.000 ha ampliou sua área média no período de 1920 a 2006, concentrando-a cada vez mais. O grupo de área de 1.000 ha a mais também ampliou sua área média no período de 1995 a 2006, quando se elevou de 2,66 mil para 3,24 mil ha em média em cada estabelecimento, o que constata a contínua concentração da terra, principalmente nas últimas décadas.

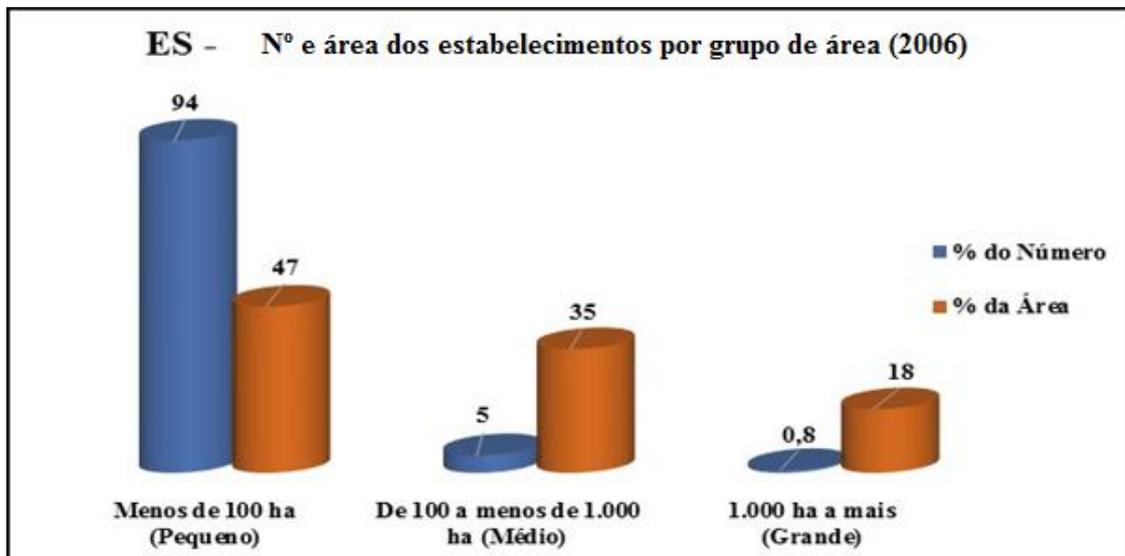
Os dois gráficos a seguir evidenciam a concentração da terra no estado. O primeiro destaca a evolução da área média por grupo de área e o segundo a diferente concentração por número e área no ano de 2006.

**Gráfico 3 – ES: Área média por estabelecimento por grupo de área total (2006)**



Fonte: Criação nossa, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censos agropecuários – 1920, 1970 e 2006.

**Gráfico 4 – ES: Concentração da terra por grupo de área total (2006)**



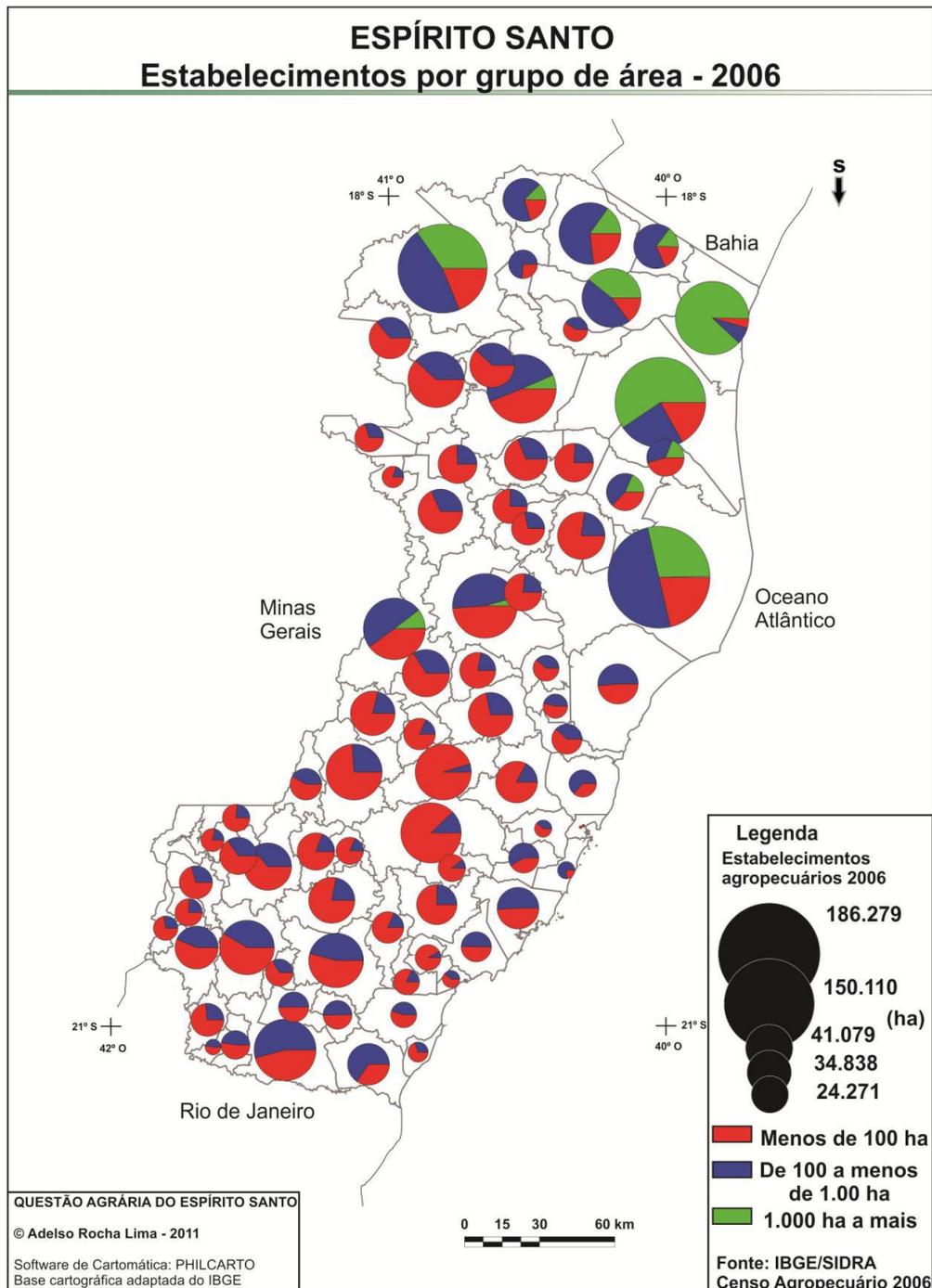
Fonte: Criação nossa, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo agropecuário.

Nos três períodos (1920, 1970 e 2006), conforme o gráfico 3, constatamos que houve ampliação da área média dos grandes estabelecimentos, enquanto os pequenos sofreram redução nesse período. Concluímos que a concentração fundiária foi crescente, revelando uma possível absorção dos pequenos estabelecimentos pelos médios e grandes.

A partir do gráfico 4, verificamos que os pequenos estabelecimentos (menos de 100 ha) são a maioria em número (94%), mas é baixa sua participação em relação à área (47%). Os médios e grandes estabelecimentos, com pouco mais de 5% em número possuem mais de 50%

da área. S, em um processo de desconcentração da terra, a partir da realização da reforma agrária, fossem divididos apenas os grandes estabelecimentos em pequenos, seria possível transformá-los em 5.094 estabelecimentos e, não apenas 157, como na atualidade. O mapa que segue constata o grau de concentração da terra por município capixaba no ano de 2006, a partir dos estabelecimentos agropecuários

**Mapa 1 – Concentração da terra**



Fonte: Lima (2011, p. 48).

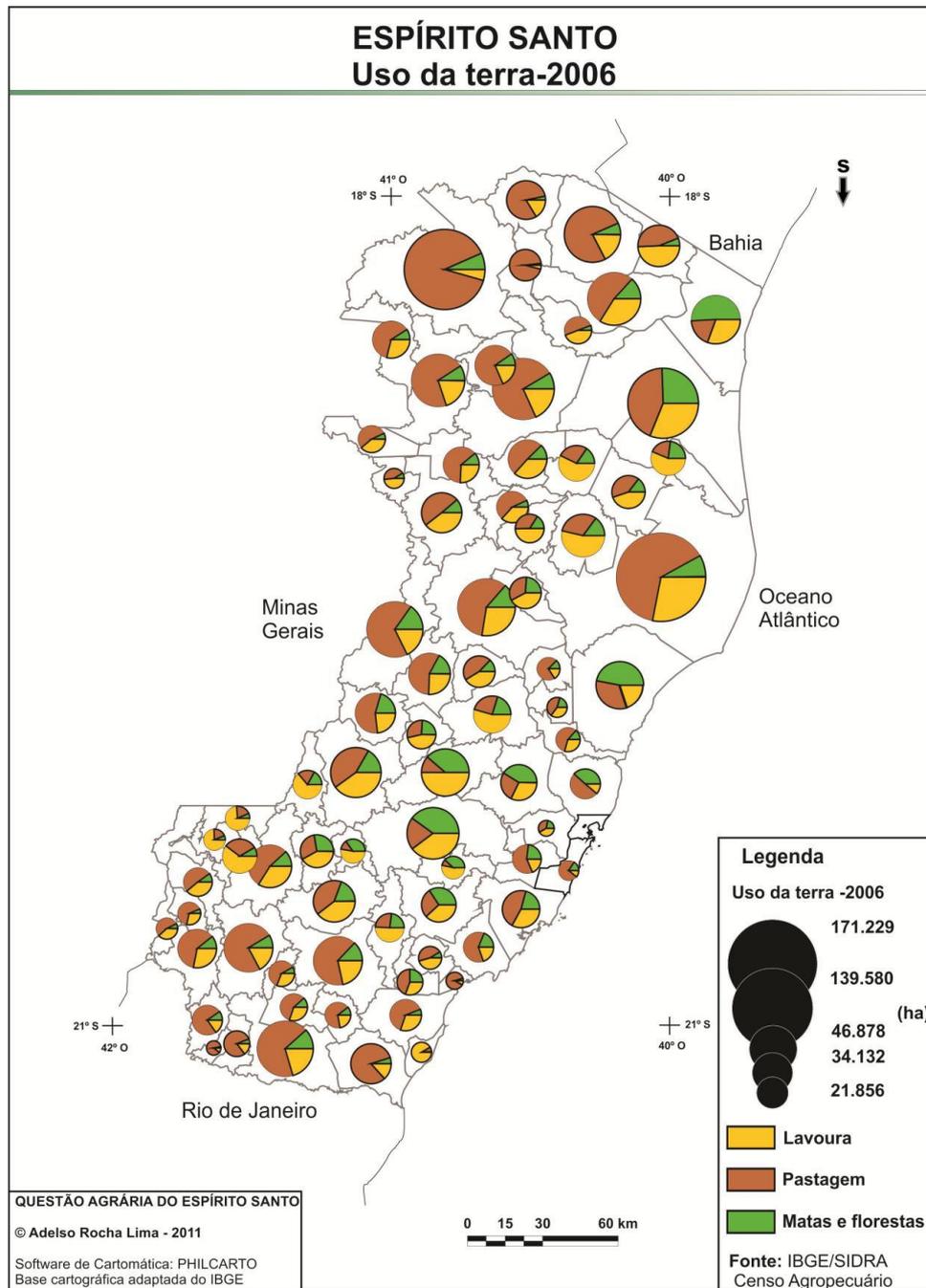
Verificamos no mapa 1, que a concentração da terra, a partir dos grandes estabelecimentos agropecuários, está em diversos municípios, porém, é no Norte do estado, principalmente nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus (litoral norte) que a concentração é mais intensa, onde os grandes estabelecimentos ocupam 88,2% e 59,4% da área de cada um desses municípios, respectivamente. Os médios estabelecimentos estão em quase todos os municípios. Os pequenos estabelecimentos estão em todo o estado, mas é no Centro-Sul que estes representam um maior percentual de área por município.

Em 1995, os grandes estabelecimentos somavam 539,086 mil ha e encontravam-se presentes em 37 dos 70 municípios capixabas. No Norte do estado estavam 74,2% da área desses grandes estabelecimentos, presentes em 18 dos 21 municípios dessa região, enquanto no Centro-Sul do estado estavam 25,8% da área restante, presentes em 19 dos 49 municípios dessa região. A maior área e percentual dos municípios com grandes estabelecimentos estavam no Norte do estado.

Em 2006, a área dos grandes estabelecimentos foi reduzida para 348,35 mil ha, sendo 97,9% no Norte do estado e apenas 2,1% no Centro-Sul, onde estão presentes 66,7% dos municípios. Essas informações contribuem para a constatação de que no Norte do Espírito Santo ocorre a maior concentração de terra no estado e onde se encontram os maiores latifúndios, com área de mais de 1.000 hectares.

A concentração da terra está associada, entre outros fatores, à concentração da produção agropecuária. O Censo Agropecuário de 2006 revela que 47,22% da área dos estabelecimentos agropecuários estavam ocupados com pastagem; 26,5% ocupados com lavouras; e 20,63% ocupados com “matas e florestas”. O IBGE considera a monocultura de eucalipto como “florestas plantadas”. Em função dessa inclusão é que ocorre a ampliação das áreas com monocultura de eucalipto que, ideologicamente são denominadas pelo Estado e empresas do agronegócio como matas e florestas.

**Mapa 2** – ES: Uso da terra com lavouras, pastagens e matas e florestas (2006)



Fonte: Lima (2011, p. 55).

A participação das áreas de pastagens, presentes na maioria dos municípios capixabas, é mais evidente no Norte e extremo Sul do estado. Mas quatro municípios ao Norte do estado (Ecoporanga, Linhares, Nova Venécia e Montanha) respondem por 26% dos 1,34 milhões de hectares de pastagem e por 26,3% dos 2,29 milhões de cabeças de bovinos no estado. Ressalta Bernardo Neto (2012) que a pecuária de corte no Brasil é uma das atividades agropecuárias que menos gera emprego, pois para cada 100 ha de pecuária bovina, é gerado apenas 0,24 emprego por ano, ou 1 emprego para mais de 400 hectares.

As áreas com monocultura de eucalipto – que o Estado e empresas consideram matas e florestas – estão presentes, com maior incidência, no litoral Norte e na região Centro. Vale ressaltar que a monocultura de eucalipto é considerada como “floresta plantadas”, o que infla a área de florestas no estado. Como exemplos são os municípios de Conceição da Barra e São Mateus (litoral norte capixaba), onde, do total das áreas registradas pelo IBGE como “matas e florestas”, 59,1% e 61,3%, respectivamente, correspondem à monocultura de eucalipto para papel e celulose, conforme dados do Censo Agropecuário (2006) e Produção da Silvicultura (2014).

Santos (2006) enfatiza que há uma tendência à especialização produtiva a partir da divisão territorial do trabalho, em que o capital busca se apropriar das vantagens comparativas. O Norte do estado foi utilizado enquanto região para a implementação dessas duas atividades econômicas principais – pecuária e monocultura de eucalipto – com incentivos fiscais (DARÉ, 2010). Segundo a autora, em 1960 foi realizado o Seminário Pro-Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo, promovido pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) com apoio do governo estadual. Na década de 1960, a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codes) realizou “Estudos para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Espírito Santo”, sendo o mais importante, o Plano de Diversificação e Desenvolvimento Agrícola do Estado do Espírito Santo, produzido em 1968, que tinha como propósito estimular a mudança na economia capixaba. Serviram de base para o incentivo à expansão da monocultura através da especialização produtiva.

Esses estudos e projetos realizados no Espírito Santo estavam alicerçados no contexto nacional. Nesse período, havia no Brasil amplos conflitos agrários, em função das pressões para a realização da reforma agrária, a partir da organização dos trabalhadores nas Ligas Camponesas, com o apoio de setores da igreja e de partidos políticos. O primeiro governo militar, presidido pelo Marechal Castelo Branco, enviou ao Congresso Nacional um projeto desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), que deu origem ao Estatuto da Terra, aprovado em 30 de novembro de 1964, por meio da lei n. 4.504. Conforme afirma Loureiro (2006, p. 35)

[...] o projeto elaborado destinava-se a concretizar uma reforma agrária que não representasse um confisco das terras dos grandes latifundiários, mas que permitisse conciliar a ocupação e utilização das terras com a preservação da propriedade capitalista e da empresa rural.

O Estatuto da Terra classificava as propriedades em: a) latifúndios improdutivos (por produção e extensão) passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária; b) minifúndios e c) empresas rurais, sendo unidades produtivas modernas e com grande produtividade (unidade

ideal). O Estatuto da Terra força a modernização da produção com a industrialização da agricultura. Em vez de buscar avançar o processo de reforma agrária, demandada pelos camponeses, o Estatuto da Terra priorizava e estimulava o desenvolvimento das empresas rurais na ótica capitalista, cumprindo a tarefa de controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos no campo, conforme os objetivos traçados com base nos estudos do Ipes e Ibad, constituídos por uma burguesia de empresários ligados à indústria, comércio e bancos. Com o Estatuto da Terra e outras leis que instituíam os incentivos fiscais, a Ditadura Militar promoveu uma reestruturação do campo, a partir da não realização da reforma agrária (LOUREIRO, 2006). Assim, embora continuassem a existir os pequenos estabelecimentos, permaneceu a concentração da terra.

Além da concentração da terra, as poucas áreas com os pequenos estabelecimentos continuaram subordinadas ao capital da indústria, do comércio dos produtos agrícolas, dos insumos, de máquinas e equipamentos agrícolas, entre outros. Sem necessariamente produzir e nem mesmo controlar toda a terra agricultável, as grandes indústrias subordinam a produção no campo, camponesa ou não, porque, ao comprar produtos da indústria e ao vender a produção agropecuária, os capitalistas se apropriam de parte da renda gerada na produção agropecuária. O camponês, a partir dessa subordinação à indústria, perde certa margem de sua autonomia relativa.

Essa nova configuração do campo fez com que se ampliasse a produção de *commodities*, principalmente para o mercado exterior (circuitos longos<sup>20</sup>), a partir dos monocultivos, do uso intensivo de máquinas e insumos, do alto investimento em capital e do uso reduzido da força de trabalho. É essa a estratégia do capital com o modelo chamado de agronegócio. Esse modelo é mais susceptível às crises cíclicas do capitalismo, pois é dependente do mercado externo para a venda da produção primária e aquisição de insumos, máquinas e equipamentos (de maior valor agregado), financiamento subsidiado, e que tem sido o principal responsável pelas mudanças climáticas a partir do desmatamento, da emissão de CO<sub>2</sub>, do uso de agrotóxicos, transgênicos, dentre outros.

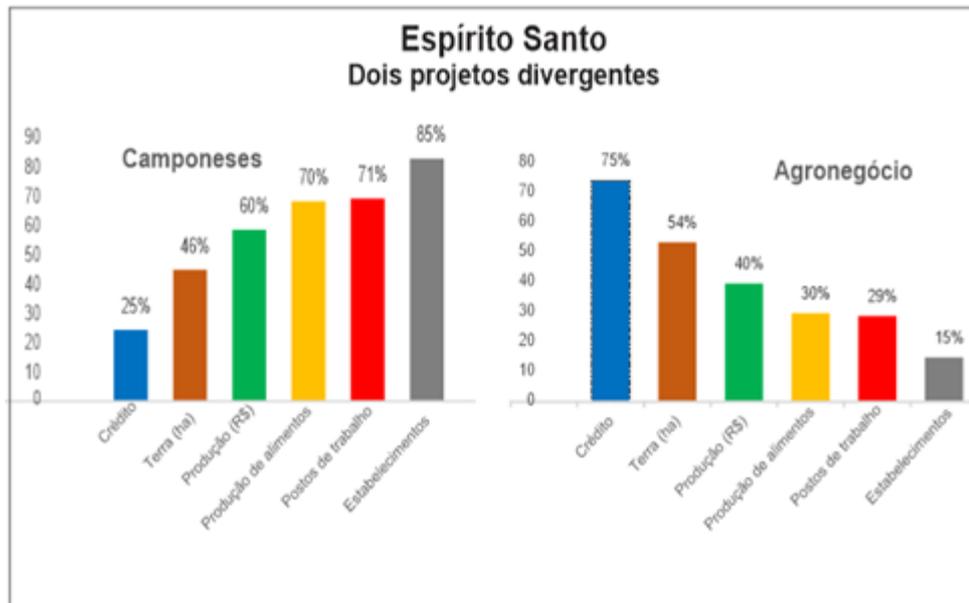
A forma como é desenvolvida a agricultura camponesa faz com ela seja menos intensiva em capital e mais intensiva em força de trabalho, pois utiliza menor parcela dos créditos públicos, gerando mais postos de trabalho, produz a maior parte e os principais alimentos necessários à população e é menos impactante ao ambiente. Interage no mercado a partir dos circuitos curtos (mercados locais e regionais), atendendo prioritariamente às

---

<sup>20</sup> Prioriza o mercado externo em relação ao mercado interno – estadual, regional e municipal.

demandas da população. O valor de uso é prioritário em relação ao valor de troca. O gráfico a seguir evidencia essas informações da realidade capixaba, que não difere muito da realidade nacional.

**Gráfico 5 – ES: Comparativo da agricultura camponesa e agronegócio**



**Fonte:** Criação nossa, com base no IBGE/SIDRA Censo agropecuário 2006

Com apenas 25% do crédito e 46% da terra, a agricultura camponesa no Espírito Santo é responsável por 60% da produção agropecuária, 70% da produção dos alimentos e 71% dos postos de trabalho no campo. Isso confirma que a agricultura camponesa apresenta-se enquanto alternativa não apenas ao campo, mas para o conjunto da sociedade, seja pela produção agropecuária em geral e pela produção alimentícia em específico, seja pela geração de trabalho e renda.

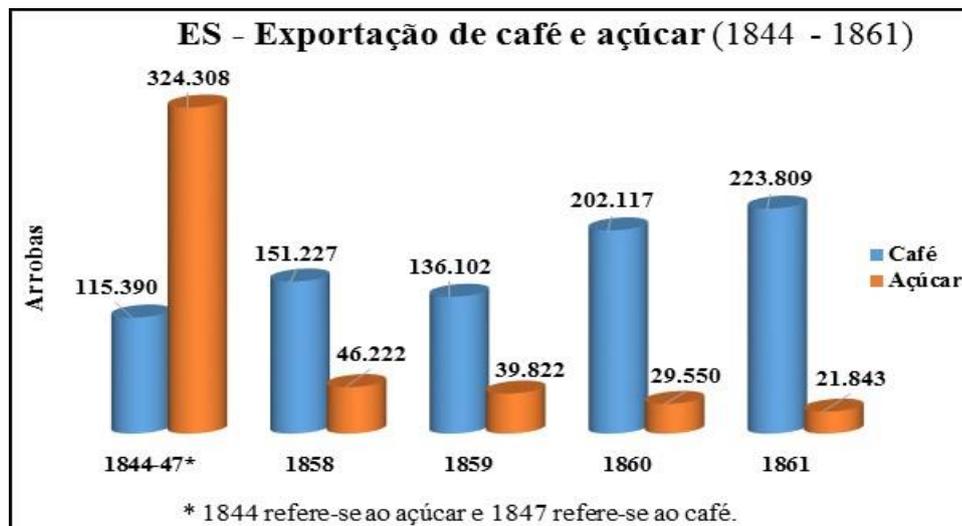
Essa atual configuração da estrutura fundiária e agrícola no Espírito Santo, construída nos últimos 50 anos, manteve o latifúndio e os monocultivos enquanto pilares capitalistas de produção, atendendo prioritariamente o mercado externo, a partir da demanda de *commodities*. Os latifúndios improdutivos foram utilizados como área de reserva para o avanço gradativo do agronegócio. O campesinato também permanece sendo uma forma de posse e uso da terra, sendo majoritário em número, mas com percentual reduzido da área total dos estabelecimentos. São territórios camponeses e capitalistas no Norte do estado que convivem e lutam permanentemente, gerando conflitos. A política de erradicação do café implementada no estado na década de 1960 foi uma dentre as várias ações do Estado que, tendo a “crise” de preço e

superprodução do café como argumento ideológico para retirar o camponês do campo e liberar força de trabalho para a indústria, alterou substancialmente o rural capixaba.

### 3.3 Ideologia da crise do café e a cultura cafeeira hoje

A cultura do café é uma das atividades de grande relevância política e econômica no Espírito Santo e tem perpassado por diversos períodos. Apesar de não haver dados de quando o cultivo do café foi iniciado em solo capixaba, em 1812, lavouras na bacia do Rio Doce já produziam para o comércio exterior. O café teve destaque entre as demais lavouras a partir de meados do século XVIII, evoluindo sua participação entre as demais lavouras. Em 1851, a produção foi de 83.790 arrobas, das quais 83.234 foram exportadas (Oliveira, 2008). Em função de sua evolução na produção, sua participação na pauta da exportação fez com que reduzisse a participação do açúcar, conforme gráfico a seguir

Gráfico 6 – ES: Exportação de café e açúcar



Fonte: Criação nossa, com base em Oliveira (2008).

Essa transição da produção de açúcar para o café ocorreu em função dos preços no mercado internacional, da migração de mineiros e fluminenses para o estado e sua opção pelo cultivo do café; além desta cultura necessitar de menor força de trabalho (escassa na época) em relação ao cultivo da cana-de-açúcar. Havia no estado, nesse período, a nobreza do café, representada pelos Barões de Itapemirim, Aimorés, Timbuí e Guandu. O café continuou sua ampliação como principal produto na agricultura e exportação capixaba, apesar da ideologia da “crise” de preço e de produção nas décadas de 1890 e de 1950. No ano de 1903, o café representava 95% da receita estadual, caindo para 60% no ano de 1918, em função dos efeitos

internacionais da Primeira Guerra Mundial pelas limitações do comércio internacional (OLIVEIRA, 2008).

No contexto nacional, o café foi, majoritariamente, o produto de maior importância econômica na pauta das exportações brasileiras no período de 1921 a 1952. Os plantios por estado estavam assim distribuídos, conforme quadros a seguir.

**Quadro 7** – Participação do café nas exportações brasileiras – 1921 - 1950

<b>ano</b>	<b>%</b>	<b>ano</b>	<b>%</b>
1921	60%	1936	46%
1922	64%	1937	42%
1923	64%	1938	45%
1924	76%	1939	40%
1925	72%	1940	32%
1926	74%	1941	30%
1927	71%	1942	26%
1928	71%	1943	32%
1929	71%	1944	36%
1930	63%	1945	35%
1931	70%	1946	37%
1932	72%	1947	36%
1933	73%	1948	41%
1934	61%	1949	52%
1935	52%	1950	63%

**Fonte:** Criação nossa, com base em Sampaio (1952)

**Quadro 8** – Brasil – Participação de cada estado no plantio de café (1951)

<b>Estado</b>	<b>Pés de café</b>	<b>% do total</b>
São Paulo	1.061.525.724	44,4
Minas Gerais	482.196.267	20,2
Paraná	301.113.700	12,6
<b>Espírito Santo</b>	<b>282.153.000</b>	<b>11,8</b>
Rio de Janeiro	103.539.000	4,3
Bahia	72.000.000	3,0
Pernambuco	50.187.000	2,1
Goiás	21.943.000	0,9
Ceará	6.000.000	0,3
Mato Grosso	3.240.000	0,1
Santa Catarina	2.874.000	0,1
Alagoas	2.400.000	0,1
Sergipe	1.300.000	0,1
Não especificado	2.075.300	0,1
<b>Total</b>	<b>2.392.566.991</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Criação nossa, com base em Sampaio (1952).

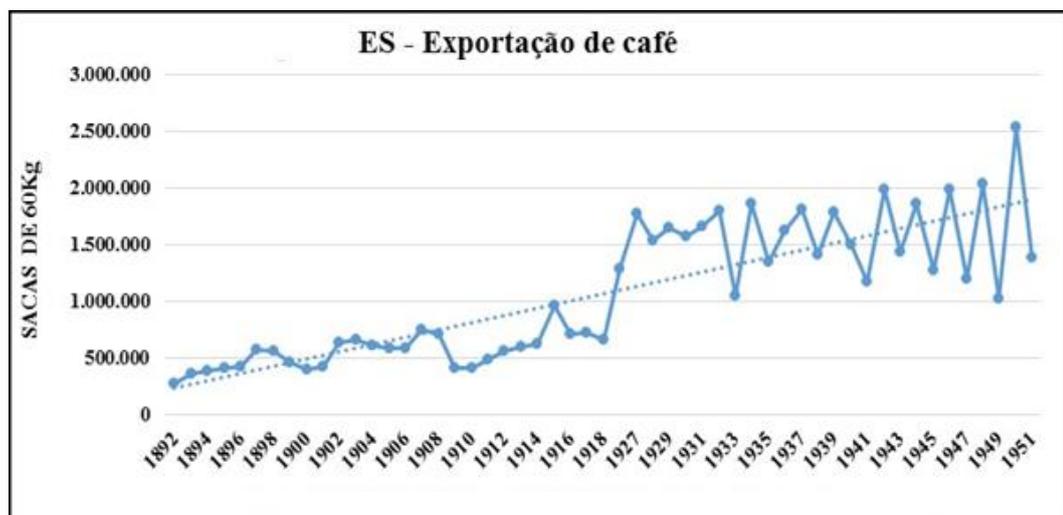
Em um período de 30 anos (1921-1950), o café foi o principal produto de exportação brasileira, mantendo-se acima de 50% na maioria dos anos, tendo seu pico máximo no ano de 1924, responsável por 76% dos produtos exportáveis no Brasil. Houve uma ligeira queda abaixo de 50% entre os anos de 1936-1948, mas recuperada nos anos seguintes. A participação média nesses 30 anos foi de 54% do valor de toda a exportação.

No final do século XIX e início do século XX, a produção cafeeira foi a base econômica do Espírito Santo, sendo o principal produto de exportação e a principal fonte de receita ao estado. No período de 1892 a 1931, a participação do café variou entre 84,3% a 99,7% no valor total das exportações. Em relação à receita pública, a participação do café variou de 46,4% a 95,0% nesse período, com uma média de 71,6% do valor da receita estadual (BUFFON, 1992). Por longo período, esta foi uma das principais atividades econômicas do Espírito Santo.

Como no levantamento de Sampaio (1952), constata-se que no ano de 1951 havia 4,888 bilhões de pés de café em todo o mundo e que deste total, o Brasil era responsável por 49% (2,392 bilhões de pés). No Brasil, o maior número de pés de café estava distribuído, majoritariamente entre São Paulo (44,4%), Minas Gerais (20,2%), Paraná (12,6) e Espírito Santo (11,8%), respondendo por 89% do total. Os demais estados ficavam com os outros 11% dos pés de café plantados. Em relação à exportação, o Espírito Santo, ficou em terceira colocação, atrás de SP e MG.

No período de 1925/1926 – 1950/1951 as exportações do café variaram por ano safra da seguinte forma:

**Gráfico 7 – ES: Exportação de café (1892-1951 – sacas de 60 Kg)**



Fonte: Criação nossa, com base em Oliveira (2008, p. 464) e Sampaio (1952, p. 32).

A quantidade de café produzida e exportada pelo Espírito Santo foi crescente nesse período, com pouca oscilação, saindo de 277,7 mil sacas no ano de 1892 para mais de 2,5 milhões de sacas no ano de 1949 e pequena queda em 1951. Mas nos anos seguintes, houve uma queda acentuada da exportação de café no estado, como ressalta Daré (2010). A autora destaca que, enquanto no quinquênio 1951/1956, o Espírito Santo participava com 11,2% da produção exportável de café; no quinquênio seguinte (1956/1961) caiu para 8,6% e para 6,2% no quinquênio de 1961/1966. No período da execução da política de erradicação do café (1962/1967), o Espírito Santo pouco influenciava na ideologicamente considerada “superprodução e estoque” de café, não sendo, portanto, o motivo principal para a execução dessa política no estado.

Vale ressaltar que grande parte do café exportado pelo Espírito Santo se dava pelo porto do Rio de Janeiro. Conforme ressalta Sampaio (1952) no período de 1950/1951, o Espírito Santo foi responsável por 11,80% da exportação do café, mas 45% do total do estado era exportado pelo porto de Vitória e o montante de 55% ocorria pelo porto do Rio de Janeiro, ficando fora do estado parte significativa da receita da exportação do café capixaba.

Por certo período, a economia cafeeira capixaba tinha como base de escoamento da produção o porto do Rio de Janeiro, sobretudo dos cafés produzidos na região sul do estado. E somente a partir da segunda metade do século XX o porto de Vitória (capital do estado) passou a centralizar tanto o café do Espírito Santo, como os de origem de Minas Gerais. Isso foi possível com a construção de rodovias e ferrovias que interligavam o interior do estado ao porto, como foi o caso da ferrovia ligando Cachoeiro do Itapemirim a Vitória e a de Vitória chegando à divisa de Minas Gerais. Nesse mesmo período (primeira metade do século XX), entre as diversas rodovias, foi construída a ponte sobre o Rio Doce, em Colatina, interligando o Norte do estado à capital, através de rodovia. Resultado dessa investida, entre os anos de 1922 e 1931, havia 28 casas exportadoras atuando em Vitória, responsáveis por 94% do café exportado pelo porto de Vitória. Até 1940, o porto de Vitória tinha o café como principal produto de exportação e nesse período<sup>21</sup>, se iniciou a expansão de terminais para a exportação de minérios (DARÉ, 2010).

A partir dos anos de 1920, o Norte do estado passava a elevar sua participação na produção do café, conforme quadro que segue.

---

<sup>21</sup> A partir da década de 1950, foram realizados diversos estudos para a ideologia do “desenvolvimento econômico” e especialização produtiva.

**Quadro 9** – ES: Participação relativa das regiões na produção e estoque de café 1940 – 1960

Anos	Norte		Centro		Sul	
	Pés	Estoque	Pés	Estoque	Pés	Estoque
<b>1920</b>	11,6	8,0	39,0	40,8	49,4	51,1
<b>1940</b>	16,6	13,7	32,7	31,3	50,7	55,0
<b>1950</b>	29,5	26,7	27,9	26,0	42,8	47,3
<b>1960</b>	44,3	45,8	24,4	20,6	31,3	33,6

Fonte: Criação nossa, com base em Buffom (1992, p. 217).

O Norte do estado sai de 11,6% dos pés de café plantados no estado no ano de 1920 para 44,3% no ano de 1960, enquanto nas demais regiões (Centro e Sul), houve redução contínua da participação, tanto nos números de pés quanto na participação nos estoques.

Na segunda metade do século XX, o Espírito Santo continuava com uma economia majoritariamente agrícola, com base na cultura do café, que durante mais de um século (1850/1960) predominou no estado. Trata-se de uma produção cafeeira para o mercado externo, que nasceu com o trabalho escravo, mas foi sendo substituída por imigrantes, tornando-se uma agricultura de base familiar feita em pequenos estabelecimentos, em sintonia a uma produção diversificada e para o autossustento. Essa agricultura diversificada fez com que os agricultores não sofressem com a “crise” do preço e a superprodução do café no final da década de 1950. Contudo, os comerciantes foram os mais impactados, em função deste ser o principal produto de exportação. Impactou também as finanças públicas que dependiam de, em média, 60% da indústria e do comércio exterior do café.

A “crise” do café como apresentada e defendida por uma elite capixaba da indústria e comércio, não estava na estrutura agrária, em pequenos estabelecimentos e nem na produção diversificada de base familiar, mas foi impactada pelo processo chamado de erradicação do café (indenização por cova de café erradicado, com recursos públicos) para dar lugar ao processo chamado de desenvolvimentista, definido por uma elite urbana, industrial e mercantil que detinha o poder político. Com a ideologia da *crise cafeeira* de 1960, que para Daré “é parte de uma construção ideológica maior, que buscou inserir as ideias desenvolvimentistas no Espírito Santo” (DARÉ, 2010, p. 35), houve grandes transformações no campo, principalmente no Norte do estado, em função de ser uma construção política e econômica para implantação de grandes projetos, sobre os territórios de uso comunal (indígenas e quilombolas), em área de Mata Atlântica – considerada enquanto vazio demográfico – que foi substituída pela pecuária extensiva e monocultura de eucalipto para a nascente indústria de papel e celulose, cana-de-açúcar, com o discurso desenvolvimentista (DARÉ, 2010).

Analisando a crise financeira de 2008, que se iniciou nos EUA, mas que atingiu diversos países em todo o mundo, Harvey (2011, p. 18) constata que as crises servem “para racionalizar as irracionalidades do capitalismo”. Para ele, nas crises, “uma estratégia capitalista alternativa é mobilizar os elementos da população que ainda não foram proletarizados. O alvo mais óbvio são os camponeses e as populações rurais” (HARVEY, 2011, p. 57). Para continuar expandindo, crescer a uma taxa de 3% enquanto força motriz do capitalismo e “sair” da crise, o capital precisa produzir as condições políticas, ideológicas e materiais. E para atingir essa estratégia os modos de vida não mercantis e não capitalistas são barreiras que precisam ser superadas. Foi o que aconteceu na chamada “crise do café”, na década de 1950/1960.

A política de erradicação do café foi uma dessas estratégias, pois cumpria dois objetivos principais: a) liberar terra para uma agropecuária monetarizada, nos moldes do capitalismo, como foi o caso da implantação dos monocultivos de eucalipto para a produção de papel e celulose; da pecuária extensiva, principalmente de corte; da cana-de-açúcar para a produção de açúcar e álcool; b) liberar força de trabalho para os projetos industriais que, em sua maioria, foram implementados na Grande Vitória. A monetarização da vida social no campo e na cidade, a partir da necessidade de consumo de eletrodomésticos, roupas, alimentos industrializados, automóveis, dentre outros, movimentava a economia. No campo, a monetarização era implantada a partir dos moldes da chamada “Revolução Verde”, com a especialização produtiva, (in)sustentada no consumo de insumos industriais (fertilizantes e agroquímicos), máquinas e equipamentos, sementes híbridas consideradas “melhoradas”. Nessa economia mercantil e desenvolvimentista para o capital, era necessário introduzir e disseminar os valores de troca sobre o conjunto da sociedade, justificada na necessidade da população consumir bens industrializados.

A política de erradicação do café foi executada em duas fases. A primeira, no período de julho de 1962 a julho de 1966. A segunda fase, no período de agosto de 1966 a maio de 1967. Nessa segunda fase, o processo de erradicação do café foi mais intenso no Espírito Santo em relação aos estados que tiveram a mesma política, como São Paulo, Minas Gerais e Paraná dentre outros. Com uma área territorial reduzida, se comparada com os demais estados em que houve a mesma política, no Espírito Santo foram erradicados 303,175 milhões de pés de café, que corresponderam a 22% de todos os pés de café erradicados em nível nacional e liberaram uma área de 299.429 ha, que corresponde a 20,7% da área liberada em nível nacional. A justificativa foi sustentada na ideia de que o café no Espírito Santo era de baixa produtividade. Foram erradicados no estado 53,8% dos cafezais e 71% da área plantada. Isso fez com que a economia capixaba sofresse um profundo abalo. A cafeicultura era responsável por 55% dos

empregos da população economicamente ativa, 22% da renda estadual e 62% da receita pública. Foi o estado mais atingido pela política de erradicação de café, que impactou diretamente 25% da população do campo. (DARÉ, 2010; ESPÍRITO SANTO, 2013).

**Quadro 10** – Resultado da execução do programa de erradicação dos cafezais, em números reais

Estados	Cafeeiro erradicados (1.000 pés)			Área liberada (ha)			Valor pago aos cafeicultores (Cr\$ 1.000 de agosto de 1966)		
	1ª Fase	2ª Fase	Total	1ª Fase	2ª Fase	Total	1ª Fase	2ª Fase	Total
<b>São Paulo</b>	244.420	54.944	299.364	304.762	62.135	366.897	17.729	21.420	39.149
<b>Minas Gerais</b>	230.564	133.139	363.703	241.538	111.596	353.134	11.609	35.671	47.280
<b>Paraná</b>	125.712	124.185	249.957	161.062	146.000	304.062	7.429	52.538	59.967
<b>Espírito Santo</b>	67.903	235.272	303.175	60.429	239.000	299.429	3.707	66.547	70.254
<b>Outros</b>	54.887	108.257	163.144	50.726	115.000	165.726	2.198	31.980	34.178
<b>Total</b>	<b>723.546</b>	<b>655.797</b>	<b>1.379.343</b>	<b>818.517</b>	<b>673.731</b>	<b>1.492.248</b>	<b>42.672</b>	<b>208.156</b>	<b>250.828</b>

Fonte: Criação nossa, com base em IBC – GERCA (1968 apud DARÉ, 2010, p. 52).

**Quadro 11** – Participação relativa por estado no programa de erradicação dos cafezais, em números relativos

Estados	Cafeeiro erradicados (%)			Área liberada (%)			Valor pago aos cafeicultores Agosto de 1966 (%)		
	1ª Fase	2ª Fase	Total	1ª Fase	2ª Fase	Total	1ª Fase	2ª Fase	Total
<b>São Paulo</b>	33,8	8,4	21,7	37,2	9,1	24,5	41,6	10,3	15,6
<b>Minas Gerais</b>	31,9	20,3	26,4	29,5	16,6	23,7	27,2	17,1	18,9
<b>Paraná</b>	17,4	18,9	18,1	19,7	21,7	20,6	17,4	25,8	23,9
<b>Espírito Santo</b>	9,4	35,9	22,0	7,4	35,5	20,1	8,7	32,0	28,0
<b>Outros</b>	7,5	16,5	11,8	6,2	17,1	11,1	5,1	15,4	13,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Criação nossa, com base em IBC – GERCA (1968 apud DARÉ, 2010, p. 52).

Essa política de erradicação de café no Espírito Santo fez com que mais de 60 mil pessoas perdessem seus empregos, dispensadas da economia cafeeira e expulsas do campo, por falta de condições de vida. Arrancando os pés de café, “arrancaram” também grande parte das famílias que tinham nessa cultura a base de seu autossustento<sup>22</sup> e que, migrando para a cidade, formaram um dos pilares para a implantação dos grandes projetos industriais da época – a disponibilização da força de trabalho e o exército industrial de reserva. Para Harvey (2011, p. 75) “a urbanização é uma forma de absorver o excedente de capital”, criado para o atendimento das necessidades do capital. A criação de novos espaços geográficos – cidade e indústria – onde o capital se faz por excelência e uma das formas de continuar se reproduzindo e acumulando. É nesse contexto geográfico que ocorre a reorganização para e pelo capital.

<sup>22</sup> O cultivo do café era um, dentre os vários cultivos realizados, como a produção alimentícia, principalmente para o autossustento. Mas arrancando o café, arrancou-se a produção mercantil principal dos camponeses, que possibilitava suprir outras necessidades, o que não era possível na produção agropecuária.

Entre a ideologia da crise do café e a realidade no momento atual, há uma contradição explícita: enquanto 71% da área plantada de café foi erradicada na década de 1960 no Espírito Santo, no ano de 2013, essa mesma cultura foi uma das mais predominantes na agropecuária capixaba, presente em 75 dos 78 municípios, e respondendo por 48,1% do valor total da produção agropecuária estadual.<sup>23</sup> No ano de 2014, o café representou 75,37% do valor total das lavouras permanentes. Em relação à área cultivada, enquanto na década de 1960 havia pouco mais de 420 mil ha, em 2014 havia mais de 446,09 mil ha de café cultivado, sendo que, em 2003, chegou a 557,2 mil ha (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

Foram realizados diversos estudos socioeconômicos, encomendados pelo Estado e pelo capital, relatórios e outros documentos que criaram o discurso do atraso econômico e do “vazio demográfico” no Norte do estado, produzindo a invisibilidade das comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, pescadores e camponeses, dentre outras. Dessa maneira, construiu-se a justificativa para implantação de projetos de desenvolvimento industrial, conforme abordaremos a seguir.

### **3.4 Contexto da implantação dos Grandes Projetos Industriais no Espírito Santo**

O café foi responsável, até o início da década de 1960, por grande parte da economia do Espírito Santo, ocupando grande parte da População Economicamente Ativa (PEA), devido à atração de imigrantes que se instalaram no interior do estado, com grande parte da infraestrutura voltada à produção, beneficiamento e escoamento de sua produção. Com a superprodução e a baixa de preço no mercado externo, a economia cafeeira se justifica, ideologicamente, a “crise”, e são realizadas mudanças profundas na economia capixaba. Mudanças que não se restringiam somente ao contexto no interior do Espírito Santo e sua base econômica, mas com vinculação ao contexto nacional e internacional.

No contexto internacional, o Plano Marshall (1947) foi um dos marcos com que os Estados Unidos traçaram sua estratégia geopolítica para o resto do mundo, no pós-Segunda Guerra Mundial, no período da Guerra Fria. Entre primeiras metas do Plano, estava a reconstrução da Europa, para onde destinaria 20% de seu orçamento, sob a forma de

---

<sup>23</sup> Incluindo extração vegetal: 0,03%; silvicultura: 9,69%; lavoura temporária: 11,0%; produção animal: 16,64% e lavoura permanente: 62,63%.

empréstimos. A “ameaça soviética” fez com que os EUA fizessem investimentos na Europa na ordem de 14 bilhões de dólares aproximadamente, no período de 1948-1952. A recuperação econômica europeia permitiu uma externalidade positiva, contribuindo, de forma subordinada, para uma relação comercial com países das Américas. Mas foi somente a partir da Revolução Cubana, em 1959, que o continente americano assumiu importância geopolítica, possibilitando o recebimento de auxílio econômico. Para evitar a influência revolucionária cubana em países da América Latina, os EUA fizeram investimentos em diversos países latino-americanos. Os grandes projetos de impactos implantados no Brasil se deram nesse período e nesse contexto, cumprindo o papel de promover o crescimento econômico com fundamento nos ideais desenvolvimentistas, e sustentado na industrialização de base e na produção de bens primários (PINHO NETO, 1996).

O governo brasileiro de Juscelino Kubitschek (1956/1961), a partir do Plano de Metas, buscou operar em três esferas distintas e complementares: a) no aspecto externo, a partir da criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), viabilizar a importação de equipamentos importantes sem cobertura cambial; b) obter auxílio econômico externo (principalmente dos EUA) para o desenvolvimento do país e c) no nível doméstico, oferecer incentivos para alguns setores, através de créditos subsidiados, além de gastos governamentais com infraestrutura e criação de um mercado razoavelmente protegido da competição externa, através de importações.

A criação, em 1959, do Bird foi o embrião desse processo, que surtiu efeito somente a partir da Revolução Cubana. Esse contexto geopolítico de ameaça revolucionária em vários países da América Latina culminou, não por coincidência, em regimes ditatoriais em diversos países, como foi o caso do Brasil, em 1964. Nesse período, 80% das exportações brasileiras eram dependentes do café, algodão e cacau, enquanto os produtos manufaturados respondiam por apenas 5% das exportações (PINHO NETO, 1996).

Com essas medidas, a partir dos financiamentos externos, no período de 1955-1961, mais de 2 bilhões de dólares foram investidos na indústria brasileira, com foco nos setores básicos, principalmente siderurgia e automobilístico. Os altos investimentos, de maturação em longo prazo, mas com prazo curto de reembolso e juros altos, fizeram com que esse processo deixasse um legado de endividamento a partir dos ideais de industrialização, a partir da desnacionalização da economia brasileira, considerando que esse era o caminho pensado para a superação do subdesenvolvimento.

A educação para o desenvolvimento esteve entre as metas estabelecidas no período. Enquanto no Ensino Primário foram estabelecidos regimes flexíveis, com a ampliação do dia

letivo para 6 horas, e para 6 anos na escolarização básica; no Ensino Médio, as escolas foram reaparelhadas para a formação técnica industrial e agrícola, com a concessão de bolsas de estudos, garantindo formação específica da força de trabalho demandada.

Nesse período, havia movimentos e organizações que tinham a bandeira da reforma agrária como um dos pilares para as mudanças estruturais. Para a Igreja Católica, no contexto da Teologia da Libertação, a reforma agrária era uma medida necessária para criar uma classe média rural e frear as ideologias revolucionárias. Para o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a reforma agrária destruiria o poder dos latifúndios e, através da revolução democrática burguesa para o desenvolvimento do capitalismo, caracterizaria uma etapa necessária ao socialismo. Para as Ligas Camponesas, era uma medida revolucionária necessária para uma transformação direta ao socialismo. A reforma agrária era uma bandeira de luta de vários movimentos sociais que, apesar de suas diferenças de concepções, davam unidade à luta. Para essas três categorias (religiosa, partidária e movimento) o campesinato era uma classe revolucionária, não sendo necessária sua proletarização para impulsionar as transformações estruturais da época. Essa força popular garantiu que João Goulart (1961-1964) colocasse a reforma agrária como política estruturante de seu governo. Foram criados, em 1962: a Superintendência de Reforma Agrária (Supra), o Estatuto do Trabalhador Rural, a regulação do sindicalismo rural, que culminou com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a qual passou a representar o sindicalismo rural. Em 13 de março de 1964, o governo criou um decreto de desapropriação de terras para a reforma agrária. O governo do Rio Grande do Sul – Leonel Brizola – desapropria uma fazenda/latifúndio de empresa dos EUA. Poucos dias depois, ainda em março de 1964, ocorre o golpe de Estado e os militares assumiram o governo.

Com o novo governo, as organizações patronais, como a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), entre outras que articularam e sustentaram o Golpe Militar, atuaram para a defesa ao direito romano e “sagrado” da propriedade privada da terra. O golpe militar interrompeu violentamente todo um ciclo de lutas e articulação que possibilitava a realização da reforma agrária e que almejava construir e ampliar direitos para a classe trabalhadora do campo e da cidade. No sentido contrário, introduziram medidas que ampliaram privilégios à classe patronal e afirmavam a hegemonia do capital internacional monopolista. Foram construídas medidas e instrumentos de apoio jurídico, técnico e financeiro, assim como uma base conceitual e legal para a atuação das várias esferas governamentais – federal, estadual e municipal (MENDES PEREIRA; ALENTEJANO, 2014).

No Espírito Santo, como em outros estados da federação, essas medidas foram aplicadas, ajustando-as conforme a realidade e as condições objetivas. Mesmo estando situado

na região sudeste, com o maior desenvolvimento econômico do país, polo industrial, econômico e político, o Espírito Santo estava, na época, mais próximo das condições socioeconômicas do Nordeste brasileiro, região com menor índice de desenvolvimento econômico do país. Era como se fosse um estado nordestino sem a Sudene. Isso justificava a intervenção do governo central e estadual em promover políticas que corrigissem essas distorções regionais, criando as condições para a implementação dos grandes projetos de investimentos e inserindo, de forma subordinada, o estado no rol do desenvolvimento, cumprindo sua tarefa na divisão regional de produtor e exportador de produtos primários e intermediários.

Um dos primeiros sinais do processo de industrialização no estado teve início em 1942, com a constituição da Companhia Ferro e Aço (Cofavi), de capital privado, que criou a siderurgia. Por sua posição estratégica (no município de Cariacica), tornou-se propensa ao desenvolvimento, pois estava próxima à ferrovia Vitória-Minas, favorecendo a chegada de matéria-prima (minério de ferro) e facilidade de escoamento através do porto de Vitória, e fez com que a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) injetasse nela volumosos recursos nas décadas de 1960-1970. Nesse período, o governo estadual Jones dos Santos Neves (1951-1954) lançou o Plano de Valorização Econômica do Estado do Espírito Santo, através do qual, dentre as ações no viés industrial, foram realizadas obras de rodovias, interligando o Espírito Santo aos estados vizinhos: a ampliação do Porto de Vitória; a implementação do Plano Estadual de Eletrificação, dentre outras iniciativas (FORTUNATO, 2011).

No governo de Cristiano Dias Lopes Filho (1967-1971), início do regime militar, foram intensificadas as políticas desenvolvimentistas, que criaram um aparato jurídico e político, garantindo a implementação de metas industrializantes e atraindo o capital privado (interno e externo). Foram criados, nesse período, a Companhia de Desenvolvimento (Codes), que se transformou no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes); o Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial (Fundai); o Conselho de Desenvolvimento Econômico; o Sistema de Crédito para o Desenvolvimento; o Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Geres); o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres); e o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap). Foi possível, a partir dessas e outras iniciativas, no período subsequente, construir o Porto de Tubarão (1966); duas usinas de pelotização de minério de ferro (CVRD), em 1969 e 1973; a Samarco Mineração S.A. (1977); a Aracruz Celulose (1978), a Companhia Siderúrgica Tubarão (CST) entre 1973 e 1983, dentre outras ações, obras e instituições (FORTUNATO, 2011). Esse instrumental serviu de base para que o Estado e o capital alterassem as bases desenvolvimentistas capixabas.

### 3.5 O Estado e os Grandes Projetos Industriais no Espírito Santo

No contexto do Regime Militar (com a repressão contra os trabalhadores organizados e contra os camponeses) os grandes projetos de desenvolvimento se implantaram no Espírito Santo com a chamada “revolução verde”, que trouxe o avanço do capital no campo, alterando drasticamente a agricultura e com a “Aliança para o Progresso”, dirigida pelos EUA, com a justificativa de tirar o estado do atraso econômico, da periferia do desenvolvimento, de uma economia de base agrícola para uma base industrial. Para Gomes (2005, p. 25)

Trata-se de quatro conjuntos de investimentos, as novas usinas de pelotadoras da CVRD e de consorciadas estrangeiras, localizada junto ao Porto de Tubarão, em Vitória, a pelotadora Samarco Mineração, localizada no município de Anchieta, a Aracruz Celulose, no município de Aracruz e a Companhia Siderúrgica Tubarão, no município da Serra.

Esses projetos implicaram em uma nova reestruturação política, econômica, social e ambiental no Espírito Santo. A instalação e funcionamento desses grandes projetos, principalmente na RMGV, serviu de atrativo para a migração de grande parcela da população, em que boa parte foi inserida no processo produtivo e outra parte formou o exército industrial de reserva, garantindo baixos salários aos trabalhadores.

Transformar os camponeses, com seu conhecimento baseado nas atividades agropecuárias em força de trabalho industrial urbana, foi uma das metas a serem alcançadas, como a infraestrutura de rodovias, portos e energia elétrica. O Estado cumpriu seu papel fundamental a serviço do capital, criando mecanismos financeiros e reformulando a máquina administrativa entre outras ações a serviço do projeto de desenvolvimento industrial (ES 2030, 2013).

O Estado não é apenas um mediador, mas o protagonista desse novo ciclo industrial, a serviço do capital. “O desenvolvimento do capitalismo jamais prescindiu da ação estatal; ao contrário, todo o processo de acumulação de capital sempre se fez mediante a ação estatal” (PEREIRA, 2006, p. 362). Foi feito um reaparelhamento do Estado a partir de uma reforma administrativa, criando novas secretarias e órgãos descentralizadores que, além de outras ações, promoviam assessoramentos e consultorias (DARÉ, 2010).

Foi construído no estado, nesse período, um arcabouço político, jurídico, técnico e ideológico. Parafraseando Peet (2007), cada projeto não deve ser apenas elaborado com fundamentação técnica e econômica, mas também deve ser convincente, ‘aceito’ ou, como fica explícito no Espírito Santo 2030 (2013, p. 17), “desejado por todos”, evidenciando a eficaz dominação do imaginário a partir da colonização do saber. Como afirma, ainda, Peet (2007, p.

22) “a política de desenvolvimento toma, assim, a forma de uma ideologia, como há muito entendida por Marx, só que desta vez o Estado é expandido para se tornar uma ordem massiva de poderosas instituições de governança global”.

Montenegro Gómez (2006, p. 102) corrobora, afirmando que “para traçar uma política de desenvolvimento, seria necessário (ou pelo menos desejável) esterilizar os conflitos que pudessem questionar a legitimidade e a absurda lógica capitalista” É nesse sentido que o Estado, com suas instituições públicas e relação com instituições privadas, busca legitimar na sociedade os planos e projetos estruturantes, como os que marcaram o início da segunda metade do século XX no Brasil e no Espírito Santo e, para isso, é necessário que haja um consentimento no imaginário social, sua forma mais eficaz de dominação. Para Peet (2007), fundamentado em Gramsci (1971, p. 25), esse processo ocorre a partir da hegemonia, que quer dizer a “produção cultural de sistemas de valores, atitudes, crenças e moralidade que dão suporte para a ordem social existente e o modo de vida prescrito”. Os projetos concebidos, implementados e em implementação, precisam aparecer na sociedade como se fossem uma demanda comum a todos. Isso dispensa a coerção física, de parte do aparelho repressivo do Estado que a utiliza em alguns períodos e localidades, como ocorrido no Regime Militar (1964-1985) no Brasil, concomitante ao início da implementação dos grandes projetos.

Nesse contexto, foi criada no Espírito Santo, no ano de 1958, a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes), que busca articular as condições para dinamizar a indústria no estado. Uma das primeiras ações do grupo técnico foi a criação de um estudo e diagnóstico da situação econômica e social do estado, iniciados com o Seminário Pró-Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo, em 1960. Um relatório-síntese desse seminário apresentou uma caracterização do estado, ressaltando a desigual distribuição da população, concentrada no sul e região da Grande Vitória, e conclui que o Norte do Rio Doce se encontrava como um extenso “vazio demográfico”, com terras devolutas e economia de caráter extrativista, sendo, portanto, uma região com potencial de expansão e que ainda não havia definido sua “vocação” econômica e social, naturalizando os processos sociais e econômicos com base na “ideologia da vocação” (DARÉ, 2010).

Os diversos grandes projetos implementados no estado a partir da segunda metade do século XX buscaram promover uma lógica de desenvolvimento, mantendo o mercado externo enquanto destino, mas inovando para uma base industrializante, saindo da condição de uma sociedade de base rural e agrícola para uma sociedade urbana e industrial.

A reestruturação e a ampliação portuária, ferroviária e rodoviária funcionaram e continuam funcionando como corredor oeste-leste, para o escoamento da produção de Minas

Gerais e Centro-Oeste do Brasil, mas também da produção capixaba. Incentivos fiscais, estrutura de pesquisa e investimento público, foram o atrativo e a sustentação política e econômica, bem como das leis favoráveis às empresas para sua instalação no estado.

O Estado Brasileiro, a partir do Plano de Metas organizou a agenda para o desenvolvimento institucionalizado como ideologia, para a superação do atraso e da suposta pobreza do Espírito Santo, considerado como “estado periférico” em relação aos demais da região sudeste.

Com o governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1974), o projeto desenvolvimentista ganhou força. Indicado pelo General Medici durante o Regime Militar, o novo governador, com uma carreira na Federação da Indústria e comprometido com o projeto de industrialização no período do Ato Institucional n. 5 (AI-5), com censura à imprensa e o “Milagre Econômico” a partir do endividamento externo, conduziu o estado a condições favoráveis para alavancar o projeto desenvolvimentista. Já havia ali instrumentos técnico-administrativos e burocráticos aprovados na gestão anterior (Cristiano Dias Lopes), e em funcionamento ou aptos a funcionar em âmbito nacional e estadual, como o Bandes, que captava recursos financeiros fora do estado; o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER); o Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo (DER-ES); a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur); a Empresa Capixaba de Turismo (Emcatur); o BNDES; o Banco Nacional de Habitação (BNH); a Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan); a Cooperativa Habitacional (Cohab); o Departamento de Trânsito (Detran); a Espírito Santo Centrais Elétricas (Escelsa), dentre outros.

O que denominamos de Grandes Projetos Industriais foram organizados em cinco grandes grupos, como: a) o Complexo Paraquímico – indústria de celulose; b) o Complexo Siderúrgico – usinas de pelotização e siderúrgica; c) o Complexo Turístico – investimentos no litoral sul do Estado; d) o Complexo Portuário – terminal do Corredor de Transportes para Exportação e e) o Complexo Naval – estaleiros de desmonte e de construção naval. Este último é o único ainda não concretizado, porém, em intenso processo de implantação, no litoral do município de Aracruz.

Para alcançar tais metas, foram estabelecidos três desafios a serem superados, conforme consta no documento Espírito Santo (2013, p. 22):

O primeiro desafio era transformar a mão de obra existente, de conhecimento baseado nas atividades agrícolas, em mão de obra industrial e urbana. A intensa migração rural-urbana da década de 1960 resolveu parcialmente essa necessidade, pelo menos na fase de implantação das plantas industriais [...].

O segundo desafio estava na falta de infraestrutura adequada, que servisse de base para um processo de industrialização. Para enfrentá-lo, os governos estadual e federal reorganizaram a capacidade instalada de oferta de serviços básicos ao processo

industrial, realizando investimentos públicos nas principais vias de transporte, a BR 101 e a BR 262; na ampliação e modernização do Porto de Vitória; na construção do Porto de Tubarão, e na ampliação da produção e distribuição de energia elétrica e água.

O terceiro desafio, talvez o maior obstáculo à retomada do crescimento, era a insuficiência de poupança interna e a falta de um sistema financeiro capaz de promover o financiamento dos investimentos industriais a serem realizados. Nesse aspecto, com apoio do Governo Federal, o Estado também exerceu papel de fundamental importância. Criou mecanismos financeiros, como o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres) e o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes). Buscou recursos da União, colocando-os à disposição dos novos projetos industriais. Toda a máquina administrativa foi reformulada e dotada de órgãos de planejamento.

Nessa reestruturação econômica para a produção de bens intermediários, como a metalurgia e a produção de celulose, destinadas ao mercado externo, o Espírito Santo funcionou como suporte de um desenvolvimento periférico, ou como “hospedeiro”, conforme afirma Loureiro (2006, p. 53), ou como “plataforma de oferta”, conforme constata o documento Espírito Santo 2030 (2013, p. 43), aproveitando de sua área física para a instalação de indústria de produtos exportáveis e de baixo valor agregado.

Apesar de o valor por tonelada das exportações capixabas ter apresentado um crescimento durante esse período, com evolução equivalente a 2,9 vezes, as importações tiveram uma trajetória acentuadamente ascendente, correspondendo a uma evolução equivalente a 7,1 vezes. Chegou-se em 2012 ao valor de US\$ 228,80 por tonelada para as exportações, contra US\$ 1.311,70 para as importações (ESPÍRITO SANTO 2013, p. 38).

Esses projetos de desenvolvimento que alteraram a economia do Espírito Santo e seu respectivo crescimento econômico, não incluíram significativamente a força de trabalho migrante do campo no setor industrial.

**Quadro 12** – ES e Brasil: Distribuição setorial da População Economicamente Ativa - PEA (1970 - 1977)

	<b>Espírito Santo</b>		<b>Brasil</b>	
	<b>% de Emprego</b>		<b>% de emprego</b>	
<b>Ano</b>	<b>1970</b>	<b>1977</b>	<b>1970</b>	<b>1976</b>
<b>Total</b>	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>Setor primário</b>	52,51	38,67	44,28	36,22
<b>Setor secundário</b>	13,60	11,35	17,92	23,63
<b>Setor terciário</b>	33,89	49,98	37,79	40,15

Fonte: Criação nossa, com base em Fortunato (2011).

Os dados do quadro evidenciam que houve no período uma ampla redução percentual da PEA no setor agrícola, a qual não foi incorporada no setor industrial. No Espírito Santo, em um período de apenas sete anos, a PEA primária caiu de 52,51% para 38,67% e a PEA secundária também caiu de 13,60% para 11,35%, enquanto que em nível nacional a evolução foi positiva, passando de 17,92% para 23,63%. Mas foi o setor terciário que incorporou no

estado a PEA, a qual evoluiu de 33,89% para 49,98%. Afirma Fortunato (2011, p. 53) que o modelo de industrialização implantado no Espírito Santo nesse período, “consubstanciado na indústria de transformação altamente especializada e voltada para o mercado externo, absorve pouca mão de obra, uma vez que é intensiva em capital”. A década de 1970 foi o auge de implantação dos grandes projetos industriais, juntamente com o processo de erradicação dos cafezais, o que garantiu uma ampla mudança estrutural no Espírito Santo.

**Quadro 13** – ES: Grandes projetos e respectivos investimentos e geração de emprego

<b>Discriminação</b>	<b>Investimento (US\$ milhões)</b>	<b>Nº de empregos</b>	<b>Mil dólar/emprego direto</b>
1. Complexo siderúrgico	4.260	9.850	432,5
2. Complexo naval (Grande Vitória)	90	4.000	22,5
3. Complexo Pára-Químico	800	5.000	160,0
4. Complexo Portuário	405	2.025	200,0
<b>Total Geral</b>	<b>5.555</b>	<b>20.875</b>	<b>266,1</b>
Grande Vitória	4.467	15.400	290,1
Outros municípios	1.088	5.475	198,7

**Fonte:** Criação nossa, com base em Fortunato (2011).

Foram investidos 5,555 bilhões de dólares nesses grandes projetos que geraram 20.875 empregos diretos. Desse total, 80,4% dos investimentos e 73,8% dos empregos foram concentrados na RMGV. Podemos afirmar, portanto, que o modelo industrial implantado no estado, altamente especializado e voltado para o mercado externo, não absorveu a força de trabalho expulsa do campo no período. Pois para cada emprego gerado foram investidos em média 266,1 mil dólares, sendo que na região da Grande Vitória esse valor subiu para 290 mil dólares e nos demais municípios ficou em 198,7 mil dólares. O complexo siderúrgico foi o de mais alto valor por emprego, pois foram necessários 432,5 mil dólares para cada emprego direto gerado.

O processo de erradicação do café no estado destruiu 60 mil postos de trabalho, forçando a migração da população do campo. Nesse período, a população dos municípios da Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Viana, Cariacica e Serra – ano de 1970-1980), conforme os Censos Demográficos desses anos, passou de 418.273 para 753.959 habitantes, incorporando 335.686 habitantes, mas poucos foram inseridos no mercado de trabalho nos Grandes Projetos, conforme evidenciado no quadro anterior.

O quadro a seguir mostra o rendimento mensal da PEA por grupo de rendimento no ano de 1977, no Espírito Santo.

**Quadro 14** – ES: PEA, segundo Grupo de Rendimento Mensal (1977)

<b>Classe de rendimento</b>	<b>Espírito Santo</b>	
	<b>Nº absoluto</b>	<b>%</b>
Até 1/2 SM	46.595	8,69
Mais de 1/2 a 1 SM	86.917	16,21
Mais de 1 a 2 SM	147.976	27,59
Mais de 2 a 5 SM	114.789	21,41
Mais de 5 SM	69.087	12,88
Sem renda	43.105	8,04
Sem declaração	27.792	5,18
<b>Total</b>	<b>536.261</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Criação nossa, com base em Fortunato (2011, p. 59).

Constata-se que mais de 60% da PEA no estado não apresentava renda ou tinha renda mensal de até 2 salários mínimos e apenas 12,88% da PEA tinha rendimento mensal maior que 5 salários mínimos. Esses dados retratam que, além da política dos grandes projetos estar vinculada a grandes investimentos e gerar poucos postos de trabalho – em sua maioria, de baixos salários – era também uma política de baixo desenvolvimento econômico: no setor informal, no ano de 1977 havia 103.704 trabalhadores, sendo que 56,7% eram compostos por migrantes, ou seja, uma população que saiu do campo para a cidade (Grande Vitória) em busca de emprego, mas foi acolhida pelo subemprego e desemprego. Na década de 1970, a população urbana capixaba ampliou de 45,4% para 64,2%, resultado do processo de erradicação do café, que destruiu postos de trabalho no campo e do incentivo migratório para a Grande Vitória, em função da promessa de emprego nos grandes projetos. A política de industrialização capixaba, em sintonia com a política de erradicação de café foi, na verdade, a destruição de postos de trabalho no campo com a promessa de emprego na cidade, que não se efetivou.

Em Relatório da Secretaria de Estado de Planejamento:

As limitações da estrutura produtiva em gerar empregos nos setores formais foram contrabalançadas pelo aumento exagerado do setor informal. Isto tem sido a tônica em todas as experiências de crescimento econômico na América Latina. O moderno convive com o tradicional (informal). A marginalidade e o pauperismo são inerentes aos modelos de desenvolvimento dependente capitalistas. Riqueza e pobreza não se excluem, convivem. (ESPÍRITO SANTO, 1979, p. 21 apud FORTUNATO, 2011, p. 60).

No caso do complexo paraquímico ou cadeia produtiva de papel e celulose, além da indústria e porto, foi necessária uma grande área para a produção do eucalipto e dos monocultivos, o que impactou profundamente a estrutura fundiária estadual. Implantada principalmente sobre os territórios de uso comunal (quilombolas e indígenas), a Aracruz

Celulose (hoje Fibria) se apropriou inicialmente de mais de 100 mil hectares nesse período e ampliou essa área no decorrer do tempo. Com capital estatal e privado (nacional e estrangeiro), a indústria de papel e celulose concretizou sua projeção com base na concentração da terra, expropriando camponeses, indígenas e quilombolas, forçando sua migração para os centros urbanos.

O Plano de Metas do Governo Federal, que buscou realizar uma reestruturação industrial no chamado “cinquenta anos de industrialização em cinco”, garantiu o atendimento da maioria de suas metas, com rastros de endividamento externo e déficit na balança comercial. No período de 1954-1961, a dívida externa subiu de 1,317 para 3,828 bilhões de dólares e os governos que sucederam a JK continuaram dependendo de novos financiamentos, ampliando os endividamentos nos anos seguintes. A balança comercial no período de 1954-1962 ficou assim distribuída:

**Quadro 15** – Brasil: Balança comercial - 1954-62 em milhões de dólares

Ano	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962
<b>Déficit ou Superávit</b>	-203	17	208	-180	-253	-154	-410	115	-346

**Fonte:** Criação nossa, com base em Pinho Neto (1996, p. 134).

Consta no documento que as metas referentes à agricultura foram bastante variadas, mas ficaram aquém do projetado, como foi o caso da produção de trigo, a mais fracassada do plano, atingindo apenas 24% da meta em 1960. Mas no que diz respeito à meta de papel e celulose, foi um sucesso. Foram atingidos 100% da meta original (200 mil t/ano) e 77% da meta revisada (260 mil t/ano) para a celulose e mais de 100% da meta de papel (450 mil t/ano). O estudo do BNDES relacionado ao Plano de Metas faz a seguinte afirmação: “equivocos, é certo, foram cometidos, mas estes são quase inerentes aos processos de industrialização bem-sucedidos” (PINHO NETO, 1996, p. 27).

O Golpe de Estado – que perdurou por 21 anos – e o golpe nos camponeses, a partir da ideologia desenvolvimentista da década de 1960 – que através da erradicação dos cafezais, expulsaram pessoas do campo – liberaram área para o capital local e internacional, formando o exército industrial de reserva. A partir das metas de diversificação e desenvolvimento econômico, contraditoriamente, no campo, foram implementadas atividades econômicas especializadas, principalmente a produção de eucalipto, a pecuária, a cana-de-açúcar que provocaram o declínio das lavouras tradicionais alimentícias, como foi o caso do milho, feijão, mandioca e arroz, configurando uma estrutura fundiária concentrada e os conflitos entre

camponeses e o agronegócio na atualidade (DARÉ, 2010). O setor do papel e celulose é um desses ramos do agronegócio que mais tem impactado e gerado conflitos, sendo este o enfoque desse trabalho, que abordaremos com mais aprofundamento a seguir.

#### 4 A GEOPOLÍTICA DO SETOR CELULÓSICO E PAPELEIRO

A produção de papel teve sua origem na China há cerca de 3.500 anos e estava relacionada à produção artesanal e agrícola, a partir da fibra da casca de arroz e bambu, que após cozida e esmagada, originaram as primeiras folhas de celulose. Foi com o surgimento da imprensa e seus periódicos que se intensificou a produção de papel e esta toma escala industrial. Com o desenvolvimento de maquinaria especializada no século XIX para ampliar a produção industrial, a produção artesanal foi sendo suprimida. Mas a sazonalidade de algumas produções agrícolas, dificultando o funcionamento ininterrupto anual da indústria papelreira, somada à volumosa necessidade de matéria-prima, em função da crescente urbanização mundial, exigindo demanda crescente de meios de transporte, fez com que a madeira se tornasse a matéria-prima principal a ser usada na fabricação de papel e celulose. As florestas de coníferas do Hemisfério Norte usadas como matéria-prima na fabricação papelreira, permitiram a redução do custo da produção de periódicos em 85%, consolidando a madeira como fonte principal dessa produção. A uniformidade, a abundância de área da floresta e matéria-prima compacta se somam à escolha da madeira como fonte principal dessa produção (BARCELOS, 2010).

Até a década de 1960, a produção de papel, assim como a origem da matéria-prima, que tinha na madeira sua principal fonte, concentrava-se no Hemisfério Norte, com 85% da produção de papel e polpa de celulose na Europa e América do Norte. Os bosques do Norte (extremo norte da Europa e América do Norte), com coníferas, faziam com que a indústria não dependesse de monoculturas arbóreas como na atualidade.

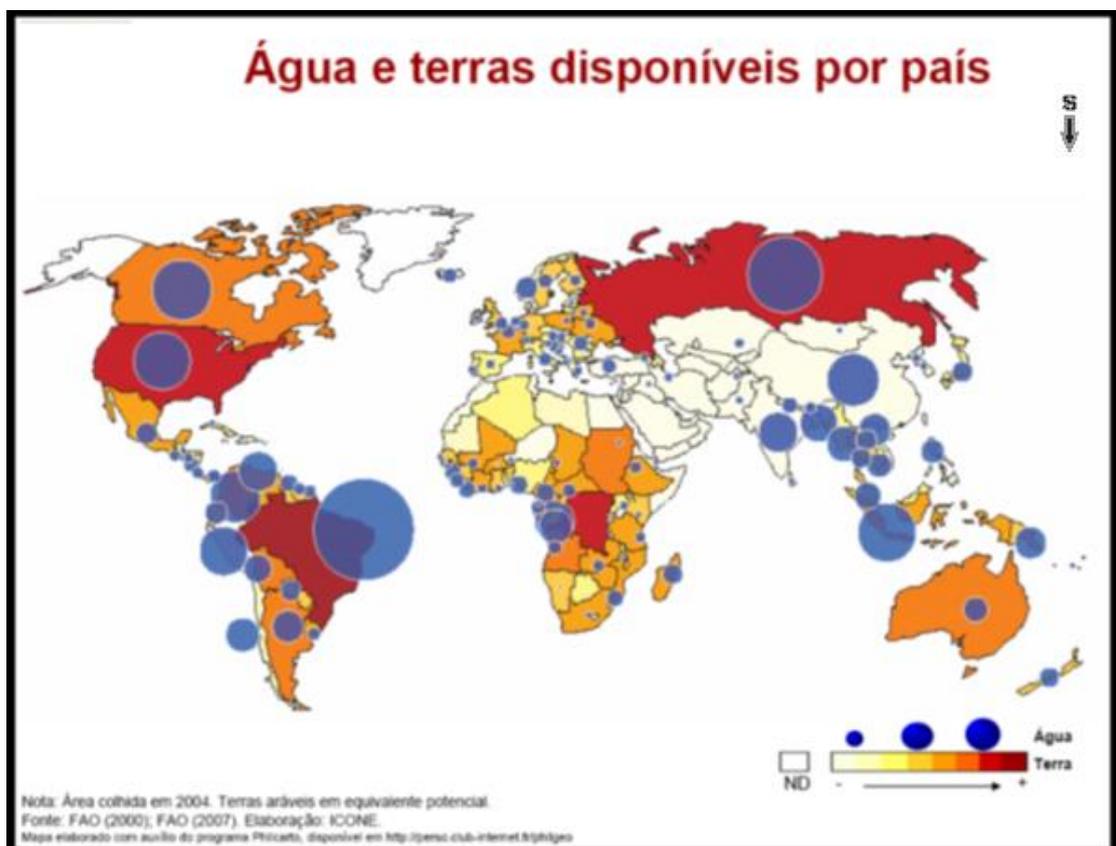
Diversos fatores contribuíram para a nova configuração da produção de papel e celulose no mundo, a partir da década de 1960. A onda de movimentos ambientalistas questionava tanto a devastação florestal, como a poluição do processo de produção industrial. Isso fez com que, mantendo o monopólio da produção de papel e celulose nos países do Hemisfério Norte, as plantas industriais e a produção de madeira em grande escala fossem sendo expandidas aos países do Hemisfério Sul. O uso do eucalipto com fibras curtas, destinado principalmente à produção de papel fino (para impressão, fax, impressão de alta qualidade, entre outros), fez com que essa espécie florestal se tornasse monocultivo de grande extensão para abastecer as indústrias. As “ameaças comunistas” da antiga União Soviética e da China, obrigaram os Estados Unidos a fazer investimentos políticos e econômicos na formação de monoculturas em larga escala para a produção de papel para a imprensa. Além disso, com a exploração intensiva das florestas do Hemisfério Norte, essas entravam em declínio e tornavam-

se insuficientes ao abastecimento das plantas industriais. No decorrer desse processo, outros fatores não menos importantes, como o preço da terra, a flexibilização das leis ambientais, as leis trabalhistas, os incentivos fiscais, dentre outros, contribuíram para a definição dos países do Sul como destino da instalação das plantas industriais e das extensivas monoculturas fornecedoras de matéria-prima para a produção industrial (BARCELOS, 2010).

O capital hegemônico nos países do Hemisfério Norte (EUA, Japão e Europa) subordina os países do Hemisfério Sul à sua lógica, ao garantir a manutenção do consumo de papel, principalmente de descartáveis, transferindo a outros países os plantios de eucalipto e pinus em larga escala. Ao mundializar, o capital garante que certos produtos, que exigem grandes extensões de área, abundância de água e outros elementos da natureza, sejam produzidos em outros países. Para isso, faz com que esses países viabilizem as condições políticas e sociais, através de legislação favorável, entre outras mudanças estruturais.

O Brasil possui certas vantagens, que o capital mundializado utiliza para a expansão de projetos, como é o caso de terra e água, conforme o mapa a seguir.

**Mapa 3** – Distribuição mundial de terra e água



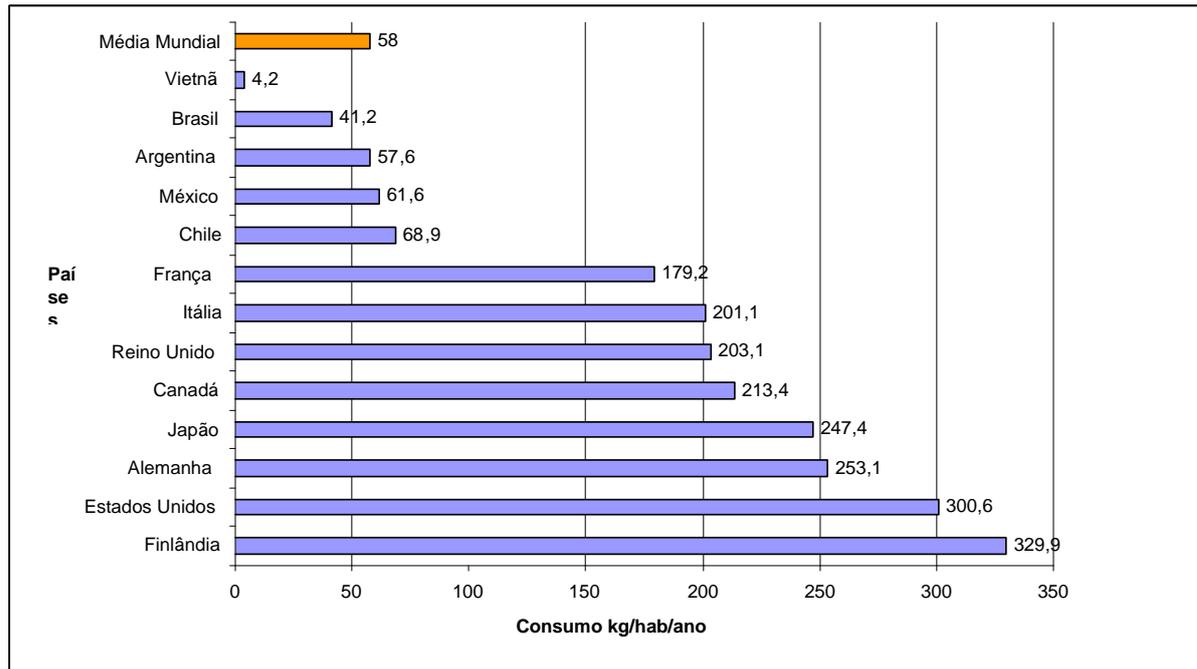
**Fonte:** Alentejano (2015, p. 6).

A abundância de terra agricultável e água doce superficial disponível, mas apropriada/expropriada a partir de sua privatização transforma o Brasil em um dos países

atraentes ao capital para a instalação de grandes extensões de monocultivos de eucalipto. Além desses elementos, o Brasil recebe a influência da tropicalidade (abundância de insolação e água) que favorece o intenso processo de fotossíntese, fazendo com que as plantas tenham crescimento mais acelerado. Países como os EUA, apesar de possuírem elevada quantidade de terra e água, possuem inverno rigoroso, condições não favoráveis ao crescimento rápido das plantas, se comparadas com países tropicais como o Brasil. Terras agricultáveis em abundância, água disponível e insolação formam uma combinação utilizada pelo capital internacional para a acumulação intensiva de capitais no campo, a partir dos extensos monocultivos de árvores para a produção de papel e celulose demandada pelos países centrais.

Como destaca Alentejano (2015), esses fatores não colocam alguns estados, como é o caso do Espírito Santo, na condição de “vocação natural” para plantio de eucalipto, que empresas e organiza es do agronegócio brasileiro defendem, pois requerem condi es políticas, econômicas e sociais para a implanta o de seus projetos. Não se trata, portanto, de voca o natural do Hemisfério Sul, mas de subordina o desses países às necessidades de ampliar a acumula o capitalista dos países centrais e suas empresas que, majoritariamente, estão na porão Norte do hemisfério. Essa ideologia de “voca o natural” ideologicamente anunciada e defendida por empresas   uma maneira de tentar naturalizar a explora o da natureza e expropria o de pessoas e comunidades de seus territórios, desterritorializando-as para a territorializa o dos projetos do capital.

Fatores como esses, fizeram com que, a partir da década de 1960, a produ o de papel e celulose passasse a ser feita na base de monocultivos florestais e suas plantas industriais nos países do Sul, mantendo o consumo majoritário nos países do Norte, que quintuplicou nesse período. No ano de 2005, o consumo mundial de papel chegou a 1 milhão de toneladas por ano, sendo um consumo médio de 58 kg de papel por pessoa por ano. Porém, os 16,2% da popula o mundial (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015), que vive nos Estados Unidos, Europa e Japão, consomem 72% de todo o papel produzido, principalmente de uso descartável, como embalagens, lenços de papel e publicidade (BARCELOS, 2010; MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS, 2009). O gráfico que segue confirma o consumo *per capita* de papel em escala mundial.

**Gráfico 8** – Consumo aparente *per capita* de papel em 2006

Fonte: Barcelos (2010, p. 67).

Conforme o gráfico, a média mundial de consumo de papel anual é de 58 kg por pessoa. Porém, os países do Norte são os responsáveis pela elevação desse consumo, liderado pela Finlândia (329,9 kg/hab/ano), Estados Unidos (300,6 kg/hab/ano) e Alemanha (253,1 kg/hab/ano). No Brasil, o consumo *per capita* foi de 41,2 por ano. Apenas 1/3 do consumo de papel no mundo é utilizado para imprimir e escrever, sendo a maior parte utilizada para publicidade e embalagens, conforme quadro a seguir.

**Quadro 16** – Produção de papel

<b>Produção mundial e brasileira de papel por categorias (2006)</b>				
<b>Categoria</b>	<b>Mundo</b>		<b>Brasil</b>	
	<b>Milhões de toneladas</b>	<b>%</b>	<b>Em toneladas</b>	<b>%</b>
Embalagem	139,655	36,5	4.231.216	48,5
Imprimir e Escrever	116,964	30,6	2.551.307	29,2
Imprensa	38,961	10,2	135.084	1,5
Sanitários	26,1	6,8	787.417	9,0
Outros	60,968	15,9	1.019.607	11,7
<b>Total</b>	<b>382,689</b>	<b>100,0</b>	<b>8.724.631</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Criação nossa, com base em Vital (2008).

A maior diferença do consumo de papel no Brasil e a média mundial está na categoria Imprensa. O Brasil consome 1,5 kg *per capita* ao ano, enquanto em nível mundial, a escala é

de 10,2 kg *per capita* ao ano. A categoria que mais elevou sua produção no período de 2000-2006 foi o de papéis tissue ou sanitário, com uma taxa geométrica de crescimento de 4,35% ao ano, à frente do papel de embalagem, que teve sua taxa geométrica de crescimento em 3,66% ao ano. A produção de todos os tipos de papel, incluindo os de embalagem e sanitários, apresentaram crescimento de 2,85% no período, tendo a China, Brasil e México como principais responsáveis por esse crescimento, elevando seu consumo em 14,4%, 5,7% e 5,3% respectivamente. O uso de papel sanitário envolve os papéis: a) higiênico popular; b) folha simples de boa qualidade; c) folha simples de alta qualidade; d) higiênico folha dupla; toalha de cozinha; toalha de mão; guardanapo; lenço; lenços hospitalares; além de fraldas e absorventes femininos. A Europa e América do Norte (EUA e Canadá) são responsáveis pela produção de 54,6% desse tipo de papel. No Brasil, o consumo de papel higiênico popular responde por 5,27%; o papel sanitário de alta qualidade representa 39,07% de todo o papel sanitário consumido. O lenço, lenço hospitalar e guardanapo respondem por 5,06% do consumo de papel sanitário (VITAL, 2008).

**Quadro 17** – Produção de papéis tissue por continente (2006)

<b>Produção de Papéis Tissue por Continente (2006)</b>		
<b>Continente</b>	<b>Mil toneladas</b>	<b>%</b>
Europa	6.729	25,7
América do Norte (EUA e Canadá)	7.549	28,9
Ásia e Oceania	8.835	33,8
América Latina	2.629	10,1
África	399	1,5
<b>Total</b>	<b>26.141</b>	<b>100,0</b>

.....**Fonte:** Criação nossa, com base em Vital (2008).

O mercado de papéis sanitários possui elevado índice de concentração industrial. Esse tipo de papel não é uma *commodity*, em função dos variados tipos e preços, mas constitui um oligopólio, em que há uma especialização empresarial para os principais tipos e marcas. No ano de 2006, segundo Vital (2008, p. 238), “os nove maiores países produtores de tissue foram responsáveis por 73% da produção mundial destes papéis”. São eles EUA, China, Japão, Itália, Alemanha, Inglaterra, México, Canadá e Brasil, somando 19,142 milhões de toneladas, e todo o restante de países com apenas 6,999 milhões de toneladas, 27% da produção mundial. Europa e EUA, com apenas 10,1% e 4,4% da população mundial são responsáveis pelo consumo de

25,84% e 26,54% respectivamente de papéis sanitários, o que equivale dizer que apenas 14,5% da população mundial consome 52,38% de todo papel descartável no mundo.

Há uma relação entre o nível de renda *per capita* da população de cada país e o consumo de papel descartável. Há também uma diferença enorme no consumo de papel descartável por país. A média mundial de consumo de papel descartável, a partir de dados extraídos em Vitor (2008), era de 4 kg *per capita* ao ano. Mas os EUA consomem 23 kg ao ano *per capita*, enquanto no Brasil o consumo *per capita* é de 4kg ao ano e na China é de 3 kg ao ano. Seguindo esse raciocínio, se a população mundial, com mais de 7 bilhões de habitantes, tivesse um consumo *per capita* igual aos EUA, seria necessária uma produção de mais de 161 bilhões de kg, apenas de papel descartável. Ao considerar o consumo de todos os tipos de papel e tendo os EUA como referência, com um consumo *per capita* de 300,6 kg ao ano (BARCELOS, 2010), seria necessária a produção de 2 trilhões e 104,2 bilhões de kg de papel por ano. Em 2014, segundo a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ, 2015)<sup>24</sup>, a produção mundial de papel e celulose foi de 26,86 bilhões de kg. Isso implica um aumento exorbitante da produção de papel e celulose e da área necessária aos monocultivos para esses fins. Possibilita afirmar que o padrão de consumo *per capita* de papel dos países considerados desenvolvidos é insustentável à humanidade.

A concentração ocorre, também, nas empresas produtoras de papel, principalmente de descartáveis, pois 9 empresas, no ano de 2005, possuíam a capacidade de produzir 48% da demanda mundial de papel sanitário. A Procter & Gamble (P&G), uma das maiores empresas de produtos não duráveis (produtos de higiene e limpeza, ração para animais, baterias, aparelhos eletrônicos de barbear, fraldas descartáveis, entre outros), é a quarta maior produtora de papel descartável, responsável por 12,9% da produção mundial de papel descartável, operando em 140 países.

Alguns fatores influenciam a ampliação do consumo de papel Tissue (descartáveis), fato que as empresas desse setor analisam para a projeção e organização da sua produção.

- ✓ Distribuição de renda – a ampliação da renda *per capita* tem demonstrado elevação do consumo de papéis descartáveis, principalmente os de alta qualidade. O crescimento da população por si só não repercute positivamente (a benefício das empresas do ramo).

---

<sup>24</sup> IBÁ – Indústria Brasileira de Árvores, associação que representa institucionalmente a cadeia produtiva de árvores plantadas. Criada em abril de 2014, representa 70 empresas e associações estaduais. Seus relatórios anuais substituem o anuário estatístico da Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF), editado de 2006 a 2013. O IBÁ reúne a Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira (Abipa), a Abraf e a Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa). Para maiores informações sobre a instituição, consultar <iba.org/pt/>.

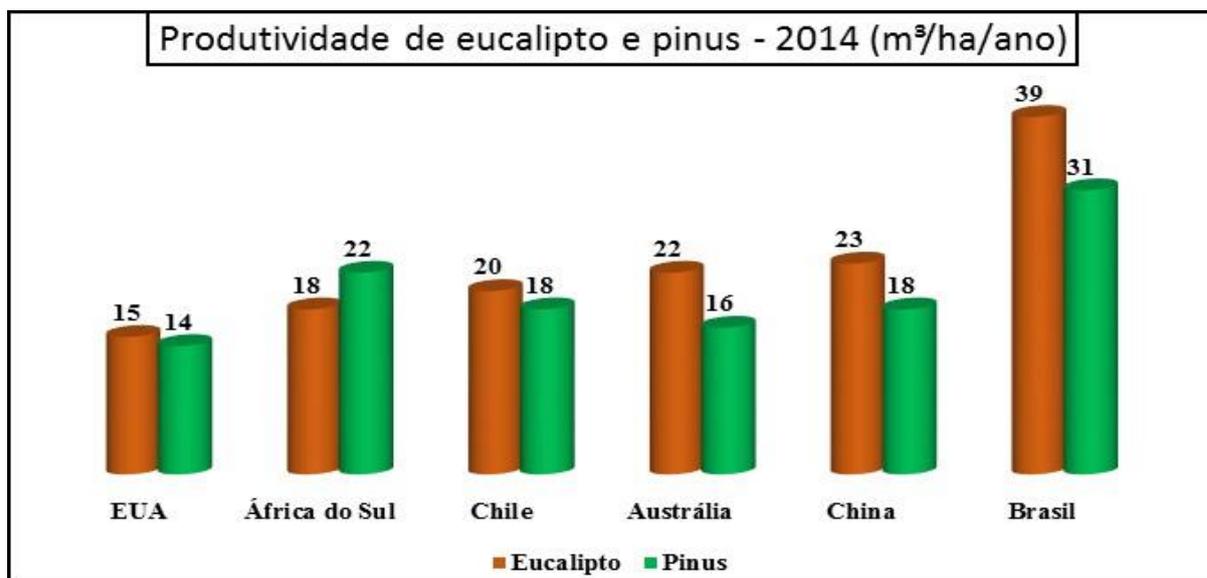
Comprova esse fato o exemplo do caso africano, que teve crescimento da população acima da crescente demanda desse tipo de papel, porém, a renda *per capita* não acompanhou o crescimento populacional.

- ✓ População infantil – a demanda por fralda, lenços e outros itens higiênicos está relacionada ao número e renda dos familiares das pessoas e da faixa etária (geralmente até 1 ano) que necessita desses produtos.
- ✓ Envelhecimento da população – a elevação numérica da população mais velha impacta diretamente na demanda de fraldas geriátricas. Em escala mundial e no caso brasileiro, a elevação numérica da população mais velha responde positivamente para as empresas no ramo da produção desse tipo de papel. A renda da população também influencia nessa demanda.
- ✓ População feminina – o mercado de tissue para absorventes e produtos para cuidados pessoais é favorecido por duas questões relacionadas à população feminina: a) quanto maior o número de mulheres maior é a demanda desses produtos; b) ampliação da renda das mulheres em função da sua inserção no mercado de trabalho, o que implica no consumo do segmento desses produtos.

Países com baixa renda *per capita* não são interessantes para as empresas do ramo de papel descartáveis, pois implica no baixo consumo de papéis de alta qualidade. Assim também é o caso da renda das mulheres e dos familiares de crianças e idosas, grupo em potencial do consumo de papéis tissue.

A crescente utilização de papel, principalmente descartável, fez com que as plantas industriais se tornassem as maiores responsáveis pelas mudanças climáticas, contradizendo o efeito do sequestro de carbono a partir dos monocultivos de árvores, tão divulgado na atualidade. Os grandes monocultivos para fins de produção de papel e celulose estão atrelados ao processo de consumo de agrotóxicos, adubos sintéticos, ao uso intensivo de maquinário, intensificando ainda mais os impactos sociais, econômicos e ambientais.

Segundo a IBÁ, há no mundo, na atualidade (ano de 2014), 264 milhões de hectares de árvores plantadas, distribuídas em diversos países. A maioria está na China, Índia e Estados Unidos, com 61% do total. O Brasil participa com 7,9%, sendo 7,6 milhões de ha, segundo a IBÁ (2014), mas com 17% de toda madeira colhida, em função de sua alta produtividade, conforme o gráfico a seguir.

**Gráfico 9** – Comparação da produtividade de eucalipto e pinus em países selecionados (2014)

Fonte: Criação nossa, com base em Indústria Brasileira de Árvores (2015).

O Brasil possui a maior produtividade por área de eucalipto e de pinus, com 39 e 31 m³/ha/ano respectivamente, à frente do segundo colocado, a China, com 23 e 18 m³/ha/ano de eucalipto e pinus, respectivamente. Entre as décadas de 1970 e 2008, a elevação da produtividade média anual de eucalipto no Brasil foi de 5,7%, enquanto na América Latina foi de 2,6% ao ano, e nos países centrais foi de 0,9%. A espécie folhosa mais comum é o eucalipto e a conífera é o pinus, sendo a primeira responsável pela produção de fibra curta, que dá origem aos papéis finos e a segunda, responsável pela produção de fibra longa, que dá origem aos papéis resistentes. A produtividade é um dos fatores que coloca o Brasil entre os principais produtores de árvores plantadas, mas não a única e nem a principal condição, pois outros fatores, como o uso de terras públicas e griladas, força de trabalho barata, incentivos fiscais e financiamentos públicos, legislação ambiental e trabalhista favoráveis às grandes empresas, se somam a esse processo.

Há uma discrepância entre os países produtores de eucalipto e os exportadores de papéis sanitários, mesmo que haja uma diferença de 8 anos nessa relação (2006 e 2014). Enquanto os maiores plantios de eucalipto estão na China, Índia e EUA, os principais países exportadores de papéis sanitários são: Itália, França e EUA. A Europa possui 6 dos 8 países que mais exportam papéis sanitários. A Itália, maior exportador de papel sanitário, não aparece entre os países com área de plantios florestais no mundo. Segundo Vital (2008, p. 271, grifo do autor), “historicamente, EUA e Europa apresentam-se como exportadores líquidos de papel (e importadores de celulose), enquanto Ásia e América Latina figuram como importadores líquidos de papel (e exportadores de celulose)”. Podemos constatar que alguns países do

continente africano e América Latina, considerados, a partir da ideologia capitalista eurocêntrica, como menos desenvolvidos, sediam os monocultivos de eucalipto e exportam matéria-prima. Os países centrais, considerados “desenvolvidos”, importam matéria-prima, como é o caso da celulose, transformam-na em papéis finos, como é o caso dos papéis sanitários, e exporta-os. Conforme a divisão territorial do trabalho, alguns países, como é o caso do Brasil, cumpre a tarefa de produzir e exportar produtos de baixo valor agregado, que precisam de amplas extensões de terra, além de leis ambientais e trabalhistas favoráveis às grandes empresas, como é o caso da produção de papel e celulose. Não existe, nesse caso, um determinismo ambiental, que coloca alguns países e regiões como possuidoras de “aptidões” para sediar o monocultivo de eucalipto, “naturalizando essa estratégia do capital. Mas é a DIT, que subordina aos países em “desenvolvimento” a essa condição, como é o caso de algumas regiões do Brasil, conforme abordaremos a seguir.

#### **4.1 O Brasil no contexto da produção e expansão do setor celulósico e papelero**

A instalação e a expansão do setor celulósico e papelero no Brasil, com base em monocultivos, estão relacionadas ao contexto da mundialização do capital. As empresas buscam extrair maior rendimento onde se constroem e encontram as condições favoráveis. No Brasil, foram construídos conceitos e ideologias, leis e projetos, que destruíam obstáculos que dificultassem e/ou impedissem a expansão dos monocultivos florestais, principalmente de eucalipto, para o abastecimento das plantas industriais e do mercado externo. Circuitos longos, intercontinentais, a partir da DIT, foram as bases utilizadas para sustentar a implantação dos projetos de produção de papel e celulose, a partir da década de 1960. Uma combinação entre monocultivo de árvores plantadas em grande extensão e financiamento público, principalmente pelo BNDES, responsável pelo grande volume anualmente destinado a esse segmento com a criação dos grandes empreendimentos.

A primeira indústria de papel no Brasil, Fábrica de Papel Paulista Solto, foi criada em 1888, no estado de São Paulo. Dois anos depois (1890), também em São Paulo, foi criada a Companhia Melhoramentos. Em 1909, foi fundada a Companhia Fabricadora de Papel pelo Grupo Klabin. Nesse período, a matéria-prima ainda era importada para a fabricação de papel. A partir de 1917, sob os efeitos da Primeira Guerra Mundial e a escassez de matéria-prima, era experimentada a produção de pasta de celulose a partir do sisal, bambu, babaçu, palha de arroz, folha de bananeira, araucária entre outros. Com a “crise de 1929”, o Estado Brasileiro buscou

“socorrer” as empresas. A alta do preço da pasta de celulose no mercado externo foi a justificativa para criar as condições para o fortalecimento de segmento dessa produção no Brasil. Em 1933, o Estado Brasileiro concedeu isenção de impostos e taxas alfandegárias para a aquisição de máquinas e equipamentos para a consolidação das empresas produtoras de pasta de celulose. A indústria Klabin de Papel e Celulose SA representou inicialmente a integração de papel e celulose, assim como a explícita relação entre a iniciativa privada e o Estado, com financiamento público na implementação de grandes empreendimentos (BINKOWSKL, 2014).

No ano de 1952, técnicos da empresa Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo S/A produziram os primeiros lotes de papel para escrever, a partir da celulose de eucalipto. Nesse contexto, a Companhia Suzano investia em pesquisa para a fabricação de Celulose de Fibras Curtas (CFC), e consolidou sua produção em larga escala em 1961, a partir do eucalipto. A CFC a partir de eucalipto é utilizada na fabricação de papéis finos para imprimir e escrever, guardanapos, papel toalha, papel higiênico e outros, enquanto a Celulose de Fibras Longas (CFL) é fabricada a partir do pinus para a produção de papel mais resistente, como os de embalagens (JUVENAL, 2002).

Desde a década de 1960, período da Ditadura Militar (1964-1985) foram criados diversos mecanismos financeiros, fiscais, de legislação e infraestrutura para a consolidação das grandes plantas industriais e monocultivos para a produção de papel e celulose em grande escala: Novo Código Florestal (lei n. 4.771, 1965); lei de incentivos fiscais n. 5.106/1966; criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (1967); decreto-lei n. 1.134/1970, permitindo às empresas reinvestirem 50% do Imposto de Renda (IR) em empreendimentos “florestais”, com suporte do IBDF; criação do Fundo de Investimento Regionais (Fiset), operado pelo Banco do Brasil; e criado o primeiro Plano Nacional de Papel e Celulose (1975), vinculado ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Em relação aos financiamentos, o BNDE (posteriormente o BNDES) foi o principal responsável pela consolidação dos empreendimentos industriais de papel e celulose no Brasil. Dois artigos publicados pelo BNDES, apesar de utilizar uma visão bancária empresarial e favorável ao setor, permite compreender o papel desse banco na instalação, desenvolvimento e concentração dos grandes empreendimentos de papel e celulose e seus respectivos maciços de monocultivos de árvores plantadas, cumprindo a tarefa de abastecimento de matéria-prima. O primeiro artigo faz uma análise dos 50 anos de criação do BNDES e o segundo, dos seus 10 anos posteriores. O primeiro, publicado em dezembro de 2002, constata que “ [...] o BNDES não se restringiu a ser agente financiador. Foi também planejador e indutor de investimentos,

principalmente nas décadas de 1960 e 1970, e sua atuação pode ser entendida como um dos alicerces para a expansão da indústria de celulose e papel no país” (JUVENAL, 2002).

O grande aporte de recurso do BNDES destinado à produção de papel e celulose foi responsável pela configuração desse setor na atualidade. Entre outros fatores, em 1968 o banco estabeleceu escala mínima de produção a ser financiada, sendo que cada empreendimento deveria produzir o mínimo de 250 toneladas/dia de papel de imprensa, 50 toneladas/dia de papel dos demais tipos e 100 toneladas/dia de celulose. Além disso, cada empresa deveria dispor de 50% de sua própria produção de matéria-prima. Em 1972, com base num estudo encomendado pelo banco, foi ampliada essa escala mínima, passando para mil toneladas/dia de celulose (exceto de fibra longa), 300 toneladas/dia de papel de imprensa, 200 toneladas/dia de papel kraft e 50 toneladas /dia de outros papéis. Mas o BNDES atuou também como planejador, formulador de políticas públicas, principalmente industrial, pesquisador em tecnologia, estimulador da criação de novas empresas, além dos financiamentos, apesar de declarar que a “indústria privada de celulose e papel, cada vez mais independe do apoio do BNDES”, (JUVENAL, 2002). Fica evidente que as grandes empresas e os latifúndios por extensão, com apoio financeiro estatal, foram e continuam sendo alicerces da indústria de papel e celulose no Brasil.

O BNDES não foi e nem é o único financiador da cadeia produtiva de papel e celulose no Brasil, mas, como podemos constatar em artigos publicados pela própria instituição, foi o banco que financiou grande volume de recursos financeiros e em mais de meio século ininterrupto.

No período de 1955, ano do primeiro financiamento até o ano de 2001, o BNDES financiou o montante de 30,9 bilhões de reais (valor atualizado pelo IGP-DI, em 31/12/2001). O primeiro aporte de recursos do BNDES para a produção de papel e celulose a partir do eucalipto ocorreu em 1955 para a empresa Celulose e Papel Fluminense S/A, localizada em Campos dos Goitacazes (RJ). Ainda em 1955, no mesmo município, o BNDES foi avalista da Celubagaço Indústria e Comércio, no montante de 2,8 milhões de dólares. Esses dois projetos pretendiam utilizar resíduos da atividade canavieira, mas ambos não se efetivaram. No período de 1967-1973 (6 anos), a produção de celulose e de papel cresceu 105% e 93%, respectivamente, alcançando 972 mil toneladas de celulose e 1,6 milhões de toneladas de papel. Enquanto isso, somente no período de 1967-1968 (1 ano), o financiamento ampliou em mais de 1.000%, ultrapassando 100 milhões de reais (JUVENAL, 2002).

Na década de 1970, além dos financiamentos, o BNDES passou a atuar como acionista. Com essa iniciativa, foi aportado recurso em 27 empresas e o banco assumiu o controle de 4 delas, apesar de afirmar que não pretendia estatizar empresas, mas fortalecer o capital privado

nacional. A Aracruz Florestal (1967) e a Aracruz Celulose (1972), instaladas no Espírito Santo, foram exemplos de que o banco participou enquanto financiador, no valor inicial de 800 milhões de dólares (55,2% do total), além de outras operações, adquirindo 40,89% do capital votante e 33,32% do capital total. O BNDES também financiou, no mesmo período (década de 1970), a Portocel – 48 milhões de dólares –, pertencente à Aracruz (51%) e à Cenibra (49%), instalada em Barra do Riacho, município de Aracruz/ES – um porto exclusivo para a exportação de papel e celulose. “Observe-se que, de acordo com relatos de dirigentes empresariais, praticamente todas as empresas do setor de celulose e papel instaladas ou em instalação no Brasil na segunda metade da década de 1970 foram beneficiárias de operações do BNDES” (JUVENAL, 2002).

No período de 2001-2010, o BNDES concedeu financiamentos diretos e indiretos ao setor de papel e celulose a instituições financeiras credenciadas ou cartão BNDES. No formato direto, foram desembolsados 13,8 bilhões de reais, principalmente para a criação da Fibria – fusão da Votorantim Celulose e Papel (VCP) e Aracruz Celulose – maior produtora de celulose branqueada de eucalipto do mundo. No formato indireto<sup>25</sup> foram desembolsados 2,4 bilhões de reais, totalizando 16,2 bilhões de reais, considerando que o BNDES desembolsou o montante anual médio de 1,3 bilhões de reais. No ano de 2009, no auge da crise financeira, foram desembolsados pelo BNDES o montante de 3,6 bilhões de reais, com destino prioritário para a criação da Fibria.

Fica evidente que as empresas do setor ganham quando a economia vai bem, pois com a elevação da renda *per capita* da população, eleva-se o consumo de papel. Mas na crise, os bancos públicos, como o BNDES ampliam os investimentos, salvando as grandes empresas. Isso permite concluir que as empresas de papel e celulose, como é o caso da Fibria, concentram os lucros nos períodos de auge da economia e distribuem os prejuízos nos períodos de crise.

Os recursos financeiros liberados pelo BNDES para o setor possibilitaram o plantio (incluindo área de rebrota) de 1,174 milhões de hectares, sendo 96% de eucalipto e 4% de pinus. Isso corresponde a 41% de todos os plantios de eucalipto e a 29% de pinus realizados no Brasil no período de 2001-2010. “Em termos regionais, quatro estados (São Paulo, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais) responderam por 86% dos plantios financiados diretamente pelo BNDES” (VIDAL, 2011, p. 151).

---

<sup>25</sup> O BNDES considerou como Operações Indiretas aquelas realizadas por instituições financeiras credenciadas ao banco, ou mediante Cartão BNDES e de menor valor. O Banco realiza esse formato de operações, justificando a possibilidade de atendimento de um maior número possível de contratos. Já as Operações Diretas são realizadas pelo próprio banco, priorizando um maior volume financiado.

Segundo Vidal (2011), no período de 2000-2009, a produção de papel no Brasil saiu de um pouco mais de 7 milhões de toneladas (2000) para mais de 9 milhões de toneladas (2009). A produção de papel de uso sanitário foi a que mais cresceu anualmente (4,3%), seguida do papel-cartão (4,1%). Os papéis de imprimir e escrever foram os que tiveram menor crescimento no período (2,5%). Isso confirma que a expansão da monocultura de eucalipto tem sua origem nos financiamentos públicos, que desembolsaram nesses 55 anos (1955-2010) o montante de 47,1 bilhões de reais, somente a partir do BNDES – investimento que tem como fim prioritário a produção de papel de uso descartável e não de escrever – assim como o mercado externo, como destino. No ano de 2014, o BNDES desembolsou 4,019 bilhões de reais para o setor de papel e celulose no Brasil. Nessa articulação entre Estado e capital, a “Parceira Pública Privada (PPP)” garante os recursos públicos para investimentos e apropriação privada.

Nos últimos 10 anos, segundo o Relatório IBÁ (2014), os fundos de investimentos em ativos especializados também investiram no plantio de árvores. Em nível internacional, estima-se que esses ativos foram de 70 a 80 bilhões de dólares, sendo 70% nos Estados Unidos. No Brasil, esses fundos ultrapassaram os 6 bilhões de reais no ano de 2013, apropriando-se de 487 mil hectares de terra.

Podemos considerar que os mecanismos utilizados para a instalação, funcionamento e expansão da produção de papel e celulose a partir da monocultura de árvores, principalmente de eucalipto e pinus, configurou esse setor com as seguintes características:

- ✓ crescente concentração da produção em poucas grandes empresas. No ano de 2001, as 10 maiores empresas do ramo foram responsáveis pela produção nacional de 65,2% de papel e 94,3% da produção de celulose. O BNDES, principal banco financiador, aportava recurso, principalmente aos grandes empreendimentos;
- ✓ grande parte dos financiamentos públicos foi destinada à produção de papel e celulose. No ano de 1990, alcançou a cifra de mais de 23% do financiamento total do BNDES. Além disso, a mitigação dos impactos sociais e econômicos, das ações sobre os efeitos e não nas causas, também foi financiada com recursos públicos;
- ✓ utilização de amplas áreas de terra agricultáveis para a produção dessas *commodities* (papel e celulose). Em 2014, a área com plantio de árvores no Brasil alcançou 7,74 milhões de ha (sendo 71,9% de eucalipto) com uma projeção de 14 milhões de hectares para o ano de 2020 (INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES, 2014);
- ✓ mesmo reconhecendo que o Brasil possui a maior produtividade de metros cúbicos (m<sup>3</sup>) de árvores por hectare por ano em relação aos demais países (39 de eucalipto e 31 de pinus, segundo a IBÁ (2015)), há um conjunto de mudanças pelas quais o setor de

árvores plantadas pressiona para garantir seu favorecimento, como a redução dos custos com força de trabalho (incluindo salário, encargos trabalhistas); a redução e desburocratização de tributos; da redução de juros nos financiamentos; a redução de tarifas de energia. Enquanto isso, contraditoriamente, pressiona e exige mais investimento em infraestrutura, principalmente de transporte de carga; segurança jurídica na aquisição de terra por estrangeiros; licenciamento ambiental mais ágil e uma política estruturante para o setor.

No ano de 2013, segundo a IBÁ (2014), o Brasil produziu 185,3 milhões de m<sup>3</sup> de madeira, de árvores plantadas. O quadro a seguir, apresenta os usos e suas respectivas quantias.

**Quadro 18** – Consumo de madeira in natura (m<sup>3</sup>) no Brasil 2013

<b>CONSUMO DE MADEIRA IN NATURA (m<sup>3</sup>)</b>				
<b>SEGMENTO</b>	<b>EUCALIPTO</b>	<b>PINUS</b>	<b>OUTRAS</b>	<b>TOTAL</b>
CELULOSE E PAPEL	56.628.357	8.067.258	498.085	65.193.700
PAINÉIS DE MADEIRA	6.428.162	13.457.258	378.612	20.264.031
SERRADOS E OUTROS PRODUTOS SÓLIDOS	6.870.498	15.295.499	357.052	22.523.049
CARVÃO	23.533.724	-	-	23.533.724
LENHA INDUSTRIAL	41.832.528	3.929.361	4.262.239	50.024.128
MADEIRA TRATADA	1.824.012	-	-	1.824.012
CAVACOS DE MADEIRA E OUTROS	1.129.621	-	781.200	1.910.821
<b>TOTAL</b>	<b>138.246.903</b>	<b>40.749.376</b>	<b>6.277.187</b>	<b>185.273.466</b>

**Fonte:** Criação nossa, com base em Indústria Brasileira de Árvores (2014)

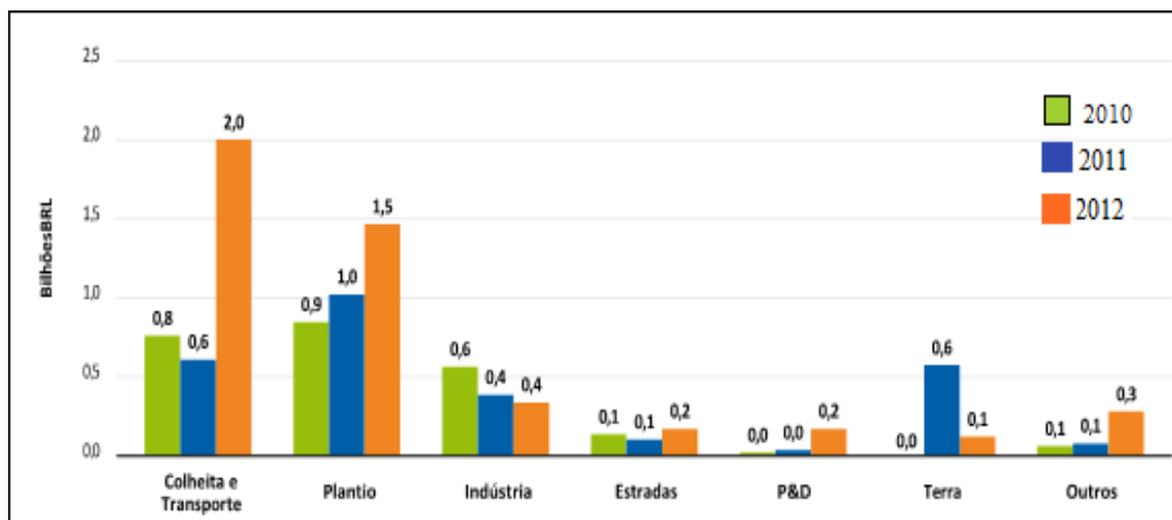
A Indústria Brasileira de Árvores utilizou 185.273.466 m<sup>3</sup> de madeira no ano de 2013. O eucalipto foi sua principal fonte, com 74,6% da quantia em m<sup>3</sup>, seguido de pinus, com 22%, e outras espécies, com 3,4%, sendo que 86,9% do eucalipto teve como destino a produção de papel e celulose. A produção de papel no ano de 2014 foi de 10,4 milhões de toneladas; a de celulose 16,46 milhões de toneladas e a de painéis de madeira (MDF, MDP e HDF)<sup>26</sup> 7,98 milhões de m<sup>3</sup>, sendo que 60%, 18% e 5% respectivamente, são destinadas à exportação (INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES, 2015).

A terra possui baixo peso no custo de produção na cadeia produtiva de matéria-prima (produção de árvores), conforme o gráfico a seguir. Dos 4,6 bilhões de reais, investidos na formação de árvores plantadas no ano de 2012, o maior percentual, 43,5%, foi destinado à

<sup>26</sup> Medium Density Fiberboard (MDF) ou placas de fibras de média densidade; Medium Density Particleboard (MDP) ou placa de partícula de média densidade. High Density Fiberboard (HDF) significa chapa de fibra de alta densidade, utilizado para produtos de baixa espessura. Informações disponíveis em: <<http://www.casamoveis.edecoracao.com/>>.

colheita e transporte, e apenas 13% investido em terra. O fomento florestal e o arrendamento de terra, utilizado para a expansão da monocultura são instrumentos utilizados pelas empresas, e garantem a redução no custo em aquisição de terra.

**Gráfico 10** – Investimentos realizados pelas empresas associadas individuais da Abraf, em valores nominais, por área (anos de 2010, 2011 e 2012)



Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS (2013).

Segundo o relatório da IBÁ (2015), no ano de 2014, as suas associadas investiram 8,38 bilhões de reais, sendo 51% na indústria e 49% na produção florestal, e 3% (R\$ 140 milhões) em aquisição de terra. São diversos elementos favoráveis à expansão da monocultura do eucalipto no Brasil, dentre eles o preço da terra que é baixo em relação a outros componentes do custo de produção. Esse setor precisa de altos investimentos e amplas extensões de terra para alcançar seus objetivos.

Para analisar o quantitativo de hectares de árvores plantadas no Brasil, consideramos duas fontes de informações – o Relatório Anual da IBÁ e o Censo Agropecuário (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006), com base na produção da “silvicultura”. Segundo a IBÁ (2015) a área com árvores plantadas no Brasil no ano de 2014 era de 7.736.171 ha, sendo 71,9% de eucalipto, 20,5% de pinus e 7,6% de outras espécies. Segundo essa fonte, o Espírito Santo era o 6º colocado no ranking nacional em área com eucalipto, com 228.781 ha. De acordo com o IBGE, na Produção da Silvicultura (2014), a área com silvicultura (eucalipto, pinus e outras espécies), no Brasil, foi de 9.364.427 hectares, 1,62 milhões de ha a mais em relação ao Relatório da IBÁ (2015). No Espírito Santo há 249.621 ha com “silvicultura”, sendo 99,3% de eucalipto e os outros 0,7% com pinus e outras espécies,

segundo dados do IBGE, Produção da Silvicultura (2014). Silvicultura, segundo IBGE é, no Espírito Santo, monocultura de eucalipto.

**Quadro 19** – Área ocupada por eucalipto, pinus e outras espécies no Brasil e UFs (ha) 2014

nº	Brasil e Ufs	Eucalipto		Pinus		Outras espécies		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	<b>Brasil</b>	<b>6.951.145</b>	<b>74</b>	<b>2.048.284</b>	<b>22</b>	<b>364.998</b>	<b>4</b>	<b>9.364.427</b>	<b>100</b>
1	Minas Gerais	1.713.576	97	47.557	3	1.906	0	1.763.039	100
2	Mato Grosso do Sul	886.381	99	5.700	1	0	0	892.081	100
3	São Paulo	870.776	87	129.711	13	1.293	0	1.001.780	100
4	Paraná	687.635	42	909.874	56	24.652	2	1.622.161	100
5	Rio Grande do Sul	678.956	62	288.910	26	135.059	12	1.102.925	100
6	Bahia	540.648	100	0	0	30	0	540.678	100
7	Santa Catarina	368.485	36	654.822	63	10.317	1	1.033.624	100
8	<b>Espírito Santo</b>	<b>247.871</b>	<b>99</b>	<b>1.690</b>	<b>1</b>	<b>60</b>	<b>0</b>	<b>249.621</b>	<b>100</b>
9	Mato Grosso	212.815	75	0	0	70.723	25	283.538	100
10	Maranhão	207.448	100	0	0	11	0	207.459	100
11	Pará	164.139	79	0	0	42.833	21	206.972	100
12	Tocantins	134.352	94	740	1	8.503	6	143.595	100
13	Goiás	117.051	92	8.880	7	1.122	1	127.053	100
14	Piauí	37.630	100	0	0	0	0	37.630	100
15	Rio de Janeiro	36.870	98	16	0	848	2	37.734	100
16	Amapá	34.885	95	384	1	1.328	4	36.597	100
17	Alagoas	5.213	94	0	0	311	6	5.524	100
18	Sergipe	3.129	99	0	0	30	1	3.159	100
19	Distrito Federal	2.809	100	0	0	0	0	2.809	100
20	Paraíba	418	8	0	0	5.048	92	5.466	100
21	Ceará	42	100	0	0	0	0	42	100
22	Rondônia	16	0	0	0	13.367	100	13.383	100
23	Roraima	0	0	0	0	47.092	100	47.092	100
24	Rio Grande do Norte	0	0	0	0	465	100	465	100
25	Acre	0	0	0	0	0	0	0	0
26	Amazonas	0	0	0	0	0	0	0	0
27	Pernambuco	0	0	0	0	0	0	0	0

**Fonte:** Criação nossa, com base em Produção da Silvicultura (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

Constamos que o eucalipto é a espécie da silvicultura brasileira com maior área em nível nacional (74%) e presente na maioria dos estados. Apenas 10 estados possuem plantação de pinus e destes, em apenas dois (Paraná e Santa Catarina) a área com essa espécie é maior que a de eucalipto, com 56% e 63%, respectivamente. As outras espécies respondem por apenas 4% da área nacional.

Quatro estados – Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Bahia – responderam por 58,3% da área com eucalipto e pinus no ano de 2014, conforme quadro anterior, tendo 6,95 milhões de ha de eucalipto e 2,04 milhões de ha de pinus. Ainda no quadro anterior, observa-se que a região sudeste possuía 41,3% de toda a área com eucalipto do Brasil no ano de 2014 e

a região sul estava em segundo lugar, com 27,8%. Juntos (7 estados) possuíam 69,1% do eucalipto plantado no Brasil.

Segundo a IBÁ, o Mato Grosso do Sul foi o estado que mais elevou sua área com monocultivos de eucalipto, passando de 119,3 mil ha (ano de 2006) para 803,6 mil hectares (ano de 2014). Uma ampliação de 573,5% no período de 8 anos.

Ainda conforme a IBÁ (2014), a meta para o ano de 2020 é dobrar a área com monocultivos de árvores, atingindo 14 milhões de hectares e investimentos na ordem de 53 bilhões de reais no setor de árvores plantadas. A meta também, a partir de dezembro de 2015 é reduzir a folha de pagamento e a carga tributária, e enquanto isso, batalhar pela melhoria na infraestrutura e ampliar o debate sobre aquisição de terras por empresas de capital estrangeiro, assim como o debate sobre o plantio de árvores transgênicas e a negociação de créditos de carbono. Isso significa a flexibilização das leis trabalhistas, ambientais e fundiárias ao mesmo tempo que exigirá do Estado Brasileiro financiamentos públicos em benefício das empresas monocultoras de árvores.

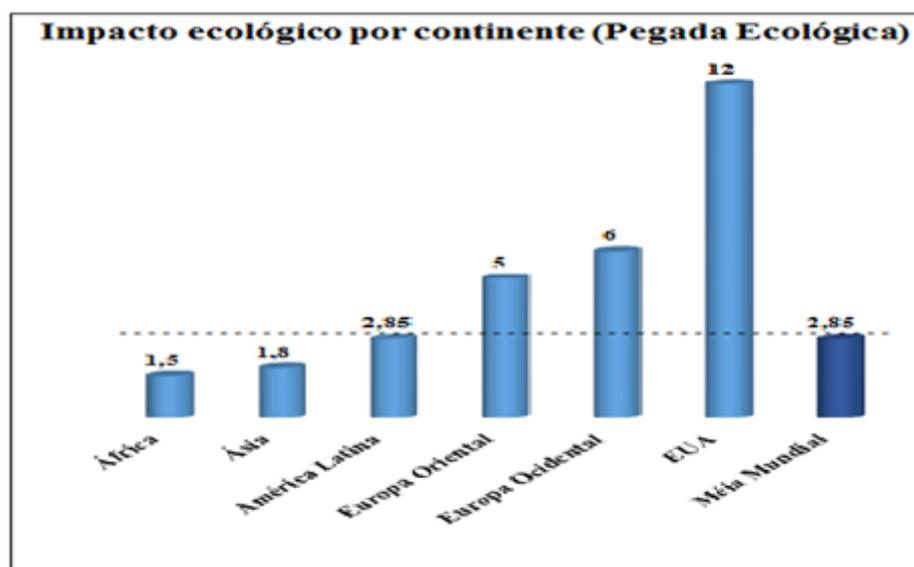
De acordo com o Relatório Planeta Vivo de 2014, do Fundo Mundial para a Vida Selvagem e Natureza (WWF), o bem-estar da humanidade depende de ecossistemas saudáveis, assim como de água, alimento limpo e clima habitável. Mas com os efeitos da lógica capitalista de produção, os custos estimados para os reparos dos danos ambientais em 2008 foram de 6,6 trilhões de dólares, o que equivale a 11% do PIB mundial. E se mantiver o ritmo de utilização e deprecação dos bens da natureza, a demanda por água doce no mundo ultrapassará 40% da água disponível, enquanto na atualidade 768 milhões de pessoas não dispõem de água limpa (FUNDO MUNDIAL PARA A VIDA SELVAGEM E NATUREZA, 2014).

Há um ritmo decrescente da biodiversidade no planeta, segundo o WWF (2014). O Índice do Planeta Vivo (LPI, sigla em inglês), que mede a tendência de milhares de populações de vertebrados, constata uma drástica redução a partir do ano de 1970. Das 6.569 populações e 1.606 espécies monitoradas no período (1970-2010) houve uma redução de 36% das populações e espécies. A região dos trópicos foi a mais impactada, com redução em 56% das populações e espécies monitoradas, com destaque para a América Latina, com redução de 83% das populações e espécies monitoradas. Nos últimos 40 anos, em função do uso predatório dos bens naturais a benefício prioritário dos países centrais fez com que a demanda por esses bens na atualidade ultrapassasse a capacidade do planeta repor o que lhe é retirado. Ou seja, seria necessário 1,5 Planeta Terra repondo gradativamente para atender a essa demanda-padrão hegemônica pelos países centrais.

Para Porto-Gonçalves (2015) a análise dos impactos ambientais pode ser feita desde a Pegada Ecológica que, segundo esse autor, “estima a pressão que uma determinada amenidade humana exerce sobre os ecossistemas mundiais” (p. 40). Ainda segundo esse autor, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2002), Pegada Ecológica corresponde a uma unidade de área de terra biologicamente em condições de produzir alimentos e a madeira que a população consome, além da infraestrutura que utiliza, assim como a absorção de CO<sup>2</sup> produzido pela queima de combustíveis fósseis, que corresponde a hectare global (gha, sigla em inglês). Em síntese “é uma função do tamanho da população, do consumo médio de recursos *per capita* e da intensidade dos recursos tecnológicos utilizados” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE, 2002 apud PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 40). Apesar dos avanços tecnológicos dos últimos anos, que segundo o WWF elevou para 1,7 gha, a humanidade utiliza em média 2,7 gha. Ou seja, uma Pegada Ecológica superior à capacidade do planeta. E com uma população crescente, estimada em 9,6 bilhões de pessoas para o ano de 2050 e 11 bilhões para o ano de 2100, a tendência é o acirramento dos impactos sobre o planeta (FUNDO MUNDIAL PARA A VIDA SELVAGEM E NATUREZA, 2014).

Conforme afirma Porto-Gonçalves (2015), há uma distribuição desigual da Pegada Ecológica entre os países, conforme gráfico a seguir.

**Gráfico 11** – Distribuição desigual da Pegada Ecológica



**Fonte:** Criação nossa, com base em Porto-Gonçalves, 2015

Como explicita o gráfico anterior, enquanto a África e Ásia possui uma Pegada Ecológica abaixo da média mundial, que é de 2,85 hectares por habitantes, a Europa (Oriental

e Ocidental) e EUA estão acima dessa média. Os EUA possuem uma Pegada Ecológica de 12 hectares por habitante, 421% acima da média mundial. Se todas as pessoas do mundo hoje tivessem uma Pegada Ecológica *per capita* igual aos habitantes dos Estados Unidos, precisaríamos de 3,9 planetas para suprir essa demanda, o que não é possível.

Tomando como exemplo o consumo de papel, para percebermos a disparidade entre os maiores consumidores mundiais e os demais países, percebemos que é insustentável ecologicamente. No ano de 2000, os EUA consumiram 92,859 milhões de toneladas de papel (28,2% de todo o papel produzido na época). Em 2010 a China tornou-se o maior consumidor com 91,655 milhões de toneladas (23,2% do total consumindo mundialmente), enquanto os EUA consumiram 19,1%. Ou seja, 23,3% da população mundial (China e EUA) consomem 42,3% de todo o papel produzido mundialmente, principalmente papéis descartáveis, e são os que mais cresceram em consumo nos últimos anos. Essa forma predatória de como a maioria dos países tidos como “desenvolvidos” vive hoje, é uma ameaça à humanidade, pois transforma a rica biodiversidade em monocultivos de árvores, locais de instalação de indústrias poluentes e extração de bens da natureza, como é o caso de minérios (VIDAL, 2012; FUNDO MUNDIAL PARA A VIDA SELVAGEM E NATUREZA, 2010). Esse estilo de vida da sociedade dos EUA é colocado, através da mídia, como modelo de “desenvolvimento” para o resto do mundo. É um estilo de vida impossível de ser praticado em todos países, pois está baseado na exploração da população e bens da natureza dos demais países. É um modelo não universalizável. É um “desenvolvimento” que unifica, contraditoriamente, a modernidade da colonialidade (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Segundo o Relatório Planeta Vivo, constata-se que já foram ultrapassados três limites planetários, dentre os 10 existentes (espaço seguro de operações que regula a estabilidade do planeta – os limites seguros a cada processo): a perda da biodiversidade; as mudanças climáticas; e o ciclo de nitrogênio. A forma predatória estabelecida pelos países considerados “desenvolvidos”, para satisfazer suas necessidades, já tem dado sinais de insustentabilidade econômica e ecologicamente, e compromete esta e as futuras gerações no atendimento de suas necessidades (FUNDO MUNDIAL PARA A VIDA SELVAGEM E NATUREZA, 2014). É necessário frisar que, mesmo nos países “desenvolvidos”, há divisão de classes sociais, assim como consumos diferenciados.

As empresas e organizações empresariais, como é o caso da IBÁ, que congrega 55 empresas e 9 associações empresariais estaduais, buscam colocar suas demandas como sendo “demandas da população” de alguns estados da federação. Um artigo publicado pela IBÁ, em

dezembro de 2015, aborda as vantagens comparativas relacionadas à produtividade do eucalipto, que chega a 45m<sup>3</sup>/ha/ano na Bahia, enquanto na Austrália é de apenas 23m<sup>3</sup>/ha/ano:

[...] a Bahia e os municípios baianos precisam decidir se vão concorrer para conquistar parte desse crescimento. Se vão participar ainda mais do setor que já traz benefícios econômicos, sociais, ambientais, com geração de dívidas e saldo positivo da balança comercial. (ANDRADE, 2015).

A Bahia possui mais de 540 mil hectares de eucalipto, foi o 6º estado no ranking nacional em 2014, segundo o IBGE (segundo a IBÁ, são mais de 630 mil hectares). A afirmação do autor coloca a demanda das grandes empresas de monocultivos de eucalipto como se fosse uma demanda “da população”. É o poder do discurso buscando legitimar, perante a opinião pública, a expansão desse projeto de territorialização do agronegócio de eucalipto. No Espírito Santo, 8º colocado nacional em área de eucalipto (com 247,8 mil ha, segundo o IBGE), esse mesmo discurso coloca que há uma “vocaçãõ” para o plantio de eucalipto, em um estado onde o monocultivo avança, desde o final da década de 1960, sobre as terras agricultáveis, expropriando camponeses, indígenas e quilombolas, contaminando o solo e provocando desastres por onde se territorializa. Esse discurso de “vocaçãõ” busca naturalizar o processo de expansão dos monocultivos de eucalipto. Assim como é produzido no imaginário social um mundo a partir do estilo de vida dos EUA, produz-se também uma necessidade de expansão de sua fronteira e dos territórios de monocultivos de eucalipto, como os territórios de extração de bens da natureza e da instalação de indústrias poluentes, como é o caso da indústria de papel e celulose

## **5 A TERRITORIALIZAÇÃO DA MONOCULTURA DE EUCALIPTO NO ESPÍRITO SANTO E SEUS IMPACTOS NA ESTRUTURA AGRÁRIA**

### **5.1 O capital “prepara o terreno” para a expansão da monocultura de eucalipto**

As diversas convenções e protocolos internacionais, sustentados nas mudanças climáticas, são utilizados pelas empresas de papel e celulose enquanto justificativa para a instalação e ampliação dos monocultivos florestais. Com o Protocolo de Kyoto (1997), durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada no Japão, foram criadas metas de redução de Gases de Efeito Estufa (GEE). Nessa perspectiva, sob a hegemonia das grandes empresas capitalistas, seguem como tema em Convenções das Mudanças Climáticas, como as de Copenhague (Dinamarca, 2009), Cancun (México, 2010) e da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, ocorrida no Rio de Janeiro em 2012. O Protocolo de Kyoto determinava que os países industrializados reduzissem em 5% suas emissões de GEE. Mas também havia a opção de comprar crédito de carbono nos países emergentes para completar suas metas, a partir do MDL. Tendo as florestas como “sumidouro de gás carbônicos”, e os monocultivos enquanto “florestas plantadas”, o MDL transforma em mercadoria esse gás carbônico consumido. As “compensações ambientais” se somam ao processo de mercantilização da natureza a partir do MDL.

As empresas que vinham produzindo madeira, como matéria-prima para abastecer a indústria de papel e celulose e para outros fins, passam a ter o gás carbônico como nova mercadoria. O mesmo capitalismo depredador, expropriador e concentrador, que tem os monocultivos de árvores como fonte de produção de papel e celulose, que tantos impactos tem causado ao meio ambiente e à população, é novamente apresentado como solução aos efeitos das mudanças climáticas. As empresas responsáveis pelos problemas ambientais são as mesmas que buscam vender as soluções.

Carcanholo (2011, p. 70) questiona o mercado como solução dos diversos problemas da sociedade. Para o autor,

[...] a mercadoria funciona como um vírus que, existindo, tende a expandir-se. E, na sociedade, como um câncer; produz-se a metástase. O câncer social mercantil generaliza-se infinitamente, ou melhor, até destruir-se como câncer, por intervenção humana consciente, ou até destruir o próprio corpo em que está instalado, a sociedade, e, assim, destruir-se a si mesmo.  
A desmaterialização total, embora ansiosamente buscada pela lógica do capital, jamais poderá ser alcançada. O capitalismo deverá desaparecer antes.

Mudanças na legislação brasileira, como a do Código Florestal, no ano de 2012, têm o sentido de ampliar as áreas de cultivo do agronegócio e anistiar os criminosos que desmataram imensas áreas de florestas que deveriam estar protegidas. No sentido contrário, o índice de produtividade que se baseia no Censo Agropecuário de 1975, apesar dos avanços tecnológicos (máquinas e equipamentos, fertilizantes, sementes, dentre outros), permanece inalterado em 40 anos de atraso, transformando diversos latifúndios improdutivos em áreas consideradas produtivas, blindando-as contra a desapropriação para fins de reforma agrária. É o moderno e o atraso em convívio para um “desenvolvimento”, numa moderna colonialidade.

Avanços na telecomunicação, na biotecnologia, na aviação (para a pulverização aérea) entre outros, possibilitaram ampliar a produção e a produtividade, o transporte e a comercialização, em todo o processo da cadeia produtiva. Enquanto isso, convivemos ainda com o trabalho análogo ao escravo, com a intensa intoxicação pelo uso de agrotóxicos, com a crise alimentar e com a concentração da terra.

O Estado é parte desse conflito, legitimando-o e posicionando ao lado dos detentores do capital, promovendo mediações, mas também fazendo investimentos, sejam eles financeiros, mudanças das leis (trabalhistas e ambientais), na promoção de eventos, dentre outros. Ele, o Estado, tem essa capacidade de des/regular, des/legitimar a sociedade e suas instituições, viabilizando as estratégias de acumulação capitalista (SCARIM, 2009). Estado e empresas buscam eliminar o conflito, recorrendo à cooptação, à subordinação, mas também à violência física e psicológica contra os camponeses, indígenas e quilombolas. Para Girardi

Conflito é uma ação criadora para a transformação da sociedade e a *violência* é uma *reação* ao conflito, caracterizada pela destruição física ou moral; é a desarticulação do conflito por meio do controle social. A violência tenta por fim ao conflito sem que haja resolução dos problemas e por isso barra o desenvolvimento. Ocupações de terra, acampamentos, defesa de interesses junto ao parlamento e ao governo são formas de conflito. Assassinatos, ameaças de morte, expulsões da terra, despejos da terra e trabalho escravo são formas de violência (2008, p. 293).

#### Segundo Mendes (2005)

O plantio de florestas no Brasil passou a ter expressão a partir da década de 1960, quando da criação, pelo governo federal, dos incentivos fiscais para reflorestamento (Fiset), dentro do Programa Nacional de Desenvolvimento (PND).

Tais incentivos foram criados através das Leis 5.106, de 09/1966, e 1.134, de 11/1970, visando expandir o setor florestal a fim de se garantir matéria-prima para viabilizar as indústrias de papel e celulose e siderurgias.

Além destes incentivos, a promulgação do Código Florestal (1965) e a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF - 1967) foram ações que ajudaram a definir uma nova política florestal para o país, promovendo o reflorestamento em larga escala.

Os programas de reflorestamento com incentivos fiscais imprimiram, entre 1967 e 1986, um crescimento significativo ao setor florestal, servindo de base para sua estruturação e consolidação.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), os investimentos na atividade florestal no Brasil, entre 1967 e 1986, somaram cerca de US\$ 10 bilhões e resultaram em um superávit na oferta de madeira (p. 15 e 16).

Além disso, a definição de matas e florestas precisou ser ajustada para viabilizar a expansão da monocultura de eucalipto. A definição de matas e/ou florestas plantadas possui diferenciações, conforme os lugares, grupos humanos e culturas. Mas, oficialmente, o mais utilizado por governos e instituições é o definido pela FAO que, segundo o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (2011, p. 2) significa “área medindo mais de 0,5 ha com árvores maiores que 5m de altura e cobertura de copa superior a 10%, ou árvores capazes de alcançar estes parâmetros *in situ*”. É essa definição que o IBGE utiliza para afirmar que matas plantadas compreendem “as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de essências florestais (acácia-negra, eucalipto, pinheiro etc.), incluindo as áreas ocupadas com viveiros de mudas de essências florestais” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006).

Por esse conceito de matas e florestas, imensas áreas com monocultura de eucalipto são ideologicamente transformadas em “florestas” (plantadas). Em função disso, no período de 1996 a 2006, conforme o Censo Agropecuário, houve ampliação das áreas com matas e florestas plantadas no Espírito Santo. Além disso, no próprio IBGE, os dados da produção municipal da silvicultura, no que diz respeito à madeira em tora para papel e celulose, foram quantificados em metros cúbicos (m<sup>3</sup>) e somente a partir do ano de 2014, foi incorporada sua a medição em área (hectare), como na produção agrícola municipal. Essa não inclusão de área (ha) na produção das florestas plantadas até o ano de 2013 dificulta e/ou impede algumas comparações, como a ampliação ou não de área com a monocultura de eucalipto por regiões geográficas.

A FAO e o IBGE definem florestas como sendo apenas árvores, desconsideram cultural e biológica, os demais seres vivos (plantas, insetos, mamíferos, répteis, aves) e os povos enquanto parte integrante da floresta. Essa definição compartilha com os interesses e projetos de alguns grupos, mas não dos povos das florestas, das comunidades tradicionais e os camponeses que com-vivem (vivem e convivem) na e da floresta. São territórios, onde se produz e reproduz a vida das pessoas e de seus descendentes, que não participaram e nem compartilham dessa definição. A definição de floresta da FAO e IBGE está associada à expansão de monocultivos comerciais, à expulsão de camponeses, povos das florestas e comunidades tradicionais, considerando-os como empecilhos ao desenvolvimento econômico, como foram considerados os nativos Botocudo no Norte do Espírito Santo, no intuito de justificar a expropriação de suas terras.

A monocultura de árvores considerada “florestas plantadas” produz essa falsa ideia de “melhoramentos” a partir de parâmetros eurocêntricos (FAO), garantido a dominação do imaginário, viabilizando a territorialização das empresas monocultoras.

Foi nesse sentido que a monocultura de eucalipto se expandiu no Espírito Santo sobre territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades indígenas, quilombolas, pescadoras, camponeses e pela Mata Atlântica. Segundo a SOS Mata Atlântica (sosma.org.br), no Brasil só resta 8,5% da Mata Atlântica original, mas nela vivem mais de 20 mil espécies de plantas, 270 espécies conhecidas de mamíferos, 197 répteis, 372 anfíbios, 350 de peixes, além de sete das nove bacias hidrográficas brasileiras. As matas e florestas têm o sentido de biodiversidade (fauna e flora), mas também da sociodiversidade, onde com-vivem diversas populações, com suas culturas e saberes.

Conforme afirma Porto Gonçalves (2013, p. 72), “a diversidade genética no seio de um ecossistema aumenta a sua capacidade de resistência às perturbações. Onde existe homogeneidade, quando um indivíduo é atingido, todos os seus semelhantes rapidamente também o são”. Defender as matas e florestas é defender a diversidade da fauna e flora, mas também a diversidade social, dos povos e suas culturas. O processo de expansão das monoculturas de eucalipto tem gerado benefícios privados (lucro) a poucas e grandes empresas, e socializado os prejuízos.

O conceito de floresta, definido pela FAO e o IBGE, diz respeito apenas às árvores, e não leva em consideração a biodiversidade, favorece política e economicamente as empresas produtoras de papel e celulose. Essa concepção, historicamente construída, vem sendo imposta sobre diversos povos. Afinal, os conceitos e definições são construções ideológicas de certos grupos, empresas, *Think Tanks*<sup>27</sup>, que no caso das empresas de papel e celulose, buscam legitimar os monocultivos de eucalipto enquanto “florestas plantadas” para a produção de papel e celulose, que aparecem como necessidade da sociedade.

Para os povos das florestas, comunidades tradicionais e camponeses, matas e florestas têm o sentido da manutenção da vida do planeta e sua bio e sociodiversidade. É um ambiente onde com-vivem, produzem e utilizam da mata e florestas as condições necessárias à sua manutenção e reprodução enquanto classe social. Para as empresas produtoras de papel e celulose, “matas e florestas” têm o sentido de monocultura, de manutenção e ampliação do

---

<sup>27</sup>Especialista com afirmações fundamentadas em conhecimentos científicos, os quais buscam validar uma proposição, um projeto, um sentido de desenvolvimento a serviço de certos grupos, empresas e/ou corporações.

lucro, de subordinação do valor de uso ao valor de troca, dos interesses individuais sobre os interesses coletivos.

Segundo Porto-Gonçalves (2013), no processo de acumulação de capital, a exploração do trabalhador e da natureza é continuada e intensificada. Parafraseando Carcanholo (2011), o capital é medido em quantidade, em número e, como sabemos, os números são infinitos. Como um câncer, a exploração capitalista é ilimitada, até que seja destruído o corpo em que está instalada (a sociedade), ou por intervenção, seja destruído o próprio câncer – o capitalismo.

O Código Florestal, com a Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012, foi modificado nesse sentido, pois além de outros benefícios ao agronegócio, isenta do pagamento de multa e prisão aqueles que cometeram crimes contra a natureza, com o uso irregular de áreas protegidas. E, também, permite a inclusão de plantas exóticas, como o eucalipto, no processo de recuperação ambiental. O Código Florestal foi modificado em atendimento a esses *stakeholders* (parte interessada).

Para melhor entender esses *stakeholders*, abordaremos duas empresas do ramo de papel e celulose atuantes no Espírito Santo, que têm na monocultura de eucalipto sua fonte de matéria-prima; no dinheiro público sua fonte de sustentação econômica; e a apropriação de terra e água como condição de sua expansão.

#### 5.1.1 A privatização dos lucros e a socialização dos prejuízos – o caso da Fibria e da Suzano Papel e Celulose

O Estado foi determinante em todo o processo de criação, expansão e consolidação da cadeia produtiva de papel e celulose no Espírito Santo e dos monocultivos de eucalipto enquanto (in)sustentação desse processo. Assim como a grande extensão de terras e o volume exorbitante de água, o grande volume de recursos públicos sob a forma de incentivos fiscais e financiamentos concedidos às empresas do ramo, faz e continua fazendo parte da matriz desses projetos.

Sob o slogan de gerar superávit aos cofres públicos, essas empresas se apropriam das terras e água para produzir papel, principalmente descartável, assim como celulose que, majoritariamente, é exportada. O BNDES é uma das principais fontes de financiamento a estas empresas.

##### 5.1.1.1 Fibria

Como já mencionado anteriormente, a Fibria é uma empresa constituída no ano de 2009, a partir da compra da Aracruz Celulose pela VCP. Nessa negociação, a Fibria recebeu grande parte dos 3,6 bilhões de reais liberados pelo BNDES no ano de 2009.<sup>28</sup> Somente no ano de 2014, a Fibria firmou limite de crédito, com o BNDES, de 1,7 bilhões de reais. Tudo isso, sem contar com financiamentos de outras origens, tanto públicos como privados, nacionais e do exterior, como o Finnvera (Agência de Crédito à Exportação da Finlândia).

Essas e outras informações expõem algumas contradições, dentre as quais indagamos: são as empresas de papel e celulose, com seu deserto verde de eucalipto, que sustentam o Estado e o país através da geração de impostos e do superávit da balança comercial, ou é o Estado que sustenta essa e outras empresas, a partir de financiamentos e legislação favoráveis? As informações que seguem não deixam dúvidas de que o Estado sustenta essas empresas e não o contrário.

A Fibria encerrou o ano de 2014 com um lucro líquido de 163 milhões de reais, sendo que no acumulado do ano, a receita líquida foi de 7,1 bilhões de reais. Mesmo assim, a dívida bruta da empresa no ano de 2014 foi de 3,135 bilhões de dólares. Com o dólar a R\$ 3,8820<sup>29</sup>, essa dívida foi de 12,17 bilhões de reais, ou 75 vezes o lucro líquido de 2014.

Enquanto amplia a produção de papel e celulose e o lucro, no sentido contrário, reduz as despesas, principalmente com salários e encargos e ampliação em prestação de serviço por terceiros. É beneficiada, ainda, com a isenção de impostos. “Por ser preponderantemente exportadora, a Fibria utiliza o benefício fiscal correspondente à suspensão do PIS/Confins (9,25%) nas aquisições de insumos, materiais intermediários e embalagens” (FIBRIA, 2014, p. 135). No período de 2012-2014, houve uma redução em mais de 100 empregos da empresa. Dos 17.068 empregos gerados na empresa em 2014, incluindo toda a cadeia de produção (indústria e plantio), 76,5% são terceirizados. Enquanto isso, prepara os empregados para assumir a empresa como se todos fossem donos, construindo um senso de pertença, uma forma de gestão para ajudar a empresa a atingir seus objetivos, pois “um dos pontos principais para o sucesso desse projeto é o desenvolvimento de um senso de donos” (RELATÓRIO DA FIBRIA, 2014, p. 69).

Dos 653 mil hectares de eucalipto que possui (informação disponível no site da empresa), 197 mil estão no Espírito Santo, 47 mil ha no Rio Grande do Sul, 85 mil ha em São

---

<sup>28</sup> No período de 1955 a 2010, o BNDES desembolsou nada menos do que 47,1 bilhões de dólares para o setor de papel e celulose no Brasil, ou 182,842 bilhões de reais, ou ainda uma média de 3,324 bilhões de reais anuais nesse período, considerando o dólar a R\$ 3,8820, segundo o Uol (<http://economia.uol.com.br/cotacoes/>) conforme a cotação em 14/12/2015 às 15h29.

<sup>29</sup> Segundo o Uol (<http://economia.uol.com.br/cotacoes/>) conforme cotação em 14/12/2015 às 15h29.

Paulo, 99 mil ha na Bahia e 225 mil no Mato Grosso do Sul. Possui ainda na Bahia, junto à Veracel, mais 92 mil hectares de eucalipto. A empresa conta com outras áreas, sob a forma do fomento florestal, viabilizando a monopolização do território pelo capital, através da terra e do trabalho camponês. Incluindo a área de eucalipto, viveiros e preservação, a empresa detém 969 mil hectares de terra, distribuídos em seis estados da federação. Uma empresa com área correspondente a 34,1% dos estabelecimentos agropecuários capixabas ou 65,4% da área dos estabelecimentos agropecuários sergipanos.

A empresa mantém mais de 2 mil contratos de fomento em 106,63 mil hectares de área de monocultivo de árvores, que corresponderam a 39,3% de seu abastecimento em madeira no ano de 2014. De toda a madeira da empresa, 57,3% passa pela unidade de produção no Espírito Santo, no município de Aracruz.

Segundo a Fibria (2014), ao se referir às doações feitas em campanhas eleitorais, afirma que “as doações feitas em 2014 (federal e estadual) totalizaram R\$ 4,375 milhões” (p. 95), superando as contribuições financeiras de R\$ 3,615 milhões no ano de 2012, doadas a partidos e instituições relacionadas.

No Espírito Santo, no ano de 2014, (como em períodos eleitorais anteriores), a Fibria investiu em diversas candidaturas, sendo os maiores volumes aos dois candidatos mais cogitados para assumir o cargo de governador. Mas os financiamentos foram destinados também a diversos candidatos a cargos de senadores, deputados federais e estaduais, conforme divulgado pela Justiça Eleitoral.<sup>30</sup> Esse dinheiro destinado às campanhas eleitorais não pode ser considerado como gasto, mas como investimento. Um ótimo negócio para o mercado presente e futuro, a benefício da empresa. Parte do “lucro” da empresa é investida em campanhas eleitorais a cada dois anos. Investimentos dessa natureza retroalimentam a empresa com retorno sob a forma de leis, licenciamentos, incentivos fiscais, e novos financiamentos, entre outros benefícios a seu serviço. Exemplo disso é o Projeto de Lei PL 344/2015 do governo do estado, aprovado na Assembleia Legislativa capixaba em 28 de setembro de 2015, que garante a flexibilização de licenciamento ambiental para a expansão dos monocultivos de eucalipto no estado, com exigência de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) somente em áreas de extrema fragilidade ambiental. Com todo esse favorecimento, a esta e outras empresas do setor, afirmam ainda que o Espírito Santo tem “vocação” para os monocultivos de árvores, considerados plantios “florestais”.

---

<sup>30</sup> Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/>>.

Segundo Carcanholo (2011, p. 90), ao se referir ao poder do dinheiro: “[...] ele compra tudo: qualquer tipo de mercadoria e até, muitas vezes, coisas que por sua natureza não são mercadorias, como a consciência, a honra, a lealdade, a traição e até nosso voto de congressistas para mudanças na Lei e mesmo na Constituição”.

Dos 5,3 milhões de toneladas de celulose produzidas no ano de 2014, 91% foi para a exportação, principalmente para a Europa, EUA e Ásia. E de todo o papel produzido pela empresa 51% tem uso descartável e apenas 31% é destinado a papel de imprimir e escrever.

Para garantir uma boa imagem da empresa em nível internacional, a Fibria investe para construir um ambiente de “harmonia” com as comunidades onde está instalada a indústria e os plantios. Para isso, através de financiamento público e privado, a empresa busca reduzir e eliminar os conflitos, a partir de ações mitigadoras. A resolução dos conflitos é uma das condições para a empresa conseguir as certificações necessárias para continuar operando. Enquanto isso, busca desconstruir a identidade quilombola, estimulando os conflitos internos nas comunidades, seja contratando membros das comunidades para o trabalho nos monocultivos, com o Programa Nosso Vizinho, seja com perseguições e prisões de membros das comunidades quilombolas.

Ela investe também em “mapeamentos de áreas em que há riscos de conflitos pelo uso da água” (FIBRIA, 2014, p. 62). Enquanto isso, através de pesquisa, desenvolve clones altamente produtivos e resistentes aos extremos climáticos, como seca prolongada e excesso de água.

Em relação às multas e ações judiciais, em relatório da própria empresa, constam 201 processos administrativos, ação civil pública por excesso de peso no transporte rodoviário, 7 ações judiciais relacionados à questão ambiental, envolvendo licenciamento de plantio, irregularidade ambiental em contrato de fomento, lançamento inadequado de efluentes em curso d’água. Todos esses processos geraram multas nos anos de 2012, 2013 e 2014, no valor total em mais de 3,5 bilhões de reais, mas nenhuma delas ainda paga pela empresa.

A água é um bem natural de acesso a todos, mas para a empresa é um recurso de uso abundante ao processo de produção, desde os viveiros de mudas até a produção final, passando pelos plantios. Na produção de mudas, é necessário um ambiente com alto índice de umidade relativa do ar. O consumo é intensivo e em grande volume, considerando a quantia de mudas necessárias para os 190 mil hectares da empresa, somente no Espírito Santo.

Nos monocultivos, o problema da água não está relacionado somente à quantidade utilizada, mas também à contaminação, pelo alto índice de agrotóxicos utilizados. Segundo Meirelles (2006, p. 22), a empresa utiliza os seguintes produtos: “Scout N.A., Goal BR,

Chopper N.A. Mirex-S, Formicida Granulado Dinagro-S N.A, K-Othrine 2P NA, Formicida em Porta-Iscas (5g) e Tuit NA”. Esses e outros agrotóxicos, através da infiltração e enxurradas, contaminam as nascentes, os cursos d’água e solo. É imenso o consumo de água para garantir plantas de rápido crescimento. Há ainda plantios de monocultivos em nascentes e Área de Preservação Permanente (APP), além de obras de engenharia sobre córregos e rios para garantir o escoamento da produção. Bacias hidrográficas inteiras, como a do Rio Riacho no município de Aracruz, monopolizado pela Fíbria para monoculturas de árvores, além de desvio de curso d’água, como é o caso do Canal Caboclo Bernardo, desviando grande volume de água do Rio Doce no município de Linhares, para abastecer a fábrica no município de Aracruz.

Na indústria, a empresa consome em torno de 30,7 m<sup>3</sup> de água para produzir uma tonelada de celulose. Nas instalações em Aracruz/ES e na Veracel/BA (em que a Fíbria dispõe de 50% das ações), foram produzidas 5,3 milhões de toneladas de celulose no ano de 2014. Isso corresponde a 162,71 milhões de m<sup>3</sup> de água consumidos pela empresa apenas na indústria, no ano de 2014. Considerando que o consumo médio *per capita* da população capixaba é de 191,1 m<sup>3</sup>/água/ano<sup>31</sup>, a quantia consumida pela empresa é suficiente para abastecer toda a população da capital do estado (Vitória) por mais de 2 anos e meio. Após o uso na indústria, a água segue para os cursos d’água, contaminando-os, pois leva consigo os restos industriais, utilizados no processo de branqueamento da celulose, além de outros processos que utilizam produtos químicos.

Para os vegetais, de modo geral, como é o caso do eucalipto, a água possui três funções básicas: a) participar no processo da fotossíntese, transformando energia luminosa (do sol) em energia química; b) ser transpirada pela planta, no processo de troca gasosa entre a planta e a atmosfera e; c) ser veículo de transporte (a seiva) no interior da planta. Esses três processos são vitais para todas as plantas. Para a empresa, a água possui muito mais do que três funções e é consumida e poluída em grandes volumes, na cadeia de produção do papel e celulose. Nos viveiros de mudas até chegar ao porte de ir a campo, é intensivo o uso de água; nos plantios até ao porte de corte em função de seu acelerado crescimento, é altíssimo o consumo de água, que segundo Vital (2007) varia de 800 a 1.200 mm/ano/planta (p. 248). Na indústria o consumo de água continua elevado, fazendo com que fosse aberto um canal no Rio Doce e desviasse parte dessa água para a indústria, no município de Aracruz/ES. Parte dos afluentes da empresa é jogada em córregos e rios, contaminando-os, os quais atravessam terra indígena Tupiniquim e Guarani no mesmo município em que a indústria está instalada. É através do porto privado que

---

<sup>31</sup> Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis), o consumo médio de água no Espírito Santo no ano de 2013 foi de 191,1 m<sup>3</sup>/habitante/ano. Maiores informações em <www.snis.gov.br>.

chega parte da madeira para abastecer a indústria e também é exportada a parte majoritária da celulose e papel que, em sua maioria (51%), tem uso descartável na forma de papel higiênico, papel-toalha, lenço de papel e guardanapos. O porto está instalado onde outrora existiam manguezais e comunidades pesqueiras, os quais foram duramente impactados. É através dele que atravessam os oceanos e levam papel e celulose para os EUA, Europa e outros países e continentes. Terra e água são apropriadas e utilizadas abusivamente a serviço dessa e outras empresas.

Com imensos financiamentos públicos, enormes extensões de terra, porto privado, entre outras infraestruturas, como diz Carcanholo (2011), as empresas “compram” as demais condições de seguir expandindo os monocultivos, expropriando e subordinando camponeses à lógica do “desenvolvimento” a partir da produção de celulose de mercado e de papel descartável para atender principalmente o mercado europeu e estadunidense.

As mudanças climáticas, a crise hídrica e econômica, que afetam milhões de pessoas no Espírito Santo, em nível nacional e internacional, tem beneficiado a Fibria, no acesso a financiamentos (como o ocorrido em 2009) e no comércio internacional de papel e celulose (com a alta do dólar e do euro). O deserto verde de eucalipto, que expulsou milhares de famílias do campo, entre outros problemas vividos pela sociedade, é anunciado como “floresta”. Com esse slogan, as empresas do setor “vendem” no mercado a falsa saída para a crise climática, a partir do Mercado de Carbono.

As contradições desse processo são explícitas, assim como a luta dos afetados contra o deserto verde de eucalipto. Pois são justamente os conflitos, que a empresa busca eliminar, que mantêm a luta dos afetados contrários ao avanço da monocultura de eucalipto. É através da luta que as populações indígenas, quilombolas e camponeses obtêm conquistas. As três matérias do jornal *Século Diário* que seguem, evidenciam essa afirmação:

Mais de 150 famílias ocupam a fazenda Agril, em Aracruz (norte do Estado), desde a última sexta-feira (20). A área, que tem oito mil hectares e pertence à Aracruz Celulose (Fibria), é utilizada para desviar a água do rio Doce para o rio Riacho – canal Caboclo Bernardo – e, assim, abastecer a fábrica da empresa no município. [...]

O movimento cobra o assentamento das famílias de camponeses, muitas delas há mais de sete anos morando em barracos de lona preta, na luta para conquistarem um pedaço de terra e, assim, construir uma vida digna no campo, que irá alimentar não só as famílias camponesas como a população dos centros urbanos. (MEDEIROS, 2015).

Mais de 500 quilombolas do norte do Espírito Santo pararam o trânsito na BR-101, na altura da entrada para Conceição da Barra. Exigem que sejam imediatamente soltos quatro quilombolas presos a pedido da Aracruz Celulose (Fibria) sob a acusação de roubar galhos de eucaliptos, que usam para produzir carvão. Ocorre que os presos estão entre os quilombolas que são os donos das terras, griladas pela empresa em plena ditadura militar.

O ato é contra a Fibria Celulose S.A, antiga Aracruz Celulose, e a Suzano Papel e Celulose S.A. As empresas têm latifúndios de eucalipto no Espírito Santo e são

altamente predadoras ao ambiente e à sociedade. Afetam particularmente os quilombolas, pequenos agricultores e indígenas. (COIMBRA, 2015).

Durante cinco décadas de lutas, inclusive com armas, os índios do Espírito Santo enfrentaram a Aracruz Celulose (Fibria), empresa que lhes tomou as terras. Finalmente, parte destas terras voltaram às mãos dos índios, em escritura pública, lavrada em cartório de Aracruz.

É o último ato administrativo da retomada das terras. No cartório estão registrados 18.154,93 hectares de terras indígenas no Espírito Santo, dos povos Tupinikim e Guarani. As terras estão na região de Caieiras Velhas, no município de Aracruz, com 14.282,79 hectares, e em Comboios, Linhares, com 3.872,14 hectares. (COIMBRA, 2015).

Essas e outras matérias jornalísticas evidenciam algumas das lutas e persistências daqueles que buscam a conquista da terra, para sustentação da vida e do direito, territórios, que outrora foram expropriadas pela Aracruz Celulose, hoje Fibria. Evidenciam também que não há uma harmonia entre a empresa e as comunidades onde há a presença dos monocultivos de eucalipto. O conflito explicita as posições políticas e será eliminado a partir da eliminação do próprio modelo de apropriação das terras, da água, dos créditos subsidiados e outros benefícios, sempre favoráveis às empresas.

Enquanto existirem camponeses, índios, quilombolas e trabalhadores sem-terra; enquanto existir a depredação ambiental; enquanto existir a subordinação do trabalho pelo capital, existirá o conflito. Pois este, o conflito, é inerente a esse modelo de produção e inerente ao processo de desenvolvimento. Portanto, o conflito resulta da contradição entre projetos divergentes, como é o caso de camponeses e agronegócio e não apenas entre pessoas e grupos sociais. Desconsiderar os conflitos no processo de desenvolvimento é negar as contradições dos divergentes projetos para o campo.

Para uma liderança do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), há uma nítida relação entre os municípios com presença massiva de monocultivos e a violência.

Esses municípios, veja bem, onde predomina qualquer tipo de monocultivo, seja café, fruticultura, cana, especialmente o eucalipto, que estamos tratando desse caso, a gente percebe um grau de conflito maior. Não só o conflito agrário, mas de toda natureza, inclusive o familiar, que às vezes é diluído, não aparece como uma consequência desse problema. [...] Por exemplo: São Mateus, Pedro Canário, Pinheiros, um dos municípios mais violentos do estado, são municípios onde tem predominância da monocultura. Municípios da região serrana onde as terras são mais bem divididas, pequenas propriedades, a violência é muito menor do que aqui. Aqui o índice de violência é muito alto. [...] nós temos o conflito agrário, de famílias que foram expulsas dessas terras e que hoje a única alternativa que tem é enfrentar o latifúndio para ter um pedacinho de terra de volta, e este latifúndio hoje está ocupado com eucalipto. Então, nisso nós temos a presença forte da polícia, que reprime com violência, não só a polícia do estado, mas a polícia da empresa, privada, que persegue as comunidades, lideranças, que persegue o povo, aqueles que querem de fato voltar a ter seu pedaço de terra, ou algumas famílias que, como no caso dos quilombolas que se arriscam a pegar alguns gravetos de madeira para fazer lenha a polícia persegue, prende (entrevista realizada pelo autor, em 05/01/2016).

A ação e reação contra a expropriação é parte do cotidiano desses povos. Camponeses, indígenas e quilombolas não apenas resistem, mas também (re)existem enquanto forma de permanecer no campo e reconstruir a própria existência. Assim como as mudanças que ocorrem na economia, na natureza e na política, também mudam e inovam a forma de luta. E para continuar existindo como povos do campo e das florestas e obter conquistas é necessário continuar lutando e resistindo ou existindo de nova forma e conteúdo, (re)existindo.

#### *5.1.1.2 Suzano Papel e Celulose*

A Suzano Papel e Celulose, de acordo com o Relatório de Sustentabilidade 2014 e sua página na internet<sup>32</sup>, foi criada em 1924, com sede administrativa em São Paulo e possui seis unidades industriais: quatro em São Paulo, uma no Maranhão e uma na Bahia, no município de Mucuri. Para o abastecimento dessa última, parte da área com plantio de eucalipto está no Espírito Santo. A empresa possui também 49% das ações da Portocel, instalada no município de Aracruz/ES. Para garantir o comércio internacional, principal destino de seus produtos, a empresa mantém escritório comercial na China, EUA, Suíça, Inglaterra e Argentina.

No ano de 2013 o comércio de 1,895 milhões de toneladas de celulose foi realizado com a Europa (31%), Ásia (36%), América do Norte (10%), América Latina (1%) e o restante (22%), no mercado brasileiro. Já da produção de 1,3 milhões de toneladas de papel em 2013, o comércio nacional absorveu 69% e do restante, 26% foram exportados para países das Américas (Sul, Central e Norte) e 5% para Europa.

Essa empresa cresceu adquirindo outras empresas do ramo de papel e celulose, como a Indústria de Papel Rio Verde, em 1960; a Bahia Sul, em 2004; a Ripasa (50%) em 2005; a FuturaGene, em 2010; a Conpacel, em 2010. Cresceu também na concentração de terras, sendo detentora de 1,06 milhões de hectares de terra nos estados do Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Tocantins, Piauí, Pará e Maranhão. Utiliza ainda outras áreas sob a forma de fomento florestal para complementar o abastecimento das suas unidades de produção. São mais de meio milhão de hectares de eucalipto. No ano de 2008, apenas na unidade de Mucuri/BA que envolve áreas no Espírito Santo, o fomento florestal atingiu 58 mil hectares, representando 20% a 25% da matéria-prima fornecida à empresa nessa indústria.

---

<sup>32</sup> Foram utilizados o Relatório de Sustentabilidade 2014, da Suzano Papel e Celulose e a página da empresa na internet ([www.suzano.com.br](http://www.suzano.com.br)) como fontes das informações.

No ano de 2014 a empresa obteve receita líquida de 7,3 bilhões de reais, mas fechou o ano com dívida de 13,8 bilhões de reais. Ampliou a produção de celulose em 54,3% em 2014 (em relação ao ano anterior) e reduziu o custo de produção em 7,7% no mesmo período – sinal de que a crise econômica que atinge diversos países tem trazido benefícios à empresa.

A indústria instalada no município de Mucuri, extremo sul da Bahia, é uma das seis instaladas no Brasil. Esta unidade de produção dispõe de capacidade para produzir 45% de toda a celulose da empresa e 18,7% da produção de papel. Isso faz com que seja nessa região, sul da Bahia, norte do Espírito Santo e nordeste de Minas Gerais, que se encontram os maiores plantios de eucalipto da empresa.

A empresa é a responsável pela introdução dos primeiros plantios de eucalipto geneticamente modificado, aprovado na CNTBio, em 2014, mesmo sob mobilização social e de parte do corpo técnico da instituição contrária a essa aprovação, em função dos riscos ambientais e sociais.

A água é um bem da natureza imprescindível à humanidade, que vive sob os efeitos da crise climática e hídrica. Para a empresa é um recurso utilizado em toda a cadeia de produção. Somente na indústria são utilizados em torno de 30,7 m<sup>3</sup> de água para produzir uma tonelada de celulose. A produção de 1,895 milhões de toneladas, no ano de 2014, permite afirmar que a empresa consumiu mais de 58,1 milhões de m<sup>3</sup> de água nesse ano. Incluindo a produção de papel, eleva-se essa quantia.

No período de 2012-2014, a empresa captou 153 milhões de m<sup>3</sup> de água do Rio Mucuri e descartou no mesmo rio, sob a forma de efluentes líquidos, a quantia de 131,476 milhões de m<sup>3</sup>. Essa externalidade negativa é colocada na conta pública para o tratamento da água e a recuperação ambiental. Com todos esses crimes ambientais, a empresa afirma que na relação com as comunidades vizinhas, as ações sociais são pautadas no respeito e diálogo.

A terceirização dos serviços é um dos enfoques da empresa, pois na unidade de produção de Mucuri, os trabalhadores terceirizados chegam a 77% dos 5.028 empregados. Além disso, no que diz respeito aos gastos da empresa, no caso da unidade de Mucuri, 64% são realizados fora da região, não movimentando a economia local, onde há a indústria e os plantios.

A Suzano Papel e Celulose, assim como outras empresas do ramo, requer ampla extensão de terra para a instalação dos monocultivos, tornando-a um dos maiores latifúndios por extensão. Requer também grande volume de água. Por isso, são instaladas próximas a grandes rios ou, como no caso da indústria da Fibria, em Aracruz/ES, fazem um canal para desviar imenso volume de água do Rio Doce, em Linhares. Os financiamentos públicos, assim

como a terra e a água, são também em grande quantidade e periodicidade. Por isso, a dívida dessa e de outras empresas são maiores que seus lucros líquidos.

## **5.2 Territórios das empresas de eucaliptos no Espírito Santo**

Partimos do pressuposto de que o território é constituído por uma relação de poder, e que a territorialização de um sujeito implica na desterritorialização de outro, que por sua vez, se reterritorializa, o que sintetizamos por Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR). Tomamos como referência a expansão da monocultura de eucalipto, tema central desse trabalho, para exemplificar o processo de TDR.

A partir da década de 1960, foi implantado no estado do Espírito Santo o monocultivo de eucalipto para a produção de papel e celulose. Instalaram-se diversas empresas como Ouro Verde, Brasil Leste Agroflorestral, Flonibra, Cricaré, dentre outras, responsáveis pelos plantios de monocultivos. Posteriormente foi instalada a Aracruz Florestal (1967) e Aracruz Celulose (1972). Nesse período, mais de 50% da população do Espírito Santo ainda vivia no campo. Ao se territorializar, a empresa Aracruz Celulose (hoje Fibria) desterritorializou diversas famílias e comunidades. Parte delas se somou aos empobrecidos nas periferias das cidades, construindo novos territórios, como é o caso das favelas e morros. Com o processo de luta e resistência, foram conquistadas diversas áreas para assentamentos rurais, compostos por famílias que já estavam nas periferias das cidades e outras que, teimosamente, resistiram no campo. Os assentamentos constituem uma reterritorialização. É nessa conflitualidade que se dá o processo de TDR, como abordado no capítulo 1 deste trabalho.<sup>33</sup>

Em cada um desses territórios há uma relação política em que o exercício do poder é central. A defesa de cada um desses territórios, seja do agronegócio do eucalipto ou do campesinato, se manifesta através da materialidade (território material) e da imaterialidade (território imaterial).

O agronegócio do eucalipto constrói seus territórios a partir da compra, arrendamento, grilagem da terra ou do chamado fomento florestal; mas também na defesa ideológica da necessidade da produção de papel e celulose – que, em sua maioria, é para exportação e utilizado prioritariamente como papel descartável sobre a forma de papel de imprensa,

---

<sup>33</sup> Para maior aprofundamento sobre TDR, consultar Saquet (2013) em: “Abordagens e concepções de territórios”; e Fernandes (2008) em: “Sobre a tipologia de territórios”.

embalagens e sanitários. A mídia é um dos instrumentos para a defesa desses territórios, assim como a repressão, através de empresas de segurança. Outras ações, como as audiências públicas, são realizadas para a materialização desses territórios, utilizando-se dos Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e Relatórios de Impactos Ambientais (Rima), realizados por *Think-Tanks* para forjar a sustentação de seu caráter técnico, científico e legal.

O território do campesinato, como é o caso dos assentamentos, é construído a partir da reterritorialização dos camponeses, que buscam unir o que antes havia sido separado: os trabalhadores dos meios de produção ou de parte deles. A ocupação da terra, a resistência nos acampamentos, as mobilizações (marchas, trancamento de rodovias, atos públicos nas cidades) e a conquista dos assentamentos formam a territorialização. Mas é necessária a luta, a defesa ideológica na sociedade da necessidade de permanência dos camponeses no campo, da realização da reforma agrária. Por isso é que se realiza um processo de informação e formação, seja dos próprios camponeses, como também da classe trabalhadora (do campo e da cidade) para que ela reconheça e defenda a reforma agrária como uma necessidade, não apenas daqueles que lutam para retornar e permanecer na terra de morar, produzir e se relacionar. Os assentamentos, como os camponeses de modo geral, são necessários para a contraposição a esse modelo do agronegócio que expropria os trabalhadores, acirrando os problemas, sejam eles no campo ou na cidade.

Uma defesa política e ideológica dos camponeses que, além de produzirem mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa das famílias/pessoas e gerarem em torno de 85% do emprego no campo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006), possuem condição de produzir alimentos em quantidade, variedade, periodicidade e qualidade, enquanto recuperam e preservam o meio ambiente, garantindo uma sócio e biodiversidade.

Os Organismos Geneticamente Modificados (OGM), os agrotóxicos, os monocultivos, a produção enquanto valor de troca (comércio) e um campo despovoado são territórios (material) do agronegócio, impossíveis de serem implementados sem os elementos científicos e ideológicos (território imaterial).

As sementes crioulas, a agroecologia, os policultivos, a produção enquanto valor de uso prioritário (consumo dos camponeses e demais trabalhadores), tendo o mercado como forma de acesso a esses produtos, um campo com produção e gente, são territórios (materiais) do campesinato. Para isso, é necessária a defesa dos saberes construídos historicamente, a elevação da consciência de classe, a solidariedade entre os povos, sendo estes os territórios imateriais.

Materialidade e imaterialidade estão em permanente sintonia e complementariedade. O território imaterial é uma das condições de sustentação do território material. A forma como se dá a análise e interpretação de cada um desses territórios é também território imaterial, pois são lutas de ideias, as quais podem se materializar ou não, em políticas públicas.

Uma abordagem territorial é fundamental para uma análise em diversas áreas do conhecimento, diversos temas, como é o caso do desenvolvimento desse trabalho. Para construir uma sociedade mais justa, na perspectiva de eliminação dos explorados e exploradores, é necessária a produção de novos territórios para uma nova sociedade, assim como uma nova sociedade para novos territórios. Uma abordagem territorial é fundamental para a superação da dicotomia sociedade/natureza, ideia/matéria, território material e imaterial.

O capitalismo hegemônico em escala mundial (SANTOS, 2003), que busca transformar tudo em mercadoria, tem construído uma sociedade desigual, no aspecto econômico, político e/ou social. Há uma diversidade geográfica em escala mundial e o capital tem aproveitado e se apropriado dessa diversidade. A diversidade geográfica não é um problema em si e nem para o capital; ao contrário, é uma oportunidade. O capital tem atuação em escala mundial de forma hegemônica, mas não homogênea em todos os lugares. O território da monocultura de eucalipto utiliza das vantagens comparativas para avançar em seu projeto, como foi o caso do Espírito Santo a partir da década de 1960, principalmente no Norte do estado. A produtividade por área, assim como as leis favoráveis, os incentivos fiscais, crédito, força de trabalho, têm sido utilizados a serviço desse projeto (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS, 2011).

É comum ouvir ou ler afirmações de que as terras no Espírito Santo possuem “aptidão” ou “vocação” para o cultivo “florestal”, como é o caso do Centro de Desenvolvimento do Agronegócio (Cedagro<sup>34</sup>), no estudo publicado em 2011: “O Espírito Santo tem boa aptidão para o cultivo florestal representando 30% das terras agricultáveis do Estado, o que corresponde a cerca de 900 mil hectares de terras com voca o preferencial” (p. 3). Esta e outras afirma es contribuem para a forma o de um ideário desenvolvimentista, tendo o Estado como agente principal, estimulador, elaborador de políticas e financiador, seja através de incentivos fiscais, infraestrutura, forma o técnica, dentre outros. Defender a “voca o” para o plantio “florestal” enquanto sin nimo de monocultivo de eucalipto   uma das formas de naturalizar política, econômica e socialmente os processos de implanta o e expansão dos monocultivos.

---

<sup>34</sup>A Cedagro, organiza o não governamental, criada no ano de 2004, com sede em Vitória/ES, tem por finalidade básica a defesa, promo o e o fortalecimento do agronegócio. Compõem essa ONG, 26 empresas do ramo do agronegócio, sendo 21 com sede no Espírito Santo. Mais informa es consultar <[www.cedagro.org.br](http://www.cedagro.org.br)>.

Os 247,9 mil hectares de eucalipto em terras capixabas, coloca o Espírito Santo na 8ª posição nacional entre os estados com maior área de eucalipto do Brasil. Ao considerar a proporção de área com eucalipto em relação à área total dos estabelecimentos agropecuários em cada estado, o Espírito Santo possui a maior proporcionalidade de área. Segundo o IBGE, o eucalipto no Brasil ocupa 2,1% da área dos estabelecimentos agropecuários. No Espírito Santo, essa mesma monocultura ocupa 8,7% da área dos estabelecimentos agropecuários, à frente de Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo, com 6,1%, 5,2% e 5,1%, respectivamente. Consta-se que no Espírito Santo a concentração de eucalipto é 3,3 vezes acima da média nacional.

Como já mencionado anteriormente, a monocultura de eucalipto no Espírito Santo teve início na década de 1960 a partir da instalação de diversas empresas, num processo hegemonizado pela Aracruz Florestal e pela Aracruz Celulose em Barra do Riacho, no município de Aracruz. Tanto a indústria de papel e celulose (1972) da Aracruz Celulose, como os monocultivos florestais foram implantados a partir de conflitos – em função de serem principalmente nos territórios indígenas (município de Aracruz), quilombolas (municípios de Conceição da Barra e São Mateus) – e seguiram expandindo os plantios por todo o estado, principalmente em municípios do Norte capixaba. Os conflitos acompanharam a expansão da monocultura de eucalipto, pois não existiam “vazios demográficos” como tentam nos fazer acreditar, mas sempre houve reação daqueles que habitavam as terras onde as empresas possuíam interesses. Com vultosos recursos financeiros, conforme mencionado em capítulo anterior, e aparato político e ideológico (a partir dos ideais desenvolvimentistas) a empresa cresceu em volume de produção e em área de monocultivo, consolidando-se na maior indústria de celulose do mundo.

### 5.2.1 A expansão da monocultura de eucalipto no Espírito Santo

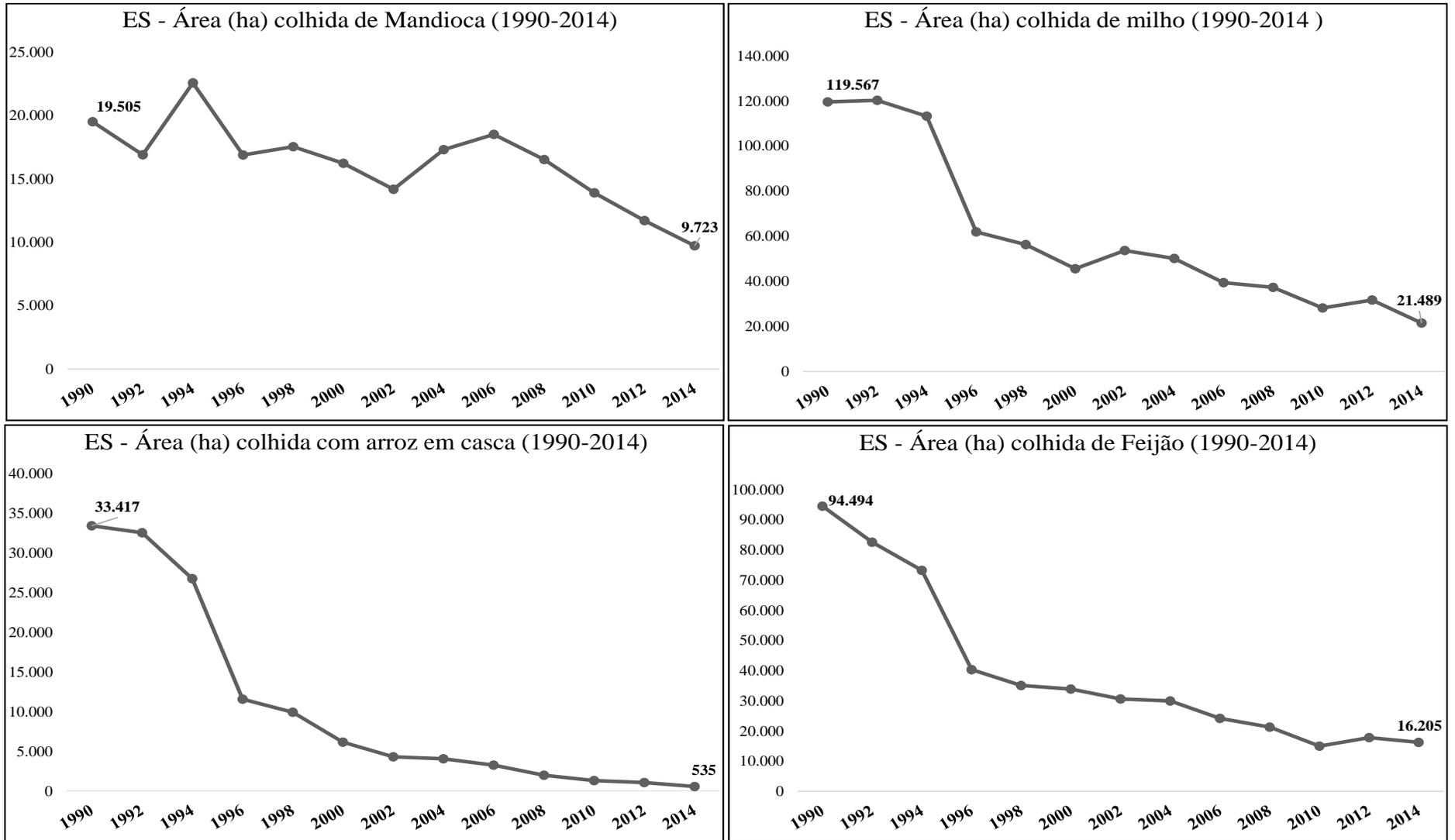
Conforme exposto anteriormente, as justificativas para a implantação e manutenção dos grandes projetos são construídas e defendidas com arcabouços teóricos, jurídicos, políticos e sociais. Aquilo que na essência é uma necessidade do capital – a acumulação e reprodução capitalista – aparece enquanto necessidade da sociedade.

É nesse sentido que a monocultura de eucalipto avança sobre as terras agricultáveis no Espírito Santo. Foi no auge do Regime Militar e da política de incentivo à revolução verde, a partir da década de 1970, que foram implantados os grandes projetos de desenvolvimento

industrial, com a justificativa de tirar o estado do atraso econômico, através da produção de matéria-prima (eucalipto) para a indústria de papel e celulose.

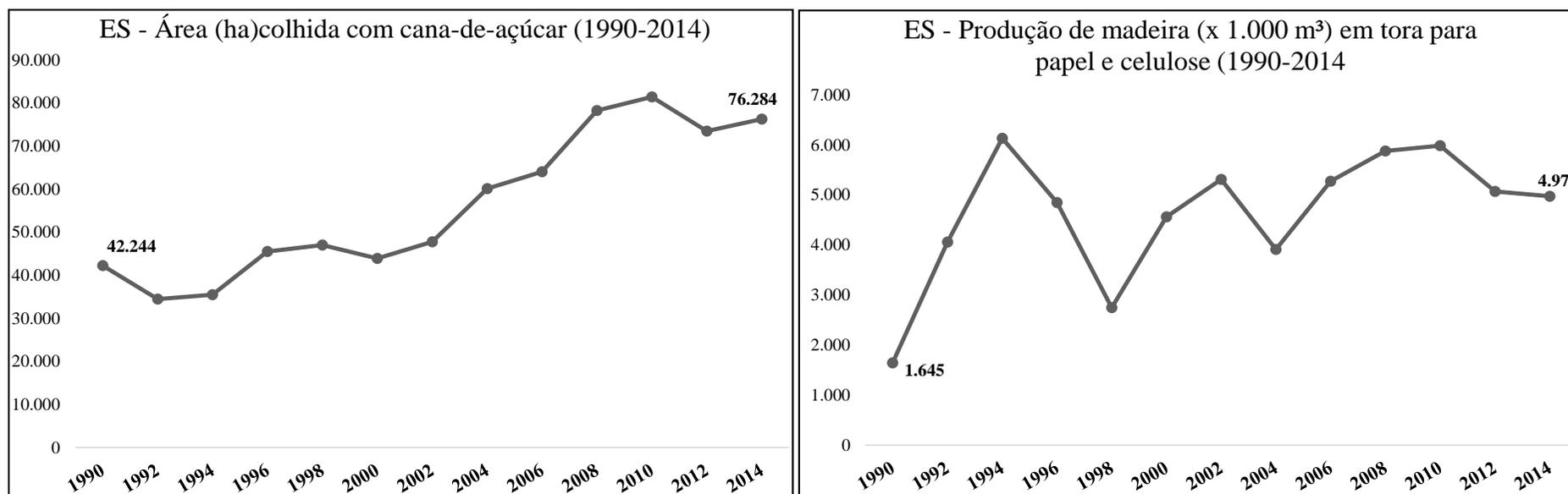
Muitas famílias foram expropriadas de suas terras, a Mata Atlântica e áreas com o cultivo de alimento foram suprimidas para dar lugar ao monocultivo de eucalipto. Houve uma redução das áreas com produção alimentícia e ampliação de monocultura de cana-de-açúcar e eucalipto. Tomamos seis exemplos de produção – quatro desses, base da alimentação da população e duas monoculturas – para evidenciar essa afirmação, conforme prancha que segue.

**Prancha 3** – Redução da área com culturas alimentícias no Espírito Santo: mandioca, milho, arroz e feijão, no período de 1990 à 2014



Fonte: Criação nossa com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Produção Agrícola Municipal.

**Prancha 4** – Ampliação da área e produção do agronegócio no Espírito Santo: cana-de-açúcar e madeira em tora para produção de papel e celulose no período de 1990 à 2014



Fonte: Criação nossa, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Produção Agrícola e Silvicultura Municipal.

Quatro lavouras alimentícias, tomadas aqui como exemplo, reduziram suas áreas de cultivo no período considerado – 1990/2014. A lavoura com mandioca reduziu sua área de 19,5 mil para 9,7 mil ha. O cultivo do milho reduziu sua área de 119,5 mil ha para 21,5 mil ha. O cultivo de arroz reduziu sua área de 33,4 mil para 0,535 mil ha. O feijão reduziu de 94,5 mil ha para 16,2 mil ha. No sentido inverso, a monocultura de cana-de-açúcar ampliou de 42,2 mil ha para 76,2 mil ha. Essa cultura ocupa 58,4% da área de todas lavouras temporárias no estado. A madeira em tora para a produção de papel e celulose, ou seja, a monocultura de eucalipto – que já era grande – elevou sua produção. Esta produção tomou como referência a quantidade em m<sup>3</sup>, em função de não serem disponibilizados dados em hectares nesse período. A produção desse monocultivo elevou de 1,64 milhões de m<sup>3</sup> para 4,9 milhões de m<sup>3</sup>, sendo que seu pico máximo foi no ano de 2009 (6,06 milhões de m<sup>3</sup>). São 247,9 mil hectares de eucalipto no estado, no ano de 2014, o que corresponde a duas vezes mais que a soma da área dessas cinco culturas juntas.

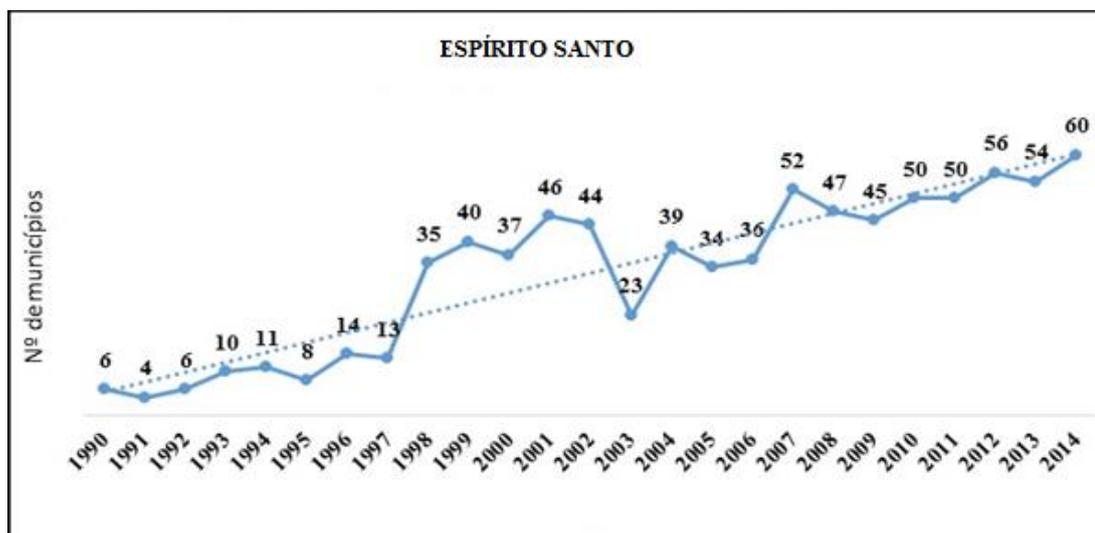
A partir desses exemplos, verifica-se que houve redução das áreas com produção alimentícia e a ampliação das áreas com produção de cana-de-açúcar e eucalipto no Espírito Santo.

Uma liderança do MPA relata que esse processo está relacionado ao empenho do Estado e seus instrumentos de coerção. Ao abordar sobre as políticas agrícolas, constata que

Nos anos de 1998 até 2003 começou a surgir a linha de Pronaf investimento para a agricultura. Nos do MPA trabalhamos intensamente nas comunidades afim de criar condições, fazer o diálogo e orientar o povo, trabalhar para que pudessem ter acesso a esta política. O banco sempre procurou direcionar o crédito para culturas que tivessem, do seu ponto de vista, uma viabilidade econômica, como café, pimenta, eucalipto. Nós chegamos a apresentar projetos no banco para horta, plantação de mandioca, criação de pequenos animais e ele não aprovou, dizendo que não era viável economicamente. Ora, como não é viável economicamente em um município que tem mais de 100 mil habitantes e que importa alimentos? E por que a pimenta, o café e o eucalipto são viáveis? O banco coloca que o eucalipto na pequena propriedade entra na diversificação. Diversificação como nós entendemos deve ser com alimentos, com culturas que possam fortalecer a economia local, que vão ficar aqui, não com eucalipto. Então há por parte dos bancos, do governo, da assistência técnica estatal um forte trabalho de induzir o camponês, o pequeno agricultor, a substituir as áreas de cultivo de alimento por eucalipto (entrevista realizada pelo autor, em 05/01/2016).

Ainda no período de 1990/2014, conforme o IBGE, houve ampliação dos municípios produtores da monocultura de eucalipto para papel e celulose.

**Gráfico 12** – ES: Evolução dos municípios com produção de madeira em tora para produção de papel e celulose (1990 – 2014)



**Fonte:** Criação nossa, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Produção da Silvicultura Municipal.

Como constatado anteriormente, o eucalipto é a espécie majoritária nas áreas de monocultivos de árvores para a produção de papel e celulose. No ano de 1990, havia no Espírito Santo seis municípios com produção de madeira em tora para papel e celulose. No ano de 2014, esse número foi elevado para 60 municípios, dos 78 existentes – de 7% para 76,9 % dos municípios com produção de madeira em tora para papel e celulose. Merece considerar que, no Espírito Santo, a monocultura de eucalipto tem como destino prioritário a produção de papel e celulose. Enquanto na escala nacional (ano de 2014) 58,3% da produção de madeira em tora foi destinada à produção de papel e celulose, no Espírito Santo, 82,2% dessa produção teve esse mesmo destino. Nesse mesmo período, em escala nacional, o eucalipto representa 74,2% da área de monocultivos de árvores, enquanto no estado, o eucalipto representa 99,3% da área com monocultivo de árvores.

A monocultura de eucalipto ampliou em área, produção em m<sup>3</sup> e presença gradativa cada vez maior em número de municípios. Expande também com o aprofundamento da crise alimentar, energética, da crise ambiental, das mudanças climáticas. Diversos eventos realizados com essa temática, sob a hegemonia do capital e tendo o Estado como aliado, apontaram alternativas muito mais para a crise econômica do capitalismo, retroalimentando a acumulação do capital.

O último documento que o Estado possui como referência de desenvolvimento no campo é o Novo Pedagog (ESPÍRITO SANTO, 2008).<sup>35</sup> Enquanto estratégia do capital a médio e longo prazo e reconhecendo que os “ciclos de desenvolvimento” (do café e o da industrialização) tiveram traços excludentes em função da distribuição desigual dos benefícios, buscou corrigi-lo a partir do estabelecimento de metas em diversos aspectos, como é o caso da silvicultura. O monocultivo de árvores, que esse plano chamou de “Florestas Econômicas de Rápido Crescimento” estão entre as principais e está sendo projetado ampliar sua área para 512,7 mil hectares até o ano de 2025. Nesse mesmo período, a área de pastagem está projetada a ser reduzida de 1,763 milhões de hectare para 1 milhão, ou seja, 763 mil hectares a menos que podem ser disponibilizadas para outros projetos. A pastagem extensiva, como sinônimo de atraso econômico e socioambiental, deverá, caso se efetive esse plano, ser substituída por outro projeto, considerado mais eficiente, como é o caso do monocultivo de eucalipto (ESPÍRITO SANTO, 2008).

O quadro que segue apresenta a projeção da expansão dos principais monocultivos, em área ocupada no Espírito Santo.

**Quadro 20** – ES: Projeção da evolução das áreas (ha) com pastagem e monocultivos de árvores no período de 2007 a 2025

Região/ano	Pastagem (ha)			Monocultivo de árvores (ha)		
	2007	2025	Variação (ha)	2007	2025	Variação (ha)
Sul	284.295	200.828	-83.467	6.010	83.820	77.810
Caparaó	159.954	121.091	-38.863	7.060	43.460	36.400
Serrana	157.717	107.494	-50.223	27.400	91.890	64.490
Colatina	139.677	78.582	-61.095	5.840	58.360	52.520
Noroeste	414.238	206.323	-207.915	6.050	78.230	72.180
Linhares	225.649	104.624	-121.025	86.500	86.500	0
Litoral Norte	381.525	181.059	-200.466	60.270	70.470	10.200
<b>Total</b>	<b>1.763.055</b>	<b>1.000.001</b>	<b>-763.054</b>	<b>199.130</b>	<b>512.730</b>	<b>313.600</b>

Fonte: Criação nossa, com base em Espírito Santo (2008).

Pastagem e florestas econômicas de rápido crescimento, as quais ocupam a maior área agropecuária no Espírito Santo, são as mesmas que no Novo Pedagog estão projetadas a sofrer alterações no período considerado (2007-2025). É o Estado e o capital, planejadores e investidores que, através dos seus *Think Tanks*, estabelecem metas de acumulação, justificando-se na busca de corrigir a exclusão e distribuição desigual de benefícios socioeconômicos. É a expansão do agronegócio, expropriando camponeses, ampliando a concentração da terra e da produção e provocando diversos impactos no campo e na cidade.

<sup>35</sup> No ano de 2014, foram elaboradas diversas oficinas, promovidas pela Secretaria Estadual de Agricultura (Seag) para atualizar esse plano, chamado de Pedagog 3, mas o documento final ainda não foi publicado.

### 5.3 O norte do Espírito Santo sob os impactos da monocultura de eucalipto

Dentre as características peculiares dessa região do estado, já abordadas anteriormente, está sua consideração, até a década de 1960, como “vazio demográfico”, e de “baixo” desenvolvimento econômico. Essas e outras argumentações foram utilizadas para a implantação de projetos considerados “de desenvolvimento”, mas reconhecidos pelo Estado, como consta no Novo Pedagog (2008, p. 19), “com um traço marcadamente excludente”. Porém, as saídas apresentadas por esse e outros documentos oficiais enquanto proposta de “interiorização do desenvolvimento” (NOVO PEDEAG, 2008, p. 23) ou descentralização econômica, propõem uma especialização econômica, em que, entre outras ações, constam imensos monocultivos de eucalipto para atingir a demanda de matéria-prima para a indústria de papel e celulose, mantendo o Espírito Santo como exportador de produtos primários.

Entre as principais estratégias para os próximos anos, que constam no Novo Pedagog (2008) e têm relação com a expansão da monocultura de eucalipto, encontra-se um dos seus objetivos: “induzir, estimular e apoiar a indústria de processamento de madeira e a indústria moveleira para adesão ao Programa Integrado Floresta-Indústria (Pifi) e a viabilização da planta de MDF no Estado” (p. 48). Já se encontram em processo avançado os procedimentos para a indústria de MDF, a ser instalada no município de Pinheiros, Norte do estado. Conforme relata o prefeito de Pinheiros, a partir de entrevista concedida no trabalho de campo:

[...] tinha uma fábrica em Aracruz que atendia o estado inteiro, agora tem uma de MDF que será instalada dentro do município de Pinheiros que até que se prove o contrário, para o município, por causa da receita do ICMS, isso é ótimo, que a fábrica venha e que se instale aqui. Mas aí, mais uma vez, há uma tendência dos produtores que estão nessa região, de querer produzir até por garantia de venda para essa fábrica; se não tomar cuidado, isso viraria eucalipto puro (entrevista realizada pelo autor, em 15/10/2015).

Apesar das preocupações do prefeito, ele enxerga na indústria de MDF uma possível entrada de ICMS nos cofres públicos. Corroborando no entendimento das especificidades do Norte do estado e as mudanças que têm ocorrido nas últimas décadas, diz o prefeito do município de Pinheiros:

[...] a realidade aqui no Norte é bastante diferente do Sul do estado e da parte da região Serrana. Aqui, na verdade, nós temos grandes projetos de pecuária de corte que até pouco tempo era essa, que predominava na região. E hoje cana-de-açúcar e eucalipto (entrevista realizada pelo autor, em 15/10/2015).

Acrescenta ainda o mesmo entrevistado, ao abordar a instalação da fábrica de MDF no município de Pinheiros: “ninguém está instalando uma fábrica aqui pensando em gerar emprego, resolver o problema social. O cara tá visando é retorno econômico. A mão de obra

aqui é muito mais barata no extremo norte, a topografia oferece, é mais mecanizável”. O capital busca, através da exploração do trabalho e dos bens da natureza, gerar a acumulação de riqueza através da produção de mercadorias. Essa afirmação vem corroborar com Carcanholo (2011, p. 76), quando diz que “a riqueza econômica é a própria natureza transformada, adaptada às necessidades humanas. [...] a riqueza material tem como pai o trabalho e como mãe a terra”, os quais são simultaneamente explorados pelo capital. O que está em jogo não é a produção daquilo que a sociedade necessita, mas a produção de uma mercadoria a ser posta no mercado, que ao ser aceita, vendida e consumida, transforma a forma mercadoria em dinheiro, porém, de forma ampliada.

Na produção capitalista, o movimento de circulação do capital transforma Dinheiro em Mercadoria, para ser novamente transformado em Dinheiro (D-M-D), em sua versão simples. Mas na relação capitalista de produção não basta esta troca em sua versão simples. É necessário que a partir dessa troca, o dinheiro seja ampliado nesse processo ou D-M-D'. E esse dinheiro a mais (D') é entesourado pelos detentores dos meios de produção através da exploração da terra e dos trabalhadores. Esse, sim, é o sentido da produção capitalista hegemônica na atualidade.

As duas citações que seguem, resultado do trabalho de campo, evidenciam essa constatação. Para uma liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), abordando a monocultura de eucalipto e o comércio de celulose:

A celulose serve apenas para fazer lenços finos para abastecer os países centrais de primeiro mundo, enquanto nós ficamos com nosso território ocupado por um produto que não traz resultado nenhum para a nação (entrevista realizada pelo autor, em 13/10/2015).

Outra liderança do Movimento Nacional dos Pescadores, ao relacionar a monocultura de eucalipto e a questão econômica, diz que,

[...] quando estamos falando em monocultura, o lucro é para poucos. A gente vê que o lucro é concentrado em uma minoria enquanto fica uma população sacrificada para poucos viver. Podemos dizer que estamos em um município rico e uma população miserável (entrevista realizada pelo autor, em 14/10/2015).

A especialização produtiva, a partir da concentração da terra e da produção, é um dos impactos da monocultura de eucalipto que afeta o Espírito Santo, com mais intensidade no Norte do estado. A territorialização da monocultura de eucalipto formando desertos verdes implica, também, em empecilho na (não) realização da reforma agrária, assim como na questão ambiental e hídrica, e na concentração urbana, com os impactos gerados por esse processo, os quais abordaremos a seguir.

### 5.3.1 A concentração da terra e da produção

Vivemos em um período de hegemonia do agronegócio, que busca construir uma agricultura sem agricultores. Conforme abordado anteriormente, o desenvolvimento capitalista esteve alicerçado na ampliação da produtividade (da terra e do trabalho), o que permitiu liberar força de trabalho na produção agropecuária. Dados do IBGE revelam que no Brasil, no período de 1970-2006, houve uma redução do número de trabalhadores envolvidos nos estabelecimentos agropecuários na ordem de 17,58 milhões para 16,56 milhões. Nesse período (1970-2010), a população total brasileira ampliou de 94,5 milhões para 190,7 milhões de habitantes.

O termo agronegócio é novo no vocabulário brasileiro, mas hegemônico nas políticas governamentais para o campo, assim como nos meios de comunicação de massa e no governo, através de financiamento de campanhas, no congresso, parlamento e ministérios. A partir do ano de 1993, o agronegócio foi organizado através da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). Essa associação envolve empresas, cooperativas e associações, sindicatos de diversos segmentos, como da comunicação de massa (como o grupo Globo), bancos (públicos e privados), produção de sementes, grãos, fertilizantes, agrotóxicos, papel e celulose, máquinas e implementos agrícolas, consultorias, órgãos de pesquisa, criações, indústrias, entre outros. A influência da Abag na economia, na política, na pesquisa, na educação, no judiciário, coloca no imaginário da população, que o agronegócio é uma necessidade de todos brasileiros. O território imaterial do agronegócio avança, assim, como o território material dos monocultivos de árvores.

Para o agronegócio, toda a produção (a cadeia produtiva – anterior e posterior) deve atender à demanda do mercado mundial (exportação), com tendência à concentração em grandes unidades de produção, a partir da exploração dos trabalhadores e do ambiente. Para o agronegócio, não existem alimentos, e sim, produtos, matéria-prima. Não existem pessoas, mas consumidores e vendedores de força de trabalho. Nesse sentido, não importa se o produto (alimento) está envenenado. O mais importante é a redução dos custos e a ampliação dos lucros. Para o agronegócio, o campo é lugar de produzir e gerar lucro. Aqueles que não se adequarem a esse modelo, serão excluídos. Nesse caso, o problema apresenta-se como se fosse de cada pessoa, e não do modelo que expropria e exclui.

É essa a lógica do agronegócio, que concentra a terra e expulsa o camponês, para dar lugar à máquina (mecanização agrícola)<sup>36</sup>, e à produção de *commodities*, na base dos monocultivos, do uso de agrotóxico, da transgenia (organismos geneticamente modificados – OGM) tendo o mercado externo como destino principal da produção.

Para esse modelo, não existe latifúndio, mas terra para a expansão do agronegócio. E a reforma agrária não é mais necessária. E esse pensamento, assim como as ações do agronegócio, é hegemônico na sociedade e no governo (FERNANDES, 2014; STEDILE, 2012). Faz com que toda a produção agropecuária brasileira (incluindo a do campesinato) apareça como resultado do agronegócio, justificando a captação da maioria do crédito disponibilizado a cada ano safra. Apesar disso, essas ações não conseguem esconder os malefícios por elas gerados, como é o caso da depredação ambiental e seus efeitos; a intoxicação (dos alimentos, das pessoas e do ambiente); da concentração urbana; da renda; da riqueza e seus efeitos; assim como das crises ambientais, políticas e econômicas, enquanto parte do modelo de desenvolvimento capitalista.

O campesinato e o agronegócio divergem na concepção do campo e da utilização da terra. Para o campesinato, a terra cumpre outras funções. Aquilo que é uma solução para o agronegócio (concentração da terra, da renda, esvaziamento do campo, exportação de *commodities*, uso exacerbado de agrotóxico), para o campesinato é um problema, pois é um modelo excludente e depredador.

Enquanto para o agronegócio o campo é lugar de produção de mercadoria e lucro, para os camponeses, o campo é lugar da produção objetiva e subjetiva da vida dos seres humanos e demais seres (animados e inanimados), e da reprodução social. A terra é patrimônio dos vivos, dos mortos e dos que estão para nascer. Para estes, o trabalho e a produção devem estar relacionados ao atendimento prioritário das necessidades da família, da população, e não do mercado. A agricultura camponesa interage com o mercado com prioridade nos circuitos curtos e não prioriza o circuito longo, como o agronegócio (STEDILE, 2012). Envenenar, depredar e destruir o campo é destruir a vida dos camponeses.

Pelo grau de importância da estrutura fundiária para a questão agrária e da forma como a terra é distribuída e apropriada, analisaremos a concentração da terra e da produção, evidenciando como ocorre esse processo no Espírito Santo e no Norte do estado, em específico.

Ao fazer uma caracterização agrária do Espírito Santo (capítulo 2), trabalhamos sobre a estrutura fundiária capixaba e o Norte do estado a partir dos estabelecimentos agropecuários,

---

<sup>36</sup> Segundo Porto-Gonçalves (2015, p. 54) máquina em inglês estadunidense do século passado significa *saving labor*, aquilo que poupa trabalho.

com dados disponibilizados pelo IBGE, no Censo Agropecuário. Aqui, a abordagem será a partir dos imóveis rurais, dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para essa análise.

Os dados sobre imóveis rurais foram obtidos na declaração dos proprietários ou posseiros, prestada ao Incra. Estes possuem caráter jurídico da estrutura fundiária, podendo um imóvel ser uma propriedade ou uma posse. Apesar da fragilidade desses dados, em função de serem obtidos em declaração e não podendo ser conferidos nos registros de cartórios de imóveis, podendo a área real ser maior ou menor que a informada, isso não inviabiliza a análise dos dados, pois estes desvios não se relacionam à maioria dos proprietários (GIRARDI, 2008).

**Quadro 21** – ES: Estrutura fundiária do Espírito Santo, a partir dos imóveis rurais 1992 e 2013

ES - ESTRUTURA FUNDIÁRIA (Imóveis 1992 e 2013)								
Grupo de área	IMÓVEIS 1992	%	ÁREA 1992	%	IMÓVEIS 2013	%	ÁREA 2013	%
0,1 a menos de 10 ha	12.103	20,6	70.270	2,3	54.723	39,3	313.177	6,8
10 a menos de 100 ha	41.126	69,8	1.385.411	45,8	77.249	55,4	2.360.156	51,0
100 a menos de 1000 ha	5.506	9,3	1.249.875	41,4	7.190	5,2	1.596.287	34,5
1.000 ha e mais	159	0,3	316.430	10,5	198	0,1	355.403	7,7
<b>TOTAL</b>	<b>58.894</b>	<b>100,0</b>	<b>3.021.986</b>	<b>100,0</b>	<b>139.360</b>	<b>100,0</b>	<b>4.625.023</b>	<b>100,0</b>

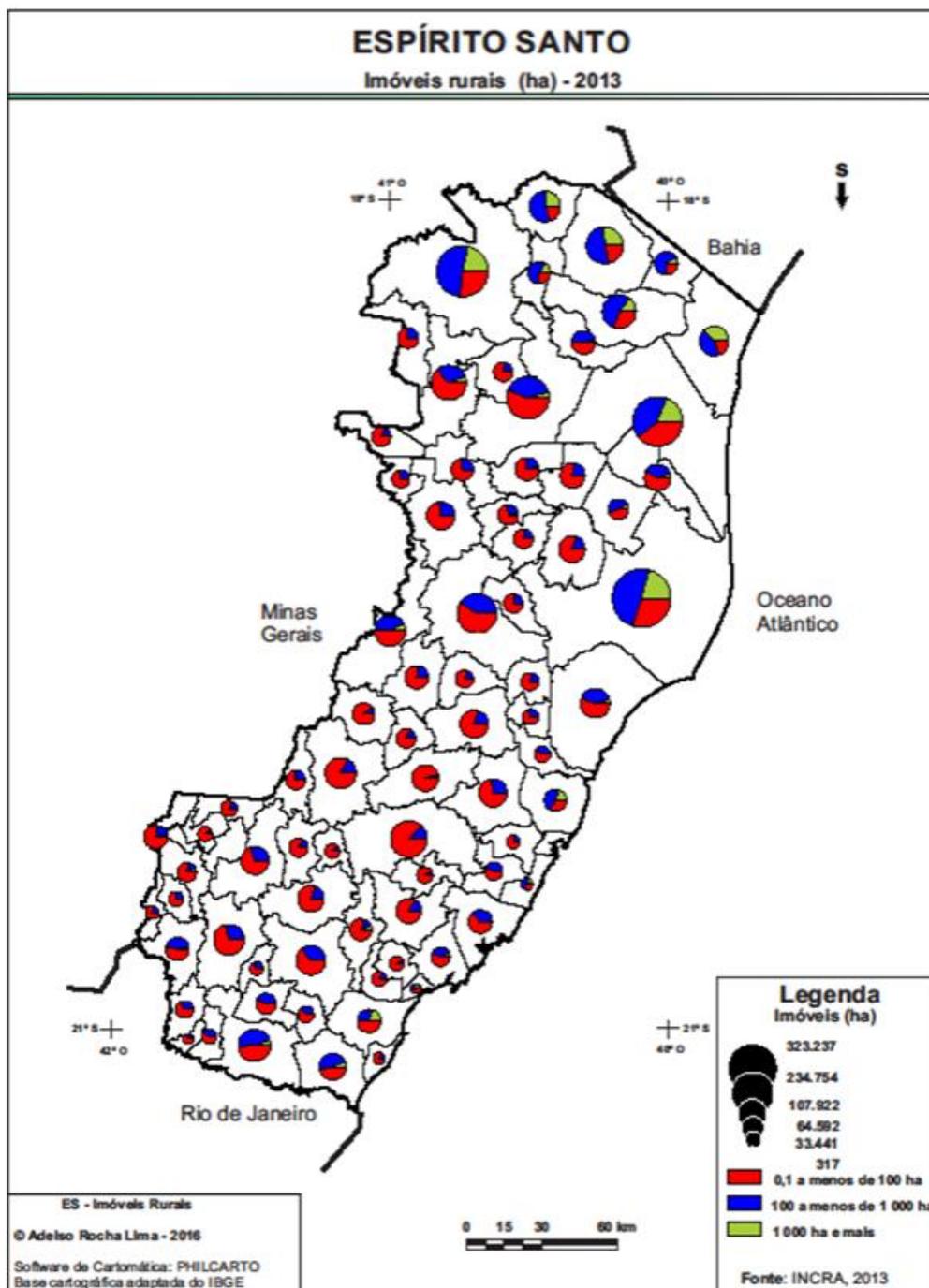
**Fonte:** Criação nossa, com base em Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (1992; 2013).

Constatamos, com base na tabela, que houve uma elevação do número e área dos imóveis no período considerado (1992-2013). Os microimóveis (0,1 a menos de 10 ha) elevaram de 20,6% para 39,3% no número, e em relação à área total, elevaram de 2,3% para 6,8%, no período; enquanto os pequenos imóveis (10 a menos de 100 ha), reduziram sua participação de 69,8% para 55,4% no número, e em relação à área total, elevaram de 45,8% para 51,0% no período. Os médios (100 a menos de 1.000 ha) e os grandes (1.000 ha a mais) reduziram em número e área total no intervalo de 11 anos. Enquanto os 94,7% dos imóveis (até menos de 100 ha) ocupam 57,8% da área, os imóveis acima de 100 ha, com apenas 5,3% do total, ocupam 42,2% da área.

Mas a redução relativa da área dos grandes imóveis não coloca o estado na condição de inexistência de grandes latifúndios, pois houve uma ampliação da área total destes de 316,4 mil ha para 355,4 mil ha no período. Além disso, no ano de 2013, os 198 imóveis com área acima de 1.000 ha (335,4 mil ha ao todo) possuíam mais área que os 54.723 imóveis com menos de 10 ha (313,1 mil ha ao todo).

Ao analisar como ocorre essa distribuição por município dos imóveis rurais por grupo de área no Espírito Santo, constatamos que é no Norte do estado onde ocorre a maior concentração fundiária capixaba.

**Mapa 4** – ES: Imóveis rurais por grupo de área (2013)



Dos 5 municípios que possuem mais de 20% de sua área com imóveis acima de 1.000 ha, todos estão no Norte do estado, como é o caso de Linhares, Ecoporanga, São Mateus, Montanha e Conceição da Barra, correspondendo a 64,0% do total da área desse grupo de

imóveis. Os médios estabelecimentos têm no Norte do estado a sua maior área, tanto em números absolutos como relativos, com destaque para Linhares, Ecoporanga, São Mateus, Nova Venécia, Montanha, Pedro Canário, Ponto Belo, Pinheiros, Mucurici e Montanha.

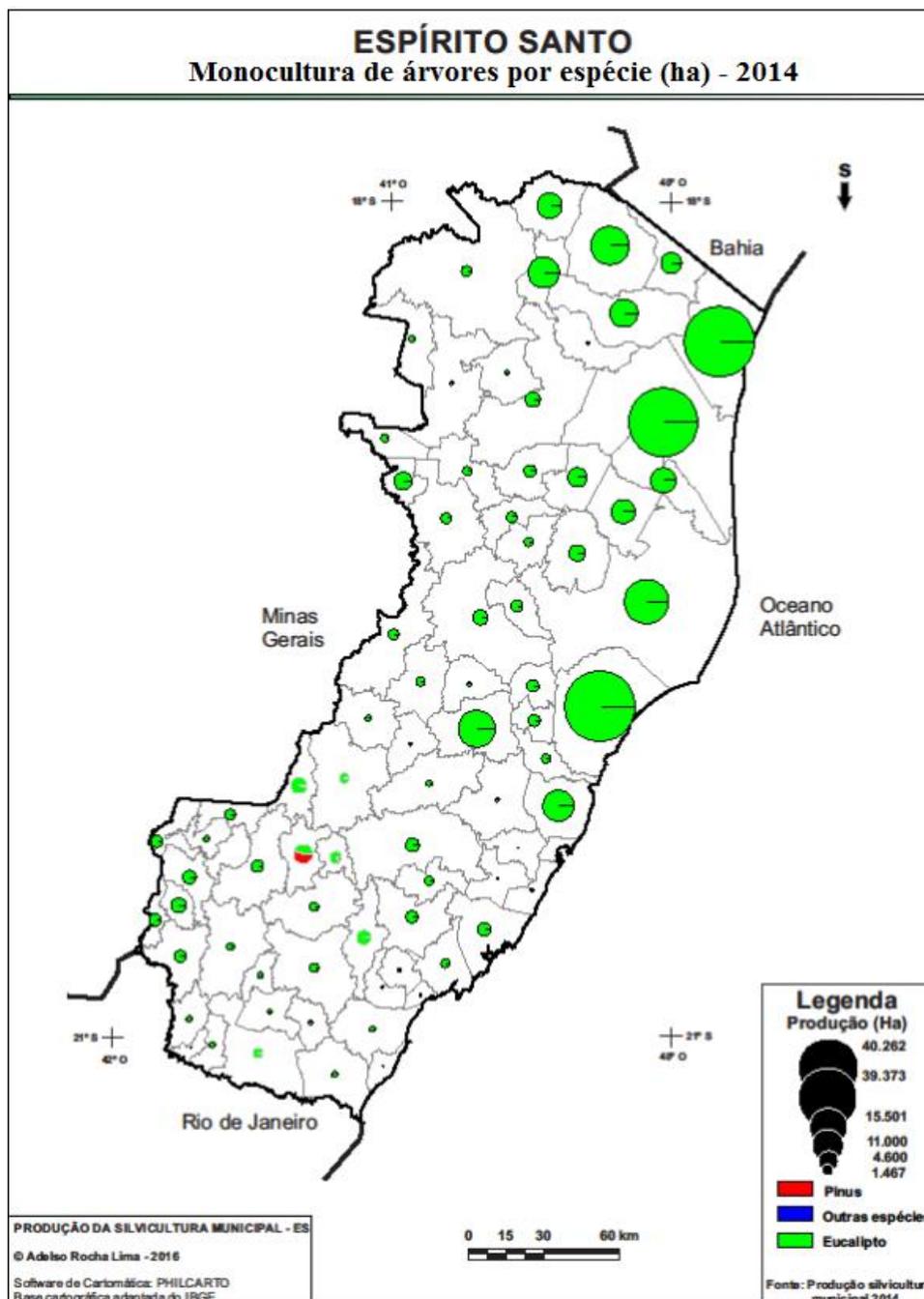
Para uma liderança do MPA, a estrutura fundiária está mais concentrada que em períodos anteriores. Ele toma como referência o município de São Mateus, no Norte do estado e, aponta o monocultivo de eucalipto como uma das causas.

É incrível dizer que hoje temos uma estrutura fundiária mais concentrada que tínhamos talvez na década de 1960, em virtude justamente dessa realidade, que foi a chegada das empresas que cultivam eucalipto aqui na região. Por que isso? Só no município de São Mateus, de meado de 1970 até 1980, segundo dados das comunidades quilombolas e das entidades que fizeram pesquisa, levantamento sobre isso, nós tínhamos aqui 13 mil famílias de moradores. Hoje, segundo dados da Fase, de 2010, não passa de 1.310 famílias. Ou seja, nós tivemos uma redução de praticamente 12 mil famílias dentro de 40 anos. Então, é óbvio que houve uma concentração da terra. Por mais que houve um esforço dos movimentos, no sentido de adquirir a terra, de ocupar a terra para desapropriação das propriedades existentes aqui, tivemos um avanço enorme da concentração fundiária, não só com eucalipto, mas com a cana-de-açúcar. Mas o eucalipto tem uma presença muito mais forte. E, diga-se de passagem, as melhores terras estão nas mãos das empresas. As terras mais planas, as terras que tem mais fartura de água, as terras que tem mais acesso à rodovia (entrevista realizada pelo autor, em 05/01/2016).

A concentração da terra não é algo isolado, mas está relacionada, dentre outros fatores, à concentração da produção, como destaca a liderança do MPA. Este é outro elemento que buscamos destacar como problema que tem relação com os impactos da monocultura do eucalipto no Norte do Espírito Santo. Já vimos anteriormente, ao analisar a expansão da monocultura de eucalipto no estado, que foi crescente a produção de madeira em tora para papel e celulose enquanto ocorreu a redução da área com culturas alimentícias no estado, como foi o caso da cultura de mandioca, milho, arroz e feijão.

O monocultivo de eucalipto para a produção de papel e celulose está presente na maioria dos municípios capixabas, mas é no Norte do estado que se concentram os maiores plantios e a produção de madeira em tora. O mapa que segue evidencia essa produção.

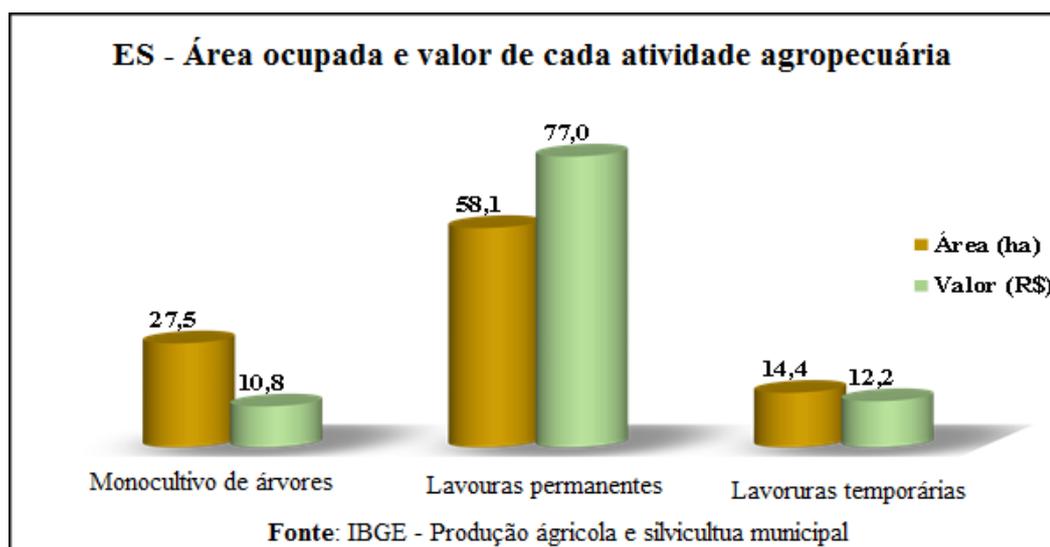
Mapa 5 – ES: Monocultura de árvores (ha) – 2014



O eucalipto é a espécie majoritária na silvicultura no Espírito Santo no que se refere à área (99,3%) e está presente em todos os 78 municípios capixabas. O pinus (0,68% da área) está presente em apenas 3 municípios. As demais espécies representam apenas 0,02% da área e está presente também em 3 municípios capixabas, todos no Sul do estado. Confirma-se que o que o IBGE considera como silvicultura, no Espírito Santo é, majoritariamente, em área e valor da produção, monocultura de eucalipto.

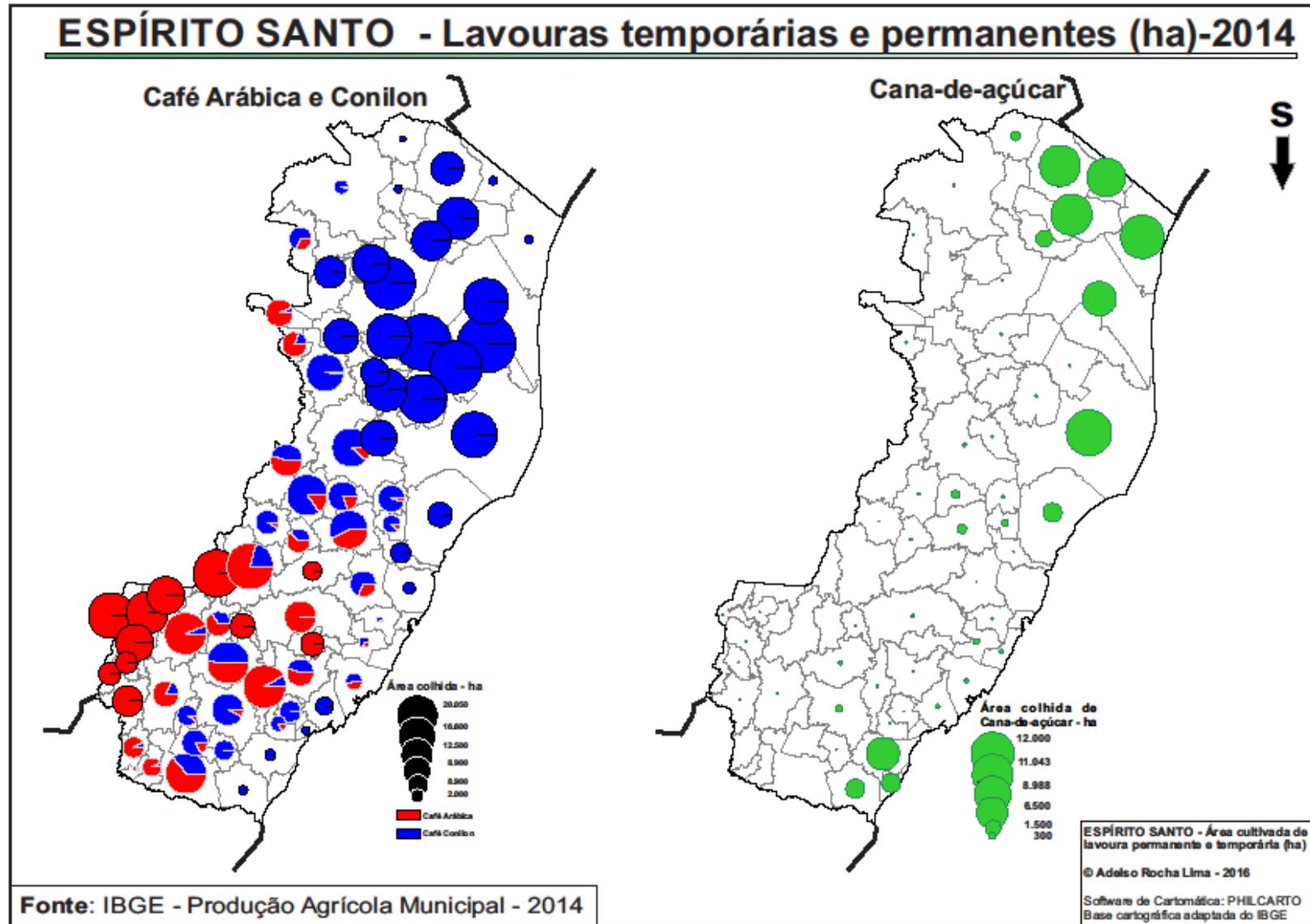
Em relação ao valor da produção dos monocultivos de árvores no Espírito Santo no ano de 2014, conforme o IBGE, 71,5% está relacionado à produção de papel e celulose. Mesmo estando presente em todos os municípios capixabas, o município de Aracruz (onde se encontra a indústria de papel e celulose) detém 24,0% do valor da produção dos monocultivos de árvores, seguido de Conceição da Barra, com 15,7%. Dos 574,5 milhões de reais oriundos da monocultura de árvores no Espírito Santo, 10 municípios detêm 76,6% do total, sendo que 8 desses municípios estão no Norte do estado. Porém, dos 907,2 mil hectares ocupados com monocultivos de árvores, lavoura permanente e temporária, eucalipto e pinus representam 27,5% da área e apenas 10,8% do valor. Lavouras permanentes, com 58,1% da área, são responsáveis por 77,0% do valor e as lavouras temporárias respondem por 14,4% da área e 12,2% do valor.

**Gráfico 13** – ES: Participação dos monocultivos de árvores, lavoura permanente e temporária no ano de 2014

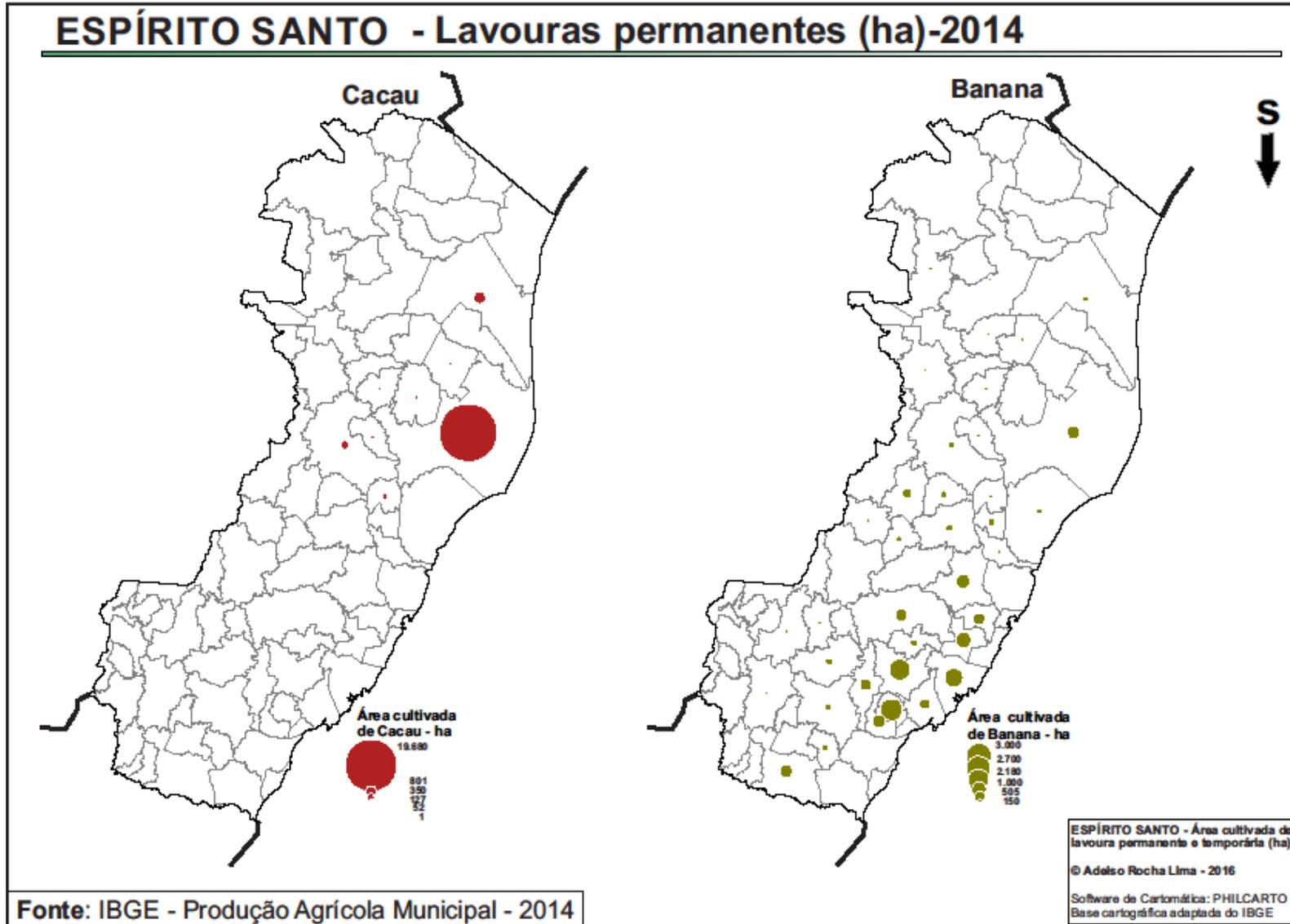


Dos 4,1 bilhões de reais da lavoura permanente no Espírito Santo no ano de 2014, a lavoura de café foi responsável por 75,4% do valor (54,9% de conilon e 20,4% de arábica) e 84,6% da área do total de 527,0 mil hectares (55,0% de conilon e 29,7% de arábica), seguida da banana e do cacau, com 4,2% da área, cada e 6,1% e 0,6% do valor total da produção, respectivamente. Dos 131,0 mil hectares e 648,6,0 milhões de reais produzidos pelas lavouras temporárias, a cana-de-açúcar é responsável por 58,2% da área e 27,8% do valor, seguida do milho (16,6% da área e 5,5% do valor) e do feijão (12,4% da área e 5,5% do valor). Café e cana-de-açúcar são responsáveis juntos, respectivamente, por 6,5% e 37,9% da área e 4,3% e 73,0% do valor da produção das lavouras (permanentes e temporárias).

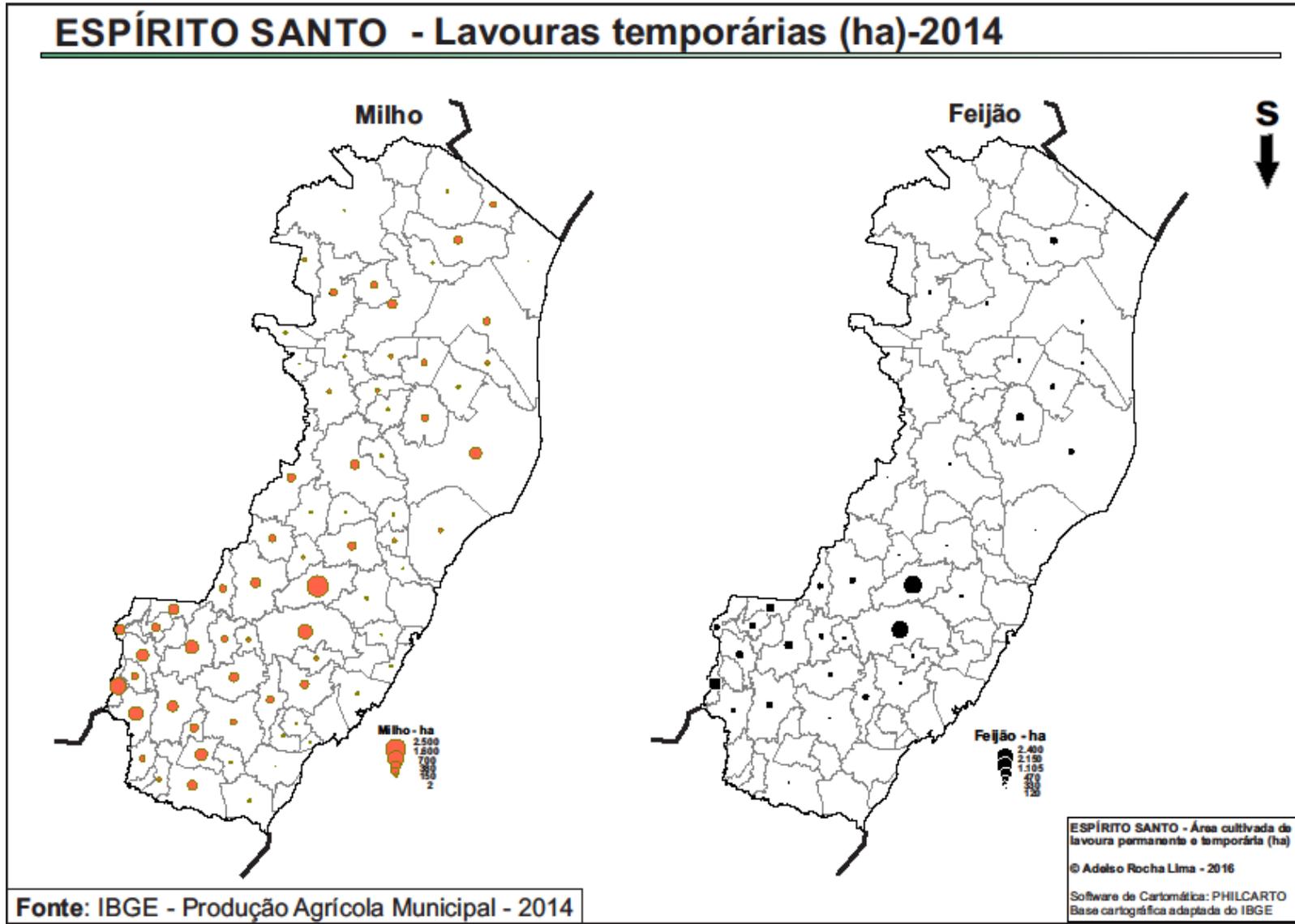
Prancha 5 – ES: Área colhida de lavouras temporária e permanente por município em 2014 (ha)



Prancha 6 – ES: Área colhida de lavouras permanentes por município em 2014 (ha)



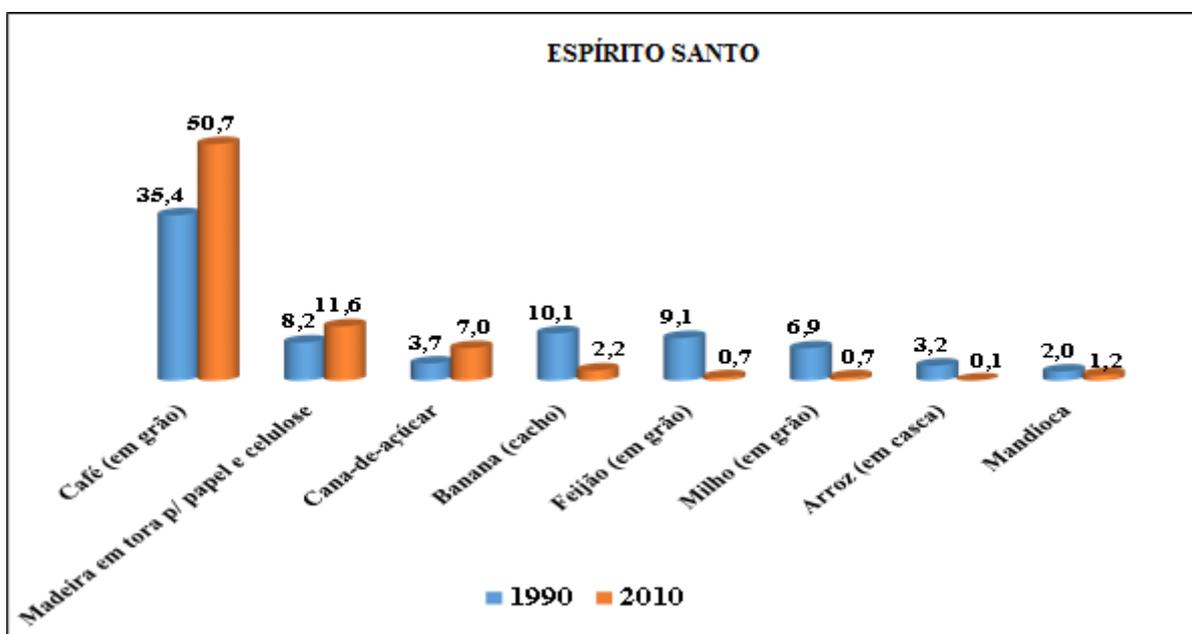
Prancha 7 – ES: Área colhida de lavouras temporárias por município em 2014 (ha)



A lavoura de café conilon é cultivada até o limite ideal de 800 metros de altitude, e o arábica, acima de 800 metros de altitude. No Espírito Santo, conforme consta na prancha, o café conilon está principalmente ao Norte de estado, enquanto o arábica está mais ao Sul, principalmente nos municípios limítrofes com Minas Gerais. A cana-de-açúcar está distribuída no Norte, onde se encontra a maioria das usinas de açúcar e álcool, e no litoral Sul do Estado, onde há uma usina de álcool e açúcar, no município de Itapemirim. A cultura de banana está principalmente no litoral Sul do estado. O cultivo do cacau concentra-se no município de Linhares, onde está 89,3% do cultivo capixaba. O milho e o feijão, que sofreram drástica redução de área nas últimas décadas, estão sendo cultivados na maioria dos municípios, mas com maior área nos municípios do Sul do estado.

No período de duas décadas (1990-2010), enquanto evoluiu a participação do café, madeira em tora para papel e celulose e da cana-de-açúcar no valor da produção da lavoura e silvicultura, a participação das culturas alimentícias no valor da produção, que já era baixa no período, reduziu ainda mais, como foi o caso da banana, feijão, milho, arroz e mandioca.

**Gráfico 14** – ES: Evolução do valor (%) dos produtos selecionados da lavoura e monocultivo de árvores (1990-2014)



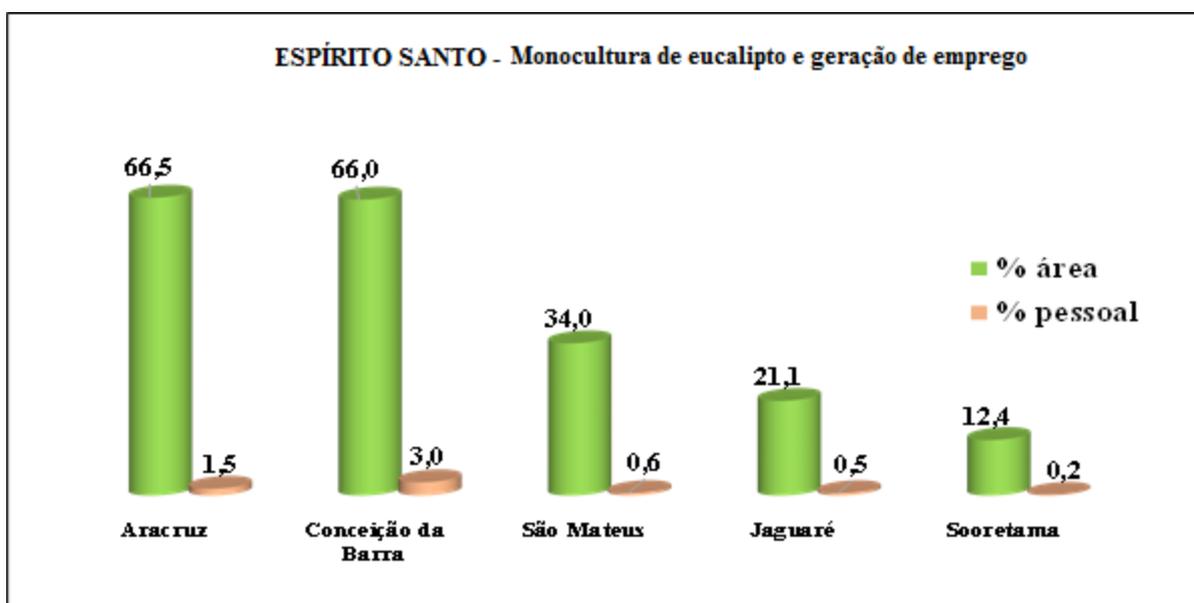
**Fonte:** Criação nossa, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Produção Agrícola e da Silvicultura Municipal.

No período de 1990-2010 o café, que já possuiu maior percentual no valor da produção, evoluiu de 35,4% para 50,7%. Madeira em tora para papel e celulose e cana-de-açúcar também cresceram sua participação no período, de 8,2% para 11,6%, e de 3,7% para

7,0%, respectivamente. No sentido contrário, a produção alimentícia, que já possuía baixa participação relativa, sofreu redução.

Para analisar a geração de postos de trabalho na monocultura de eucalipto, tomamos como referência cinco municípios que possuem a maior participação relativa da área dos estabelecimentos agropecuários com monocultivos de árvores e o número de pessoas ocupadas com essas atividades por município.

**Gráfico 15** – ES: Relação dos municípios com maior % de área dos estabelecimentos agropecuários com monocultura de eucalipto e % de postos de trabalho nessa atividade em relação ao total no campo – 2006



Fonte: Criação nossa, com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo agropecuário (2006).

A área ocupada com monocultura de eucalipto por município no Espírito Santo é desproporcional em relação ao número de postos de trabalho nessa atividade. Dos cinco municípios com maior percentual de área de florestas plantadas, conforme o Censo Agropecuário de 2006, quatro estão no Norte do estado e um (município de Aracruz) é onde se encontra a indústria da Fíbria. No município de Aracruz, a monocultura de eucalipto ocupa 66,5% da área dos estabelecimentos agropecuários e os postos de trabalho nessa atividade representam apenas 1,5% do total dos postos de trabalho no campo. Em Conceição da Barra, a monocultura de eucalipto ocupa 66,0% da área e representa apenas 3,0% dos postos de trabalho. Em São Mateus, essa atividade ocupa 34,0% da área e representa apenas 0,6% dos postos de trabalho. Em Jaguaré e Sooretama, essa atividade ocupa, respectivamente, 21,1% e 12,4% da área dos estabelecimentos agropecuários, e representa 0,5% e 0,2% dos postos de trabalho, respectivamente, confirmando que estes, na monocultura de eucalipto, são insignificantes em relação à área ocupada com essa atividade.

O Norte do estado sofreu os maiores impactos, pois é onde se encontra a maior concentração fundiária e as maiores áreas com a monocultura de eucalipto.

Os camponeses subordinados a essa ofensiva concentradora enfrentam cotidianamente seus impactos. Em função de ocupar imensas áreas e não gerar emprego, a monocultura de eucalipto desterritorializa os camponeses, expulsando-os do campo. A formação desses desertos verdes de eucalipto tem impactado a sociedade de modo geral (com o esvaziamento do campo, o inchaço urbano, poluição ambiental, entre outros) e os camponeses, em específico, nos mais diferentes sentidos, como é o caso da não realização da reforma agrária, tema que abordaremos a seguir.

### 5.3.2 O deserto verde e a reforma agrária bloqueada

O Norte do Espírito Santo, até o início do século XX era, em grande parte, uma densa e exuberante floresta de Mata Atlântica, que

[...] começou a ser liquidada de vez, a golpes de machados e serras, no início do século XX. Dos anos 20 em diante, um destemido grupo de madeireiros [...] abriu a trilha da devastação, que seria percorrida por outros desbravadores em busca da riqueza com o comércio de madeira [...]. Eles derrubaram árvores em extensas matas ao longo das regiões de São Mateus e Conceição da Barra [...], praticamente 70% de toda a região norte do Estado (MEDEIROS, 1999, apud FERREIRA, 2002, p. 72).

As políticas que antecederam esse período contribuíram para que a Mata Atlântica ao Norte do Rio Doce funcionasse como barreira, impedindo a entrada de “invasores estrangeiros” para o interior de Minas Gerais. As comunidades que margeavam o litoral de São Mateus e Conceição da Barra, não adentrando para o interior até esse período, e os índios Botocudo que povoavam um grande território ao Norte, garantiram a permanência quase intacta da floresta existente.

A demanda de madeira para a construção civil, em função do processo de urbanização que vivia o Brasil na primeira metade do século XX, fez com que a floresta ao Norte do Espírito Santo se tornasse fonte dessa matéria-prima. As serrarias do Rio de Janeiro enxergaram nas madeiras nobres ali existentes uma fonte de suprimento da demanda por madeira, que se somavam às “preocupações” do governo do Espírito Santo em “povoar” o Norte do estado, fazendo com que o processo de extração de madeira e a devastação da floresta fossem ações “necessárias”, modificando abruptamente toda a região e impactando-a profundamente.

Os irmãos Donato, por exemplo, donos de uma das maiores serrarias do Rio, deram com os costados no Espírito Santo à procura de áreas de floresta para garantir o suprimento de sua indústria. [...] Iniciaram a atividade por volta de 1923, para expandi-la dois anos depois, com a criação, na Barra de São Mateus, atual município

de Conceição da Barra, da Companhia Industrial de Madeiras da Barra de São Mateus (MEDEIROS, 1999, apud FERREIRA, 2002, p.72-73).

Nessa região, conforme constata Ferreira (2002)

O governo do Estado ofereceu aos Donato a concessão de 10 mil hectares para a exploração por 30 anos, em troca de um plano de ocupação da região. A penetração na floresta deu-se através da abertura de uma estrada, passando pela atual cidade de Pedro Canário-ES e chegando à atual Nanuque-MG (p. 73).

Essa política do Estado para explorar a floresta ao Norte do Espírito Santo, conforme constata Casali e Pizetta (2005) buscou “beneficiar os grandes projetos voltados para a exploração de madeira, como foi o caso das famílias: Bastos, Farias, Neves, Castro, Donato, Cobraice, Barbados, Cimbarra (Pai João), dentre outras” (p. 39).

Nesse período, pequenos produtores e latifúndios ampliaram a densidade demográfica no Norte do estado. Enquanto algumas famílias penetraram nessa região em busca de terra, tornando-se pequenos produtores, com produção de base familiar,

[...] latifundiários ambiciosos e donos de serrarias, garantidos pela lei e acompanhados por capangas e pistoleiros, também vão entrando na região. Rapidamente foram instaladas mais de duzentas serrarias em todo o norte. Só Linhares contava com mais de oitenta. Com o prazo de 30 anos todo o norte foi desmatado. (CASALI; PIZETTA, 2005, p. 41).

Onde havia a floresta, comunidades de camponeses e quilombolas o processo de modernização conservadora “contemplou” o Espírito Santo com os Grandes Projetos Industriais, que foi preenchido com pastagem, monocultura de cana-de-açúcar e de eucalipto. Com a ideologia de “levar” ou “trazer” o desenvolvimento, que segundo Montenegro Gómez (2002, p. 7), “se trata de uma proposta que visa manter a relação capital x trabalho nos tradicionais termos de exploração do primeiro sobre o segundo”, esses projetos avançaram sobre o Norte do estado, transformando essa região em imenso deserto verde de eucalipto.

A floresta com diversificação da fauna e flora – como é o caso do jacarandá, peroba, vinhático, louro, cedro, jequitibá, sucupira, jibatão, imburana, madeiras de ampla cobiça dos madeireiros, como constata Casali e Pizetta, (2005) – foi sendo substituída por aquilo que empresas e órgãos governamentais consideram “florestas”, mas com apenas um só tipo de árvore exótica – o eucalipto.

Conforme documento do Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais (2011), a FAO faz uma abordagem sobre definição de floresta:

[...] no seu novo documento estratégico florestal para os próximos anos, a FAO não poupa boas intenções, chegando a afirmar que “Silvicultura trata-se de gente” (*Forestry is about people*). Mas infelizmente, por enquanto só é possível concluir que, para a FAO, ‘Silvicultura trata-se de empresas privadas’. Isso não mudará se apenas o setor corporativo de papel e outros produtos de madeira mantiverem parcerias com

a FAO, enquanto no seu processo decisório não exista uma participação efetiva dos povos da floresta e outros que dependem das florestas. (MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS, 2011, p. 7, grifo do autor).

Monocultura de eucalipto e floresta, apesar de algumas semelhanças, são diferentes, tanto em sua constituição como função

As plantações, assim como as florestas, compõem-se de árvores, mas ambas são radicalmente diferentes. Uma floresta é um sistema complexo, que se autoregenera e que possui solo, água, microclima, energia e ainda, ampla variedade de plantas e animais em mútua relação. Uma plantação comercial, ao contrário, é uma área cultivada, cujas espécies e estrutura foram dramaticamente simplificadas para produzir somente alguns produtos, ou seja, madeira, lenha, resina, óleo ou frutas. Diferente do que ocorre nas florestas, em uma plantação as árvores tendem a pertencer a uma reduzida variedade de espécies e idades e requerem uma constante e ampla intervenção humana (MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS, 1999, p. 3).

O que a FAO e IBGE, entre outros órgãos de governo e empresas, consideram como “florestas” de um só tipo de árvore, comunidades e movimentos impactados por esse projeto devastador consideram como deserto verde. Mas vale ressaltar que o problema não está nas características botânicas e ecológicas de certo tipo de planta, como é o caso do eucalipto, mas na forma como ocorre sua utilização, em monocultivos, como destaca o Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais (2009).

A expressão deserto verde, segundo Binkowski,

[...] é utilizada para descrever as imensas áreas cobertas por eucalipto no norte do Espírito Santo e sul da Bahia; esta denominação foi incorporada pela Rede Alerta Contra o deserto verde (RADV) e, posteriormente foi incorporada também ao discurso dos movimentos sociais no sul do Brasil. (BINKOWSKI, 2014, p. 133-134, grifo nosso).

Os monocultivos florestais de eucalipto são, na sua essência, contrários à biodiversidade de fauna e flora. Diversos fatores relacionados à monocultura de eucalipto sustentam a expressão “deserto verde”, cujas características podem ser assim resumidas:

**Quadro 22 – Características do deserto verde**

<b>DESERTO VERDE</b>	
Deserto de fauna e flora.	a) São raras as espécies que conseguem sobreviver nas entrelinhas dos monocultivos de eucalipto e nem mesmo nos caminhos utilizados para o manejo e ações de anti-incêndios pois as mesmas são eliminadas com certa periodicidade, evitando que sejam objeto de início e proliferação de incêndios.
	b) Incêndios que iniciam nas plantações espalham facilmente para seus arredores, em função de subirem pelos galhos e cascas secas das árvores e, levadas pelos ventos, alcançam outras vegetações próximas, como é o caso de matas nativas, prejudicando-as e/ou destruindo-as. Os agrotóxicos utilizados para o controle de plantas e rebrotas indesejáveis, pragas e doenças nas plantações de eucalipto, espalham facilmente através dos ventos e pela água, contaminando outras áreas.
Deserto biológico	c) O manejo intensivo e o corte das árvores ao alcançarem dimensões adequadas, impedem que outras plantas que poderiam instalar no seu interior e arredores não sejam possíveis, pois são eliminadas durante o corte ou mesmo no manejo mecânico e/ou químico.
	d) Ao priorizar uma só espécie, eliminando as demais (fauna e flora), tornando um ambiente de baixa biodiversidade, impedem o desenvolvimento de alimento, refúgio e condições de reprodução de outras espécies. O uso de agrotóxico altera drasticamente a vida e estrutura do solo. Essas características favoráveis às empresas e seus monocultivos são prejudiciais ao ecossistema, destruindo o habitat de diversas espécies animais e plantas, assim como fungos, bactérias e outros, tornando um solo estéril a outras espécies.
Deserto de alimento.	e) Algumas espécies de animais e plantas que conseguem se adaptar no interior dos monocultivos de eucalipto, encontram nessa plantação a única fonte de alimento, como é o caso das formigas cortadeiras, as quais são eliminadas, pois tornam-se pragas e podem destruir amplas áreas. O seu combate com agrotóxico, prejudica e/ou elimina outros seres vivos inofensivos à plantação. Além disso, as folhas de eucalipto são tóxicas para grande parte da fauna e flora do solo, reduzindo sua biodiversidade.
Deserto populacional e de emprego	f) Em função do baixo uso da força de trabalho nos monocultivos do eucalipto e desta ocorrer sazonalmente, dispensa e impede a residência de moradores no seu interior e arredores. Apenas a equipe de segurança faz ronda periódica nessas localidades para impedir danos eventuais, como a retirada de madeira, a criação de animais, como o caso de bovinos que poderiam aproveitar alguma vegetação em certas áreas. Todos/as aqueles/as que trabalham e residem nas áreas a serem transformadas em monocultivo de eucalipto são evacuadas. Diferente de uma floresta, nos monocultivos de eucalipto, toda e qualquer espécie de planta e animais, inclusive o ser humano, é visto como ameaça, sendo indesejáveis às empresas do ramo, que utilizam dos mais variados instrumentos para controlá-los e combatê-los.
	g) As atividades nos monocultivos de árvores são as que menores quantidades de emprego geram, por unidade de área, principalmente em nível local, pois são substituídas pelo uso cada vez mais intenso de máquinas e insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos). Os objetivos das empresas não têm relação com a geração de emprego, mas com a geração de lucros para seus acionistas.
	h) Algumas famílias de pequenos proprietários, posseiros e outros que, por diversas razões, resistem e são "imprensados" no interior dos monocultivos, enfrentam diversas dificuldades, pois isoladamente, não terão ou serão limitados o acesso às políticas públicas em sua proximidade, como é o caso de educação, saúde, lazer, atividades culturais, entre outras que poderiam usufruir, caso convivessem com um maior número de famílias, formando uma comunidade. Isoladamente não terão força para cobrar, exigir e/ou construir essas condições. É comum a saída dos filhos para acessar esses direitos e necessidades que, dificilmente retornam a esses lugares na condição de moradores. Isso enfraquece ainda mais aqueles que ali permanecem, forçando-os a saírem também.

Deserto hídrico e biológico	i) Há uma relação entre a vegetação local e o ciclo hidrológico, pois a morfologia e fisiologia das espécies componentes do ecossistema foram, no decorrer dos tempos, adaptadas para o uso mais eficiente da precipitação disponível. Diferente de uma floresta, um monocultivo de árvores que, pelo formato homogêneo da copa, da falta de vegetação abaixo dessas copas, a cobertura morta do solo, sua estrutura e composição, sua compactação pelo uso de máquinas pesadas, entre outras características, alteram o volume de água que chega ao solo, sendo absorvida ou infiltrada em maior ou menor quantidade e velocidade e, por consequência, altera o ciclo hidrológico.
Deserto Verde	j) Contrárias à opção de áreas subutilizadas e degradadas, como costumam divulgar, as empresas buscam extrair as maiores vantagens comparativas, pois, para garantir o desenvolvimento rápido das plantas, reduzindo o tempo e custo no ciclo entre plantio e colheita, as empresas buscam e se apropriam de áreas e regiões com características favoráveis a esses objetivos, pois o objetivo fim não está relacionado à recuperação do solo e preservação ambiental, mas à redução de custo e geração de lucros às empresas e seus acionistas. Como nos demais itens anteriores, o monocultivo de eucalipto provoca impactos sobre a população, o meio ambiente, provocando externalidade negativa ambiental, social, econômica ...

**Fonte:** Criação nossa, com base em Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (1999) e entrevistas realizadas

Essas e outras características que compõem um monocultivo de eucalipto fazem com que essas áreas se assemelhem menos a uma floresta e se aproximem das condições de um deserto, porém, verde. O Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais (1999, p. 13) corrobora ao afirmar que “está provado que as plantações industriais degradam os solos e que suas funções não podem ser comparadas, nem de longe, com as das florestas nativas”. Ferreira (2009) concorda ao questionar o processo de certificação dos monocultivos florestais para a obtenção do Selo Verde, a partir de parâmetros de peso meramente técnico. Diz a autora que “o monocultivo tecnicamente integrado à floresta, é tido como algo isolado de povoamento humano e valorado enquanto espaço destinado à preservação” (FERREIRA, 2009, p. 421), como é o caso das Unidades de Conservação (UC) ou APP.

Nesse sentido, tanto os monocultivos, quanto as áreas de preservação são desabitadas, pois os seres humanos são tidos como ameaça ao ecossistema, precisando distanciá-lo. Nessas áreas, quando possível, a presença humana ocorre meramente como visita e/ou pesquisa. Para essa lógica preservacionista, a natureza não contempla a população humana. As comunidades tradicionais e os camponeses possuem uma larga experiência e história de convívio entre a flora e a fauna, incluindo o ser humano, sustentada na relação entre biodiversidade e sociodiversidade, como constata Porto Gonçalves (2013). Para esse autor, a visão separatista entre ser humano e natureza tem origem no processo de colonização da América Latina, sendo, portanto, expressão, visão e ação colonizadoras.

A expressão deserto verde para denominar os monocultivos de eucalipto é utilizada por membros de organizações impactadas pela monocultura de eucalipto e um debate

conceitual. Utilizá-la é uma das formas de negar e se contrapor à expressão “florestas plantadas”, utilizada por diversos órgãos e empresas.

Os impactos da monocultura de eucalipto são amplos e abrangem diversos povos, suas organizações e territórios. Em função do antagonismo frente à monocultura de eucalipto e suas empresas, que se tornaram um problema comum a diversos povos e organizações impactadas, fez com que a luta de resistência e enfrentamento fosse também comum. Várias entidades e organizações do Espírito Santo e sul da Bahia se articularam e criaram, no final da década de 1990, a Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Apesar de impreciso, o marco inicial que deu origem a esta Rede foi a mobilização contra o processo de certificação da Aracruz Celulose para obter o selo do “Mercado Verde” de seus produtos, que culminou com um encontro de movimentos e entidades no sul da Bahia, no ano de 1999, É uma referência marcante, pois foi uma das primeiras das muitas ações realizadas por essa articulação em Rede (FERREIRA, 2002; LOMBINO, 2008).

A Rede Alerta Contra o Deserto Verde, como destacam estes autores, foi composta por movimentos sociais e ambientalistas, associações, sindicatos e organizações não governamentais, como o MST, o MPA, o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), o Conselho Indigenista e Missionário (Cimi), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Papel e Celulose (Sinticel), a Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (Fase) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo (Fetaes), dentre outros/as.

Essa Rede tornou-se espaço de socialização e articulação para as mais diferentes ações, assim como espaço de promoção de diversas atividades. Os impactos comuns unificaram as lutas de resistência e enfrentamento ao monocultivo de eucalipto. Assim como os latifúndios e o agronegócio criaram os sem-terra, a partir da concentração da terra e expropriação dos camponeses, os quais foram se articulando e criando diversas organizações, como o MST, os monocultivos de eucalipto, por sua vez, criaram os desertos verdes, mas também a Rede Alerta Contra o Deserto Verde enquanto organização de luta.

Questionando as ações e os impactos da monocultura de eucalipto e a indústria de papel e celulose, a Rede Alerta Contra o Deserto Verde realizou diversas ações, como mobilizações, manifestações, marchas, ocupações, pressões, cartas abertas, encontros, publicações, filmes, audiências públicas e marcou presença em CPIs legislativas, disputas em

torno de licenciamentos, certificação de plantios e créditos de carbono, denúncias em redes e fóruns internacionais, processos e ações civis etc. Estas e outras ações:

Buscavam des-construir a imagem da *sustentabilidade* da empresa Aracruz Celulose – e outras produtoras de monocultivos de árvores para celulose e carvão – confrontando-a aos argumentos oriundos das vivências dos grupos impactados e de outras pesquisas. (FERREIRA, 2009, p. 426, grifo do autor).

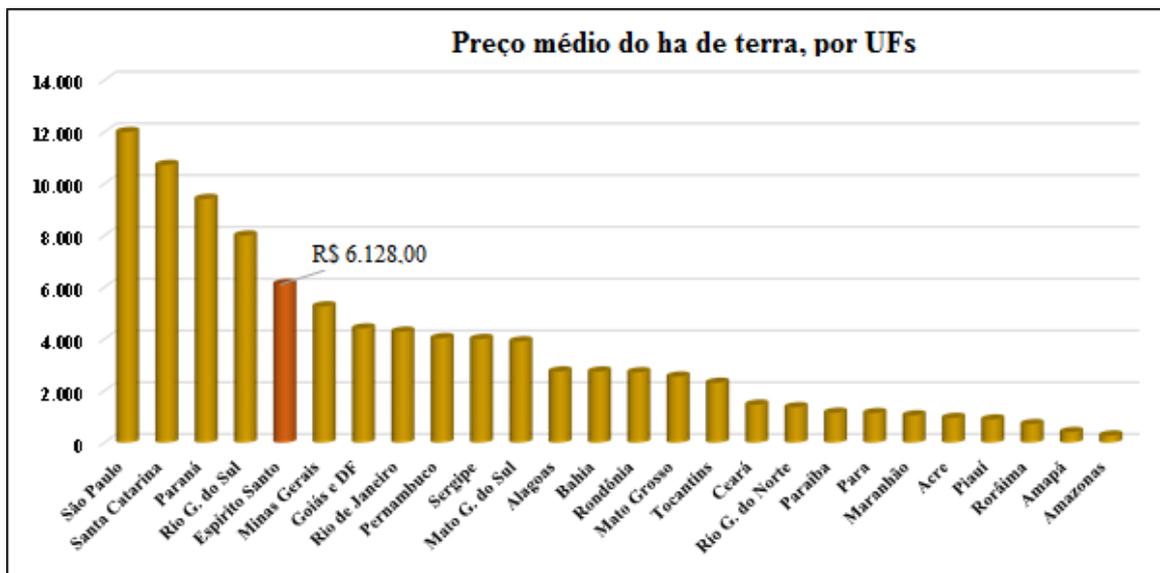
Apesar da diversidade de entidades, organizações e movimentos que compuseram a Rede, a terra foi o elo que mais a unificou. Para Lombino (2008), a terra é o centro das atenções e ações, pois é em torno dela que ocorrem os “discursos, práticas, ações e projetos se encontram” (p. 98). Afirma, ainda, que para os membros da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, a terra

[...] para os sem-terra é reivindicada por meio do projeto de reforma agrária que, no contexto do norte capixaba apontam os monocultivos do eucalipto como latifúndios, questionando o destino destas produções. Como sabemos, a terra é reivindicada como meio de produção e reprodução social, impedida pela ocupação territorial estabelecida pelos eucaliptais. É elemento central na ação coletiva das organizações da Via Campesina. Principalmente devido à expansão do monocultivo do eucalipto, que elevou o preço das terras e aumentou o custo – econômico e político – das áreas para a reforma agrária. (LOMBINO, 2008, p. 99).

O avanço da monocultura de eucalipto provoca impacto direto sobre a conquista da terra para o processo de reforma agrária e o “Estado é visto como braço da empresa na desocupação das terras habitadas pelos grupos locais – indígenas, quilombolas e camponeses” (LOMBINO, 2008, p. 101). A demanda por terra, seja pela compra, arrendamento ou fomento florestal por parte das empresas, influencia no preço de compra/venda da terra no Brasil, sendo diferenciado em cada Unidade da Federação (UF).

A Informa Economics (AgraFNP), empresa de consultoria técnica e econômica com foco no agronegócio, com sede no Reino Unido, realiza consultoria sobre *commodities*, insumos e mercado de terra (compra e arrendamento). No caso do Brasil, o relatório bimestral de n. 32, do ano de 2009, traz uma série de informações a respeito do mercado de terras no país, servindo de base para governos e empresas, no processo de compra e arredamento de terra, servindo também de base para sua utilização no acesso a financiamento, pelo fato desta servir de garantia real às instituições financeiras. Conforme essa consultoria, o Espírito Santo está entre os estados com maior preço por hectare da terra – R\$ 6.128,00, atrás apenas dos três estados da região Sul (RS, SC e PR) e de São Paulo, com valor médio de R\$ 12.001,00 o hectare, o mais alto do *ranking*<sup>37</sup>.

<sup>37</sup> Maiores informações em <[www.informaecon-fnp.com](http://www.informaecon-fnp.com)>.

**Gráfico 16** – Brasil: Cotação média de venda da terra por UFs –R\$/ha (nov/dez 2009)

Fonte: Criação nossa, com base em Informa Economics (2009).

Estudo realizado pelo Cedagro, em 2008, sobre o valor da terra nua no Espírito Santo por imóveis rurais formou um banco de dados sobre a valoração da terra que serviu de base tanto para a finalidade imobiliária, quanto para o processo de financiamento do crédito agropecuário, tendo a terra como garantia real do empréstimo concedido. Esse estudo foi referenciando nos imóveis comercializados no período de 2006 e 2007, em 66 dos 78 municípios capixabas (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO, 2011).

Constata-se, a partir desse levantamento, que o preço médio da terra nua no Espírito Santo ficou em torno de R\$ 4.770,81/ha. Uma variação de R\$ 1.357,19 para menos em relação aos dados do Informes Economics. Os municípios com maiores preços médios foram Marechal Floriano (R\$ 11.427,26), Jaguaré (R\$ 11.034,84) e Sooretama (R\$ 10.973,87). E os municípios com menores preços médios foram Baixo Guandu (R\$ 1.952,57), Afonso Claudio (R\$ 2.397,46) e Iconha (R\$ 2.416,96). Os municípios litorâneos estão na faixa intermediária de valores médios, com exceção de Conceição da Barra (Norte do Estado), e Iconha (Sul do estado) que se enquadram nos municípios com menores preços médios (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO, 2008).

Para Mendes Pereira (2006, p. 358):

A dinamização dos mercados de terra – leia-se, mercados de compra e venda e de arrendamento – é vista como um meio para melhorar a eficiência global da economia, maximizar a transferibilidade e o uso da terra rural, prover a base para mercados financeiros rurais e aliviar a pobreza no campo.

Ações dessa natureza não implicam na ausência do Estado no processo de regulação do mercado de terra, mas no ajustamento de seu papel a serviço do capital. O mercado de terra

(compra, venda e arrendamento) não diz respeito à oportunidade ou liberdade do capital, mas ao processo de coerção e subordinação das relações sociais. O Estado (des)constrói – constrói e desconstrói – restrições em favorecimento à mercantilização da terra, como destaca Mendes Pereira (2006, p. 376),

[...] a atual política agrária do BM consiste em quatro grandes linhas de ação: a) estímulo a relações de arrendamento, como prioridade máxima; b) estímulo a relações de compra e venda de terras; c) privatização e individualização de direitos de propriedade em fazendas coletivas ou estatais; d) privatização de terras públicas e comunais. Para implementá-las, o BM vem estimulando a mudança das legislações agrárias e aumentando a liberação de empréstimos para os governos nacionais, para favorecer a montagem de um novo aparato gerencial, de modo a criar as condições legais e administrativas para a livre transação mercantil da terra e a atração de capital privado para o campo.

No Espírito Santo, a Lei n. 9.769 de 26 de dezembro de 2011, publicada no D.O.E. de 28 de dezembro de 2011, regulamenta o regime jurídico das terras devolutas, sua arrecadação e legitimação pelo Estado. Esta lei estabelece como “terras devolutas estaduais”, para efeito da lei: as transferidas ao domínio do Estado, por força do artigo 64 da Constituição Federal (CF) de 24 de fevereiro de 1991; as que não se incorporaram ao domínio privado em virtude de alienação, concessão ou reconhecimento pela União ou pelo Estado, por força de legislações Federais ou Estaduais específicas; as que não forem comprovadamente adquiridas por forma legal, ou que não puderem comprovar sua origem proveniente do Estado do Espírito Santo, ressalvadas a hipótese do § 3º do artigo 3º desta Lei. Através do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf), o Estado legitima as terras devolutas rurais até o limite de 250 ha para pessoas físicas ou jurídicas, alterando a lei n. 6.557.

A Lei n. 6.557, de 8 de janeiro de 2001, estabelecia que o limite máximo era de 100 ha. Para os posseiros que possuíam área superior até o limite máximo de 250 ha, garantiria o direito à doação de até 100 ha, mas com pagamento fixado que seria cobrado tendo como referência os valores da terra nua, a partir do valor de referência por ha em Unidade Fiscal de Referência (Ufir)<sup>38</sup>, que variavam de 300 a 90 conforme a classe de capacidade de uso da terra, que varia de I a VIII. Esta lei foi alterada pela Lei n. 9.769/2011, que além de estender o limite até 250 ha, estabelece outros valores para regularização, os quais seguem: a) até 150 ha, pagamento de 2 Valores de Referência do Tesouro Estadual (VRTEs)/ha; b) a partir de 100 ha

<sup>38</sup> No ano de 2000, a partir da Lei n. 6.556, os Ufir foram transformados em Valores de Referência do Tesouro Nacional – VRTE, com os seguintes preços conforme o ano, como segue: 2001 (R\$ 1,1545); 2002 (R\$ 1,2375); 2003 (R\$ 1,3644); 2004 (1,4886); 2005 (R\$ 1,5907); 2006 (R\$ 1,6918); 2007 (R\$ 1,7534); 2008 (R\$ 1,7534); 2009 (R\$ 1,9270); 2010 (R\$ 2,0074); 2011 (R\$ 2,1117); 2012 (R\$ 2,2589); 2013 (R\$ 2,3820); 2014 (R\$ 2,5210); 2015 (R\$ 2,6871); 2016 (R\$ 2,9539).

até o limite de 150 ha, pagamento de 30 VRTEs/ha e; c) acima de 150 ha até o limite máximo de 250 ha, pagamento de 60 VRTEs/ha.

Outra questão relevante é que na Lei n. 9.769/2011 não consta nada sobre assentamentos de reforma agrária, como na Lei anterior – n. 6.557/2001. Isso implica apenas regularizar, sem incluir nesse processo a criação e o fortalecimento dos assentamentos a partir dessa nova legislação. É o Estado intervindo para fins que não são da reforma agrária.

Agrava-se ainda mais a situação quando a Assembleia Legislativa Estadual (ALE) aprova o Projeto de Lei n. 344/2015 do governo de estado, que favorece a expansão da monocultura de eucalipto, pois retira a necessidade de EIA/Rima, alterando a Lei Estadual de n. 4.701/1992, a qual dispõe sobre as áreas superiores a 1.000 ha. A Fibria, maior empresa no ramo da produção de papel e celulose no Espírito Santo, foi uma das maiores financiadoras de campanhas eleitorais nos diversos períodos anteriores. Foi uma financiadora do atual governo do estado e da maioria dos deputados estaduais vigentes. Aprovar essa nova legislação é uma das formas de atender ao desejo das empresas que financiam as campanhas eleitorais, contrária às necessidades da população e dos eleitores, em específico. A força do capital impera sobre tudo e todos. Flexibilizar a legislação conforme a demandas das empresas e suas corporações, foi e continua sendo uma realidade. Pesquisas e relatórios elaborados por esses grupos buscam dar sustentação a essa estratégia.

Enquanto o preço médio da terra nua, conforme levantamento do Centro de Desenvolvimento do Agronegócio (Cedagro) em 2008, era de R\$ 4.770,81 e no levantamento do Informa Economics (2009) era de R\$ 6.128,00, para o processo de regularização fundiária, nesse mesmo período (2009), o valor da terra nua variava entre R\$ 1,00 a R\$ 1,93, considerando o VRTE a R\$ 1,927. Mesmo no ano de 2016, com o VRTE a R\$ 2,9539, o preço do ha era de R\$ 2,95. Implica afirmar que para o processo de regularização fundiária, o preço do ha da terra nua foi muito abaixo do preço médio levantado pelo Cedagro e pelo Informa Economics. Com a regularização fundiária, os proprietários terão acesso às políticas públicas, mas também ao processo de compra, venda e arrendamento o que confirma a investida das empresas de monocultivos de eucalipto que têm atuado com esse intuito no Espírito Santo.

A nova legislação fundiária capixaba tem buscado se adequar à política do BM, como destaca Mendes Pereira (2006), ao abordar o estímulo ao arrendamento, compra e venda, privatização e individualização de direitos de propriedade a partir das terras públicas e comunais. Ou ainda, conforme destaca Scarim (2009), no tocante ao papel que o Estado possui em des/regular, des/legitimar a sociedade e suas instituições, em favorecimento da mercantilização da terra. Essa estratégia fica evidente, principalmente no Norte do estado, no

processo de arrendamento de terras por parte da Fibria e Suzano Papel e Celulose para a expansão da monocultura de eucalipto.

Diversas áreas destinadas ao plantio de eucalipto, conforme determina a legislação estadual n. 4.701/1992, necessitam de realização de EIA-Rima com apresentação em audiência pública municipal onde será implementado o empreendimento. Ressaltamos que diversas áreas de arrendamento ultrapassam os limites de um só município. A audiência pública tem por objetivo apresentar o EIA/Rima aos representantes do Estado e da sociedade. Após apresentação, permite a intervenção, oral e por escrito, dos presentes na audiência, para questionamento e esclarecimento de dúvidas, as quais devem ser respondidas pelos técnicos responsáveis pelo EIA/Rima e pelos representantes da empresa. Nem sempre, muito embora o Licenciamento Ambiental tenha sido uma conquista da Política Nacional de Meio Ambiente (1980), ele se transformou em um balcão de negociações de impactos, sob a lógica da “compensação”, onde o mérito do empreendimento não está em questão.

O IDAF disponibiliza uma lista com imóveis que se encontram com Termo de Referência para a seleção de empresa para realizar EIA/Rima a respeito de licenciamento florestal. Consta também os EIA/Rima realizados, assim como audiências públicas realizadas enquanto mecanismo “necessário” para a efetivação dos empreendimentos que serão realizados em áreas arrendadas pelas empresas para fins de plantio de eucalipto para a produção de papel e celulose, conforme consta no site do Idaf.

Nos últimos anos – 2013, 2014 e 2016 – foram realizados oito EIA/Rima e um Termo de Referência para contratação de empresa para realização de EIA/Rima, buscando “legalizar” empreendimentos de monocultivos de eucalipto, em cinco municípios, todos no Norte do estado. Duas empresas – Fibria e Suzano Papel e Celulose – buscam expandir seus monocultivos de eucalipto, sob a forma de arrendamento de 27,9 mil hectares de terra nos municípios de Conceição da Barra, Pinheiros, Montanha, Mucurici e Ponto Belo. O arrendamento, juntamente com o fomento florestal tem sido um dos principais mecanismos das empresas para expansão desses monocultivos, reduzindo os custos da aquisição de terra.

A Fazenda Eldorado, com 1.817,30 ha que abrange os municípios de Montanha e Mucurici, teve elaborado o EIA/Rima licenciando-a para a Suzano Papel e Celulose. Esta fazenda é de propriedade de Eugênio Bello Castañeira, um espanhol naturalizado brasileiro e residente no estado do Rio de Janeiro. Diz uma liderança do MST, que esta fazenda estava em processo de negociação de compra pelo Incra para assentar famílias, e se transformar num assentamento. Mas, conforme seu depoimento de liderança, em entrevista realizada em 13 de

outubro de 2015, “oferecendo preço mais alto e arredando a terra”, o fazendeiro interrompeu a negociação com o Incra.

Outro fato emblemático são as fazendas do Grupo Simão, que detêm diversas áreas no extremo Norte capixaba (nos municípios de Montanha, Mucurici, Ponto Belo, Pinheiros e Ecoporanga), além de outras em Minas Gerais. Parte dessas fazendas, mais de 32 mil hectares, está sendo arrendada para a Fibria para o plantio de eucalipto. Uma delas, a Fazenda Conquista, no município de Montanha, conforme relata liderança do MST, em entrevista concedida em trabalho de campo,

[...] a fazenda Conquista aqui no município de Montanha, ela constava como improdutivo pelo Incra. Em seguida a família, Grupo Simão firmou um contrato com a Fibria e essa área foi arrendada e com isso o Incra não pode desapropriar para fins de reforma agrária (entrevista realizada pelo autor, em 14/10/2015).

Continua ainda o entrevistado, afirmando que “A Fibria, antiga Aracruz Celulose tem sido um verdadeiro problema para a classe trabalhadora. Isso está provado. A fazenda Tailândia, em Pinheiro, a situação foi a mesma. Então tem sido um problema generalizado”.

Entidades empresariais, como é o caso do Cedagro, realizaram um estudo intitulado: “Levantamento de áreas agrícolas degradadas no estado do Espírito Santo”, publicado pelo próprio grupo, em setembro de 2012, no qual se faz um comparativo com a situação de 1992. A partir desse atual diagnóstico foi constatado que há no estado 393.321,55 ha de terras degradadas, sendo 238.943,66 ha com pastagem, 118.706,79 ha com café e 35.670,61 ha com outras atividades agrícolas, mesmo com a redução da área total de pastagem (de 1.8000.000 para 1.320.000) nos últimos 20 anos. Ainda, com base nesse diagnóstico, constata que é no Norte do estado, nas bacias do Rio Itaúnas e do Rio São Mateus, que estão as maiores áreas degradadas, com 40.481,40 ha e 64.245,95 ha, respectivamente, correspondendo a 26,62% do total de área degradada estadual. Afirma, ainda, que nessas duas bacias encontram-se as maiores áreas de pastagem do estado, com 444.293,21 ha, 33,7% do total (CEDAGRO, 2012).

A partir dessas constatações, o “reflorestamento econômico” é apresentado pela entidade como uma das principais alternativas para fazer a correção da degradação do solo agrícola, efetivando o discurso da “recuperação degradada”. Coincide justamente com a região onde tem ocorrido a maior concentração da terra e das áreas com monocultivo de eucalipto. É também nessa mesma região que tem ocorrido os maiores arrendamentos de terra para a expansão dessa monocultura, como verificado anteriormente.

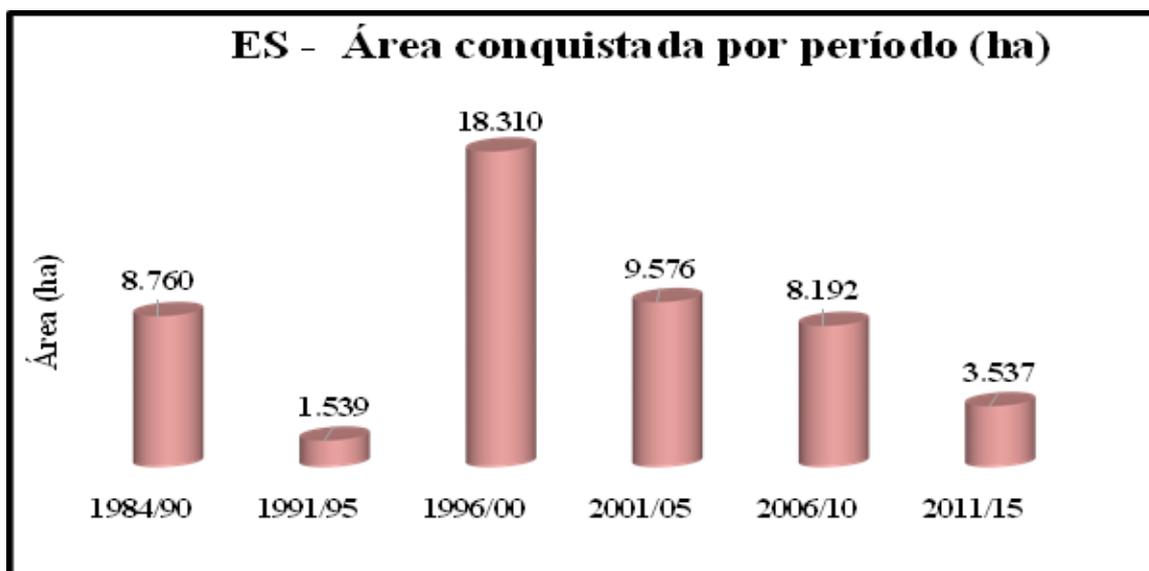
Para uma liderança do MPA, há um empenho do Estado em bloquear a reforma agrária e um favorecimento à expansão da monocultura de eucalipto. Enquanto para os camponeses a crise hídrica que tem sido constante no Norte do estado, um problema cotidiano, no sentido

contrário, para as empresas monoculturas de eucalipto, tem sido uma oportunidade de expansão de seu negócio.

Por pressão das empresas da bancada ruralista, setores do governo, especialmente do governo do estado, que não desejam, que são contrários à reforma agrária, criam todas as possibilidades de empecilho, para que a reforma agrária não avance, porque o objetivo nessas terras planas, chamadas de tabuleiros do norte do Espírito Santo, não é prioridade fazer reforma agrária, aqui a prioridade é o monocultivo, vários monocultivos, entre eles, principalmente o do eucalipto. Então, aqui, na visão do Estado, não é espaço para a reforma agrária, se tiver que fazer alguns assentamentos é fazer em áreas longe daqui, aonde, para o cultivo do eucalipto é menos viável. Aqui, está destinado para o plantio do eucalipto. As comunidades que estão resistindo, os camponeses, aqueles que conseguem com muita luta fazer o governo desapropriar algumas áreas, é a custo de muita luta, de muito trabalho, porque a prioridade aqui é plantio de eucalipto. Veja bem, é uma preocupação, agora nesses tempos de crise climática, de seca, muitas pequenas propriedades que já não tinham água, os agricultores sem condições de produzir, acabam, de certa forma, colocando suas propriedades à venda. À venda para quem? Qual pequeno proprietário, qual camponês que não tem terra que vai comprar um sítio sem água para produzir. Vai cair nas mãos de quem? Vai cair nas mãos das empresas. Então, se não houver uma política estruturante para o campo imediatamente, nós podemos ter, nos próximos anos, uma expansão muito maior, porque o eucalipto sobrevive a essa situação de seca. Então acaba dando mais margem para a argumentação de que o eucalipto se sustenta na região e precisa ser expandido (entrevista realizada pelo autor, em 05/01/2016).

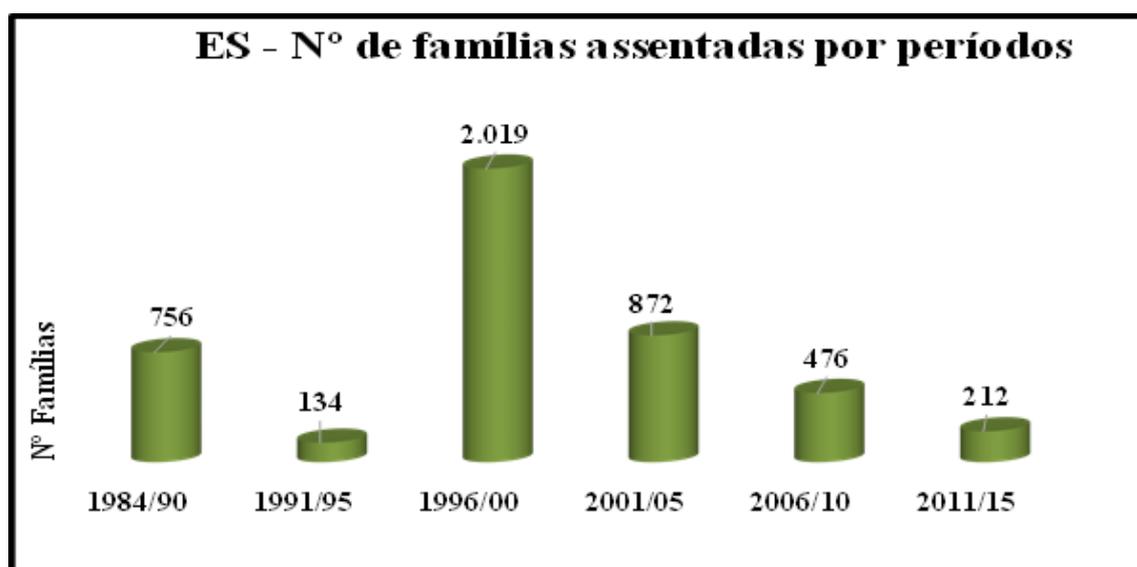
Dados do Idaf e a afirmação das lideranças do MST e do MPA, em entrevista para este trabalho, não deixam dúvidas de que as empresas e seus monocultivos de eucalipto têm sido um bloqueio à realização da reforma agrária. Porque enquanto ocorre um favorecimento à expansão da monocultura de eucalipto no estado, no sentido contrário, ocorre um retrocesso à realização da reforma agrária, pois o primeiro tem funcionado como bloqueio ao segundo. Áreas que poderiam ser destinadas à criação de assentamentos, são destinadas ao plantio de eucalipto.

Gráfico 17 – ES: N. de famílias assentadas por período



Fonte: Criação nossa, com base em Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Gráfico 18 – ES: N. de área conquistada por período



Fonte: Criação nossa, com base em Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Houve, nesse período (1984/2015), o assentamento de 4.469 famílias, em 49.914,63 ha de terra em 93 assentamentos, distribuídos em 32 municípios capixabas. Vale ressaltar que tem sido cada vez mais demorado o tempo que as famílias se mantêm em luta para a conquista de cada um dos assentamentos. Demorado também tem sido o tempo para a criação das condições materiais (infraestrutura – casa, estradas, energia elétrica, acesso a crédito e demais direitos, benefícios e benfeitorias) para o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos.

Merece atenção o Assentamento José Marcos de Araújo, no município de Presidente Kennedy, litoral sul do estado. Depois de mais de cinco anos acampadas, as famílias “conquistaram” a área em 27 de julho de 2009, mas o fazendeiro recorreu na Justiça e esta, por sua vez, estabeleceu uma área de apenas 14 ha para a permanência das 75 famílias. Enquanto isso, mesmo sendo considerada improdutiva, o fazendeiro continua com todo o restante da área de 1.343,63 ha. Seis anos se passaram e continua o impasse. Além disso, diversos crimes foram cometidos contra as famílias, como uma pulverização com agrotóxico, a mando do fazendeiro, que resultou na intoxicação de várias famílias, causando um aborto. Este e outros crimes contra as famílias não implicaram em nenhuma ação judicial contra o fazendeiro. Enquanto as famílias são condenadas a viver encurraladas em 14 ha, o fazendeiro tem à sua disposição todo o restante da área, onde faz a criação bovina. Criado no ano de 2009, pelo impasse judicial, este não pode ainda ser considerado um assentamento, pois mesmo constando nos dados e registros oficiais para contabilizar a famílias assentadas, não refere ainda aquelas famílias que permanecem teimosamente na área. O MST, movimento que não só articulou as famílias para fazer a ocupação daquela fazenda, tem enfrentado a rapidez da Justiça quando se trata de realizar os despejos, porém, essa mesma Justiça, é lenta quando se trata da aplicação da lei em favor dos trabalhadores.

Por essas condições, este não pode ser ainda um assentamento. Em função disso, podemos considerar que no Espírito Santo há apenas 48.570,99 ha, 4.394 famílias em 92 assentamentos, em 31 municípios capixabas. Mas não podemos restringir essas discussões apenas a números, pois envolve famílias inteiras que lutaram por muitos anos para a conquista de terras onde pudessem implementar seus sonhos e expectativas.

Cada uma das famílias assentadas e acampadas como essas, possui uma história individual e coletiva de vida e luta. Todas são marcadas por muitas dificuldades, mas também por esperança. Não uma esperança no sentido da espera. Mas de luta, para continuar resistindo às dificuldades impostas pelo Estado, com sua lentidão para com os trabalhadores, e ágil na defesa da propriedade privada, que priva e condena muitas famílias a viverem de forma injusta.

É necessário considerar que o tempo do Estado, da (in)Justiça, não é o mesmo tempo do ser humano, pois cada pessoa possui um tempo determinado de vida. Por isso é que luta para melhor aproveitar esse tempo, com força e coragem para fazer produzir na terra que tanto almeja e pela qual luta. Enquanto o IBGE, diz que “o espaço rural brasileiro já não pode ser mais visto como um lugar de tempo lento”, em função das sucessivas evoluções tecnológicas em que as máquinas impuseram novos ritmos materializados no agronegócio, para os camponeses, principalmente aos sem-terra que lutam para o acesso à terra, para Bernardes, o tempo continua

sendo lento, pois a “máquina” do Estado e o capital têm imposto esse ritmo, inviabilizando a implementação da reforma agrária, em favorecimento ao agronegócio. (BERNARDES, 2005, p. 6).

Ao mesmo tempo que muitas pessoas vão embranquecendo ou perdendo seus cabelos em baixo das lonas pretas, muitas outras pessoas nascem nesses mesmos barracos, vivem por ali sua infância e adolescência. Outros vivem sua juventude, período de grandes transformações e rebeldia. E é nessa rebeldia que vivem as famílias na condição de acampadas, inconformadas com a (in)justiça contra o ser humano, contra a vida e contra a lei, que impede que a justiça seja cumprida.

Os assentamentos de reforma agrária são marcados por muitas e diversas histórias de luta e enfretamento, de resistência e persistência. Essas famílias reconstróem sua resistência enquanto camponeses, mas na condição de assentadas, possuidoras de terra para morar, produzir e viver. Tanto nos acampamentos quanto nos assentamentos, as famílias não apenas resistem, mas (re)existem, pois passam a existir em novas condições e expectativas.

Como resultado das mais variadas formas e condições de luta em cada período e espaço, foi possível construir assentamentos. Onde antes existia um latifúndio, construíram novos jeitos e condições de produzir. A música “Caminhos Alternativos”, do cantor e compositor Zé Pinto, militante do MST, ao se referir à terra e às pessoas, diz:

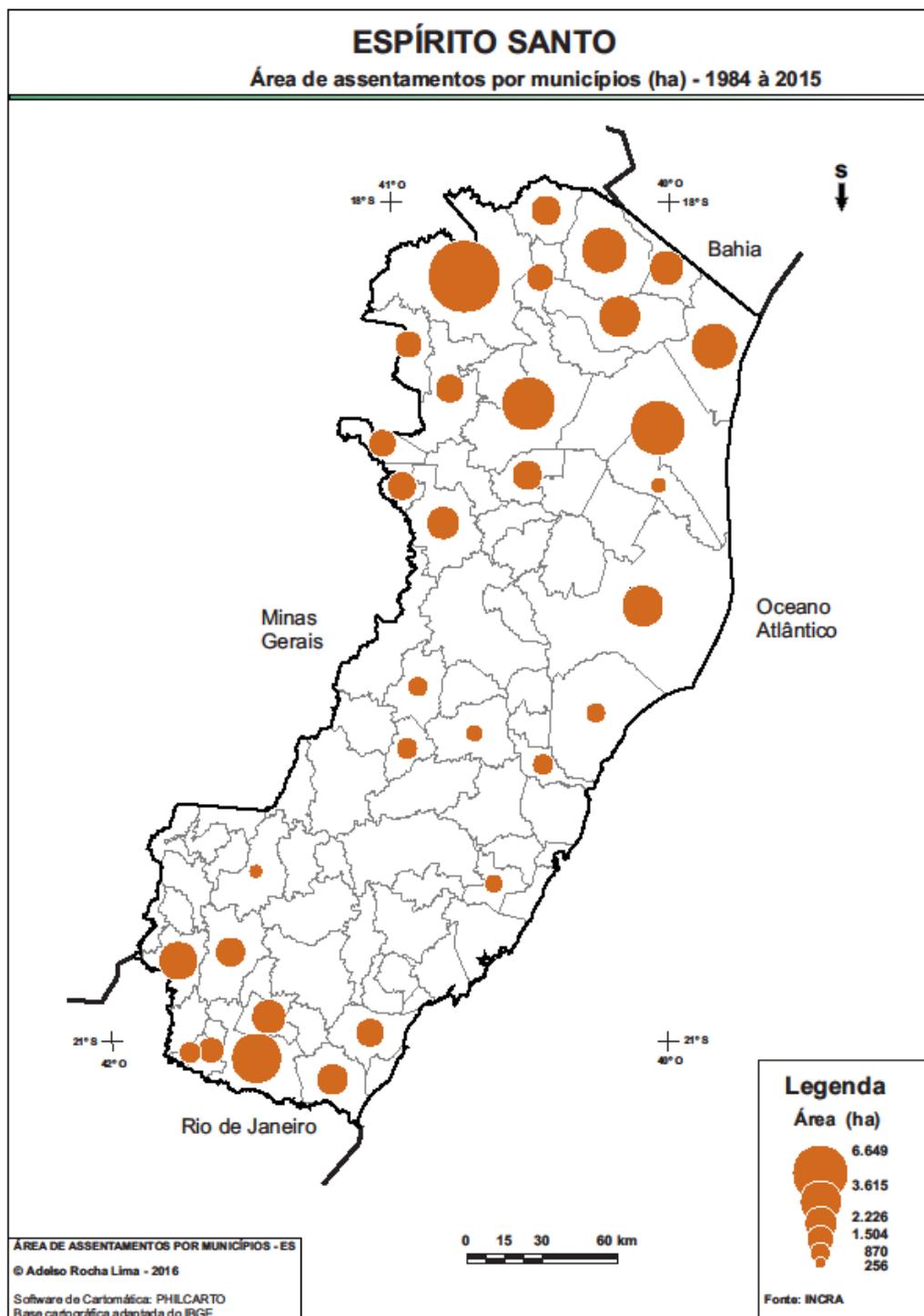
Se plantar o arroz ali/ se plantar o milho acolá/um jeito de produzir/ pra gente se alimentar/ primeiro cantar do galo/já se levanta da cama/ e o camponês se mistura/ À terra que tanto ama.

Amar o campo ao fazer a plantação/ não envenenar o campo é purificar o pão/ amar a terra e nela botar semente/ a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente (Zé Pinto).

Nessa melodia, contrariamente aos territórios do agronegócio e do eucalipto, a terra é não apenas lugar de produzir, mas lugar de viver e reviver hábitos e costumes cultivados entre as pessoas e a terra. Nos assentamentos, tanto a terra quanto as pessoas adquirem nova feição, pois ambas modificam, uma cultivando a outra. É um viver e reviver permanente construindo um existir e resistir, (re)existindo cotidianamente.

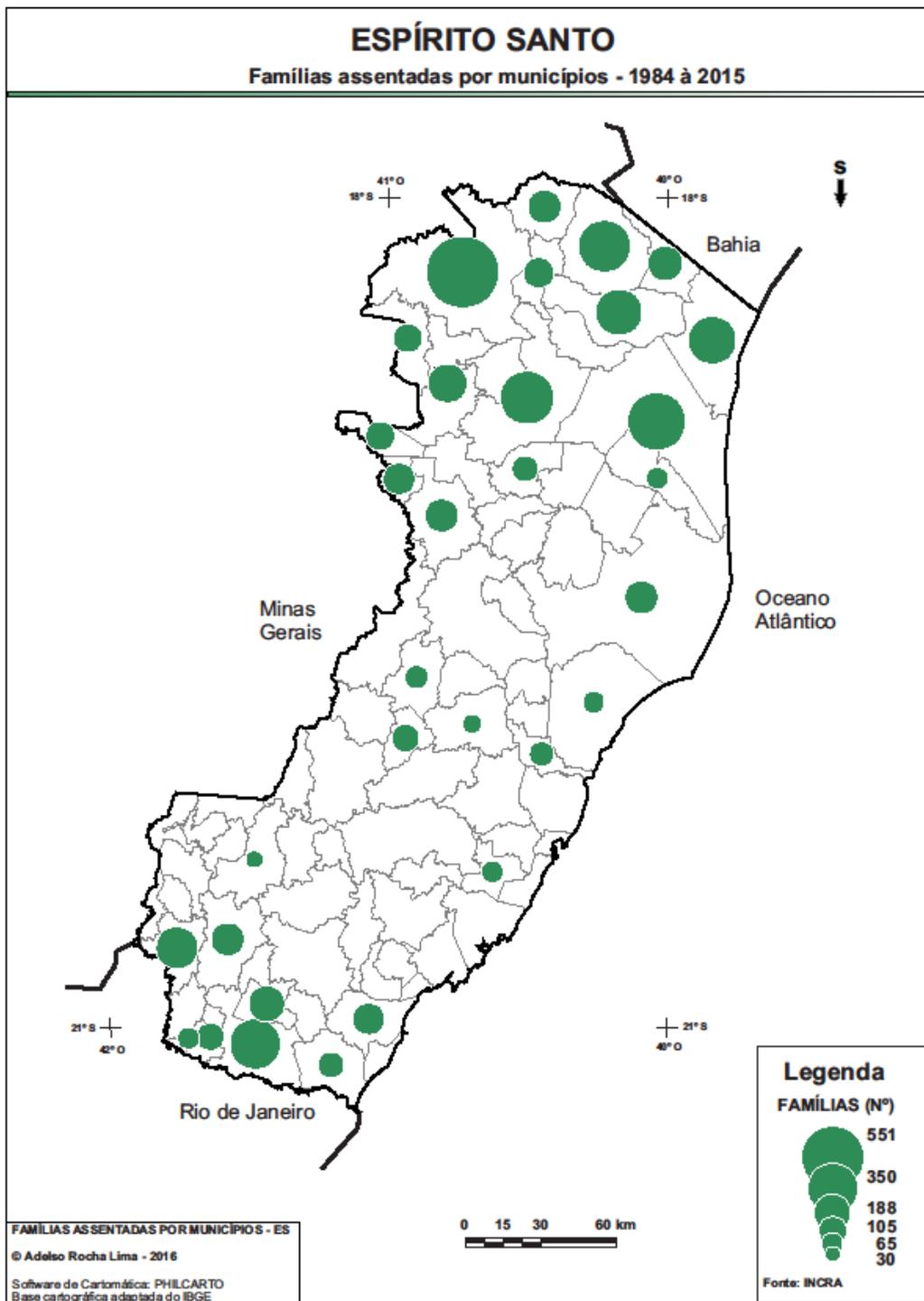
Nos dois mapas que seguem, constam a área conquistada e o número de famílias assentadas por município capixaba.

Mapa 6 – ES: Áreas (ha) de assentamento por município 1984-2015



Fonte: Criação nossa, com base em Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Mapa 7 – ES: Famílias assentadas por município 1984-2015



Fonte: Criação nossa, com base em Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

A realização da reforma agrária se contrapõe ao projeto do agronegócio, pois enquanto a primeira busca a democratização da terra, da produção alimentícia como prioridade, o mercado interno, os circuitos curtos, a produção com preservação ambiental, o segundo tem na concentração da terra, na exportação, no circuito longo, na depredação ambiental e no

esvaziamento do campo as condições para a sua efetivação. Por isso, é necessário o envolvimento da classe trabalhadora e não apenas dos camponeses na defesa e implementação da reforma agrária. Pois esta, no contexto da correlação de forças e do estágio do projeto do capital, só se realiza com mudanças estruturais, que podem se iniciar pela reestruturação da propriedade, posse e uso da terra, mas deve envolver mudanças na política agrícola (crédito, assistência técnica, seguro agrícola); na utilização dos bens da natureza (água, florestas, sementes); numa nova matriz energética; na agroindustrialização; na produção (com parâmetros agroecológicos); na infraestrutura social e de produção; na organização da produção (com base na cooperação); na educação e cultura, que envolvam mudanças na natureza do Estado, tornando as estruturas públicas sob controle e a serviço da sociedade.

Mudanças dessa natureza não se realizam a partir das demandas e com a luta apenas dos camponeses, e não somente com mudanças no campo. São mudanças estruturais que afetam os marcos do capitalismo, sua forma depredadora (dos seres humanos e demais elementos da natureza), concentradora e excludente, construindo uma nova sociedade fundamentada nos pilares da agroecologia, da cooperação, da socialização dos meios de produção, da construção das bases de uma luta revolucionária. E a reforma agrária popular não é, e nem pode ser, o único pilar dessa luta, mas parte dela, com a construção de novos territórios para uma nova sociedade.

Os camponeses, dispendo de parte dos meios de produção e utilizando a força de trabalho familiar no processo produtivo, mesmo contrariando teorias que afirmavam seu desaparecimento, continuam existindo, produzindo a maior parte dos alimentos e gerando a maioria dos postos de trabalho no campo.

A mídia, que foi decisiva na introdução da terminologia ‘globalização’, é na atualidade, no caso brasileiro, uma das associadas da Abag, como é o caso do grupo Globo (de televisão, rádio, revista, jornais). Esse e outros instrumentos de comunicação, juntamente com ações políticas e econômicas, colocam no imaginário e na agenda brasileira, que o agronegócio é o responsável majoritário pela produção brasileira, assim como pela balança comercial, com a exportação de *commodities*. A produção camponesa é, nessa lógica, contabilizada na produção do agronegócio.

O agronegócio tem avançado sobre áreas de camponeses, comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas), subordinando a produção camponesa através da produção, da industrialização e do comércio. Essa subordinação tem imposto diversas perdas para eles. Resistindo e enfrentando, em suas mais variadas formas de luta, pela entrada e permanência na terra, na produção e reprodução enquanto classe social, os camponeses têm construído seus territórios. Nesse sentido, a luta não se limita à conquista da terra, mas do território camponês.

A luta pela reforma agrária vai além da conquista da terra, até porque sua conquista apenas não é o suficiente. São necessárias outras políticas que possibilitem a permanência das famílias na terra conquistada, como é o caso da água, infraestrutura produtiva (energia elétrica, estradas, entre outros) e social (escola, lazer etc.).

As famílias assentadas devem cumprir a tarefa de atender suas próprias demandas, mas também as da classe trabalhadora como um todo, a partir da produção de alimentos saudáveis, conjugada com a preservação e recuperação ambiental, servindo de experiência para um novo modelo de sociedade que esteja sustentado em outros pilares, como o trabalho, a solidariedade, a luta permanente, a agroecologia, o estudo, entre outros.

É necessário um outro modo de vida e um novo modo de produzi-lo. E o campesinato tem se apresentado como uma das alternativas, incluindo a realização da reforma agrária que possibilita o acesso à terra a um amplo número de camponeses; políticas públicas que viabilizam a produção de alimentos saudáveis; a recuperação ambiental, mas também a punição aos depredadores do ambiente.

Para que isso ocorra, a luta permanente/contínua deve ser concebida enquanto motor impulsionador desse processo, envolvendo o conjunto da classe trabalhadora, seja ela no campo, seja na cidade, ambos afetados pelos efeitos do projeto hegemônico do capital. Para Bartra (2011, p. 84), “As comunidades são, inclusive, o querido manto acolhedor, é o alicerce da existência camponesa. Os pequenos povoados são o ponto de partida e, ao mesmo tempo, de regresso, fonte de forças centrífugas e também centrípetas”. Continua ainda o autor: “Uma ordem que lucra com a maldade, que mata friamente, que priva batendo, é uma ordem que colhe tempestades. Os levantes agrários são frequentemente violentos porque intolerante e violento é o mundo negado por eles” (BARTRA, 2011, p. 92).

Enfrentar o capital não é apenas uma opção, mas uma condição dos vitimados desse processo. A luta sempre fez e continua fazendo parte da vida e das necessidades dos povos do campo e da cidade.

A luta dos camponeses não pode ser apenas para o acesso à terra, apesar da desconcentração fundiária ser uma medida estruturante, mas deve vir acompanhada de medidas que se contraponham a esse modelo hegemônico do agronegócio. Deve ser também uma luta para construir uma matriz de produção fundamentada na agroecologia; uma nova matriz de agroindustrialização, gerando trabalho e renda para juventude e mulheres; uma nova matriz tecnológica adequada aos pequenos empreendimentos; infraestrutura social e econômica que garanta condições de permanência dos povos no campo; uma educação pública de qualidade

acessível às comunidades camponesas onde elas estiverem, assim como políticas públicas de assistência técnica, pesquisa e garantia de compra dos produtos agropecuários da agricultura camponesa, entre outras medidas.

Mas são necessários, também, a criação e fortalecimento de instituições públicas que apliquem pesquisa e ensino, fortalecendo o processo de recuperação ambiental, além de punir os que depredam o ambiente, com o uso de agrotóxicos e desmatamentos. É necessário considerar que os monocultivos de eucalipto não significam florestas, mas desertos verdes que tanto têm impactado negativamente as comunidades camponesas, assim como toda a população.

### 5.3.3 Monocultura de eucalipto e questão ambiental

Não existe um consenso sobre as mudanças climáticas, suas causas e consequências que têm feito parte do cotidiano da população nas últimas décadas. Apesar de diversos estudos realizados, as opiniões, as proposições e os projetos também são divergentes. Mas há uma certa sintonia em torno do papel que as florestas cumprem na regulação do clima e do ciclo hidrológico.

No início da década de 1990, o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, comemorava a vitória sobre o bloco socialista, com a fragmentação da União Soviética, e ocorria também o ápice da crise ecológica e a realização da “A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento” conhecida como Rio 92, na cidade do Rio de Janeiro.<sup>39</sup>

Nesse período, diversas alternativas foram apresentadas e implementadas enquanto “desenvolvimento sustentável”<sup>40</sup>, como a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), lançado em 2005, na Conferência da ONU sobre o Clima. As florestas foram apresentadas como sumidouros de gás carbônico. Até mesmo um plantio de eucalipto transgênico, aprovado nos últimos anos com base nesses parâmetros, pode ser aprovado no projeto de REDD.

As alternativas para as mudanças climáticas apresentadas pelas empresas multinacionais nada fogem do projeto que provocou esses efeitos. São as duas faces de um mesmo projeto de mercantilização da natureza. Se, de um lado, as monoculturas são consideradas “florestas plantadas” – como é o caso do eucalipto e pinus que tem como destino

---

<sup>39</sup> Essa atividade ocorreu novamente com a Rio + 10 e a Rio + 20.

<sup>40</sup> Desenvolvimento sustentável – ambientalmente equilibrado, socialmente justo, politicamente correto e economicamente viável – é impossível no capitalismo.

prioritário a produção de papel e celulose – essas mesmas florestas plantadas são também apresentadas enquanto alternativa e consideradas como “sumidouro” de gás carbônico.

O conceito de “florestas plantadas”, cunhado estrategicamente pelo capital para forçar uma imagem limpa e sustentável desse modelo de deserto verde, torna-se útil, pois, além da produção de madeira, os monocultivos de eucalipto e pinus, transformados em “sumidouros” de gás carbônico, passam a ser, portanto, um produto a ser comercializado em escala internacional, definido no período da elaboração do Protocolo de Kyoto (FERREIRA, 2002). Nesse formato de falsas soluções, o mercado é o ponto de encontro dos problemas ambientais e apresentado como sua solução, como questionado anteriormente por Carcanholo (2011).

Mudanças no Código Florestal estiveram entre os temas de maior mobilização e enfrentamento no Congresso Nacional Brasileiro em 2011 e 2012, em função da tamanha relevância que tiveram para a sociedade como um todo e para a economia do agronegócio, em particular.

No Espírito Santo, nos últimos anos, a sociedade vivenciou os extremos efeitos da depredação ambiental: as enchentes que afetaram a população, a agricultura e a economia no final de 2013 e início do ano de 2014, mas também a estiagem no início do ano de 2015, considerada, pelos órgãos públicos estaduais, a mais intensa dos últimos 40 anos.

Ao abordar a relação do monocultivo de eucalipto com a extinção de nascentes, o prefeito do município de Pinheiros, que também atuou enquanto extensionista, prestando serviço aos agricultores do município, relata: “onde foi tirada a cobertura florestal de nossa região, locais que tinham reserva de mata, foi sendo substituída por eucalipto” (entrevista realizada pelo autor, em 15/10/2015).

Conta o mesmo entrevistado que

[...] uma propriedade de empresário aqui do município, que planta mamão, contribuiu para o desmatamento e ele fez lá o que ele chama e trata como santuário, mas na verdade é um dever dele. Mas ele fez e os outros não fizeram. Ele pegou lá 3 ou 4 hectares, reflorestou toda e tá lá a nascente para todo mundo ver, que ela aflorou novamente, e está jorrando água. Os exemplos falam por si (entrevista realizada pelo autor, em 15/10/2015).

Para um dirigente do MPA, os impactos sobre a água são uma realidade vivenciada pelos agricultores. Diz o dirigente que

[...] os pesquisadores, cientistas, acadêmicos que defendem o plantio de eucalipto afirmam que o eucalipto não traz impacto sobre a água, enquanto que tem outros setores da academia que também têm realizado diversas pesquisas e afirmam justamente o contrário, que o eucalipto traz sim, impactos sobre a água. Independente dessas duas visões acadêmicas, nós podemos comprovar de fato, no território, a questão do impacto sobre a água. No município de São Mateus desapareceram no meio dos eucaliptos 70 córregos nos últimos 20 anos. E não é somente por causa da seca. Porque eles simplesmente desapareceram. Mesmo

chovendo eles não voltam mais. Ou seja, não precisa nenhum estudo acadêmico profundo para comprovar isso. A realidade está lá. Nós temos famílias isoladas no meio do eucalipto que há muito tempo atrás tinha uma cisterna que produzia água com cinco ou seis metros e hoje, com 20 metros, mesmo com toda a chuva, não produz mais água. Então, isso é um fato concreto. Tá aí a realidade para quem quiser ver. Então, esse é o principal impacto.

Outra questão importante que temos que observar é que quem tem pequenas propriedades extremando com plantio de eucalipto, as plantações neutralizam completamente a possibilidade de produção nessas propriedades. Por que isso? Por causa justamente do consumo de água e nutrientes. O eucalipto tem capacidade de em um raio de 15 a 20 metros ele sugar toda a água, todo o nutriente que tem ali no solo. Isso não é um boato. É uma realidade concreta, de quem está no território, tá vivendo e presenciando isso. Só não enxerga quem não quer (entrevista realizada pelo autor, em 05/01/2016).

Em reportagem do Jornal *A Gazeta*, de 22 de fevereiro de 2015, a matéria de capa anunciava “Agrotóxico deixa rastro de intoxicação e mortes” (CAMPOREZ, 2015) e se referia ao número de intoxicação e mortes por agrotóxico no Espírito Santo. Divulga o crescimento de 300% no número de intoxicações no período de 1999 a 2013, passando de 228 para 961 casos de intoxicação e 20 mortes.

Esses impactos, que são parte do cotidiano da população, fazem com que a mídia não possa mais esconder, forçando a divulgação dos malefícios do agronegócio: “a alta infestação de pragas nas lavouras de milho transgênico tem preocupado os produtores” (G1.GLOBO, 2014). A estiagem e enchentes, assim como suas consequências, divulgadas pela mídia, evidenciam os efeitos das mudanças climáticas.

Em relação à estiagem no final do ano de 2013, o portal afirma: “o município de Montanha, na região Norte do Espírito Santo está sofrendo com a falta de chuva. A estiagem prolongada deixou rios e represas praticamente secos” (G1.GLOBO, 2014). No Espírito Santo, no final do ano de 2013 e início de 2014, a reportagem divulga: “Governo do ES estima prejuízo de R\$ 200 milhões na agricultura. Chuvas que atingiram o estado destruíram lavouras do interior. Segundo secretário, a produção de hortaliças foi a mais prejudicada” (G1.GLOBO, 2014). Com o título “Espírito Santo vive a pior seca dos últimos 40 anos, aponta governo” a partir da mídia estadual, o governo do estado alerta a população sobre a estiagem no início de 2015 (G1.GLOBO, 2015).

Apesar dos diversos impactos (das estiagens e enchentes frequentes) que assolaram o estado, poucas são as reportagens que apresentam suas causas, mas apenas seus efeitos. As medidas apresentadas também estão relacionadas aos efeitos, e não, a mudanças estruturais nos projetos considerados de “desenvolvimento” implantados e em implantação no estado.

Como as organizações camponesas, alguns poucos jornais – como o *Século Diário* – têm divulgado as causas das enchentes e da estiagem que afetam o estado. “Florestas de

eucalipto comprometem o abastecimento de água na Grande Vitória” (COIMBRA, 2015) e “Vale e ArcelorMittal consomem um terço da água captada do rio Santa Maria da Vitória” (COIMBRA, 2015) são títulos de duas reportagens do dia 15/01/2015 e 28/01/2015 do jornal *Século Diário*.

Colocar a culpa nas constantes enchentes e estiagem é uma forma de esconder os efeitos maléficos do agronegócio e seu projeto depredador, apoiado pelos governos que, em sintonia com capital hegemônico no Estado, aplicam políticas em favorecimento do grande capital.

Os desastres ambientais e seus efeitos sobre a economia e a sociedade não são causas naturais, mas resultado de um projeto de desenvolvimento – capitalista. Crises socioeconômicas e ambientais são as duas faces de uma mesma realidade. Externalidade negativa é uma forma do capital colocar na conta da sociedade os prejuízos ambientais e de reduzir custos (das empresas) para ampliar seus lucros. Isso porque no processo de expansão da monocultura de eucalipto para exportação de papel e celulose, entre outros projetos, não estão incluídos no preço da mercadoria o tratamento do esgoto e água contaminada despejadas nos córregos e rios, a recuperação ambiental, o tratamento da saúde da população, entre outros custos diretamente relacionados a esses grandes projetos. Esses custos são transferidos para o sistema público, colocando na conta da sociedade o seu pagamento.

Os problemas e impactos desse modelo não dizem respeito ao sistema técnico, mas ao próprio projeto e sua implementação. E, quanto às mudanças necessárias, não se trata de ajustar a condução desse projeto de desenvolvimento em execução na atualidade no Brasil e no Norte do Espírito Santo, em particular, porque as empresas produtoras de monocultivos de eucalipto, que buscam vender a imagem de solução frente às mudanças climáticas e à demanda de papel e celulose no mundo, têm provocado impactos com maior profundidade que as próprias raízes do eucalipto. Assim como os produtos dessas empresas (papel e celulose), seus impactos também possuem escala internacional, mas com maior intensidade não onde estão instaladas as sedes das empresas, mas onde estão os monocultivos de eucalipto e as fábricas de celulose. Afirma Porto-Gonçalves (2015, p. 15) que:

Há uma crença acrítica de que existe, sempre, uma solução técnica para tudo. Com isso ignora-se que o sistema técnico inventado por qualquer sociedade traz embutido nele mesmo a sociedade que o criou, com as suas contradições próprias traduzidas nesse campo específico.

A crise ecológica não pode ser encarada como algo fragmentado e localizado, mas como uma questão sistêmica. Deve ser percebida para além de uma questão técnica e

tecnológica, superando toda e qualquer possibilidade de obtenção de lucro para alguns. A solução para a crise ambiental não pode ser encarada a partir de uma visão e ação de mercantilização da natureza, na lógica em que a escassez funciona como possibilidade de elevação do preço e demanda.

Como já abordado anteriormente, a questão ambiental diz respeito ao conjunto da sociedade em seus mais diversos aspectos. Ao fazer uma abordagem sobre as mudanças na alimentação da população no decorrer dos tempos, verificamos que ao longo do processo da revolução verde implementada no Brasil na década de 1960, e seu sucedâneo, o agronegócio, a partir da década de 1990:

Os povos pré-históricos alimentavam-se com mais de 1.500 espécies de plantas, e pelo menos, 500 espécies e variedade tem sido cultivada ao longo da história. Há 150 anos, a humanidade alimentava-se com o produto de 3 mil espécies vegetais que eram, em 90% dos países, consumidos localmente. Hoje, 15 espécies respondem por 90% dos alimentos vegetais e quatro culturas – milho, trigo, arroz e soja – respondem por 70% da produção e consumo (MACHADO, 2014, p. 58).

Essa padronização de cultivos, repercutindo na padronização da alimentação humana, que visa garantir o controle econômico, social, político e cultural de toda a humanidade, tem provocado diversos impactos sobre a agricultura, a população e o meio ambiente.

Em 1950, conforme afirma Paschoal (apud MACHADO, 2014, p. 46), “havia, na época, 190 pragas catalogadas. Hoje, há mais de 4 mil!”. O uso de agrotóxicos no Brasil se expandiu com o advento da chamada revolução verde, desde a década de 1960. Após a década de 1990, com o agronegócio, intensificou o uso de transgênicos e agrotóxicos. Isso possibilita afirmar que, entre outros malefícios, provocados por esse modelo de desenvolvimento, o uso de agrotóxico, ampliou proporcionalmente ao número de pragas e doenças na agropecuária.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fortes e abruptas transformações que impactaram o Norte do Espírito Santo, a partir da década de 1960, estiveram relacionadas à nova dinâmica do capitalismo em escala mundial, mas também ao contexto em que se encontrava essa região, o qual o poder hegemônico da época buscou classificar como “atraso econômico” e “vazio demográfico”. Tornar invisível a população de certas regiões não é uma prática nova, pois há mais de 500 anos os colonizadores europeus se territorializaram nas Américas e se utilizaram de construções conceituais e ações práticas como estas.

No Norte do Espírito Santo, como destaca Barcelos (2010),

[...] as fartas florestas tropicais e toda a cultura apropriada no modo de vida dos *do lugar*, foi considerado um atraso ao modelo de desenvolvimento que vinha se impondo e, assim, os monocultivos foram implantados como via de superação do arcaico mundo rural visando preencher o *vazio* histórico (p.161, grifos do autor).

Esse projeto de monocultivos homogêneos para a produção de papel e celulose, fundamentado num padrão de desenvolvimento colonial-moderno, foi implantado sobre territórios quilombolas, indígenas, camponeses e outros sujeitos, desconsiderando suas práticas, saberes, culturas, suas lógicas, relações e modos de vida sustentados na diversificação e no equilíbrio ambiental, alimentar e social. Essa territorialização-desterritorialização, longe de ser uma forma binária de diferentes projetos e sujeitos (camponeses e agronegócio) é, como diz Barcelos (2010), “um desigual processo de reprodução do espaço agrário” (p. 305) que tem impactado o Norte do Espírito Santo. O Estado Brasileiro exerceu forte contribuição para a destruição de valores e práticas das comunidades locais (FERREIRA, 2002), impondo um novo modo de viver e (re)existir.

Fizemos uma caracterização agrária do estado, dando destaque ao recorte territorial da sua região Norte. Consideramos necessária essa caracterização, trazendo elementos e informações que perpassaram esses mais de 500 anos de colonização europeia.

Diferentemente do Centro-Sul do estado, o Norte permaneceu, até a primeira metade do século XX, coberto com a frondosa Mata Atlântica, território dos Botocudo, que viviam nessa região. Defender bravamente esse território era a condição para continuar vivendo com sua cultura e modo de vida considerado “primitivo”, desde o pensamento eurocêntrico. A Mata Atlântica para os colonizadores europeus, ao contrário do que faziam os povos indígenas Botocudo, foi utilizada na condição de barreira protetora para impedir a entrada de outras nações estrangeiras na região de Ouro Preto (MG), onde se extraía pedras preciosas. Com a

redução da extração de pedras preciosas e a centrifugação da população para a região limite com o Espírito Santo, a qual permanecia indefinida até o início da segunda metade do século XX, se acelerou a investida dos dois estados para o acerto fronteiro.

Paralelamente a esse processo, iniciara-se a extração de madeira para atender a demanda crescente da urbanização do Rio de Janeiro nesse período e diversas serrarias foram instaladas na região Norte do estado, destruindo grande parte da floresta de Mata Atlântica, transformando-a em extensos latifúndios, tendo a pecuária extensiva como atividade principal. Foi instalada, também, a agricultura camponesa com produção prioritária para o autossustento.

Enquanto isso, nos atuais municípios de São Mateus e Conceição da Barra, com predominância de comunidades quilombolas que povoam essa região desde o início do período colonial, e com a posse da terra que utilizam de forma comunal, com a instalação dos Grandes Projetos Industriais na década de 1960, essa região foi tomada pela Aracruz Florestal (e posteriormente pela Aracruz Celulose) para o plantio de eucalipto. Depoimento de uma liderança do MPA, concedida na forma de entrevista, destaca que

[...] o Norte do Espírito Santo, em meado da década de 60 foi tomado, invadido pelas empresas plantadoras de eucalipto. Chegou em uma região, onde as terras eram ocupadas por comunidades tradicionais, mas que não tinham o título da terra. Isso, de lá pra cá, trouxe enormes impactos, tanto na economia, no meio ambiente e na vida social das comunidades do município. A prova disso é que nos municípios onde tem os plantios de eucalipto em larga escala, nós temos enormes problemas sociais, ambientais, econômicos de toda natureza. A invasão de eucalipto aqui nessa região foi com essa finalidade de produção de madeira para fins de celulose e danificou completamente o Norte do estado. Podemos dizer que, hoje, está no estado todo, em todos os municípios, mas especialmente nesses 3 municípios do Norte litorâneo, Aracruz, São Mateus, Conceição da Barra, especialmente. Danificou tanto do ponto de vista da economia, da paisagem, da cultura, do meio ambiente (entrevista realizada pelo autor, em 05/01/2016).

A ausência do título das terras entre os quilombolas se transformou em facilidade para as empresas, que delas se apropriaram para a produção de eucalipto. Mesmo para aqueles que permaneceram nas áreas onde seus ancestrais se territorializaram, diz liderança quilombola: “não estamos nem dentro e nem ilhado, mas sufocado dentro das áreas de eucalipto”. Somam-se a esse processo a falta e a dificuldade de acesso às políticas públicas que favorecessem os quilombolas. Para estes, o acesso às políticas públicas é cheio de dificuldades.

A política agrícola, na realidade principalmente nas comunidades do município, quase que nem existe, porque a gente vê muitos noticiários, muitos comentários, muitas propagandas que tem isso, tem aquilo, tem o plano, Pronaf, Pronafinho, outros e outros planos para os pequenos agricultores, as famílias agrícolas, os pequenos agricultores do município, mas quanto você chega lá no banco tem um impacto e você não consegue. Eu mesmo fui lá no banco para fazer um empréstimo para irrigar um hectare de terra. Não consegue. É tanta coisa que eles pedem, é tanta polêmica que na realidade você não consegue chegar no resultado final. Hoje, nessa seca, não chove, mas às vezes o pouco de água que a gente tem a gente não consegue jogar nas plantas, a gente não consegue fazer nenhum projetinho para

pegar um dinheiro. Não temos condições de comprar uma irrigação e a gente não consegue pegar um dinheiro, fazer um financiamento. Às vezes eles pedem um documento da terra, a terra aqui é comunidade quilombola; nem todos têm a escritura, tem o Incra, o título da terra; então, por isso impede. A gente chega lá no banco, a gente é impedido por alguns documentos que a gente não consegue obter (entrevista realizada pelo autor, em 14/10/2015).

Ressaltamos, aqui, a importância do trabalho de campo na elaboração desta dissertação. As entrevistas cumpriram não apenas o objetivo estabelecido, que foi confirmar ou não, o que já havíamos detectado na pesquisa bibliográfica. Apesar de diversas fontes bibliográficas consultadas e utilizadas, trabalhos acadêmicos, projetos e planos de desenvolvimento que convergem ou divergem sobre os monocultivos de eucalipto, as entrevistas, enquanto instrumento metodológico, possibilitaram ouvir dos sujeitos que vivenciam essa realidade em permanente transformação, suas impressões, angústias, decepções, conhecimentos, e também suas forças, expressas oralmente, ao relatarem os conflitos vivenciados que se transformam em luta. Todas as entrevistas foram realizadas com lideranças, sejam de movimentos sociais ou do Poder Público. Em função dessas características dos entrevistados, todos com atuação social e política, vida pública, suas oralidades, a partir das entrevistas, foram carregadas de afirmações construídas coletivamente. Suas visões e impressões extrapolam os locais de residência para a abrangência de atuação regional, estadual e nacional.

A abordagem que cada um dos entrevistados fez ao discorrer sobre os impactos da monocultura de eucalipto, confirmara sua visão e atuação geral, sem diminuir a importância dos aspectos e impactos locais. Segundo uma liderança do MST, ao se referir aos impactos econômicos da monocultura de eucalipto “a pequena renda que gera de imposto, fica em apenas um município, como no município Aracruz, onde concentra a central, a fábrica da Aracruz, e o restante dos municípios, todos pagam por isso” (entrevista realizada pelo autor, em 14/10/2015).

A liderança dos pescadores, ao relatar os impactos da monocultura de eucalipto, faz uma relação com o processo de construção dos portos. Diz ele que:

[...] são 28 portos projetados para o Espírito Santo. Na minha avaliação isso é o extermínio das pequenas comunidades, principalmente pesqueira, hoje, no estado do Espírito Santo. Porque elas estão localizadas nesse local que a gente chama de território pesqueiro, que é o local que os pescadores trabalham, vivem, circulam, que são nossos portos. Além disso, elas são grandes poluentes. São grandes empresas poluentes (entrevista realizada pelo autor, em 14/10/2015)

Os impactos da monocultura de eucalipto vão além dos locais onde estas estão instaladas. Por ser um produto para exportação (papel e celulose), utilizam-se dos portos que,

segundo relato da liderança dos pescadores, se pretende expandir sobre os territórios pesqueiros, onde se expandem também seus impactos.

Relata um entrevistado, em forma de depoimento que, mesmo nos municípios onde o eucalipto é majoritário em área, a arrecadação de impostos não tem nessa atividade sua principal fonte.

Eu tive essa semana conversando com um rapaz que trabalha no Núcleo de Atendimento ao Consumidor (NAC), um órgão dos municípios ligados à Receita Federal, e ele estava me mostrando a relação dos impostos que o município arrecada. Mesmo no município de São Mateus, onde o eucalipto predomina, a arrecadação de impostos do município através da agricultura familiar, é muito maior do que do eucalipto (entrevista realizada pelo autor, em 05/01/2016, grifo nosso).

Em função do tempo, do enfoque, do limite estabelecido neste trabalho, entre outros aspectos, diversas questões relacionadas aos impactos da monocultura de eucalipto não foram aqui abordadas, mas também não nos colocamos essa pretensão. Nem por isso foram consideradas mais ou menos importantes. Significa que, assim como os conflitos, as lutas dos camponeses e da classe trabalhadora são contínuas, também as pesquisas, o são. Pesquisas não são apenas necessidades, mas parte da cultura e da política. É parte da vida e da relação dos sujeitos, da coletividade.

A pesquisa aqui sistematizada é parte desse processo que se soma à luta, mas também, pode se transformar em instrumento dela. Assim como outras elaborações foram úteis enquanto fontes de investigação e, somadas ao trabalho de campo, permitiram a realização desta dissertação, esperamos poder contribuir, de alguma forma, com outros processos, a partir deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. **A centralidade da questão fundiária no cenário agrário brasileiro no século XXI.** XV ENCONTRO DE GEOGRÁFOS DE AMÉRICA LATINA: por uma América Latina unida y sustentable. Havana/Cuba, 2015. Disponível em: DVD ISBN 978-959-7167-50-1.

ANDRADE, Wilson. O Brasil vai dobrar sua produção de madeira plantada. E o mundo também! Ibá 2015. Disponível em: <<http://iba.org/pt/convidados/o-brasil-vai-dobrar-sua-producao-de-madeira-plantada-e-o-mundo-tambem>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS. Anuário estatístico da ABRAF 2013, ano base de 2010. Brasília 2011. Disponível em: <<http://www.ipef.br/estatisticas/relatorios/anuario-ABRAF13-BR.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

BARCELOS, E. A. S. **A espacialidade das plantações arbóreas e a integração industrial – O programa produtor florestal e seus (im)pactos na agricultura capixaba.** Dissertação (Mestrado). 319 p. UFF; Niterói/RJ, 2010.

BARTRA, Armando. Os novos camponeses: leitura a partir do México profundo. Tradução por Maria Angélica Pandolfi. **Cultura Acadêmica**; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural. São Paulo, 2011.

BENTIVOGLIO, J. C. (Org.). Os índios Botocudos no Espírito Santo e o estudo de Paul Ehrenreich. In: Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX. **Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.** Coleção Canaã, v. 21, Vitória, 2014.

BERNARDO NETO, Jaime. **Gênese da estrutura agrária do Espírito Santo: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremos Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul.** Dissertação (Mestrado em Geografia). UFES, Vitória, 2012.

BINKOWSKL, Patrícia. **Dinâmicas socioambientais e disputas territoriais em torno dos empreendimentos florestais no Sul do Rio Grande do Sul.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). UFRG. Porto Alegre, 2014.

BUFFOM, José Antônio. **O café e a urbanização do Espírito Santo – aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar.** Dissertação (Mestrado). Campinas, 1992.

CAMPOREZ, Patrik. Rastro de morte e contaminação por agrotóxico. **A Gazeta**, Vitória, 22 de fevereiro de 2015, p. 16-19.

CAMPOS, H. R. A resolução de fronteiras Minas Gerais-Espírito Santo na Zona do Contestado. **Revista Geonorte**, Edição especial, n. 3, p. 1.010-1.030, 2013.

CARCANHOLO, Reinaldo A. (Org.). **Capital: essência e aparência.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CASALI, D; PIZETTA, A. J. A formação do campesinato e as mudanças recentes na agricultura capixaba, in: SOUZA, A. P. et al (Org.). **A reforma agrária e o MST no Espírito Santo: 20 anos de lutas, sonho e conquista de dignidade**. Vitória, 2005, p. 29-72.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO. Dimensionamento do mercado capixaba de produtos florestais madeiráveis – documento síntese. Vitória, 2011. Disponível em: <<http://www.cedagro.org.br/>>.

\_\_\_\_\_. Levantamento de áreas agrícolas degradadas no estado do Espírito Santo. Vitória, 2012. Disponível em: <<http://www.cedagro.org.br/>>.

\_\_\_\_\_. Pesquisa sobre valores terra nua no estado do Espírito Santo – documento síntese. Vitória/ES, 2008. Disponível em: <<http://www.cedagro.org.br/>>.

CÔGO, Anna Lúcia. **História agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus**. Tese (Doutorado). USP, São Paulo, 2007.

COIMBRA, Ubervalter. Cinco décadas de lutas: finalmente, índios capixabas têm as escrituras de suas terras. **Século Diário**, Vitória, 27 de abril de 2015. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/22513/10/cinco-decadas-de-lutas-finalmente-indios-capixabas-tem-as-escrituras-de-suas-terras>>. Acesso em: 20 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Florestas de eucalipto comprometem o abastecimento de água na Grande Vitória. **Século Diário**, Vitória, 15 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/20876/10/florestas-de-eucalipto-comprometem-o-abastecimento-de-agua-na-grande-vitoria-1>>. Acesso em: 20 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Quilombolas param BR-101 no Estado: querem soltos os seus irmãos. **Século Diário**, Vitória, 20 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/24356/10/quilombolas-param-br-101-no-es-querem-soltos-os-seus-irmaos>>. Acesso em: 20 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Vale e ArcelorMittal consomem um terço da água captada do rio Santa Maria da Vitória. **Século Diário**, Vitória, Vitória, 28 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/21074/10/vale-e-arcelormittal-consomem-um-terco-da-agua-captada-do-rio-santa-maria-da-vitoria-1>>. Acesso em: 20 out. 2015.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, E. (Org). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

DADALTO, Maria Cristina. Índios Botocudos, um outro olhar. In: BENTIVOGLIO, Júlio (Org.). Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX. **Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**. Coleção Canaã, v. 21. Vitória, 2014.

DARÉ, Raquel. A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFES. Vitória, 2010.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro, n. 74, outubro de

2014. Disponível em:  
 <file:///E:/Downloads/DIEESE%20EST%20PESQ%2074%20trabalho%20rural%20(1).pdf>.  
 Acesso em: 4 nov. 2014.

DUSSEL Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

ESPÍRITO SANTO 2030. **Plano de desenvolvimento – ES 2030**. Vitória, 2013.

ESPÍRITO SANTO. **Plano estratégico de desenvolvimento da agricultura: novo PEDEAG 2007-2025**. Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. Vitória: SEAG, 2008.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de desenvolvimento Espírito Santo 2025: avaliação estratégica**. Espírito Santo: Macroplan, Vitória –ES, 2006.

EHRENREICH, Paul. Índios Botocudos no Espírito Santo no século XIX. Tradução Sara Baldus. **Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**. Não paginado. Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/sobre-a-tipologia-de-territorios/view>>. Acesso em: 19 out. 2014.

\_\_\_\_\_; WELCH, C. A. GONÇALVES, E. C. Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias. **Vozes do Campo**. São Paulo, 2014.

FERREIRA, S. R. B. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado). 169 p. USP. São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **“Donos do Lugar”: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte – ES**. Tese (Doutorado). 526 p. – UFF. Niterói, 2009.

FIBRIA. Novo olhar para o Futuro. **Relatório 2014**. Disponível em: <[www.fibria.com.br](http://www.fibria.com.br)>. Acesso em: 13 dez. 2015.

FORTUNATO, Daniëlle O. B. Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos grandes projetos. **Dimensões**, v. 27, 2011, p. 40-62. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2582/2078>>. Acesso em: 30 out. 2015.

FUNDO MUNDIAL PARA A VIDA SELVAGEM E NATUREZA . Relatório Planeta Vivo – **Relatório anual, 2014**. Disponível em: <[http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/sumario\\_executivo\\_planeta\\_vivo\\_2014.pdf](http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/sumario_executivo_planeta_vivo_2014.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2015.

G1.GLOBO.com. Espírito Santo, 2 de janeiro de 2014. Governo do ES estima prejuízo de R\$ 200 milhões na agricultura. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2014/01/governo-do-es-estima-prejuizo-de-r-200-milhoes-na-agricultura.html>>. Acesso em: 5 set. 2014.

\_\_\_\_\_. 15 de agosto de 2013. Município do ES estima perda de R\$ 60 milhões com seca. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013/08/municipio-do-es-estima-perda-de-r-60-milhoes-com-seca.html>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. 30 de janeiro de 2015. Espírito Santo vive a pior seca dos últimos 40 anos, aponta governo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/01/espírito-santo-vive-pior-seca-dos-ultimos-40-anos-aponta-governo.html>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Mato Grosso. 30 de maio de 2014. Queda de resistência em milho Bt preocupa produtores, diz pesquisador. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/agrodebate/noticia/2014/05/queda-de-resistencia-em-milho-bt-preocupa-produtores-diz-pesquisador.html>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Sorocaba e Jundiá, 03 de janeiro de 2014. 20t de doações saem de Jundiá para vítimas das chuvas no ES. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2014/01/20t-de-doacoes-saem-de-jundiai-para-vitimas-das-chuvas-no-es.html>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

GARCIA, Elio Ramires. **Do Estado União de Geovah à União dos Possesiros de Cotaxé: Transição e longevidade**. Dissertação (Mestrado). UFES, Vitória, 2015.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: 2008.

GOMES, Helder. Aspectos da história econômica do Espírito Santo. In: SOUZA, A. P. et al. (Org.). **A reforma agrária e o MST no Espírito Santo: 20 anos de lutas, sonho e conquista de dignidade**. Vitória, 2005. p. 15 a 27.

HARVEY, David. **O enigma do capital - e as crises do capitalismo**. Tradução Joao Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES. **Relatório anual 2014**. Disponível em: <[www.iba.org/pt/](http://www.iba.org/pt/)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual 2015**. Disponível em: <[www.iba.org/pt/](http://www.iba.org/pt/)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>.

\_\_\_\_\_. **Projeto Regiões Rurais 2015** – Relatório técnico. Rio de Janeiro, 2015.

INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO. **Licenciamento Florestal**. Disponível em: <[www.idaf.es.gov.br/](http://www.idaf.es.gov.br/)>.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Disponível em: <[www.incra.es.gov.br/](http://www.incra.es.gov.br/)>.

JUSTIÇA ELEITORAL. Disponível em: <<http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas/2014/abrirTelaReceitasCandidato.action>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

JUVENAL, T. L.; MATTOS, R. L. G. O setor de celulose e papel. BNDES, 2002. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta\\_Expressa/Setor/Produtos\\_Florestais/200212\\_17.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Produtos_Florestais/200212_17.html)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

LIMA, Adelson Rocha. Análise da Questão Agrária no Espírito Santo. Trabalho de Monografia (Graduação em Geografia). 121 p. UNESP: Presidente Prudente, 2011.

LOMBINO, Camila Ferreira. **As entidades associativas não governamentais e o monocultivo de eucalipto no Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). 201 p. UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

LOUREIRO, Klítia. **O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: os índios Tupinikin e Guarani MBYA e a empresa Aracruz Celulose S/A (1967–1983)**. Dissertação (Mestrado em História). UFES, Vitória, 2006.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A Dialética da Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 1ª ed., 2014.

MEDEIROS, Manaíra. Mais de 150 famílias ocupam fazenda que Aracruz Celulose utiliza para desviar o rio Doce. *Século Diário*, Vitória, 25 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/26037/10/mais-de-150-familias-ocupam-fazenda-da-aracruz-celulose-utilizada-para-desviar-agua-do-rio-doce>>. Acesso em: 20 out. 2015.

MEIRELLES, Daniela; CALAZANS, Marcelo. **H2 O para Celulose x Água para todas as línguas**. Vitória: FASE, 2006.

MENDES, Jefferson B. Estratégias e Mecanismos Financeiros para Florestas Plantadas. FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. Curitiba, 2005. Disponível em: <<http://www.fao.org/forestry/12075-06238d2267638fe1c5a6f26abaa6fb6ef.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

MENDES PEREIRA, João. Marcio. A política Agrária do Banco Mundial em Questão. **Estudos avançados**, v. 20, n. 57, São Paulo, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142006000200024](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200024)>. Acesso em: 30 out. 2013.

\_\_\_\_\_; ALENTEJANO, P. El agro brasileño: de la modernización conservadora a la hegemonía del agronegocio. In: ALMEYRA, G. et al. **Capitalismo: tierra y poder en América Latina** (1982-2012). Buenos Aires: Clacso, 2014.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Revista Pegada**, v. 3, n. 1, 2002.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento em (des)construção:** narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2006

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Vazios demográficos ou territórios indígenas? **Revista Dimensões**, v. 11. UFES. Vitória, 2000.

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS. Definição de floresta. 2011. Disponível em: <[http://wrm.org.uy/pt/files/2011/11/Definicao\\_de\\_floresta.pdf](http://wrm.org.uy/pt/files/2011/11/Definicao_de_floresta.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Plantações para celulose: um problema crescente. **Documento informativo** – Campanha plantações. 1999. Disponível em: <[http://wrm.org.uy/pt/files/1999/06/Plantacoes\\_para\\_celulose.pdf](http://wrm.org.uy/pt/files/1999/06/Plantacoes_para_celulose.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2016.

OLIVEIRA. A. U de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 1ª ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

\_\_\_\_\_. A mundialização da agricultura brasileira. XII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. Bogotá, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

OLIVEIRA, José Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo. **Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**: Secretaria de Estado da Cultura. Coleção Canaã, v. 8, 3ª ed. Vitória, 2008.

PINHO NETO, Demosthenes Madureira de. A estratégia brasileira em perspectiva Internacional. In: (BNDES). **O BNDES e o Plano de Metas**. 1996. Disponível em: <[www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)>. Acesso em: 9 set. 2015.

PONTES. W. T. **Conflito agrário e esvaziamento populacional:** a disputa do contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1930-1970). Dissertação (mestrado). Vitória, 2007.

PORTO-GONÇALVES. Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 15ª ed., 1ª reimp. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A Colonialidade do Saber:** eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAFFESTIN. Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. A escravidão na manutenção das estruturas agrárias e no contexto sócio-econômico de São Mateus/ES (1850-1888). **Revista eletrônica de história**, v. VII, 2009.

SAMPAIO JR. Plínio de Arruda. Desenvolvimento e neodesenvolvimento: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 122, p. 672-688, out/dez. 2002.

SAMPAIO, Sebastião. O Brasil e o Café em 1952. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: 1952.

SANTOS. Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à conscientização universal**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAQUET. Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 3ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SOS MATA ATLÂNTICA. Disponível em: <<http://www.sosma.org.br/nossa-causa/a-mata-atlantica/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

STEDILE. J. P. Tendências do capital na agricultura. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 19-38.

\_\_\_\_\_. Questão Agrária. In: Caldart. Roseli. Salette et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2012, p. 639-644.

VAREJÃO, Victória; NAIARA, Arpini. “Espírito Santo vive a pior seca dos últimos 40 anos, aponta governo”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/01/espírito-santo-vive-pior-seca-dos-ultimos-40-anos-aponta-governo.html>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

VIDAL. A. C. F; HORA, André B. da. A indústria de papel e celulose. In: **BNDES Setorial**. (Org.), 2012, p. 334-381. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro60anos\\_perspectivas\\_setoriais/Setorial60anos\\_Vol1PapelECelulose.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro60anos_perspectivas_setoriais/Setorial60anos_Vol1PapelECelulose.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2015.

\_\_\_\_\_; HORA, André B. da. A atuação do BNDES nos setores de florestas plantadas, painéis de madeira, celulose e papéis: o período 2001-2010. In: **BNDES Setorial** (Org.), 2011, p. 133-172. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3404.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3404.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2015.

VITAL. M.H.F. A indústria de papéis sanitários – panorama mundial e brasileiros. In: **BNDES Setorial**, 2008.

\_\_\_\_\_. Impacto Ambiental de Florestas de Eucalipto. **Revista do BNDES**, v. 14, n. 28. Rio de Janeiro, 2007.

WALTER, D. Mignolo. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. Trad. Lígia Osório Silva in. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 10, ano 2000. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo65Artigo%201.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo65Artigo%201.pdf)>. Acesso em: 4 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

## APÊNDICE A – TÓPICOS PARA ENTREVISTAS

### QUESTIONÁRIO – tópicos para entrevista

Nome: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

Organização/entidade a qual faz parte: \_\_\_\_\_

- 1) Qual a função e há quanto tempo atua na organização/entidade que você pertence?
- 2) Qual a sua avaliação em relação a expansão da monocultura de eucalipto no ES?
- 3) Em torno de 50 anos atrás iniciava a instalação dos plantios de eucalipto no ES para abastecer a indústria de papel e celulose. Comente sobre alguns impactos (positivos e negativos) causado pela monocultura de eucalipto no ES nesse período, em relação:
  - a) Estrutura fundiária – concentração da terra.
  - b) As políticas agrícolas (crédito, seguro)
  - c) Relação entre o avanço da monocultura de eucalipto e a produção alimentícia no ES
  - d) Questão hídrica (estiagem, consumo de água, conflito por água)
  - e) Questão econômica (geração de emprego, desenvolvimento econômico)
- 4) Você tem acompanhado/percebido algum conflito em relação à monocultura de eucalipto no ES? Se sim, comente alguns.
- 5) Há no ES uma ampla área com monocultura de eucalipto. Enquanto isso há um bloqueio (paralisação) na realização da reforma agrária. Qual a sua opinião sobre essa questão?
- 6) Há mais alguma questão que você gostaria de comentar sobre esse tema?